As Institutas

ou
Tratado da Religião Cristã

vol. 2

Edição clássica (latim)

João Calvino

Í N D I C E

EM TERMOS DOS TÍTULOS DOS CAPÍTULOS
E CABEÇALHOS ÀS SEÇÕES DE CADA CAPÍTULO

CAPÍTULO 1

PELA QUEDA E DEFECÇÃO DE ADÃO TODO O GÊNERO HUMANO FICOU SUJEITO À MALDIÇÃO E DECAIU DA CONDIÇÃO DE ORIGEM: ONDE SE TRATA DO PECADO ORIGINAL

CAPÍTULO II

O HOMEM ESTÁ AGORA PRIVADO DE LIBERDADE DA VONTADE E REDUZIDO A MÍSERA SERVIDÃO

CAPÍTULO III

DA NATUREZA CORROMPIDA DO HOMEM NADA PROCEDE SENÃO O CONDENÁVEL

CAPÍTULO IV

COMO DEUS OPERA NO CORAÇÃO DOS HOMENS

CAPÍTULO V

REFUTAÇÃO DAS OBJEÇÕES QUE SE COSTUMAM INTERPOR EM DEFESA DO LIVRE-ARBÍTRIO

CAPÍTULO VI

IMPÕE-SE AO HOMEM PERDIDO BUSCAR EM CRISTO A REDENÇÃO

CAPÍTULO VII

A LEI FOI DADA NÃO PARA QUE EM SI RETIVESSE O POVO ANTIGO, MAS, AO CONTRÁRIO, PARA QUE FOMENTASSE A ESPERANÇA DA SALVAÇÃO EM CRISTO ATÉ SUA VINDA

CAPÍTULO VIII

EXPOSIÇÃO DA LEI MORAL

CAPÍTULO IX

EMBORA FOSSE CONHECIDO AOS JUDEUS SOB A LEI, CRISTO, CONTUDO, SE EXIBIU PLENAMENTE NO EVANGELHO

CAPÍTULO X

DA SIMILARIDADE DE ANTIGO E NOVO TESTAMENTOS

CAPÍTULO XI

DA DIFERENÇA DOS TESTAMENTOS ENTRE SI

CAPÍTULO XII

PARA QUE DESEMPENHASSE A FUNÇÃO DE MEDIADOR, NECESSÁRIO FOI QUE CRISTO SE FIZESSE HOMEM

CAPÍTULO XIII

CRISTO SE REVESTIU DA VERDADEIRA SUBSTÂNCIA DA CARNE HUMANA

CAPÍTULO XIV

COMO AS DUAS NATUREZAS DO MEDIADOR FORMAM UMA PESSOA ÚNICA

CAPÍTULO XV

PARA QUE SAIBAMOS A QUE PROPÓSITO CRISTO FOI ENVIADO PELO PAI, E QUE ELE NOS FOI CONFERIDO, TRÊS COISAS SE DEVEM NELE TER EM CONSIDERAÇÃO ACIMA DE TUDO: O OFÍCIO PROFÉTICO, A REALEZA E O SACERDÓCIO

CAPÍTULO XVI

COMO CRISTO CUMPRIU AS FUNÇOES DE REDENTOR PARA QUE NOS ADQUIRISSE A SALVAÇÃO, ONDE SE TRATA DE SUA MORTE E RESSURREIÇÃO, BEM COMO DE SUA ASCENSÃO AO CÉU

CAPÍTULO XVII

CORRETA E APROPRIADAMENTE SE DIZ HAVER CRISTO MERECIDO POR NÓS A GRAÇA DE DEUS E A SALVAÇÃO

LIVRO SEGUNDO

O CONHECIMENTO DE DEUS O REDENTOR EM CRISTO, CONHECIMENTO QUE FOI REVELADO PRIMEIRAMENTE AOS PAIS SOB A LEI, E DEPOIS TAMBÉM A NÓS NO EVANGELHO

CAPÍTULO I

PELA QUEDA E DEFECÇÃO DE ADÃO TODO O GÊNERO HUMANO FICOU SUJEITO À MALDICÃO E DECAIU DA CONDIÇÃO DE ORIGEM: ONDE *SE TRATA* DO PECADO ORIGINAL

1. Natureza e propósito do conhecimento de nós mesmos

Não foi sem causa que o provérbio antigo sempre e tanto recomendou ao homem o conhecimento de si mesmo. Ora, se *por* ser vergonhoso se há de ignorar quaisquer coisas que dizem respeito ao trato da vida humana, muito mais aviltante, na verdade, é a ignorância de nós mesmos, da qual resulta que, em tomando decisão acerca de qualquer coisa necessária, nos enganemos lamentavelmente e até cegos nos façamos. Quanto, porém, mais útil é o preceito, tanto mais diligentemente nos importa ver que não o usemos de forma oposta, *o* que vemos ter acontecido a certos filósofos. Pois esses, enquanto exortam o homem a que conheça a si mesmo, propõem-*lhe*, ao mesmo tempo, *como* fim que não ignore a dignidade e excelência pessoais, e querem que não contemple em si mais do que possa suscitar nele a vã confiança e enchê-lo de arrogância.

Mas, o conhecimento de nós *mesmos* situa-se, em primeiro lugar, nisto: que, atentando para o que nos foi outorgado na criação, e quão benignamente Deus continua sua graça para conosco, saibamos quão grande seria a excelência de nossa natureza, se porventura permanecera íntegra, contudo ao mesmo tempo reflitamos que em nós nada subsiste de próprio. Ao contrário, de pura graciosidade possuímos tudo quanto Deus nos tem conferido, de sorte que estejamos sempre a dele depender. Em segundo lugar, que encaremos bem a miserável condição em que nos achamos após a queda de Adão, por cujo reconhecimento, posta por terra toda jactância e confiança própria, esmagados de vergonha, verdadeiramente nos humilhemos.[1]

Ora, assim como inicialmente Deus nos formou à sua imagem, para que a mente nos alçasse tanto ao zelo da virtude, quanto à meditação da vida eterna, assim também, para que não seja aniquilada por nossa obtusidade tão grande nobreza de nossa espécie, a qual nos distingue dos seres irracionais, é relevante reconhecermos que fomos dotados de razão e inteligência, para que, cultivando uma vida santa e reta, avancemos rumo ao alvo proposto de uma imortalidade bem-aventurada.

---

1. Primeira edição: "que se nos antolhe a miseranda condição em que nos achamos após a queda de Adão, o reconhecimento de que, posta por terra toda jactância e confiança própria, [a nós], esmagados de vertonha, verdadeiramente nos humilhe."

Além disso, aquela dignidade original não pode vir à mente sem que logo se ofereça em contraposição que, na pessoa do primeiro homem, decaímos da condição original, sendo este um triste espetáculo de nossa sordidez e ignomínia. Do quê não só procede desagrado e descontentamento de nós *mesmos*, e verdadeira humildade, mas ainda se acende um novo empenho de buscar a Deus, em quem cada um possa recobrar estes valores de que somos apanhados de todo faltos e carentes.

2. O conhecimento próprio embotado pela autoglorificação

A verdade de Deus, indubitavelmente, prescreve que devemos examinar-nos *a nós mesmos*, isto é, ela requer conhecimento de tal molde que não só nos afaste para longe de toda confiança de capacidade pessoal, mas ainda, destituídos de toda razão de gloriar-*nos*, nos conduza à submissão. Esta regra convém manter, caso queiramos atingir à justa meta, seja do saber, seja do agir.

Nem me é oculto o quanto se deve aplaudir esse parecer, seja que nos convida antes a considerar o que haja de bom em nós, ou a atentar para nossa deplorável miséria, juntamente com *nossa* indignidade, a qual nos deve esmagar de vergonha. Com efeito, nada há que a natureza humana mais cobice que ser afagada por lisonjas. E por isso onde ouve que seus predicados se revestem de grande *realce*, para esse rumo propende com extrema credulidade. Portanto, não é de admirar que, neste ponto, se haja transviado, de maneira profundamente danosa, a maioria esmagadora dos homens. Ora, uma vez que é ingênito a todos os mortais que sintam um cego amor por si *mesmos*, de muito bom grado se persuadem de que nada neles existe que, com justiça, deva ser abominado. Dessa forma, *mesmo* sem influência de fora, por toda parte obtém crédito esta opinião totalmente fútil: que o homem é a si amplamente suficiente para viver bem e venturosamente. Porque, se alguns *há que* se revelam possuidores de mais modéstia, a tal ponto que concedam algo a Deus para não parecer que atribuem tudo a si mesmos, de tal maneira repartem entre Deus e eles, que a principal parte da glória, e toda a presunção, sempre fica para eles.[2]

Ora, se uma palavra ocorre que, com seus afagos, lisonjeie o orgulho que faz espontâneo comichão nas entranhas do homem, nada há que mais *o* deleite. Daí, ao ser acolhido com grande aplauso de quase todos os séculos, cada um, com seu encômio, sente que foi exaltada mui favoravelmente a excelência da natureza humana. Mas, na verdade, qualquer que seja tal enaltecimento da excelência humana que ensine o homem a estar satisfeito em seu íntimo, com nenhuma outra *coisa* mais se encanta do que com essa afabilidade própria; e de fato tanto *o* engana, que *todos* quantos concordam com isso, na mais deplorável ruína os perde. Pois, a que leva,

2. Primeira edição: “Pois, que, se alguns [há que] se revelam de um sentir mais modesto, a tal ponto que concedam algo a Deus, nem pareçam arrogar tudo para si [próprios], contudo, assim [o] partilham, que em si [mesmos] sempre resida mui poderosa razão não apenas de jactância, como de confiança própria.”

estribados em toda fútil confiança *pessoal*, deliberar, planejar, tentar, empreender *aquilo* que julgamos pertinente à condição, e *já* em *nossos* primeiros esforços de fato nos quedamos deficientes e carentes, seja de são entendimento, seja da verdadeira virtude, contudo prosseguirmos, obstinadamente, até que nos precipitemos à ruína? E, no entanto, aos que confiam poder fazer algo de sua própria capacidade não pode suceder de outra maneira.

Portanto, se alguém dá ouvidos a tais mestres que nos incitam a tão-somente mirarmos nossas boas *qualidades*, não avançará no conhecimento de si próprio; ao contrário, se precipitará na mais ruinosa ignorância.

3. AS DUAS FACETAS DO REAL CONHECIMENTO DE NÓS MESMOS

Daí, embora a verdade de Deus nisto concorde com o consenso geral de todos os mortais, *a saber*, que o segundo aspecto da sabedoria reside no conhecimento de nós *mesmos*, entretanto é grande a divergência na própria maneira de alcançar esse conhecimento. Ora, segundo o método da carne em seu julgar, o homem parece ter aprofundado conhecimento de si até que, arrimado tanto em *seu* entendimento, quanto em sua integridade, se deixa dominar pela ousadia e se incita aos reclamos da virtude, e declarada guerra aos vícios tenta aplicar-se com todo empenho àquilo que é nobre e honroso.

Quem, no entanto, se mira e examina segundo a norma do juízo divino, nada encontra que eleve seu ânimo à genuína confiança pessoal. E quanto mais penetrantemente a si perscruta, tanto mais se deprime, até que, havendo abdicado inteiramente a toda confiança pessoal, nada deixa a si *mesmo* para regular a vida retamente. Contudo, tampouco quer Deus que nos esqueçamos de *nossa* nobreza primeva, *nobreza* que conferira a nosso pai Adão, *nobreza* que por certo deve, com razão, despertar nosso zelo pela justiça e pela bondade. Pois não podemos *sequer* pensar, seja em nossa *própria* condição original**,** seja para quê fomos criados, que não sejamos acicatados a meditar na imortalidade e a anelar pelo reino de Deus. Tão longe está, porém, este reconhecimento de fomentar-nos a presunção, ao contrário, subjugada esta, à humildade *nos* prostra.

Ora, que condição original é essa? Evidentemente, *aquela* da qual decaímos. Qual é o propósito de nossa criação? *Aquele* do qual estamos de todo alienados. Por isso, enfastiados de nossa mísera situação, gemamos; *e*, gemendo, suspiremos por aquela dignidade perdida. Quando, porém, dizemos que ao homem importa nada ver em si *próprio* que o torne presunçoso, queremos dizer que nada existe nele cujo arrimo se deva tomar como motivo de orgulho.

Portanto, se *assim* se prefere, dividamos o conhecimento de si próprio que o homem deve ter, de tal modo que, em primeiro lugar, considere para que fim foi criado e provido de dotes que não se deve desprezar, mercê de cuja reflexão se

desperte à meditação do culto divino e da vida futura; em segundo lugar, pondere suas capacidades; ou, de fato, *sua* carência de capacidades, a qual, uma vez percebida, se prostre em extrema confusão, como que reduzido a nada. A primeira consideração tende a isto: que *o homem* reconheça qual seja seu dever; a segunda, de que recursos dispõe para desempenhá-lo. A um e outro *desses dois aspectos* haveremos de discutir, segundo o exigir a seqüência da exposição.

4. Desobediência, o fator da queda no Éden

Uma vez que não é um delito leve, mas um crime abominável, aquele que Deus puniu com tanta severidade, somos levados a considerar a própria natureza do pecado na queda de Adão, a qual transmitiu a todo o gênero humano horrível punição de Deus.[3]

É pueril *o* que tem sido vulgarmente admitido quanto à intemperança da gula. Como se de fato, na abstinência de apenas uma única *espécie de* fruta, tenha residido a suma e essência de todas as virtudes, quando por toda parte sobejavam todas e quantas delícias apetecíveis, e naquela abençoada fecundidade da terra *lhe* estava à mão a fartar, não apenas abundância, como também variedade! Deve-se, portanto, mirar mais alto, visto que a proibição da árvore do conhecimento do bem e do mal foi um teste de obediência; de modo que, ao obedecer, Adão podia provar que se sujeitava à autoridade de Deus, de livre e deliberada vontade. Com efeito, o próprio nome *da árvore* evidencia que o propósito do preceito não era outro senão que, contente com sua sorte, *o homem* não se alçasse mais alto, *movido* de ímpia cobiça. Mas a promessa mediante a qual ele poderia fazer jus à vida eterna por todo tempo em que comesse da árvore da vida, *bem como*, em contrário, o horrendo anúncio de morte, assim que provasse da árvore do conhecimento do bem e do mal, visava a testar-lhe e a exercitar-lhe a fé. Daqui, não é difícil concluir de que maneiras Adão provocou a ira de Deus contra si.

Na verdade, não de forma improcedente, *pronuncia-se* Agostinho,[4] quando diz que o orgulho foi o princípio de todos os males, porque, não houvesse a ambição impelido o homem acima do que era próprio e justo, poderia *ele* permanecer em sua condição *original*. Contudo, da *própria* natureza da tentação que Moisés descreve deve buscar-se definição mais completa. Ora, uma vez que, por *sua* falta de fidelidade, a mulher é afastada da Palavra de Deus pela sutileza da serpente, já se comprova que o princípio da queda foi a desobediência. *É o* que também Paulo confirma, ensinando que, pela desobediência de um só homem, todos se tornaram perdidos [Rm 5.19].

---

3. Primeira edição: "Uma vez que não leve delito, mas crime abominável, deve ter sido, na verdade, [o] que Deus puniu tão severamente, impõe-se-nos considerar a natureza do pecado na queda de Adão, a qual acendeu para com todo o gênero humano horrível punição de Deus."

4. Agostinho, no Salmo 18.2.

Entretanto, ao mesmo tempo é preciso notar que o primeiro homem se alijou da soberania de Deus, porque não só se fez presa aos engodos de Satanás, mas ainda, desprezando a verdade, se desviou para a mentira. E de fato, desprezada a palavra de Deus, quebrantada lhe é toda reverência, pois não se preserva de outra maneira sua majestade entre nós, nem seu culto é mantido íntegro, a não ser enquanto atenciosamente ouvirmos sua voz. Conseqüentemente, a raiz da queda foi a falta de fidelidade.

Mas, daqui emergiram ambição e orgulho, aos quais foi adicionada ingratidão, porquanto, ao desejar mais do que *lhe* fora concedido, ignobilmente Adão desdenhou a tão grande liberalidade de Deus pela qual havia sido enriquecido. Na verdade, esta foi uma impiedade monstruosa, *a saber*, a um filho da terra parecer pouco que fosse criado à semelhança de Deus, se *também* não *lhe* fosse acrescentada a igualdade.

Se a apostasia, pela qual o homem se subtrai ao mando de seu Criador, é uma vil e execrável ofensa, ou, melhor dizendo, insolentemente lança de si o jugo, é debalde tentar atenuar o pecado de Adão.[5] Se bem que não foi simples apostasia; ao contrário, *apostasia* associada com vis impropérios contra Deus, já que *Adão e Eva* subscrevem às caluniosas insinuações de Satanás, com que acusa falsamente a Deus de mentira, de inveja e de maldade.

Por fim, a falta de fidelidade abriu a porta à ambição; a ambição, porém, foi a mãe da obstinação, de sorte que os homens, alijando o temor de Deus, se arrojaram aonde quer que *os* levava a cupidez. E assim corretamente ensina Bernardo,[6] que a porta da salvação nos está aberta quando, hoje, recebemos pelos ouvidos o evangelho, exatamente como, quando se escancararam a Satanás, foi por essas janelas introduzida a morte. Ora, jamais teria Adão ousado repudiar o imperativo de Deus, a não ser que não *lhe* desse crédito à palavra. Era este, de fato, o melhor freio para adequadamente regular-*lhe* todas as inclinações: que nada é melhor do que, mercê de *estrita* obediência aos preceitos de Deus, amar a justiça; em seguida, que a meta final da vida feliz é ser por ele amado. Portanto, arrebatado pelas blasfêmias do Diabo, *Adão* aniquilou, quanto estava a seu alcance, toda a glória de Deus.

5. O PECADO ORIGINAL DE ADÃO AFETA TODA SUA POSTERIDADE

Como a vida espiritual de Adão era permanecer ele unido e ligado a seu Criador, assim também, ao alienar-se dele veio-*lhe* a morte da alma. Portanto, não surpreende se, por sua defecção, afundou na ruína sua posteridade *aquele* que perverteu, no céu e na terra, toda a ordem da *própria* natureza. "Gemem todas as criaturas", diz

5. Primeira edição: "Se vil e execrável ofensa é a apostasia, pela qual o homem se subtrai ao mando de Seu Criador, mais, alija-lhe insolentemente o jugo, debalde se atenua o pecado de Adão."
6. Bernardo Claraval, em *Cantares*, sermão 28.

Paulo, “não por sua *própria* vontade, sujeitas à corrupção” [Rm 8.20, 22]. Caso se busque a causa *disso*, não há dúvida de que estão a sofrer parte daquele castigo que o homem mereceu, para cujo proveito *elas* foram criadas. Portanto, quando, de alto a baixo, por sua culpa atraiu a maldição que grassa por todos os recantos do mundo, nada há de ilógico se *ela* foi propagada a toda sua descendência. Logo, depois que a imagem celeste foi nele obliterada, não sofreu sozinho esta punição que, em lugar de sabedoria, poder, santidade, verdade, justiça, ornamentos de que fora ataviado, *lhe* sobreviessem as mais abomináveis pragas: cegueira, fraqueza, impureza, fatuidade, iniqüidade, mas ainda nas mesmas misérias enredilhou e submergiu sua progênie.

Esta é a corrupção hereditária que os antigos designaram de “pecado original”, entendendo pelo termo ***pecado*** a depravação de uma natureza antes disso boa e pura, matéria a respeito da qual muita lhes foi a contenção, uma vez que nada seja mais remoto do consenso geral que pela culpa de um só todos se façam culpados e, assim, o pecado se torne comum *a todos*. Esta parece ter sido a razão por que os doutores mais antigos da Igreja abordaram este assunto de forma tão obscura, pelo menos por que *o* explanaram menos lucidamente do que se fazia necessário.

Contudo, esta relutância não pôde impedir que Pelágio entrasse em cena, cuja profana invenção foi haver Adão pecado tão-somente para seu *próprio* dano, *mas* que aos descendentes nada afetou. Naturalmente, com esta artimanha de encobrir a enfermidade, Satanás tentou torná-la incurável. Como, porém, pelo claro testemunho da Escritura se mostrasse que o pecado foi transmitido do primeiro homem a toda a posteridade [Rm 5.12], sofismavam haver-se transmitido por imitação, não por geração. Portanto, bons homens, e acima dos demais Agostinho, nisto laboraram afincadamente para mostrar que não somos corrompidos mediante impiedade adquirida; ao contrário, trazemos depravação ingênita desde o ventre materno. O não reconhecimento desse fato foi o supremo descaramento. Mas ninguém se surpreenderá da temeridade dos pelagianos e dos celestianos quem, pela leitura dos escritos daquele santo varão, *Agostinho*, tenha percebido que monstros de perversa catadura foram *eles* em todos os demais *pontos*.

Por certo que não é ambíguo *o* que Davi confessa, a saber, *ter sido* gerado em iniqüidades e de *sua* mãe concebido em pecado [Sl 51.5]. Não está *ele* aí a censurar as faltas do pai ou da mãe; antes, para que melhor enalteça a bondade de Deus para consigo, faz remontar a confissão de sua iniqüidade à própria concepção. Uma vez ser evidente não ter sido isso peculiar a Davi, segue-se que sob seu exemplo se denota a sorte comum do gênero humano.

Portanto, todos que descendemos de uma semente impura, nascemos infeccionados pelo contágio do pecado. Na verdade, antes que contemplemos esta luz da vida, à vista de Deus *já* estamos manchados e poluídos. Pois, “quem do imundo tirará o puro?” Certamente, como está no livro de Jó [14.4], ninguém!

6. A DEPRAVAÇÃO ADÂMICA PROPAGADA A TODOS OS SEUS DESCENDENTES

Ouvimos que a depravação dos pais de tal modo se transmite aos filhos, que todos, sem qualquer exceção, se fazem poluídos em sua concepção. Não se achará, porém, o ponto de partida desta poluição, se, como à fonte, não remontarmos ao primeiro genitor de todos. Desse modo deve-se, por certo, sustentar que Adão não foi apenas o progenitor, mas ainda como que a raiz da natureza humana, e daí, na corrupção daquele, foi com razão corrompido todo o gênero humano.

Isto o Apóstolo faz claro pela comparação daquele com Cristo. Diz *ele*: "Assim como através de um só homem entrou o pecado no mundo inteiro, e através do pecado a morte, que foi propagada a todos os homens, uma vez que todos pecaram, assim também, pela graça de Cristo, nos foram restituídas a justiça e a vida" [Rm 5.12, 17].

O que os pelagianos grasnarão aqui? O pecado de Adão propagado por imitação? Logo, outra coisa não usufruímos da justiça de Cristo, senão que ela nos é um exemplo proposto para imitação? Quem suportaria tão grande sacrilégio? Porque, se está fora de controvérsia que, mediante comunicação, a justiça de Cristo é nossa, e desta *a decorrer* a vida, segue-se, ao mesmo tempo, que em Adão foram ambas assim perdidas, como em Cristo ambas são recuperadas. De igual modo, assim se infiltraram o pecado e a morte através de Adão como são abolidos por meio de Cristo. *Estas* não são palavras obscuras: que muitos são justificados pela obediência de Cristo, da mesma forma que haviam sido constituídos pecadores pela desobediência de Adão [Rm 5.19]. E por isso, entre estes dois [Cristo e Adão], a relação é esta: que este, *a nós* envolvendo em sua ruína, consigo nos perdeu; Aquele, por sua graça, nos restituiu à salvação. Em luz tão meridiana da verdade, sou de parecer que *não* se faz necessária nenhuma comprovação mais extensa ou mais laboriosa.

Assim, *na Primeira Epístola* aos Coríntios, como visa a firmar os piedosos na confiança da ressurreição, *o Apóstolo* mostra que em Cristo é recuperada a vida que fora perdida em Adão [1Co 15.22]. Quem declara que todos nós morremos em Adão, já, ao mesmo tempo, também atesta abertamente estarmos enredilhados no estigma de *seu* pecado. Pois a condenação não alcançaria àqueles que não foram tocados pela culpa de iniqüidade. Mas, ao que *Paulo* visa, não se pode entender mais claramente que *à luz* da relação do outro membro *da cláusula*, onde ensina *ser* em Cristo restaurada a esperança de vida. Sabe-se sobejamente, porém, que isso não se pode dar de outra maneira senão onde, mercê dessa admirável comunicação, Cristo transmite a nós o poder de sua justiça, tal como está escrito em outro lugar: "O Espírito nos é vida em razão de *sua* justiça" [Rm 8.10].

Portanto, nem é defensável interpretar-se de outra forma *o* que se diz: *que em Adão todos nós morremos*; senão que ele, em pecando, não apenas acarretou a si *próprio* a miséria e a ruína, como também precipitou nossa natureza em semelhante

derrocada. Isso não *se deu* somente por sua corrupção pessoal, a qual não nos diz respeito; ao contrário, porque infeccionou a toda sua descendência com essa depravação em que caíra. Tampouco se manteria, de outra maneira, também a *declaração* de Paulo de que todos são por natureza filhos da ira [Ef 2.3], a não ser que, já no próprio ventre, estivessem sob a maldição da *culposidade*. Depreende-se facilmente que por certo aqui não se deve entender ***natureza*** como foi criada por Deus; antes, como foi corrompida em Adão, pois que estaria muito longe de *ser* procedente que Deus se fizesse o autor da morte. Portanto, de tal forma se corrompeu Adão que o contágio se transmitiu dele a toda a descendência.

Além disso, onde ensina que todo o que é gerado da carne é carne [Jo 3.6], o próprio Juiz celestial, Cristo, proclama com sobeja clareza que todos nascem ímpios e depravados, e por isso a todos está fechada a porta da vida, até que sejam gerados de novo [Jo 3.6].

7. A TRANSMISSÃO DA DEPRAVAÇÃO ADÂMICA A TODA A POSTERIDADE

Nem é necessária, para a compreensão desta matéria, a angustiante discussão que tanto atormentou aos antigos: se, uma vez que nela reside capitalmente o contágio, a alma do filho procede da alma paterna por derivação. *A nós* nos convém estar contentes com isto: haver o Senhor depositado em Adão *aqueles* dotes que quis conferir à natureza humana. Portanto, quando perdeu os *dotes* recebidos, aquele os perdeu, não apenas por si só, mas também por todos nós.

Quem haverá de estar preocupado acerca da derivação da alma, ao ouvir que esses adereços que veio a perder, Adão *os* recebera não menos para nós que para si *próprio*; que eles foram conferidos não a apenas um homem, ao contrário, *foram* atribuídos a toda a natureza do homem? Portanto, nada *há* de absurdo se, despojado este, a natureza é deixada desnuda e carente; se aquele, manchado pelo pecado, o contágio serpeia na natureza. Daí, da raiz putrefata brotaram ramos pútridos, que transmitiram sua podridão aos outros rebentos que nasceriam deles. Ora, os filhos foram de tal modo corrompidos no genitor que vieram a ser transmissores da corrupção aos netos, isto é, de tal molde foi o princípio da corrupção em Adão que dos ancestrais se transmite aos pósteros em uma corrente perpétua. Pois o contágio não tem sua causa na substância da carne ou da alma. Pelo contrário, porque fora assim por Deus ordenado, que os dons que concedera ao primeiro homem, ele, a um tempo, *os* possuísse e *os* perdesse, tanto para si, quanto para os seus.

Refuta-se, porém, facilmente *o* que os pelagianos sofismam, *a saber*, não é verossímil que de pais piedosos os filhos derivem corrupção, quando, antes, devem ser santificados pela pureza deles. Ora, não descendem da regeneração espiritual, mas da geração carnal. Daí, como diz Agostinho: “Quer um infiel culposo, quer um

fiel inculpável, um e outro não gera inculpáveis, mas culposos, porque *os* gera de natureza corrupta.”[7]

Com efeito, *o* que, de certo modo, lhes comunicam à santidade é bênção especial do povo de Deus, *bênção* que, no entanto, não faz com que não prevaleça aquela primeira e original maldição da raça humana. Pois, a culposidade *provém* da *própria* natureza; a santificação, contudo, *procede* da graça supernatural.

8. A NATUREZA REAL DO PECADO ORIGINAL

E, para que as *coisas* ditas acerca desta matéria não sejam incertas e obscuras, definamos ***pecado original***. Entretanto, nem tenho a intenção de perscrutar, uma a uma, as definições que têm sido propostas pelos escritores. Ao contrário, oferecerei apenas uma, *definição esta* que a mim *me* parece perfeitamente consistente com a verdade. O pecado original representa, portanto, a depravação e corrupção hereditárias de nossa natureza, difundidas por todas as partes da alma, que, em primeiro lugar, *nos* fazem condenáveis à ira de Deus; em segundo lugar, também produzem em nós *aquelas* obras que a Escritura chama de “obras da carne” [Gl 5.19]. E é propriamente isto *o* que por Paulo, com bastante freqüência, designa *apenas* de ***pecado***. As obras que de fato daí resultam, quais são: adultérios, fornicações, furtos, ódios, homicídios, glutonarias, *Paulo* chama, segundo esta maneira de ver, “frutos do pecado” [Gl. 5.19-21], ainda que, como a cada passo nas Escrituras, sejam também por ele referidas simplesmente *pelo termo* “pecados”.

Portanto, estas duas *coisas* devem ser consideradas distintamente. Isto é, *em primeiro lugar*, que *estamos* a tal ponto corrompidos e depravados em todas as partes de nossa natureza, que já por causa de apenas tal corrupção, somos, merecidamente, tidos *como* condenados e incriminados diante de Deus, a quem nada é aceito senão a justiça, a inocência, a pureza. Nem é esta a imputação de um delito alheio. Ora, *o* que se diz de nos tornarmos passíveis ao juízo de Deus através do pecado de Adão, não se deve assim tomar como se portássemos a culpa de seu delito, *sendo nós* próprios inculpáveis e imerecedores. Pelo contrário, visto que, por sua transgressão, fomos todos engolfados na maldição, lemos que aquele nos fez culposos. Todavia, sobre nós não caiu somente o castigo, mas, dele instilado, uma contaminação reside em nós, à qual, de direito, se deve punição. Razão por que Agostinho, embora para mostrar mais claramente que *ele* nos é transmitido por propagação, freqüentes vezes *o* chame ***pecado alheio***, ao mesmo tempo, contudo, também afirma ser ele inerente a cada um. E mui eloqüentemente *o* atesta o próprio Apóstolo que, por isso, a morte se propagou a todos, porque todos pecaram; isto é, estão enredilhados no pecado original e tisnados de sua nódoa [Rm 5.12].

---

7. *Da Graça de Cristo e do Pecado Original*, livro II, capítulo xi, 45.

E por isso também as próprias crianças, enquanto trazem consigo sua condenação desde o ventre materno**,** são tidas como culposas não por *falta* alheia, mas pela falta de si próprias. Ora, embora ainda não tenham trazido à tona os frutos de sua iniqüidade, no entanto têm encerrada dentro de si a semente. Com efeito, sua natureza toda é uma como que sementeira de pecado. Por isso, não pode *ela* deixar de ser odiosa e abominável a Deus. Do quê se segue que, com propriedade, *esse estado* é considerado *como* pecado diante de Deus, pois não haveria incriminação sem a culpabilidade.

Acode, em segundo lugar, *esta* outra *consideração*: que esta depravação jamais cessa em nós; pelo contrário, produz continuamente novos frutos, a saber, essas obras da carne que referimos antes, exatamente como uma fornalha acesa expele chama e centelhas, ou uma fonte mana água sem parar. Por essa razão, *aqueles* que definiram o pecado original *como* a ***falta de retidão original*** que devia subsistir em nós, ainda que incluam *nessa definição* a plena acepção do conceito, não expressaram, contudo, bastante significativamente sua força e energia. Ora, nossa natureza não é apenas carente e vazia do bem; ao contrário, a tal ponto fértil e fecunda em todas as *coisas* ruins, que não pode *nunca* deixar de estar produzindo *o que é mau*.

Aqueles que o declaram ser ***concupiscência***, não fazem uso de termo de todo impróprio se meramente se adicionasse, *o* que da maioria de modo algum se admite, que tudo quanto há no homem, desde o intelecto até a vontade, desde a alma até a carne, foi poluído e saturado por essa concupiscência. Ou, para expressar-se mais sucintamente, o homem todo, de si mesmo, outra *coisa* não é senão concupiscência.

9. O PECADO INFESTA E DOMINA A TODO O SER HUMANO

Por essa razão *eu* disse que, desde que Adão se apartou da fonte da justiça, todas as partes da alma vieram a ser possuídas pelo pecado. Pois não só o seduziu um desejo inferior; ao contrário, a nefanda impiedade ocupou a própria cidadela da mente, e o orgulho penetrou ao mais recôndito do coração, de sorte que é improcedente e estulto restringir a corrupção que daí emanou apenas ao que chamam ***impulsos sensuais***, ou chamar “foco de fogo” que atrai, excita e arrasta o pecado somente a parte que compreende a ***sensualidade***.

Nisto Pedro Lombardo pôs à mostra crassa ignorância, ou, seja, buscando e investigando a sede *do pecado*, afirma que ela está na carne, *o que, a seu ver*, Paulo atesta, ainda que não de forma estrita, mas porque *o pecado* se faz ainda patente na carne. Aliás, é como se Paulo tivesse em mira apenas uma parcela da alma e não a natureza toda, a qual se opõe à graça supernatural! E Paulo remove toda dúvida, ensinando que a corrupção não reside apenas em uma parte; ao contrário, que nada há incontaminado ou inafetado por sua mortífera peçonha. Ora, discorrendo a respeito da natureza corrupta, *Paulo* não só condena os desordenados impulsos dos

apetites, que se fazem explícitos, mas sobretudo insiste em que a mente está entregue à cegueira e o coração, à depravação [Ef 4.17, 18]. E esse terceiro capítulo *da Epístola* aos Romanos outra coisa não é senão uma descrição do pecado original.

Isto se mostra mais claramente *à luz* da renovação *regeneracional*. Ora, *o termo* ***espírito***, que se contrapõe a ***velho homem*** e ***carne***, não denota simplesmente a graça pela qual é retificada a parte inferior ou sensória da alma; pelo contrário, abrange a plena reforma de todas as partes. E por isso Paulo prescreve não apenas que se reduzam a nada os apetites vis, mas ainda que sejamos renovados no espírito de nosso entendimento [Ef 4.23], assim como também, em outra passagem [Rm 12.2], insta a que sejamos transformados em novidade da mente. Do quê se segue que aquela parte em que refulge sobremaneira a excelência e nobreza da alma foi não só ferida, mas até corrompida, a tal ponto que tem necessidade não apenas de ser curada, mas também de revestir-se de natureza quase que nova.

Até onde o pecado domina, não só à mente, mas ainda ao coração, veremos de imediato. Aqui tive o propósito de apenas sumariamente abordar o fato de que o homem inteiro, da cabeça aos pés, foi, como por um dilúvio, de tal modo assolado, que nenhuma parte ficou isenta de pecado, e em conseqüência tudo quanto dele procede deve ser imputado ao pecado. Como Paulo diz [Rm 8.6, 7]: todos os afetos ou cogitações da carne são inimizades contra Deus; e por isso, morte.

10. O pecado procede do homem, não de Deus

Vejam-se agora *aqueles* que ousam inculcar suas faltas a Deus, porquanto afirmamos que os homens são corruptos de natureza. Buscam, erroneamente, em sua depravação a obra de Deus que deveriam procurar naquela natureza de Adão até esse momento íntegra e incorrupta. Da culposidade de nossa carne, portanto, não de Deus, procede nossa perdição, uma vez que, não por outra razão, temos perecido, mas porque fomos degenerados de nossa primeira condição.

Que aqui ninguém vocifere *dizendo* que Deus poderia ter acudido melhor à nossa salvação, se houvesse impedido a queda de Adão, visto que essa objeção, em vista da curiosidade em extremo ousada *que envolve*, não só deve ser abominada pelas mentes piedosas, como também pertence ao mistério da predestinação, que se haverá de tratar mais adiante em seu *devido* lugar. Portanto, lembremo-nos de que nossa ruína deve ser imputada à depravação de *nossa* natureza, *não à natureza em si, em sua condição original*, para que não lancemos a acusação contra o próprio Deus, como sendo o autor dessa natureza.

É certamente verdadeiro que essa ferida mortal *nos* é inerente à natureza, mas em muito avulta se porventura tenha provindo de outra parte, ou se *nela* esteja empostada desde a origem. Salta, porém, à vista que foi ela infligida através do pecado. Portanto não há por que nos queixarmos, a não ser de nós mesmos, *o* que a Escritura

diligentemente tem assinalado, pois diz o Eclesiastes: “Isto sei, que Deus fez o homem reto, mas *eles* próprios buscaram para si muitas invenções” [Ec 7.29].

É óbvio que somente ao homem se deve imputar a *própria* ruína, uma vez que, pela benignidade de Deus, havendo obtido a retidão, por seu desvario ele caiu na fatuidade.

11. A depravação está na própria natureza, entretanto não pertence à natureza como tal

Portanto, afirmamos que o homem *está* corrompido por depravação natural, contudo ela não se originou da *própria* natureza. Negamos que *essa depravação* tenha se originado da *própria* natureza *como tal*, para que deixemos claro que *ela* é antes uma qualidade adventícia que sobreveio ao homem, e não uma propriedade substancial que tenha sido congênita desde o princípio. Contudo a chamamo ***natural***, para que alguém não pense que ela é por *todos e* cada um contraída mercê de um exemplo depravado, quando a todos mantenha aprisionados por vínculo hereditário. Nem o fazemos sem um patrono, porque, pela mesma causa, o Apóstolo ensina que somos todos por natureza filhos da ira [Ef 2.3].

Como poderia Deus, a quem uma a uma comprazem suas mínimas obras, ser inimigo da mais nobre de todas as criaturas? *Deus*, porém, é antes inimigo da corrupção de sua obra, e não da própria obra. Portanto, se, em vista da depravada natureza humana, não se diz absurdamente que o homem é, por natureza, abominável a Deus, também não se dirá ineptamente *que ele é*, por natureza, depravado e corrupto, da mesma forma que Agostinho não se arreceia de chamar, em razão da natureza corrupta, de ***naturais*** os pecados que, necessariamente, reinam em nossa carne, quando *lhe* está ausente a graça de Deus.

Assim dissipa-se a tola baboseira dos maniqueus que, como no homem imaginassem malignidade intrínseca, ousaram anexar-lhe um outro criador, para que não parecessem atribuir ao Deus justo a causa e o princípio do mal.

C A P I T U L O II

O HOMEM ESTÁ AGORA PRIVADO DE LIBERDADE DA VONTADE E REDUZIDO A MÍSERA SERVIDÃO

1. Perigos a serem evitados

Depois que se apercebeu que o domínio do pecado, desde o momento em que primeiro teve o homem atrelado a si, não só grassa em toda a espécie, mas ainda de todo se assenhoreia de cada alma, resta agora, uma vez que fomos reduzidos a esta servidão, examinar mais de perto se porventura fomos despojados de toda liberdade, e se em qualquer parcela ainda vigora até o presente, até que ponto se estende sua força.

Contudo, para que mais facilmente nos atinja a verdade desta questão, prefixarei, preliminarmente, o propósito a que visará a matéria toda. Mas o melhor meio de guardar-se do erro será levando em conta os perigos que ameaçam de uma e outra parte. Com efeito, quando se declara que o homem está destituído de toda retidão, disto *ele* deriva prontamente motivo de acomodação, e porque se diz que *ele* nada pode por si mesmo em relação ao cultivo da justiça, a tudo isso tem por inconseqüente, como se ele já não tivesse nada a ver com isso. Por outro lado, não se pode arrogar-lhe coisa alguma, por ínfima que seja, sem que não só se prive a Deus de sua honra, mas também o próprio *homem* seja corrompido de temerária confiança.

Logo, para que não nos atiremos de encontro a estes obstáculos, impor-se-á conservar este curso: que o homem, cabalmente instruído de que em seu poder nada lhe foi deixado de bom e *de que* de todos os lados *está* cercado da mais miserável necessidade, no entanto seja ensinado a aspirar ao bem, de que é carente; *e* à liberdade, de que foi privado; e *assim* seja mais incisivamente despertado da inação, do que se imaginasse ser dotado de suprema virtude. Quão necessário seja este segundo aspecto, é impossível que alguém não o veja. Quanto ao primeiro**,** vejo muitos sendo objeto de dúvida, *mais* do que se devia.

Ora, isto posto, além de controvérsia, que ao homem nada se deve detrair do que lhe é próprio, deve também ficar claramente evidente quão importante é despojar-se *ele* de *toda* falsa exaltação pessoal. Pois se na verdade não foi concedido ao homem gloriar-se em si *mesmo* nem *ainda* quando, pela beneficência de Deus, fora distinguido com os mais elevados dons, quanto *lhe* convém agora humilhar-se, quando, em conseqüência de sua ingratidão, foi da glória excelsa prostrado a extrema ignomínia?

Afirmo que por *todo* esse tempo em que fora elevado ao sumo fastígio da honra, outra coisa não lhe atribuiu a Escritura senão que foi criado à imagem de Deus [Gn 1.27], fato esse com o qual acentua que *o homem* fora opulento não em *função de seus* próprios dotes, mas no fato da participação em Deus. Portanto, despido e despojado de toda glória, que lhe resta agora senão que reconheça a Deus, a cuja beneficência não pôde ser grato quando refestelava nas riquezas de sua graça, e agora, ao menos pela confissão da própria pobreza, glorifique *Àquele* a quem não glorificou mediante o reconhecimento de seus benefícios?

Também não nos é de menos proveito que se nos anule todo louvor de sabedoria e virtude, que são pertinentes à glória de Deus. De sorte que nossa miséria consorcia com o sacrilégio *aqueles* que nos prodigalizam algo além do legítimo. Pois, que outra coisa acontece, quando somos ensinados a lutar por nossos *próprios* recursos, senão que somos levantados na ponta de um caniço, para, dentro em pouco, quebrado *ele*, cairmos *por terra*? Se bem que as forças nos lisonjeiam até demais, quando mesmo a um caniço são comparadas! Ora, é fumaça tudo quanto homens fúteis têm inventado e alardeiam acerca dessas *coisas*. Por isso, não sem causa, tantas vezes Agostinho repete esta ponderação tão expressiva: que os defensores do livre-arbítrio são mais abalados que firmados por ele.

Foi necessário dizer estas coisas à guisa de prefácio por causa de alguns que, enquanto ouvem que o poder humano está desmoronado desde os fundamentos, para que se edifique no homem o poder de Deus, abominam odientamente a toda esta consideração como perigosa, não apenas supérflua, *consideração*, a qual, no entanto, se mostra ser necessária não só em religião, mas também utilíssima a nós próprios.

2. AS PRESSUPOSTAS FACULDADES DA ALMA E SUA FUNÇÃO

Visto que já dissemos pouco antes que as faculdades da alma estão sediadas na mente e no coração, consideremos agora de que poder se reveste uma e outra dessas partes *do ser*. Na verdade os filósofos imaginam com avultado consenso que é na mente que se radica a ***Razão***, a qual, à semelhança de uma lâmpada, ilumina a todas as decisões, e à maneira de uma rainha governa a vontade. Pois, a tal ponto supõem ter sido a mesma banhada da luz divina para que possa decidir com muito acerto, e nesse poder exceler *a tal ponto* que possa reger com muita eficiência. Em contraposição, *imaginam* que a ***sensibilidade*** está *tão* embotada e *tão* eivada de obtusidade de visão, que sempre rasteje ao solo e se revolva nos mais vis objetos, nem jamais se alce ao verdadeiro discernimento; o ***apetite***, se porventura consegue obedecer à razão, nem se deixa sujeitar à sensibilidade, é levado ao cultivo das virtudes, a reta via conserva e em ***vontade*** se conforma; se entretanto se entrega à servidão da sensibilidade, é por ela *a tal ponto* corrompido e depravado, que degenera em ***concupiscência***.

E como, segundo a opinião deles, dentro *em nós* subsistem plenamente essas faculdades da alma que acima referi – *intelecto, sensibilidade* e *apetite* ou *vontade* –, sendo esta *última* designação já agora recebida em uso mais vulgarizado, postulam *esses filósofos que* o ***intelecto*** é dotado da ***razão***, a mais sublimada gestora para se viver bem e afortunadamente, contanto que o próprio ***intelecto*** se sustenha em sua excelência e dê vazão à força de natureza a si conferida. Seu impulso inferior, porém, que se denomina ***sensibilidade***, mercê da qual *o homem* é arrastado ao erro e ao engano, é tal que pode ser domado e aos poucos quebrantado pela palmatória da razão. Além disso, a meio caminho entre a razão e a sensibilidade colocam a ***vontade***, naturalmente senhora de seu direito e de *sua* liberdade, seja que lhe apraza obedecer à razão, seja prostituir-se à sensibilidade, para ser *dela* violentada.

3. A VONTADE HUMANA, NA OPINIÃO DOS FILÓSOFOS, É LIVRE E SOBERANA

Com efeito, convencidos pela própria experiência, é verdade que os filósofos de vez em quando não negam com quão grande dificuldade o homem firma em si o reinado à razão, enquanto ora é afagado pelos engodos dos prazeres, ora é iludido pela aparência de *coisas* boas, ora é violentamente combatido por impulsos imoderados e, como *o* diz Platão, como que por cordas ou correias puxado em direções diversas.[8] Pela mesma razão, também diz Cícero que aquelas fagulhas dadas pela natureza são, dentro em pouco, extintas pelas opiniões corruptas e pelos maus costumes.[9] Quando, realmente, enfermidades desta natureza uma vez se assenhorearam das mentes dos homens, confessam grassarem *elas* mais virulentamente do que seja possível facilmente debelá-las; nem hesitam em compará-las a cavalos bravios que, alijada a razão, qual um cocheiro atirado fora *da carruagem*, se entregam, desenfreada e desmedidamente, à licenciosidade.

Isto, contudo, determinam além de controvérsia: as virtudes e os vícios estão em nosso poder. Ora, dizem *eles*, se é de nossa escolha fazer isto ou aquilo, logo também o não fazê-lo. Por outro lado, se é *de nossa escolha* o não fazê-lo, logo é também fazê-lo. Mas parecemos fazer de livre escolha as *coisas* que fazemos e abster-nos daquelas das quais nos abstemos.[10] Portanto, se algo de bom fazemos quando *nos* apraza, podemos igualmente deixar de fazê-lo; se algo de mau perpetramos, podemos também evitá-lo. E alguns deles se têm arrojado até ao ponto de desbragamento: se jactam de que é certamente obra dos deuses que vivemos; nossa, entretanto, que vivemos bem e santamente. Donde também essa *observação* de Cícero, na pessoa de Cotta, de que, porquanto cada um adquire a virtude para si, ninguém dentre os sábios jamais rendeu graças a Deus a respeito dela. "Pois somos louvados em razão de *nossa* virtude", diz *ele*, "e em *nossa* virtude nos gloriamos, o que não

8. *Das Leis, livro* I.
9. *Tusculanas,* livro III.
10. Aristóteles, *Ética,* livro III, capítulo V.

aconteceria, se *ela* fosse dádiva de Deus, e não procedesse de nós *mesmos*."[11] E, pouco depois: "Este é o parecer de todos os mortais: que a Deus se deve pedir sorte, e que sabedoria se deve obter de si próprio."

Portanto, esta é a suma da opinião de todos os filósofos: que para a reta direção *do ser* basta a ***razão*** do intelecto humano; que a ***vontade*** a ela subjacente é, com efeito, pela ***sensibilidade*** solicitada às *coisas* más. Entretanto, visto que ***tem livre escolha***, de modo algum pode ser impedida de por tudo seguir a razão *como* guia.

4. Os patrísticos, ainda que um tanto ambiguamente, esposam o livre-arbítrio

Entre os escritores eclesiásticos *do passado*, embora não existisse ninguém que não tenha reconhecido não só ter sido a sanidade da razão no homem gravemente ferida através do pecado, como também extremamente enredilhada à vontade em desejos corruptos, muitos deles, no entanto, têm se aproximado dos filósofos muito mais do que *é* justo. Dentre os quais, os *mais* antigos a mim *me* parecem ter assim exaltado os poderes humanos com este intento: em primeiro lugar, para que não provocassem a galhofa dos próprios filósofos com quem estavam então a contender, se viessem a confessar francamente a carência *humana* de capacidade; em segundo lugar, *para que não* oferecessem nova ocasião de inércia à carne, *já* de sua *própria* vontade é demasiado embotada para o bem. Portanto, para que não ensinassem algo absurdo ao comum sentir dos homens, esforçaram-se por, a meio termo, conciliar a doutrina da Escritura com os dogmas da filosofia. Contudo, é evidente de suas *próprias* palavras que *eles* atentaram primordialmente para este segundo *ponto*: não dar lugar à inércia.

Diz Crisóstomo, em algum lugar: "Porquanto Deus pôs em nosso poder o bem e o mal, deu-*nos* o livre-arbítrio da escolha, e quando não queremos não *nos* força; quando, porém, queremos, *nos* abraça."[12] Igualmente: "Não raro, *aquele* que é mau, se for desejado, muda-se em bom; e *aquele* que é bom, por inércia, cai e se torna mau, porquanto o Senhor nos fez com uma natureza *dotada* do livre-arbítrio. Nem impõe *ele* necessidade. Pelo contrário, providos os remédios apropriados, tudo deixa ficar ao arbítrio do enfermo."[13] De novo: "Assim como nada jamais podemos fazer retamente, a não ser se ajudados pela graça de Deus, assim também, a menos que tenhamos de acrescentar *o* que é nosso, não poderemos alcançar o favor superno." *Ele*, porém, dissera antes: "Para que não seja tudo do auxílio divino, importa ao mesmo tempo que algo tragamos nós."[14] E por isso a cada passo é-lhe corriqueira

11. *Da Natureza dos Deuses*, livro III.
12. *Homílias da Traição de Judas*, I, 3.
13. *Sobre o Gênesis*, hom. XIX, 1.
14. *Sobre São Mateus*, hom. LXXXII, 4.

esta palavra: “Tragamos *o* que é nosso; o restante Deus suprirá.”[15] Consistente com isso *é o* que Jerônimo diz: “Nosso é o começar, de Deus, porém, o terminar; nosso, oferecer *o* que podemos, dele prover *o* que não podemos.”

Destas afirmações vês, sem dúvida, que, mais do que era justo, esses *patrísticos* prodigalizaram ao homem o zelo para com a virtude, pois pensavam não poderem despertar de outra maneira o torpor a nós ingênito, a não ser que nos acusassem de pecar só em função dele. Com quão grande habilidade, porém, veremos em seguida o que foi feito por eles. Com efeito, dentro em pouco ficará patente que *essas* postulações às quais nos reportamos são de todo falsas.

Ademais, embora os gregos, mais que outros, e entre eles singularmente Crisóstomo, excederam o limite em exaltar a capacidade da vontade humana, contudo todos os antigos, excetuado Agostinho, nesta matéria a tal ponto ou divergem, ou vacilam, ou falam confusamente, que de seus escritos quase nada de certo se pode referir. E assim não nos deteremos a enumerar mais precisamente as opiniões de um a um, mas apenas respigaremos de passagem, de cada um, o quanto o teor do argumento parecer exigir.

Os que seguiram após, enquanto cada um procura captar em favor de si *próprio* o louvor da argúcia na defesa da natureza humana, decaíram, pouco a pouco, uns após os outros, em um contínuo *cada vez* pior, até que se chegou a isto: que o homem, corrompido apenas na ***parte sensória***, se viesse generalizadamente a reputar ter inteiramente incólume a razão e também, em sua maior parte, a ***vontade***. Enquanto isso, volitou na boca de todos este *postulado*: que os dotes naturais do homem se corromperam; detraídos, porém, os supernaturais. Qual, entretanto, o alcance *disso*, mal um em cem sequer de leve *o* degustou. Na verdade, se eu quisesse com clareza ensinar qual é a corrupção da natureza, ter-me-ia de facilmente contentar com estas palavras. No entanto, sobremodo interessa ponderar atentamente de que capacidade *ainda* dispõe o homem, não apenas corrompido em todas as partes de sua natureza, mas também destituído dos dons supernaturais.

Portanto, em referência a esta matéria, falaram demasiado filosoficamente *aquele*s que se vangloriavam de ser discípulos de Cristo. Ora, sempre subsistiram entre os latinos a expressão ***livre-arbítrio***, como se o homem permanecesse íntegro até o presente. Os gregos, porém, não se acanharam em fazer uso de vocábulo muito mais presunçoso, por isso se diziam αὐτεξούσιον [*autĕxoúsiŏn – possuído de poder próprio*], como se por si só o poder residisse no homem.

Logo, uma vez que todos, até mesmo o povo comum, estão imbuídos deste princípio, que o homem é dotado de livre-arbítrio, não obstante *o fato é que mesmo* alguns deles, que desejam parecer sofisticados, desconhecem até onde ele se estende. Nós, antes, perscrutemos o alcance do termo; então, da singeleza da Escritura,

15. *Sobre o Gênesis*, hom. XXV, 7.

determinemos o que, para o bem ou *para* o mal, por sua própria natureza pode o homem.

O que fosse o livre-arbítrio, poucos *o* têm definido, ainda que nos escritos de todos *essa expressão* ocorra repetidamente. Orígenes,[16] contudo, parece ter proposto isto, acerca de que entre eles, indistintamente, havia consenso, quando disse: "*O livre-arbítrio* é a faculdade da razão para *discernir* o bem ou o mal, a faculdade da vontade para *escolher* um ou outro *desses dois*." Agostinho não discorda dele quando ensina que *o livre-arbítrio* é a faculdade da razão e da vontade pela qual, assistindo-*as* a graça, se escolhe o bem, deixando ela de assisti-las, escolhe-se o mal. Já que prefere falar de maneira sofisticada, Bernardo *se expressa* de modo mais obscuro dizendo que *o livre-arbítrio* é o acordo que resulta da indirimível liberdade da vontade e do indeclinável julgamento da razão.[17] A definição de Anselmo não é bastante explícita, o qual ensina que *o livre-arbítrio* é o poder de conservar a retidão em função de si própria.[18]

Dessa forma, Pedro Lombardo e os escolásticos favoreceram a definição de Agostinho, porquanto não só era mais inteligível, como também não excluía a graça de Deus, sem a qual viam que a vontade, de si mesma, não bastava.[19] Contudo, também *eles* próprios acrescentam suas *noções* que, ou julgavam ser melhores, ou que *pensavam* contribuírem para explicação mais completa. Estão de acordo, em primeiro lugar, em que o substantivo ***arbítrio*** se deve referir antes à razão, à qual cabe discernir entre o bom e o mau, *enquanto* o adjetivo ***livre*** pertence propriamente à vontade, que se pode vergar para uma ou outra *dessas duas alternativas*. Portanto, como a liberdade cabe propriamente à vontade, Tomás *de Aquino* pensa que uma excelente definição é: o livre-arbítrio é o poder de escolha que, na verdade, mixto de inteligência e apetite, contudo mais se inclina para o apetite.[20]

Já temos em quais *elementos* ensinam estar situado o poder do livre-arbítrio, isto é, na ***razão*** e na ***vontade***. Resta agora ver, sucintamente, quanto atribuem a uma e a outra *dessas duas* partes.

5. Acepções de vontade e de liberdade nos patrísticos

Geralmente *esses vultos eclesiásticos* costumam atribuir ao livre desígnio do homem as coisas intermédias, que evidentemente nada têm a ver com o reino de Deus, mas atribuir a verdadeira justiça **à** graça especial de Deus e à regeneração espiritual. No afã de tornar isto evidente**,** o autor da obra ***A Vocação dos Gentios***

16. *De principiis*, lib. III.
17. *Da Graça e do Livre-arbítrio*, cap. II, 4.
18. *Diálogo sobre o Livre-arbítrio*, cap. III.
19. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, livro II, 24.
20. *Suma Teológica*, Parte I, pergunta 83, art. 3.

enumera uma tríplice vontade: a primeira, *sensória*; a segunda, *animal*; a terceira, *espiritual*, das quais as duas primeiras ensinam que o homem as tem livres, sendo a última obra do Espírito Santo no homem. Se porventura isto é procedente, será analisado em seu *devido* lugar, pois agora o propósito é *apenas* mencionar sucintamente as opiniões dos outros, não refutá-*las*.

Daqui resulta que *esses* escritores, quando tratam do livre-arbítrio, cogitam acima de tudo não de que papel exerça *ele* em relação às ações civis ou externas; ao contrário, de que poder se reveste no que se reporta à obediência da lei divina. Reconheço ser esta última questão a principal, *contudo* em moldes tais que julgo não dever negligenciar-se completamente a primeira. Espero poder apresentar uma razão bem satisfatória deste *meu* ponto de vista.

Veio, porém, a prevalecer entre as escolas a distinção que enumera uma tríplice liberdade: a primeira, da *necessidade*; a segunda, do *pecado*; a terceira, da *miséria*, das quais a primeira é por natureza de tal forma inerente ao homem que de nenhum modo pode ser alijada; as outras duas foram perdidas mediante o pecado. De bom grado acolho esta distinção, exceto que aqui se confunde, indevidamente, necessidade com coação. Quanto de diferença haja entre elas e quão necessário se deva considerar *isto*, evidenciar-se-á em outro lugar.

6. GRAÇA OPERANTE E GRAÇA COOPERANTE E O LIVRE-ARBÍTRIO

Caso se admita isto, estará fora de questão que o livre-arbítrio não é bastante ao homem para as boas obras, a não ser que seja ajudado pela graça, e na verdade pela graça especial, *graça esta* de que os eleitos só são dotados mediante a regeneração. Logo, deixo de levar em conta os fanáticos que bradam que a graça é distribuída *a todos* de modo igual e de forma indistinta. Isto, entretanto, ainda não está claro: se porventura *o homem* esteja de todo privado da capacidade de fazer o bem, ou tenha para isso alguma *capacidade*, ainda que diminuta e precária, que certamente nada possa de si, todavia, em auxiliando-*a* a graça, desempenhe também *ela* mesma sua função. Tendo em mira decidir isto, o Mestre das Sentenças ensina que nos é necessária dupla graça para que nos tornemos capazes para uma boa obra. A uma *ele* chama de *graça* ***operante***, mercê da qual resulta que queiramos o bem eficazmente; ***cooperante***, a outra, que acompanha a boa vontade, coadjuvando-*a*.[21] Nesta divisão desagrada-me isto: que, enquanto atribui à graça de Deus o eficaz desejo do bem, dá a entender que, já de sua *própria* natureza, de certo modo, ainda que ineficazmente, o homem deseja o bem. Assim Bernardo, asseverando que de fato a boa vontade é obra de Deus, no entanto concede isto ao homem: que *ele* deseja, de moto próprio, esta espécie de boa vontade.[22] Isto, entretanto, está longe da mente de Agostinho, de

21. Pedro Lombardo, *Livro das Sentenças*, Livro II, 26.
22. *Da Graça e do Livre-arbítrio*, cap. III, 7.

quem, todavia, Lombardo deseja parecer haver tomado *essa* distinção *entre graça operante e graça cooperante*.

No segundo membro *desse binômio distincional* ofende-me a ambigüidade, a qual tem gerado interpretação pervertida. Pois pensaram que cooperamos com a segunda *dessas modalidades da* graça de Deus, visto ser nosso direito ou de tornar inútil a primeira graça, rejeitando-*a*, ou de confirmá-*la*, seguindo-*a* obedientemente. Isto o autor da obra ***A Vocação dos Gentios*** exprime desta forma: os que fazem uso do juízo da razão são livres para apartar-se da graça, de sorte a ser mérito o não haver-se apartado; e de sorte que, *o* que não se pode fazer, senão mediante a assistência do Espírito, se credita aos merecimentos daqueles de cuja vontade isto não pôde ser feito.

Pareceu-me bem abordar, de passagem, estes dois *pontos*, para que o leitor já veja quanto discordo dos escolásticos mais sóbrios. Ora, dos sofistas mais recentes difiro em extensão *ainda* maior, a saber, quanto estão distanciado da antigüidade. Como quer que seja, desta divisão, contudo, compreendemos em que medida *eles* têm conferido o livre-arbítrio ao homem. Pois Lombardo sentencia, afinal, que temos o livre-arbítrio não que, em relação ao bem e ao mal, estejamos capacitados para ou fazer ou pensar de modo igual, mas apenas que somos liberados de compulsão, liberdade que, *segundo ele*, não é impedida, ainda que sejamos depravados, e servos do pecado, e nada possamos senão pecar.

7. INCONVENIÊNCIA DA EXPRESSÃO LIVRE-ARBÍTRIO

Desse modo, pois, dir-se-á que o homem é dotado de livre-arbítrio: não porque tenha livre escolha do bem e do mal, igualmente; ao contrário, porque age mal por vontade, não por *efeito de* coação. Por certo que isto *soa* muito bem. Mas, a que servia etiquetar com título tão pomposo coisa de tão reduzida importância? Excelente liberdade, sem dúvida, seria se com efeito o homem não fosse compelido pelo pecado a servi-*lo*; se, no entanto, é ἐθελόδουλος [*ěthělŏdoulŏs – escravo por querer*; *escravo por vontade*], de sorte que a vontade lhe é mantida amarrada pelas peias do pecado!

Certamente que abomino λογομαχίας [*lŏgŏmachías – contendas de palavras*] com as quais a Igreja em vão se afadiga, porém julgo ser religiosamente preciso evitar estas palavras que soam algo absurdo, principalmente quando induzem perniciosamente ao erro. Indago, porém, quão poucos são *os* que, em ouvindo atribuir-se livre-arbítrio ao homem, imediatamente não o concebam ser senhor tanto de sua mente quanto da vontade, *tanto* que possa de si mesmo vergar-se para uma e outra *dessas duas* partes?

Contudo, alguém dirá que é preciso afastar perigo desta natureza, se cuidadosamente o povo em geral for informado quanto ao *exato* sentido *desta expressão*. Na

realidade, porém, como o coração humano propende espontaneamente para a falsidade, de uma palavrinha só o erro sorverá mais depressa do que faz extenso discurso em prol da verdade. Nesta própria expressão temos deste fato mais indisputável experiência do que seria de se almejar. Ora, enquanto se apega à etimologia do termo, deixada de lado aquela interpretação dos *escritores* antigos, quase toda a posteridade tem sido arrastada à ruinosa confiança pessoal.

8. A CONCEPÇÃO AGOSTINIANA DA LIBERDADE DA VONTADE

Pois se nos move a autoridade dos Pais, certamente que eles mantêm constantemente nos lábios a expressão *livre-arbítrio*, contudo ao mesmo tempo declaram em que acepções a usavam. Em primeiro lugar, *temos* Agostinho, que não hesita em dizer ser ele ***servo***.[23] *É verdade que*, em certo lugar, esbraveja contra os que negam o livre-arbítrio. A razão primordial *de agir assim* ele a declara quando diz: "Apenas não ouse alguém assim negar o arbítrio da vontade que *dessa forma* queira escusar o pecado."[24] Contudo firmemente confessa, em outro lugar, que sem o Espírito a vontade do homem não é livre, uma vez que se fez sujeita a desejos que *a* acorrentam e *a* dominam.[25] De igual modo, vencida a vontade pela depravação em que caiu, a natureza *humana* começou a carecer de liberdade.[26] Também, fazendo mal uso do livre-arbítrio, o homem não só *a si mesmo* se perdeu, mas ainda a seu arbítrio.[27] Igualmente, *a tal ponto* o livre-arbítrio se fez cativo, que nenhum poder possui para a *prática da* justiça.[28] Ainda, não pode ser livre *o* que a graça de Deus não libertar.[29] Ademais, não se cumpre a justiça de Deus quando a lei *o* ordena e o homem *o* faz como que de suas *próprias* forças; ao contrário, quando o Espírito assiste e a vontade do homem – não *que seja* livre, mas *porque foi* libertada por Deus – obedece.[30] E de tudo isso oferece, sucintamente, a razão, quando escreve em outro lugar que o homem, quando foi criado, recebeu grandes poderes de livre-arbítrio; contudo, ao pecar, *os* perdeu.[31] E assim, em outra passagem, depois de mostrar que o livre-arbítrio é estabelecido ***pela graça***, investe asperamente contra aqueles que a si o reivindicam ***sem a graça***. "Portanto", diz *ele*, "por que razão ousam ensoberbecer-se, homens miserandos, ou, quanto ao livre-arbítrio, antes de serem libertados; ou, se já foram libertados, quanto a suas forças?"

23. *Contra Juliano*, livro II, capítulo 8.
24. *Sobre São João*, hom. 53.
25. *Epístola a Anastásio*, 145, 3.
26. *Da Perfeição da Justiça*, cap. v.
27. *Inqurição*, 9, 30.
28. *A Bonifácio*, livro III, capítulo 8.
29. *Ibid.*, livro III, capítulo 6.
30. *Ibid.*, livro III, capítulo 7.
31. *Sermão 131*, cap. vi.

Nem atentam *para o fato de* que na própria expressão "livre-arbítrio" está, de fato, implícita *essa* libertação. Ora, onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade [2Co 3.17]. Se, pois, são escravos do pecado, por que se vangloriam do livre-arbítrio? Com efeito, por quem foi alguém vencido, a esse também foi *por* servo judicialmente declarado [2Pe 2.19]. Mas, se foram libertados, por que se vangloriam como de sua própria ação? Porventura são a tal ponto livres que nem queiram ser servos daquele que diz: "Sem mim nada podeis fazer" [Jo 15.5]?[32]

Que *mais dizer*, já que, ainda em outro lugar, é como se jocosamente gracejasse quanto ao uso desta expressão, quando diz que, de fato, o arbítrio é livre, porém não libertado: livre da justiça**,** servo do pecado?[33] Esta afirmação *ele a* repete e *a* explica também em outro lugar, onde ensina que o homem não é livre da justiça, senão pelo arbítrio da vontade; contudo não se faz livre do pecado, senão pela graça do Salvador.[34] *Aquele* que atesta não ser a liberdade do homem outra coisa senão emancipação ou manumissão da justiça, parece estar meramente escarnecendo do nome vazio *de sentido*.

E assim, se alguém admite o uso desta expressão em acepção não desvirtuada, por certo que não será por mim molestado por essa razão. Todavia, porque julgo que não se pode retê-la sem ingente perigo, e, ao contrário, seria um grande bem para a Igreja se fosse ignorada, preferiria não usá-la; e se os outros me consultam, optaria que se faria bem abstendo-se *de usá-la*.[35]

9. OUTROS PATRÍSTICOS AO LADO DE AGOSTINHO

Tudo indica que grande preconceito atraí contra minha pessoa quando confessei que todos os escritores eclesiásticos, exceto Agostinho, nesta matéria se expressaram tão ambígua ou variadamente que de seus escritos não se pode ter *coisa* alguma certa. Ora, alguns haverão de interpretar isto exatamente como se os quisesse privar do direito de opinião, já que todos me são contrários. Eu, porém, outra *coisa* não tive em vista, a não ser que quis, com candidez e em boa fé, o que demandam as mentes piedosas, as quais, se nesta matéria esperam a orientação desses, sempre flutuarão incertas. Com efeito, ora ensinam que o homem, despojado dos poderes do livre-arbítrio, só na graça se refugia, ora ou o investem, ou parecem investir, de *suas* próprias armas.

Contudo, se aqui eu inserir algumas opiniões deles, nas quais isto é ensinado claramente, não é difícil de provar como transparece na *própria* ambigüidade desse modo de falar, estimada a virtude humana em nada ou ao mínimo possível, terem

32. *Do Espírito e da Letra*, cap. xxx, 52.
33. *Da Correção e da Graça*, xiii, 42.
34. *A Bonifácio*, livro I, capítulo ii.
35. Primeira edição: "antes, havê[-lo] de ser para o grande bem da Igreja, se é olvidada, nem [eu] próprio [a] desejaria usar, e os outros, se me consultam, optaria por que se abstivessem [de usá-la]."

eles conferido ao Espírito Santo todo o louvor de todo bem. Pois, que quer dizer esse *refrão* de Cipriano tantas vezes celebrado por Agostinho: “Não devemos gloriar-nos de nada, porque nada é nosso”, senão que o homem, em si inteiramente destituído de poder, aprenda a depender todo de Deus?[36] Que *expressa* aquela *interpretação* de Agostinho e Euquério, quando expõem que a árvore da vida é Cristo, para a qual quem estender a mão viverá, *e* que o livre-arbítrio da vontade é a árvore do conhecimento do bem e do mal, da qual quem provar, preterida a graça de Deus, morrerá?[37] Que *significa* essa *afirmação* de Crisóstomo, de que todo homem, por natureza, *é* não só um pecador, mas ainda *é* todo pecado?[38]

Se nada temos de bom, se da cabeça ao calcanhar o homem é todo pecado, se, na verdade, não é próprio *sequer* sondar até onde vai a faculdade do arbítrio, quem ouse permitir que se reparta o louvor de uma boa obra entre Deus e o homem? *Eu* poderia mencionar outros *autores* número muitíssimo avultado *de testemunhos* dessa mesma natureza. Entretanto, para que alguém não objete cavilosamente que estou a escolher apenas aqueles que me servem ao propósito, porém manhosamente a preterir *os* que se *lhe* contrapõem, abstenho-me desta enumeração. No entanto ouso afirmar isto: por mais extremados que sejam, por vezes, em exaltar o livre-arbítrio, contudo este propósito tem sido seu escopo: ensinar ao homem, inteiramente alijado da confiança de sua *própria* virtude, a ter sua força posta unicamente em Deus.

Chego agora à singela exposição da verdade quanto ao que respeita à *real* natureza do homem.

10. O SENSO DE NOSSA DEPENDÊNCIA DE DEUS É O CAMINHO DA VITÓRIA

Entretanto, *o* que disse anteriormente no início deste capítulo, sou compelido a repetir aqui, de novo: que todo aquele que se vê profundamente acabrunhado e consternado pela consciência de sua miséria, pobreza, nudez, ignomínia, tem assim avançado extraordinariamente no conhecimento de si *próprio*. Ora, não há perigo de que o homem prive a si mesmo excessivamente, desde que aprenda que se deve recobrar em Deus o que em si mesmo falta. Com efeito, na verdade nem pode *o homem* a si presumir um tantinho de nada além de seu direito, sem que não só se perca em vã confiança *pessoal*, mas ainda, transferindo a si a honra divina, se faça réu de monstruoso sacrilégio. Evidentemente, sempre que nos vem à mente essa ânsia de apetecer alguma coisa que nos pertença e não a Deus, temos de compreender que tal pensamento nos é inspirado pelo que induziu nossos primeiros pais a quererem ser semelhantes a Deus, conhecendo o bem e o mal[39] [Gn 15]. Caso seja a

36. *Livro da Predestinação dos Santos*, cap. III, 7.

37. Agostinho, *Sobre o Gênesis*, livro 8, cap. IV. Euquerio, *Comentário ao Gênesis*, livro I.

38. *Homília I sobre o Advento*.

39. Primeira edição: “E, sem dúvida, quantas vezes nos invade a mente este desejo, que busquemos ter algo nosso, [algo] que, de fato, resida em nós antes que em Deus, saibamos que este pensamento nos é

palavra do Diabo que exalta o homem em si mesmo, não lhe demos lugar, a não ser que queiramos receber conselho do inimigo. Sem dúvida é grato possuir tanto de poder próprio que hajas de confiar em ti mesmo. Mas, para que não sejamos seduzidos a esta vã confiança *pessoal*, que sejamos atemorizados por tantas declarações graves *da Escritura* pelas quais somos severamente consternados, a saber: "Maldito é *aquele* que confia no homem e põe a carne *por* seu braço" [Jr 17.5]; igualmente: "Deus não se deleita na força do cavalo e não lhe comprazem as pernas do homem, mas se afeiçoa nos que o temem, nos que se entregam à sua bondade" [Sl 147.10, 11]; também: "É ele que dá alento ao cansado e ao sem forças aumenta o vigor, que faz com que os jovens se fatiguem e se abatam, os moços de exaustão tombem, porém os que só nele esperam renovem suas forças" [Is 40.29-31].

Todas estas *referências* conduzem a isto: que não nos apoiemos na convicção de nossa *própria* força, por mínima que seja *tal convicção*, se queremos que Deus nos seja propício, o qual resiste aos soberbos, porém dá graça aos humildes [Tg 4.6; 1Pe 5.5; Pv 3.34]. Então, em seguida venham à memória estas promessas: "Derramarei água sobre o solo sedento, e rios sobre a *terra* seca" [Is 44.3]; de igual modo: "Vinde às águas todos os que tendes sede" [Is 55.1], as quais atestam que, para receber as bênçãos de Deus, a ninguém se admite, senão os que se consomem sob o senso de sua pobreza. Com isso não se pretere *promessa tal* como esta de Isaías: "O sol já não ser-te-á para iluminar durante o dia, nem a lua para iluminar durante a noite; ao contrário, o Senhor ser-te-á por luz sempiterna" [Is 60.19]. Certamente, o Senhor não subtrai de seus servos o fulgor do sol ou da lua; mas, visto que somente ele quer ser glorioso neles, afasta para longe deles a confiança mesmo posta naquelas *coisas* que em sua opinião são mui excelentes.

11. Verdadeira humildade: a única atitude que nos convém

Sempre me agradou sobremaneira esta *ponderação* de Crisóstomo: "A humildade é o fundamento de nossa filosofia."[40] Contudo, mais ainda esta de Agostinho: "Da mesma forma", diz *ele*, "que aquele orador, indagado qual seria o primeiro entre os preceitos da eloqüência, respondeu: a elocução; como o segundo: a elocução; também o terceiro: a elocução; assim, se me interrogas acerca dos preceitos da religião cristã, primeiro, segundo e terceiro, me agradaria responder sempre: a humildade."[41]

Todavia, como *o* declara em outro lugar, não considera *como* humildade quando, cônscio de alguma porção de virtude em si *próprio*, o homem não cede ao orgulho; mas, ao contrário, quando ele se sente verdadeiramente que nenhum refúgio

sugerido não de outro conselheiro que [daquele] que induziu [nossos] primeiros pais a que quisessem ser semelhantes aos deuses, conhecendo o bem e o mal."

40. *Homília sobre a Perfeição Evangélica*.

41. *Epístola 56. A Dióscoro*.

possui senão na humildade. “Ninguém”, diz *ele*, “se lisonjeie. Por si *mesmo* não passa de um satanás. Do que é aquinhoado, isso ele o tem somente de Deus. Pois, que tens de teu senão o pecado? Toma para ti o pecado, porque é teu, já que a retidão é de Deus.”[42] Ainda: “Por que tanto se presume da possibilidade de *nossa* natureza? Está chagada, dilacerada, arruinada, perdida. Tem *ela* necessidade de verdadeira confissão, não de falsa defesa.”[43] De novo: “Quando alguém reconhece que em si mesmo nada é e nenhuma ajuda tem de si *próprio*, dentro de si estão quebradas as armas, serenados estão os embates. Mas, é indispensável que todas as armas da impiedade sejam despedaçadas, sejam esmigalhadas, sejam consumidas pelo fogo, *e* permaneças inerme, nenhum recurso tenhas em ti *mesmo*. Quanto mais fraco és em ti, tanto mais te sustém o Senhor.”[44] Assim, na consideração do Salmo 70, proíbe que nos lembremos de nossa justiça *pessoal*, para que conheçamos a justiça de Deus; e mostra que Deus nos recomenda sua graça de tal modo que saibamos que nós nada somos, que nos mantemos firmes apenas pela misericórdia de Deus, já que de nós mesmos nada somos senão maus.

Portanto, neste ponto não contendamos com Deus acerca de nosso direito, como se perdêssemos em nosso proveito tudo quanto a ele atribuímos. Ora, se nossa humildade é sua exaltação, assim a confissão de nossa humildade tem sua misericórdia como remédio preparado. Contudo, nem pretendo que um homem que não se deixa *assim* persuadir ceda espontaneamente; e se tem alguma capacidade, que dela desvie a mente para que se sujeite à verdadeira humildade. Pelo contrário, *pretendo* que, debelada a enfermidade φιλαυτίας καὶ φιλονεικίας [*philautías kaì philŏneikías – do amor de si mesmo e do prazer por contenciosidade*], obcecado pela qual pensa em si mais do que convém [Gl 6.3], se contemple honestamente no veraz espelho da Escritura [Tg 1.22-25].

12. DESFEITOS OS DONS SUPERNATURAIS, CORROMPIDOS OS NATURAIS, CONTUDO O HOMEM AINDA POSSUI A RAZÃO

Sem dúvida, a mim *me* agrada aquela opinião comum que *os autores* tomaram de Agostinho, de que os dons naturais foram corrompidos no homem pelo pecado, mas que foi totalmente esvaziado dos *dons* supernaturais. Com efeito, compreendem nesta última cláusula tanto à luz da fé quanto da retidão, que seriam suficientes para alcançarem a vida celeste e a felicidade eterna. Portanto, abdicando ao reino de Deus, foi ao mesmo tempo privado dos dons espirituais de que fora dotado para a esperança da salvação eterna. Do quê se segue que se exilou do reino de Deus em tal grau que, até que *as* recubra pela graça da regeneração, nele foram extintas todas as

42. *Sobre o Evangelho de São João*, 49.
43. *Sobre a Natureza e a Graça* 53, 62.
44. *Sobre o Salmo* 46.

capacidades que visam à vida bem-aventurada da alma. Estão entre estas a fé, o amor de Deus, a caridade para com o próximo, o zelo pela santidade e pela retidão. Todas estas *coisas,* já que Cristo no-*las* restitui, devem ter-se por adventícias e além de *nossa* natureza, e por isso concluímos que nos foram suprimidas.

Ademais, foram ao mesmo tempo extirpadas a integridade da mente e a retidão do coração. E esta é a corrupção dos dons naturais. Pois, ainda que, juntamente com a vontade, permaneça um certo resíduo de entendimento e juízo, entretanto nem *por isso* diremos ser a mente íntegra e sã, a qual é não só fraca, mas também imersa em densas trevas. E a depravação da vontade é mui suficientemente conhecida. Portanto, já que a razão é um dom natural, mercê da qual o homem distingue entre o bem e o mal, mediante a qual intelige e julga, não pôde ser totalmente destruída, mas foi em parte debilitada, em parte corrompida, de sorte que se manifestam suas ruínas disformes. Neste sentido João diz que a luz ainda brilha nas trevas, mas não é compreendida pelas trevas [Jo 1.5], palavras com que se exprime claramente um e outro *destes fatos*: na natureza pervertida e degenerada do homem ainda brilham centelhas que mostram ser *ele* um animal racional e diferir dos brutos, porquanto foi dotado de inteligência, e todavia esta luz é sufocada por mui densa ignorância, de sorte a não poder defluir eficientemente. Assim, a vontade, porque é inseparável da natureza do homem, não pereceu, mas foi cingida de desejos depravados, de sorte que não pode inclinar-se para nada que seja reto.

Esta é, certamente, uma definição completa, *definição* que, entretanto, deve ser explicada através de mais *elementos*. Portanto, para que a ordem de consideração proceda segundo aquela primeira distinção, pela qual dividimos a alma do homem em intelecto e vontade, examinemos, em primeiro lugar, o poder do intelecto. Condená-lo de cegueira perpétua, a tal ponto que nenhum entendimento lhe reste em qualquer gênero de coisas, não só se contrapõe à Palavra de Deus, mas até mesmo à experiência do senso comum. Ora, vemos que *é* inerente na mente humana não sei que desejo de buscar a verdade, à qual de modo algum aspiraria, a não ser que lhe *fosse* anteriormente sentido algum odor. Portanto, que *o homem* é por natureza arrebatado pelo amor da verdade, cujo menosprezo nos animais brutos *lhes* argúi crasso senso, sem racionalidade, é já esta alguma perspiciência do intelecto humano; não obstante, esta predisposição, seja qual for sua natureza, desfalece antes que adentre o estádio de sua corrida, porquanto cede logo à vacuidade. Pois, assim como a mente do homem não pode, em razão de *sua* obtusidade, conservar a reta senda da verdadeira investigação, pelo contrário, divaga por diversos erros e, como se a tatear em trevas, tropeça repetidamente, até que, por fim, desgarrada, some de vista, assim também na busca da verdade põe à mostra quanto é inepta para buscá-la e descobri-*la*.

Ademais, labora pesadamente em outra vacuidade, a saber, freqüentemente não discerne o conhecimento de quais coisas convenha aplicar-se. E assim, em investi-

gando coisas de todo vazias e irrelevantes, de risível curiosidade se atormenta, às coisas particularmente necessárias de se conhecer raramente ou não atenta ou se volve com menosprezo; na verdade, dificilmente *lhes* aplica sua diligência com seriedade.

Embora os escritores profanos constantemente se queixem desta depravação, descobrem-se quase todos haver-se nela emaranhado, razão por que Salomão, em todo seu Eclesiastes, onde perlustrou *todos* estes estudos em que os homens por si *mesmos* parecem saber sobejamente, por fim declara que são inúteis e frívolos.

13. A compreensão humana na esfera das coisas terrenas e da sociedade organizada

Todavia, quando o entendimento do homem se esforça em conseguir algo, seu esforço não é tão debalde que não logre nada, especialmente quando se trata de coisas inferiores.[45] Pelo contrário, também nem tão obtusa é *a compreensão humana* que não saboreie pelo menos um pouquinho das *coisas* superiores, ainda que divague inquirindo mais negligentemente dessas coisas, nem por certo *faça* isso com igual capacidade. Quando, porém, é arrojada acima do âmbito da presente vida, então afinal principalmente se convence de sua debilidade. Por isso, para que percebamos melhor até onde, em função do grau de sua capacidade, possa *ela* proceder em cada matéria, é-nos indispensável estabelecer uma distinção. Eis, pois, a distinção: certamente uma é a compreensão das coisas terrenas; a outra, porém, *a* das celestiais.

Chamo de "coisas terrenas" *aquelas* que não dizem respeito a Deus e seu reino, à verdadeira justiça, à bem-aventurança da vida futura; mas, ao contrário, têm significado e nexo em relação à presente vida, e de certo modo se mantêm dentro dos limites. "Coisas celestiais" *chamo* o puro conhecimento de Deus, o senso da verdadeira justiça e os mistérios do reino celeste. Na primeira classe estão a ciência política, a economia doméstica, todas as artes mecânicas e as disciplinas liberais; na segunda, o conhecimento de Deus e da divina vontade e a norma de plasmar a vida em conformidade com essa vontade.

Quanto à primeira *dessas classes*, porém, assim se deve confessar: uma vez que o homem é um animal por natureza social, conseqüentemente propende por instinto natural a promover e conservar esta sociedade, e por isso observamos que existem na mente de todos os homens impressões universais não só de uma certa probidade, como também de uma ordem civil. Daqui resulta que *não* se ache ninguém que não compreenda ser conveniente que todas e quaisquer comunidades humanas sejam reguladas por leis, e que não abarque na mente os princípios dessas leis. Daqui esse

45. Primeira edição: "Todavia, nem seus tentamens cedem sempre ao nada a tal ponto que [o entendimento humano] não consiga algo, especialmente quando a si mesmo se volta a estas [cousas] inferiores."

perpétuo assentimento para com as leis, tanto de todas as nações quanto de cada mortal; por isso, sem mestre ou legislador, as sementes são implantadas em todos.

Nem me detenho a considerar as dissensões e conflitos que logo surgem, enquanto uns, como os ladrões e salteadores, desejam ver revertido todo direito e justiça, desfeitas todas as barreiras das leis, e ver sua cupidez prevalecendo por direito. Outros, *o* que é vício mais do que comum, pensam ser iníquo aquilo que é sancionado por uns como justo e, em contrário, contendem *ser* louvável *aquilo* que é proibido por outros; ainda que aqueles por isso não odeiem as leis, as quais ignoram serem boas e santas, mas, exacerbados por desenfreada cobiça, pugnam contra a razão manifesta e, em função de sua cupidez, abominam *o* que aprovam com a compreensão da mente. A contenção destes é tal que não invalida essa primeira concepção da eqüidade, porque, enquanto os homens disputam entre si a respeito de capítulos das leis, estão de acordo no que tange a certa noção básica da justiça. No que se argúi com certeza quanto à debilidade da mente humana, a qual, mesmo quando parece trilhar o caminho, manqueja e cambaleia. Não obstante, isto permanece: em todos é implantada uma certa semente da ordem política. E esta é ampla prova de que na direção desta vida homem nenhum é destituído da luz da razão.

14. A COMPREENSÃO HUMANA NA ÁREA DAS ARTES

Seguem-se as artes, sejam as liberais, sejam as manuais, aprendendo as quais, visto que certa aptidão nos é inata a todos, também nelas se evidencia o poder da agudeza humana. Mas, ainda que nem todos sejam aptos para aprender todas elas, todavia é marca bastante segura da energia comum o fato de que *não* se acha quase ninguém em quem não se evidencie proficiência em alguma arte. Nem se encontra à mão somente a energia e capacidade para aprender, mas também para inventar algo novo em cada arte, ou para aperfeiçoar e burilar *o* que hajas aprendido de outrem que veio antes *de ti*. Como isso impeliu improcedentemente a Platão a que ensinasse que compreensão dessa natureza nada é senão recordação *de viver anterior*, assim, de mui excelente razão nos compele a confessar que o princípio lhe é ingênito no entendimento humano.

Logo, estas evidências atestam claramente que por natureza é instilada nos homens a compreensão universal da razão e da inteligência. Todavia, *este* bem é tão universal que cada um deve reconhecer nele a peculiar graça de Deus a seu favor. A esse reconhecimento o próprio Criador de *nossa* natureza amplamente nos desperta enquanto cria os imbecis, nos quais põe à mostra de que dotes a alma do homem excele quando não inundada de sua luz, *luz* que em todos, tão natural subsiste, que a cada um é dádiva inteiramente graciosa de sua beneficência.

Com efeito, a invenção ou o ensino sistemático das próprias artes, ou *seu* conhecimento mais íntimo e mais eminente, que é próprio de poucos, por certo que não é

sólida prova da perspicácia universal. Contudo, porque atinge indistintamente a piedosos e a ímpios, com razão se conta entre os dons naturais.

15. A compreensão humana a esplender na variada esfera do saber e do conhecimento secular

Quantas vezes, pois, entramos em contato com escritores profanos, somos advertidos por essa luz da verdade que neles esplende admirável, de que a mente do homem, quanto possível decaída e pervertida de sua integridade, no entanto é ainda agora vestida e adornada de excelentes dons divinos. Se reputarmos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade, a própria verdade, onde quer que *ela* apareça, não *a* rejeitaremos, nem *a* desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus. Ora, nem se menosprezam os dons do Espírito sem desprezar-se e afrontar-se ao próprio *Espírito*.

E então? Negaremos que a verdade se manifestou nos antigos jurisconsultos, os quais, com eqüidade tão eminente, plasmaram a ordem política e a instituição jurídica? Diremos que os filósofos foram cegos, tanto nesta apurada contemplação da natureza, quanto em *sua* engenhosa descrição? Diremos que careciam de inteligência esses que, estabelecida a arte de arrazoar, *a nós* nos ensinaram a falar com razoabilidade? Diremos que foram insanos esses que, forjando a medicina, nos dedicaram sua diligência? O que *dizer* de todas as ciências matemáticas? Porventura as julgaremos delírios de dementes? Pelo contrário, certamente não poderemos ler sem grande admiração os escritos dos antigos acerca dessas coisas. Mas os admiraremos porque seremos obrigados a reconhecer seu profundo preparo.

Todavia, consideraremos algo digno de louvor ou mui excelente que não reconheçamos provir de Deus? Envergonhemo-nos de tão grande ingratidão, na qual nem *mesmo* os poetas pagãos incidiram, os quais têm professado que a filosofia é invento dos deuses, bem como as leis e todas as boas artes. Portanto, se esses homens, a quem a Escritura chama φυχικούς [*psychikoús – naturais*, 1Co 2.14], que não tinham outra ajuda além da luz da natureza, foram tão engenhosos na inteligência das coisas deste mundo, tais exemplos devem ensinar-nos quantos são os dons e graças que o Senhor tem deixado à natureza humana, mesmo depois de ser despojada do verdadeiro e sumo bem.[46]

46. Primeira edição: “Portanto, quando seja patente até este [ponto] haverem sido agudos e perspicazes na investigação das cousas interiores esses homens a quem a Escritura chama φυχικούς [*psychikoús – naturais*] [1Co 2.14], aprendamos de tais exemplos quantos dotes bons o Senhor haja deixado à natureza humana depois que foi [ela] despojada do verdadeiro bem.”

16. As capacidades humanas são dons do Espírito, ainda que agora estejam corrompidas

Enquanto isso, não esqueçamos, porém, que estes são mui excelentes dons do Espírito Divino, os quais, para o bem comum do gênero humano, *ele* dispensa *àqueles* a quem quer. Ora, se a Bezalel e a Ooliabe foi indispensável que se instilassem neles, pelo Espírito de Deus, a inteligência e o conhecimento que se requeriam para a construção do tabernáculo [Ex 31.2-11; 35.30-35], não é de admirar caso se diga que nos é comunicado através do Espírito de Deus o conhecimento dessas coisas que são mui relevantes na vida humana.

Nem há por que alguém pergunte: Que os ímpios, que se alienaram totalmente de Deus, têm a ver com o Espírito? Ora, quando lemos que o Espírito de Deus habita somente nos fiéis [Rm 8.9], é preciso que se entenda isso como referência ao Espírito de santificação, através de quem somos consagrados por templos ao próprio Deus [1Co 3.16]. Entretanto, nem por isso menos preenche, aciona, vivifica a todas as coisas pelo poder do mesmo Espírito, e isso segundo a propriedade de cada espécie, a que a atribuiu pela lei da criação. Pois se o Senhor nos quis assim que fôssemos ajudados pela obra e ministério dos ímpios na física, na dialética, na matemática e nas demais *áreas do saber*, façamos uso delas, para que não soframos o justo castigo de nossa displicência**,** caso negligenciemos as dádivas de Deus nelas graciosamente oferecidas.

Mas, por outro lado, para que alguém não julgue ser o homem sumamente ditoso, quando se lhe concede tão grande poder de compreender a verdade sob os elementos deste mundo, deve-se, ao mesmo tempo, apreender que não só toda esta capacidade de compreensão, como também a compreensão que daí resulta, é coisa sem consistência e sem estabilidade diante de Deus, quando não subjaz nela o sólido fundamento da verdade. Pois, com muita procedência ensina Agostinho, a quem, como dissemos, o mestre das Sentenças e os escolásticos foram obrigados a subscrever: como, após a queda, foram subtraídos ao homem os dons graciosos, assim também foram corrompidos estes *dons* naturais que *lhe* restavam. Não que, até onde procedem de Deus, possam de si *mesmos* corromper-se, senão que ao homem corrompido deixaram de ser puros, de modo que daí não logre *ele* algum louvor.

17. Síntese: as capacidades humanas são dons da graça divina

Esta é a síntese: pode-se perceber em todo o gênero humano que a razão é própria à nossa natureza, a qual nos distingue dos animais brutos, assim como pela sensibilidade diferem estes das coisas inanimadas. Ora, que alguns nascem imbecis ou broncos, esse defeito não obscurece a graça geral de Deus, senão que, antes, por tal constatação somos advertidos de que se deve, com razão, atribuir à benevolência de Deus *o* que nos é deixado; porque, caso ele não tivesse poupado, a queda teria trazido consigo a destruição de toda *nossa* natureza.

Que, porém, uns excelem em habilidade, outros são superiores no julgar, em outros a mente é mais agil para aprender a esta ou aquela arte, nesta variedade Deus nos recomenda sua graça, para que a si alguém não arrogue como *sendo* próprio *o* que flui da mera liberalidade daquele. Porque, donde *procede que* um *seja* mais eminente que outro, senão para que na natureza comum se sobreleve a graça especial de Deus, a qual, preterindo a muitos, se proclama *não* estar obrigada a ninguém? Acrescenta que, em conformidade com a vocação de cada um, Deus *lhes* instila operações especiais, fato de que ocorrem muitos exemplos no livro dos Juízes, onde se diz que o Espírito do Senhor revestiu *aqueles* a quem chamava para governar o povo. Enfim, em todos os modos importantes, a impulsão especial é *divina*. Por essa razão, os valentes cujo coração Deus havia tocado seguiram a Saul [1Sm 10.26]. E quando é predita a investidura *de Saul* ao trono, assim fala Samuel: "O Espírito do Senhor virá sobre ti e serás um outro homem" [1Sm 10.6]. E isto se estende a todo o curso de seu governo, como, mais tarde, acerca de Davi se narra: que sobre ele viera o Espírito do Senhor daquele dia em diante [1Sm 16.13].

Ademais, o mesmo se ensina em outro lugar no tocante a ações particulares. E até em Homero[47] lemos que os homens excelem em engenho, não só de conformidade com *o que* Júpiter distribuiu a cada um, mas ainda οἷον ἐπ' ἦμαρ ἄγῃσι [*hoîŏn ēp 'ēmar ágē(i) si – na medida em que dia a dia (o) conduz; tal como a cada dia (o) dirige*]. E a experiência mostra claramente que, enquanto *aqueles* que eram assaz talentosos e sagazes, freqüentemente se quedam aparvalhados; visto que a mente dos homens está na mão e arbítrio de Deus, assim ele rege a todo e cada momento. Razão por que se diz que ele arrebata o senso aos prudentes para que vagueiem por *paragens* intransitáveis [Jó 12.24; Sl 107.40]. Contudo, nesta diversidade ainda vemos alguns traços remanescentes da imagem de Deus que a todo gênero humano distinguem das demais criaturas.

18. INCAPACIDADE DA RAZÃO HUMANA EM PENETRAR A VERDADE DE DEUS

Impõe-se agora expor o que a razão humana discerne quando se chega ao reino de Deus e àquela profunda visão espiritual que consta principalmente de três coisas: conhecer a Deus, *conhecer* seu paterno favor para conosco, no qual se nos firma a salvação, e *conhecer* a maneira de plasmar a vida segundo a norma de *sua* lei. Quer nos primeiros dois *desses pontos*, quer, porém, especialmente no segundo, *aqueles* que dentre os homens são os mais talentosos, são mais cegos que as toupeiras. Sem dúvida não nego que, aqui e ali, douta e aptamente se lêem nos filósofos certos ditos acerca de Deus, *ditos esses* que, entretanto, sempre tresandam a uma imaginação um tanto estonteada.

---

47. Odisséia, 18.137.

Por certo que o Senhor lhes outorgou, como acima se disse, ligeiro gosto de sua divindade, para que a impiedade não velasse com a ignorância, e por vezes os impulsionou a dizer algumas *coisas* pela confissão das quais fossem *eles* próprios convencidos, mas assim viram *o* que viam que de tal visão fossem bem pouco dirigidos em relação à verdade, muito menos *a ela* realmente chegassem. Exatamente como o caminhante que está no meio do campo: vê por um momento em ampla e vasta extensão a coruscação do relâmpago noturno, mas, antes que possa mover o pé, desvanecida de repente a visão, é de novo tragado pela escuridão da noite, de sorte que bem longe está de ser conduzido pelo caminho mercê de tal ajuda.

Além disso, essas gotículas de verdade com que, como que fortuitamente, borrifam *seus* livros, de quantas e quão portentosas falsidades têm sido manchadas! Afinal, por certo jamais nem *sequer* o cheiro sentiram daquela certeza da divina benevolência para conosco, sem a qual a mente do homem necessariamente se enche de desmedida confusão. Portanto, a razão humana nem se aproxima, nem se esforça, nem *sequer* mira em direção a esta verdade, de sorte a entender quem seja o Deus verdadeiro, ou o que ele seja para conosco.

19. O TESTEMUNHO DA BÍBLIA QUANTO À CEGUEIRA ESPIRITUAL DAS CRIATURAS HUMANAS

Todavia, visto que, embriagados por falsa opinião de nossa perspicácia, dificilmente nos deixamos persuadir de que nas coisas divinas essa *razão* é inteiramente cega e parva, sou de parecer que mais satisfatoriamente se haverá de comprovar isto por testemunhos da Escritura que por argumentos. João ensina isto mui esplendidamente na passagem que há pouco citei [Jo 1.4-5], quando escreve que desde o início a vida estivera em Deus, e essa vida era a luz dos homens; que essa luz brilha nas trevas e não é compreendida pelas trevas. *Nesta passagem* indica-se certamente que a alma do homem é iluminada pelo fulgor da divina luz de tal sorte que nunca é inteiramente destituída um mínimo sequer de sua tênue chama, ou no mínimo de uma centelha, mas mesmo com essa iluminação não compreende a Deus.

Por que é assim? Porque sua capacidade quanto ao conhecimento de Deus é mera escuridão. Pois, quando o Espírito chama aos homens *trevas*, ao mesmo tempo os despoja de toda faculdade de entendimento espiritual. Razão por que os fiéis, que a Cristo abraçam, afirma serem nascidos não de sangue, nem da vontade da carne ou *da vontade* do homem, mas de Deus [Jo 1.13]. Como se estivesse dizendo que a carne não é capaz de tão sublime sabedoria que possa conceber a Deus e ao que é de Deus, a não ser que seja iluminada pelo Espírito de Deus. Como *o* atestou Cristo, que essa foi revelação especial do Pai, a qual foi reconhecida por Pedro [Mt 16.17].

20. Somente pela iluminação do Espírito Santo se pode conhecer a Deus, e as coisas de Deus

Se houvéssemos de estar persuadidos, o que deve estar fora de controvérsia, de que nossa natureza carece de tudo quanto o Pai celestial confere a seus eleitos mediante o Espírito de regeneração, não haveria aqui nenhuma razão para hesitação. Ora, o povo fiel assim fala no Profeta: "Pois que em ti está a fonte da vida" e "em tua luz vemos a luz" [Sl 36.9]. O Apóstolo testifica o mesmo, quando diz que ninguém pode falar: "Jesus é o Senhor", a não ser no Espírito Santo [1Co 12.3]. E João Batista, vendo a estupefação de *seus* discípulos, exclama que ninguém pode apreender absolutamente nada, a não ser que lhe seja dado de cima [Jo 3.27]. Que *esse dom*, porém, é por ele entendido quanto a uma iluminação especial, não de um dote comum da natureza, evidencia-se disto: que se queixa de nada haver alcançado com tantas palavras com que havia Cristo recomendado a seus discípulos. "Vejo", diz *ele*, "que, a não ser que o Senhor tenha dado entendimento mediante seu Espírito, *minhas* palavras nada são para imbuírem as mentes dos homens a respeito das coisas divinas."

Ora, enquanto ao povo censura sua facilidade de esquecer, contudo ao mesmo tempo nota até mesmo *o próprio* Moisés que ninguém pode de outra maneira fazer-se sábio nos mistérios de Deus, a não ser pela benevolência *dele* próprio. Diz *ele*: "Teus olhos viram aqueles sinais e portentos ingentes, e o Senhor não te deu coração para entender, nem ouvidos para ouvir, nem olhos para ver" [Dt 29.3, 4]. Que mais precisaria dizer, se no que tange à consideração das obras de Deus, nos chamou de *broncos*? Donde, como expressão de graça singular, o Senhor promete, por intermédio do Profeta [Jr 24.7], haver de dar aos israelitas um coração para que seja por eles conhecido, indicando, sem dúvida, que, espiritualmente, a mente do homem só sabe na medida em que é por ele iluminada.

Cristo, por sua palavra, também confirmou isto claramente, quando dizia que ninguém podia vir a ele, a não ser *aquele* a quem fosse dado por seu Pai [Jo 6.44]. E então? Porventura não é ele a imagem viva do Pai [Cl 1.15], na qual se nos exprime todo o esplendor de sua glória? [Hb 1.3]. Portanto, *ele* não pôde mostrar de forma mais clara qual é nossa capacidade para conhecermos a Deus, do *que* quando nega que tenhamos olhos para contemplar-lhe a imagem *mesmo* onde tão claramente ela se exibe. E então? Porventura *Cristo* não desceu à terra para que revelasse aos homens a vontade do Pai? [Jo 1.18]. Ainda, porventura não desempenhou ele fielmente sua missão? Evidentemente, assim é. Nada, porém, se alcança com sua pregação, a não ser que o Espírito, *como* um Mestre interior, mostre o caminho aos corações. Portanto, a ele não vêm senão *aqueles* que ouviram do Pai e por ele foram ensinados.

Qual é esta forma de aprender e de ouvir? Certamente onde, por *seu* admirável e singular poder, o Espírito forma ouvidos para ouvir e mentes para entender. E para

que isso não pareça novidade, *Cristo* cita o vaticínio de Isaías, no qual, enquanto promete a renovação da Igreja, ensina que haverão de ser doutrinados por Deus aqueles que se haverão de congregar para a salvação [Is 45.13; Jo 6.45]. Se nesta passagem Deus prediz algo peculiar acerca de seus eleitos, é evidente que não está ele a falar dessa modalidade de ensino que *é* comum até mesmo aos ímpios e profanos.

Resta, portanto, que entendamos que o acesso ao reino de Deus a ninguém se abre senão *àquele* a quem, mercê de sua iluminação, o Espírito Santo tenha feito nova a mente. Na verdade, Paulo *falou* mais claramente que todos, *dizendo* que, tendo entrado expressamente nesta discussão, depois que condenou de estultície e frivolidade a toda a sabedoria dos homens, e até a reduziu inteiramente a nada, finalmente assim conclui: "O homem natural não pode compreender as coisas que são do Espírito de Deus. Elas lhe são loucura. Nem pode entendê-*las*, porquanto se discernem espiritualmente" [1Co 2.14]. A quem chama de *homem* natural? Evidentemente, *àquele* que se arrima na luz da natureza. Digo que esse nada entende dos mistérios espirituais de Deus.

Por que assim? Porventura porque por indolência *os* negligencia? Pelo contrario, ainda que se esforce, nada pode, porquanto, na verdade, *esses mistérios espirituais* se discernem espiritualmente. Que quer isso dizer? Porque *são* inteiramente escondidos à perspicácia humana, só se fazendo manifestos pela revelação do Espírito; por isso que são tidos por estultície onde o Espírito de Deus não ilumina. Anteriormente, porém, *Paulo* exalçara acima da capacidade dos olhos, dos ouvidos, das mentes, as coisas que Deus preparou para os que *o* amam [1Co 2.9]. Além disso, declarara que a sabedoria humana é um como que véu pelo qual a mente é impedida de ver a Deus.

Que desejamos *ainda*? O Apóstolo declara que a sabedoria deste mundo *foi* por Deus feita vã [1Co 1.20]. E nós, na verdade, lhe atribuiremos capacidade com que possa penetrar até Deus e os recônditos do reino celeste? Longe de nós tão grande loucura!

21. Só de Deus advém o remédio para a cegueira humana

Dessa forma, *o* que aqui detrai aos homens, só a Deus, em oração, atribui em outro lugar: "O Deus", diz *ele*, "e Pai da glória vos dê o Espírito de sabedoria e de revelação" [Ef 1.17]. Ouves já *nessas palavras* que toda sabedoria e revelação é dom de Deus. Então, o que *diz ele* em seguida a isso? "Iluminados os olhos de vossa mente" [Ef 1.181]. Certamente, se carecem de nova revelação, *é que* por si mesmos são cegos. Segue-se, então: "Para que saibais qual seja a esperança de vossa vocação" [Ef 1.18], etc. Logo, confessa que as mentes dos homens não são capazes de tão grande entendimento, ao ponto de conhecerem sua vocação.

Nem vocifere aqui algum pelagiano, *dizendo* que Deus assiste a esta falta de

agudeza ou carência de entendimento, dirigindo, mediante o ensino de sua Palavra, o intelecto do homem até este ponto ao qual ele não podia atingir sem um guia. Ora, Davi tinha a lei, na qual estava compreendido tudo quanto de sabedoria se pode desejar. No entanto, não contente com isso, pede *que* lhe sejam desvendados os olhos para que pudesse contemplar os mistérios de sua lei [Sl 119.18]. Com esta maneira de falar, certamente dá a entender que a Palavra de Deus, quando ilumina os homens, é como o sol que do alto ilumina a terra;[48] mas, de fato, eles daí não conseguem muito, até que Aquele mesmo que, por isso, se chama o Pai das luzes [Tg 1.17], ou lhes dará olhos, ou lhos haverá de abrir, porquanto onde quer que *ele* não brilhe por meio de seu Espírito, todas *as coisas* são envolvidas pelas trevas.

De igual modo, também os apóstolos foram adequada e plenamente ensinados certamente pelo melhor dos mestres. Contudo, a não ser que necessitassem do Espírito da verdade, que a mente lhes instruísse nesta própria doutrina que antes ouviram, não receberiam ordens de esperar por ele [Jo 14.26; At 1.4]. Se *o* que buscamos de Deus, confessamos *assim* faltar-nos, e *ele* próprio acusa nossa indigência naquilo que promete, que ninguém vacile em confessar que só será capaz de entender os mistérios de Deus quando tiver sido iluminado por sua graça. Quem mais entendimento se atribui, tanto mais cego e menos reconhece sua cegueira.

22. A PRÓPRIA LEI NATURAL ATESTA A CULPABILIDADE HUMANA

Resta *a considerar-se* aquele terceiro elemento quanto a conhecer-se a regra de dirigir a vida probamente, a que chamamos, com razão, de conhecimento das obras da justiça, onde a mente humana parece ser um tanto mais aguda que nas *coisas* superiores, pois o Apóstolo atesta [Rm 2.14, 15] que os gentios, que não têm a lei, quando praticam as obras da lei, são por lei para si e mostram a obra da lei escrita em seu coração, dando-lhes testemunho a *própria* consciência e entre eles os pensamentos acusando-*os* ou escusando-*os* diante do tribunal de Deus. Se os gentios têm a justiça da lei da natureza gravada na mente, por certo que não diremos que são inteiramente cegos na maneira de conduzir a vida. E nada é mais generalizado que ser o homem suficientemente assistido, em relação à reta norma da vida, pela lei natural de que o Apóstolo aqui fala.

Consideremos, porém, a que propósito este conhecimento da lei foi infundido aos homens. Então, evidenciar-se-á prontamente até onde os conduzirá à meta da razão e da verdade. Se alguém observa sua seqüência, isso se faz claro também *à luz* das palavras de Paulo. Pouco antes ele dissera que aqueles que sob a lei pecaram, segundo a lei são julgados; *os* que sem a lei pecaram, sem a lei perecem. Visto que isso poderia parecer absurdo, que os gentios pereçam sem qualquer julgamento pré-

48. Primeira edição: "Com esta maneira de falar dá certamente a entender que onde aos homens refulge a Palavra de Deus sobre a terra alteia o sol."

vio, ele acrescenta imediatamente que sua consciência lhes está no lugar da lei, e por isso lhes é suficiente para justa condenação.

Portanto, a finalidade da *lei natural* é tornar o homem inescusável. E poderíamos defini-la adequadamente dizendo que é um sentimento da consciência mediante o qual discerne entre o bem e o mal o suficiente para que os homens não prextestem ignorância, sendo convencidos por seu próprio testemunho.[49] A indulgência do homem para consigo mesmo é que, ao perpetrar o mal, sempre e de bom grado aparta a mente do senso de pecado, até onde permissível. Razão pela qual Platão, no *Protágoras*, parece ter sido impelido a pensar que não se peca a não ser por ignorância. Isto, sem dúvida, ele o teria dito com propriedade, se a hipocrisia humana tanto avultasse em encobrir os vícios que a mente não se fizesse cônscia de sua culpabilidade diante de Deus. Como, porém, esquivando-se o pecador ao julgamento do bem e do mal em si impresso, é em relação a ele constantemente recambiado, nem se lhe permite *sequer* assim cerrar as pálpebras que não seja obrigado, queira ou não, a abrir às vezes os olhos, diz-se falsamente que ele peca meramente por ignorância.

23. A incoerência do arbítrio natural do homem

Com veracidade maior Temístio, o qual ensina que o intelecto se engana mui raramente na definição universal, ou, seja, na *expressão da* essência da coisa; que, entretanto, é ilusória aparência quando vai além, isto é, quando desce à aplicação particular.[50] Ninguém haverá que não afirme que o homicídio é mau, se a indagação é de cunho geral. *Aquele*, porém, que maquina a morte de um inimigo, delibera-a como se *tratasse* de uma boa coisa. O adúltero condenará o adultério em geral; *entretanto* o lisonjeará no seu em particular.

Na verdade, nisto está a falta de conhecimento: que o homem se esquece dessa regra que havia há pouco estabelecido como princípio universal, quando chega a um caso particular. Acerca desta matéria, disserta Agostinho magistralmente na exposição do primeiro versículo do Salmo 57. Não obstante, este *princípio de Temístio* de fato não é absoluto, pois a torpeza da depravação às vezes de tal forma insiste com a consciência que, não se ludibriando sob uma falsa aparência de bem, ao contrário, cônscia e deliberadamente, o homem ao mal se arroja. Esta convicção inspirou[51] estas palavras: “Vejo as *coisas* melhores e *as* aprovo; porém sigo as piores.”[52]

À vista disso, Aristóteles parece-me haver feito distinção mui judiciosa entre ***incontinência*** e ***intemperança***. Diz *ele* que onde reina a incontinência [ἀκρασία –

49. Primeira edição: “Nem será [ela] mal definida desta maneira: que seja a apreensão da consciência a suficientemente discernir entre o justo e o injusto, de sorte a alijar aos homens o pretexto de ignorância, enquanto são incriminados pelo seu próprio testemunho.”

50. *Paráfrase ao livro III: Da Alma.*

51. Primeiro edição: “De sentir que tal afloram ...”

52. Medéia, in *Metamorfose*, de Ovídio, VII, 20.

akrasía], mercê da disposição perturbada ou πάθος [*páthŏs – paixão*], está bloqueado à mente o conhecimento particular, de sorte que não se aperceba do mal em seu agir incorreto, *mal* que geralmente percebe em *casos* similares *nas demais pessoas*; e quando a perturbação arrefeceu, de pronto recorre o arrependimento. A intemperança [ἀκολασίαν – *akŏlasían*], porém, não se extingue ou quebranta pela consciência do pecado; ao contrário, persiste obstinadamente na escolha deliberada do mal.

24. A insuficiência humana ante o cumprimento da lei

Quando, pois, ouves que há no homem um juízo universal para discernir o bem e o mal,[53] não penses ser *o mesmo* em todos os pontos sólido e íntegro. Ora, se os corações dos homens foram imbuídos da distinção do justo, e os do injusto apenas com a finalidade a que não pretextem a desculpa de ignorância, longe está de ser necessário que percebam a verdade em cada *caso*; antes, é mais do que bastante até esse ponto que *lhes* chegue o entendimento de que não podem tergiversar sem que, tendo a consciência incriminada por testemunha, comecem já agora a apavorar-se diante do tribunal de Deus. E se queremos confrontar nossa razão com a lei de Deus, que é o paradigma da perfeita justiça, descobriremos em quão numerosos pontos *aquela* **é** cega! Por certo que longe está *ela* de alcançar *aquelas coisas* que são primordiais na primeira tábua *do Decálogo*, as quais *dizem respeito* à confiança em Deus, ao louvor da virtude e da justiça que se deve atribuir-lhe, à invocação de seu nome, à verdadeira observância do sábado.

Que alma, estribada tão-só na percepção natural, jamais *sequer* pressentiu que o legítimo culto de Deus está posto nestas e em *coisas* semelhantes? Pois, quando os homens profanos querem adorar a Deus, ainda que sejam cem vezes desviados de suas vãs frivolidades, no entanto sempre aí reincidem. Negam, sem dúvida, que sacrifícios agradem a Deus, a não ser que se *lhes* adicione a sinceridade da mente, pelo que atestam que têm alguma noção do culto espiritual de Deus, o qual, no entanto, prontamente pervertem com falsas invenções. Ora, que é verdadeiro tudo quanto a lei prescreve a respeito desse *culto*, jamais se deixarão persuadir disso. Porventura direi que a mente que não consegue por si mesma ter entendimento, nem dar ouvido às advertências, que sobressaia em qualquer discernimento profundo?

Em *se tratando dos* preceitos da segunda tábua, *ela* tem algo mais de entendimento porque, afinal, abordam mais de perto a conservação da sociedade civil entre os homens; se bem que, mesmo aqui, às vezes se constata padecer de deficiências. Ora, a qualquer mentalidade de mui elevadas qualificações é inteiramente absurdo suportar uma dominação iníqua e demasiado imperiosa, se simplesmente a puder alijar de alguma maneira. Nem é outro o alvitre da razão humana, que é *marca* do espírito servil e abjeto o suportá-la resignadamente; por outro lado, repeti-la pro-

53. Primeira edição: “Quando, pois, ouves de um juízo universal na distinção de bem e mal...”

vém do coração de estirpe honrada e de nascimento livre. Além disso, nem entre os filósofos se toma por vício a vingança das injúrias. Entretanto, condenada esta exagerada altivez, o Senhor prescreve aos seus aquela resignação mal conceituada entre os homens. No entanto, em *nossa* observância geral da lei, a imposição da concupiscência nos escapa totalmente à perfeita compreensão. Pois o homem natural não se deixa conduzir ao ponto de reconhecer as mazelas de suas vis paixões. Sufocada *lhe* é a luz da natureza antes que chegue à primeira entrada desse abismo. Ora, enquanto os filósofos caracterizam como vícios às tendências imoderadas da mente, *assim o* entendem aquelas que se exteriorizam e se manifestam por sinais mais crassos, porém reputam por nada os desejos depravados que afagam a mente de forma cariciosa.

25. A iluminação do Espírito é a condição do bom entendimento da verdade de Deus

Portanto, como foi Platão merecidamente censurado acima, uma vez que imputara à ignorância todos os pecados, assim também se deve repudiar a opinião daqueles que ensinam que em todos os pecados permeiam deliberadamente a maldade e perversidade. Pois sempre que experimentamos a saciedade, com *toda* nossa boa intenção caímos. De quantas formas de enganos nos é acometida a razão, a tantos erros ela se expõe; contra tantos obstáculos se arremete, em tantos apertos se enredilha, de forma que está mui longe de *ser-nos* segura direção.

Com efeito, Paulo mostra quão nula, em todas as expressões da vida, *nos* é *a razão* diante do Senhor, quando nega que somos idôneos de nós *mesmos* pensarmos algo como *provindo* de nós [2Co 3.5]. Ele não está falando da vontade ou da sensibilidade, mas nos proíbe também isto: que não pensemos que possa nos vir à mente a possibilidade de podermos fazer o bem.[54] Porventura a tal ponto se acha depravada toda diligência, argúcia, entendimento, solicitude, que *o homem* não pode pensar nada reto, nem mesmo meditar diante do Senhor? Não é de surpreender que a nós, que de mal grado nos deixamos despojar da habilidade da razão, a qual reputamos ser o mais precioso dote, isto pareça demasiado duro. Ao Espírito Santo, porém, que sabe serem vãs todas as especulações dos sábios [1Co 3.20; Sl 94.11], e que declara expressamente que somente má é toda e qualquer imaginação do coração humano [Gn 6.5; 8.21], julga que isso é assim. Se é sempre mau tudo quanto nosso entendimento concebe, cogita, sanciona, empreende, como nos venha à mente sancionar o que é aprazível a Deus, a quem unicamente a santidade e a justiça são aceitas?

Daí, é preciso observar que a razão de nossa mente, para onde quer que se volva, é miseravelmente suscetível à futilidade. Davi estava cônscio desse padecimento

54. Primeira edição: "que não pensemos nos possa vir à mente o como se haja apropriadamente de fazer algo."

em relação a si mesmo, quando rogava *que* lhe fosse concedido entendimento para aprender retamente os preceitos do Senhor [Sl 119.34]. Ora, quem deseja alcançar para si nova *compreensão*, deixa claro que de modo algum *lhe* é suficiente à compreensão que possui. Isso não faz apenas uma vez; ao contrário, em apenas um Salmo se repete a mesma deprecação quase umas dez vezes [Sl 119.12, 18, 19, 26, 33, 64, 68, 73, 124, 125, 135, 169]. Com essa repetição, sublinha *ele* de quão grande necessidade é compelido a *assim* suplicar. E o que aquele implora só para si, Paulo costuma rogar para as igrejas em comum. "Não cessamos", diz *ele*, "de orar por vós e de pedir que sejais cheios do conhecimento de Deus em toda sabedoria e entendimento espiritual, para que andeis dignamente diante de Deus" etc. [Cl 1.9, 10]. Quantas vezes, porém, *ele* faz disto um benefício de Deus, a saber, que devemos lembrar-nos que ele está, ao mesmo tempo, testificando que isso não está posto na capacidade do homem.

Agostinho, porém, a tal ponto reconheceu esta deficiência da razão para compreender as coisas que são de Deus, que julga ser a graça da iluminação não menos necessária às mentes do que aos olhos é a luz do sol. Não contente com isso, acrescenta a retificação de que nós abrimos os olhos para ver a luz, porém os olhos da mente permanecem fechados, a não ser que sejam abertos pelo Senhor.[55] Nem ensina a Escritura que são nossas mentes iluminadas em apenas um dia, de sorte que, a partir daí, vejam por si próprias, porquanto o contínuo progresso e crescimento lhes são conferidos, como há pouco fiz menção de Paulo. E isso Davi exprime eloqüentemente com estas palavras: "Busquei-te de todo meu coração, para que não me faças desviar de teus mandamentos" [Sl 119.10]. Ora, ainda que fora regenerado, e por isso houvesse avançado não vulgarmente na verdadeira piedade, no entanto confessa que tem necessidade a cada momento de constante diretriz, para que não declinasse do conhecimento de que foi dotado. E assim, em outro lugar [Sl 51.10], pede *que* se *lhe* renove um espírito reto, o qual, por sua culpa, havia perdido, já que a Deus mesmo pertence restituir o que, a nós subtraído por um tempo, nos fora dado inicialmente.

26. Não é só o entendimento que é deficiente, mas também a vontade

Deve examinar-se agora a vontade, na qual revolve principalmente a liberdade de arbítrio, uma vez que se viu antes que a escolha é dela mais do que do intelecto. De princípio, para que não pareça caber algo à retidão da vontade humana, pois que foi ensinado pelos filósofos, e recebido pelo consenso público, que ela tudo aspira ao bem por disposição natural, observemos que não se deve buscar em disposição desse molde o poder do livre-arbítrio, o qual parte mais da inclinação da natureza do que da deliberação da mente. Ora, até mesmo os escolásticos confessam não haver

55. *Da Pena e Remissão dos Pecados*, livro II, capítulo 5.

nenhuma operação de livre-arbítrio, a não ser quando a razão se volva para os opostos, com o que entendem que o objeto do apetite tem de estar sujeito à escolha, e que a escolha deve preceder à deliberação que abre caminho para aquela.[56]

E, com efeito, se contemplas o que é este desejo natural do bem no homem, verificarás que ele o tem em comum com os animais. Pois na verdade também eles desejam o que lhes é bom, e quando há alguma aparência de bem perceptível a seus sentidos,[57] para aí se volvem. O homem, porém, não escolhe pela razão, em função da excelência de sua natureza imortal quando busca com diligência aquilo que realmente lhe seja bom, nem emprega a razão, nem aplica a mente, à reflexão; ao contrário, sem razão, sem reflexão, segue a inclinação da natureza, como um animal. Portanto, se porventura o homem é levado a buscar o bom por injunção da natureza, isto em nada diz respeito à liberdade de arbítrio. Pelo contrário, requer-se isto: que depois de discenir o bom, o escolha e busque o que escolheu.[58]

E para que não haja em alguém alguma dúvida, deve notar-se duplo paralogismo. Ora, aqui, *primeiro*, o ***apetite*** não só é chamado um movimento próprio da vontade, mas *ainda* uma inclinação natural, como também, *segundo*, o *bom* não provém de virtude ou de justiça, mas de condição, como, por exemplo, quando se trata do bem-estar do homem. Afinal, por mais que o homem deseje seguir *o* que é bom, contudo não *o* segue; assim como ninguém há a quem a bem-aventurança eterna não seja agradável,[59] à qual, entretanto, ninguém aspira, senão pelo impulso do Espírito.

Portanto, uma vez que o desejo natural nos homens de buscar o próprio bem-estar nada faz para provar a liberdade de arbítrio, evidentemente não *o faz* mais do que nos metais e nas pedras a tendência propendente à perfeição de sua essência, atentemos para outros *aspectos*, se porventura de todo lado a vontade seja tão inteiramente viciada e corrompida, que nada engendre senão o mal, ou se porventura retenha ilesa alguma pequenina porção da qual nasçam bons desejos.

27. A vontade só pode querer o genuíno bem através do Espírito

Os que atribuem à primeira graça de Deus, podermos querer eficientemente, parecem, por outro lado, implicar que subsiste na alma certa faculdade de apetecer espontaneamente o *que é* bom; todavia é tão débil que não logra emergir à plena volição ou levar ao esforço *necessário*. Nem *há* dúvida de que esta opinião, tomada de Orígenes e alguns dos antigos, geralmente os escolásticos a abraçaram, uma vez que costumam considerar o homem, conforme *o* dizem, em termos puramente natu-

---

56. Primeira edição: "com o que entendem convir que o objeto do apetite seja tal que subjaza à escolha e que preceda à escolha a deliberação que lhe aplane o caminho."

57. Primeira edição: "e onde ocorre a forma do que é bom a mover-se-lhes a sensibilidade ..."

58. Primeira edição: "que de reta razão discirna o bom, escolha o discernido, busque o assim escolhido."

59. Primeira edição: "assim como ninguém há a quem seja não grata a bem-aventurança eterna .."

rais, o que o Apóstolo descreve com estas palavras: "Porque não faço o bem que quero, mas o mal que não quero, esse faço. E com efeito o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem" [Rm 7.19, 18]. Mas, desta maneira, erroneamente inverte-se toda a argumentação que Paulo desenvolve nesta passagem. Ora, ele está tratando da luta cristã, que mais sumariamente aborda *na Epístola* aos Gálatas, *luta* que em si os fiéis sentem perpetuamente no conflito da carne e do espírito. O espírito, contudo, procede não da natureza, mas da regeneração.

Faz-se patente que o Apóstolo está falando acerca dos regenerados, porque, onde dissera que nele não habitava bem nenhum, acrescenta a explicação de que está se referindo à sua natureza carnal. E por isso nega que seja ele *próprio* quem faz o mal, mas o pecado que nele habita. Que quer dizer esta qualificação: "Em mim, isto é, em minha carne" [Rm 7.18]? Exatamente como se estivesse falando desta maneira: "Por mim mesmo, o bem não habita em mim, por isso em minha carne não se achará nada de bom." Daqui se segue aquela espécie de escusa: "Eu mesmo não faço o mal, mas o pecado que habita em mim" [Rm 7.20], que se aplica somente aos regenerados, os quais, mediante a parte superior da alma, se inclinam para o bem. Ora, pois, a conclusão anexa expressa tudo isso cristalinamente: "Segundo o homem interior", diz *ele*, "deleito-me na lei; vejo, porém, outra lei em meus membros, a pelejar com a lei de minha mente" [Rm 7.22, 23]. Quem terá em si tal embate, senão *aquele* que, regenerado pelo Espírito de Deus, carrega consigo seus remanescentes da carne? À vista disso, Agostinho, embora em certo tempo pensasse que esta passagem se refere à natureza do homem, veio a retratar-se da interpretação como *sendo* falsa e inconsistente.[60]

E de fato, se aceitarmos que os homens, sem a graça, no entanto têm alguns impulsos para o bem, ainda que insignificantes, que resposta daremos ao Apóstolo, que nega sermos idôneos para pensarmos sequer algo [2Co 3.5]? Que *replicaremos* ao Senhor, que sentencia, por intermédio de Moisés, que somente má é toda imaginação do coração humano? [Gn 8.31].

Portanto, uma vez que tenham tropeçado em interpretação errônea desta única passagem, não há por que nos demoremos a considerar sua opinião. Antes, prevaleça esta *palavra* de Cristo: "Quem comete pecado, é escravo do pecado" [Jo 8.34]. Somos todos naturalmente pecadores, e portanto somos mantidos debaixo do jugo do pecado. Ora, se o homem todo jaz sob o domínio do pecado, por necessidade sua vontade, sede essencial do pecado, tem de estar solidamente amarrada.[61] Nem seria, na verdade, de outra forma sustentável essa *afirmação* de Paulo: "Deus é quem opera em nós o querer" [Fp 2.13], se de algum modo a vontade precedesse à graça do Espírito.

60. *Retratações*, livro I, 23.

61. Primeira edição: "sem dúvida que, necessariamente, dos mais apertados laços lhe está amarrada a própria vontade, que lhe é a sede precípua."

Fora, pois, com tudo aquilo que muitos têm bradado acerca de uma ***preparação***, porque, se às vezes os fiéis rogam por um coração que lhes seja plasmado para a obediência da lei de Deus, como *o faz* Davi em muitos lugares, entretanto deve-se notar que também este desejo de orar procede de Deus, *o* que se pode coligir de suas palavras. Pois, ao desejar que em si seja criado um coração limpo [Sl 51.10], por certo que não reivindica para si o início dessa criação. Por isso, junto a nós, que este *arrazoado* de Agostinho se revista de autoridade: "Deus tem te prevenido em todas as coisas; por tua vez, previne-te à sua ira.[62] Como? Confessa que todas *essas coisas as* tens de Deus; tudo quanto tens de bom, dele provém; de ti *procede* tudo quanto há de mau." E, pouco depois: "Nada é nosso, senão o pecado."[63]

62. Primeira edição: "Em tudo Deus antecipar-se-te-á, antecipa-te, vez e outra também tu, à sua ira."
63. *Sermão* 176.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA CORROMPIDA DO HOMEM NADA PROCEDE SENÃO O CONDENÁVEL

1. A natureza humana é totalmente depravada

O homem, porém, não se pode melhor conhecer, em uma e outra parte da alma, a não ser que se se ponha à vista com seus títulos, pelos quais **é** caracterizado pela Escritura. Se todos forem descritos com estas palavras de Cristo: "O que é nascido da carne é carne" [Jo 3.6], como é fácil comprovar, o homem é convencido de ser *uma* criatura mui miserável. Ora, o Apóstolo atesta que a inclinação da carne é morte, uma vez que é inimizade contra Deus, e por isso não se sujeita à lei de Deus, nem pode sujeitar-se [Rm 8.6, 7].

Porventura a carne está a tal ponto pervertida, que com toda sua inclinação exerça inimizade contra Deus, que não possa conformar-se à justiça da lei divina, que nada, afinal, possa exibir senão ocasião de morte? Pressupõe-se, então, que nada há na natureza humana senão carne, e *que* daí *não* se pode extrair algo de bom. Mas *dirás que* o termo ***carne*** se refere apenas à *parte* sensória, não à parte superior da alma. Isto, porém, se refuta plenamente *à luz* das palavras não só de Cristo, como também do Apóstolo. O postulado do Senhor é: ao homem importa nascer de novo [Jo 3.3], porque *ele* é carne [Jo 3.6]. Não está preceituando nascer de novo em relação ao corpo. Mas, na alma nada nasce de novo, se *apenas* alguma porção lhe for reformada; ao contrário, toda ela se renova. E isto é confirmado pela antítese estabelecida em uma e outra destas duas passagens**,** pois de tal modo o Espírito é contrastado com carne, que nada é deixado entre ambos. Logo, tudo que no homem não é espiritual, segundo este arrazoado, diz-se ser ***carnal***. Nada, porém, temos do Espírito senão pela regeneração. Portanto, tudo quanto temos da natureza é carne.

Na verdade, tanto quanto em outras circunstâncias, se pudesse haver dúvida acerca desta matéria, a mesma nos é dirimida por Paulo, onde, descrito o velho homem, que dissera ter sido corrompido pelas concupiscências do erro, ordena *que* sejamos renovados no espírito de nossa mente [Ef 4.22, 23]. Vês que ele não situa os desejos ilícitos e depravados apenas na parte sensorial, mas também na própria mente, e por isso requer que lhe haja renovação. E de fato, pouco antes pintara esta imagem da natureza humana, que mostra que estamos corrompidos e depravados em todas as nossas faculdades.

Ora, ele escreve que todos os gentios andam na vaidade de sua mente, estão

entenebrecidos no entendimento, alienados da vida de Deus por causa da ignorância que neles há, e da cegueira de seu coração [Ef 4.17, 18], não havendo a mínima dúvida de que isso se aplica a todos aqueles a quem o Senhor ainda não reformou para a retidão, seja de sua sabedoria, seja de sua justiça. O que se faz ainda mais claro da comparação adjunta logo em seguida, onde adverte aos fiéis de que não haviam assim aprendido a Cristo [Ef 4.20]. Seguramente concluímos destas palavras que a graça de Cristo é o único remédio pelo qual somos libertados dessa cegueira e dos males daí resultantes.

Ora, também assim havia Isaías vaticinado acerca do reino de Cristo, quando o Senhor prometia que haveria de ser por luz sempiterna à sua Igreja [Is 60.19], enquanto, a esse mesmo tempo, trevas cobririam a terra e escuridão *cobriria* os povos [Is 60.2]. Quando testifica haver de despontar na Igreja a luz de Deus, fora da Igreja certamente *nada* deixa, a não ser trevas e cegueira.

Não mencionarei, uma a uma, *as passagens* que a respeito da vacuidade do homem se contam por toda parte, especialmente nos Salmos e nos Profetas. Incisivo é o que Davi escreve: “Certamente os homens de classe baixa são vaidade, e os homens de ordem elevada são mentira” [Sl 62.9]. Traspassado de pesado dardo lhe é o entendimento, quando todos os pensamentos que daí procedem são escarnecidos como estultos, frívolos, insanos, pervertidos.

2. A depravação humana é confirmada pelo que diz Paulo em Romanos 3

Em nada é mais branda a condenação do ***coração***, quando se diz ser enganoso acima de todas as coisas e depravado [Jr 17.9]. Mas, visto que estou tentando ser breve, contentar-me-ei com apenas uma passagem, a qual, no entanto, haverá de ser como um espelho caríssimo, em que contemplamos a imagem integral de nossa natureza. Ora, o Apóstolo, quando quer lançar por terra a arrogância do gênero humano, *o* faz com estes testemunhos [Rm 3.10-16, 18]: “Pois não há nenhum justo, não há quem tenha entendimento, ou que busque a Deus; todos se desviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, nem um sequer” [Sl 14.1-3; 53.1-3]; “sepulcro aberto é a garganta deles; com suas línguas agem dolosamente” [Sl 5.9]; “veneno de áspides há debaixo de seus lábios” [Sl 140.3]; “dos quais a boca está cheia de maldição e amargor” [Sl 10.7]; “cujos pés são velozes para derramar sangue; em cujas veredas há destruição e infortúnio” [Is 59.71]; “diante de cujos olhos não há temor de Deus” [Rm 3.18].

Com esses raios, *o Apóstolo* não está investindo *apenas* contra certos homens, mas contra toda a raça dos filhos de Adão. Nem está *ele* a censurar os costumes depravados de uma ou outra era, mas está acusando a perpétua corrupção de *nossa* natureza. Com efeito, nesta passagem, seu propósito não é simplesmente censurar

os homens, para que caiam em si, mas, antes, ensinar que todos têm sido acossados de inelutável calamidade, da qual não podem sair, a não ser que sejam retirados pela misericórdia de Deus.

Visto que isso não podia ser provado, a não ser que fosse estabelecido da ruína e destruição de *nossa* natureza, trouxe *ele* à baila estes testemunhos, mediante os quais se convence de que nossa natureza está mais do que perdida. Portanto, fique isto demonstrado: os homens são tais quais aqui descritos, não apenas pelo vezo do costume depravado, mas ainda pela depravação de *sua* natureza. Porquanto não se pode de outra forma sustentar a argumentação do Apóstolo: não há para o homem nenhuma salvação, senão pela misericórdia do Senhor, porquanto, em si, ele está inexoravelmente perdido.

Não me darei aqui ao trabalho de provar a aplicabilidade desses testemunhos, para que não pareçam, aos olhos de alguém,[64] indevidamente usados *pelo Apóstolo*. Procederei exatamente como se essas *coisas* fossem originalmente ditas por Paulo, não tomadas dos profetas. *Ele* priva o homem, de início, da justiça, isto é, da integridade e da pureza; a seguir, do entendimento [Rm 3.10, 11]. Ora, a carência de entendimento é demonstrada pela apostasia para com Deus, a busca de quem é o primeiro degrau da sabedoria. Mas essa *deficiência* necessariamente se acha naqueles que se têm afastado de Deus. Acrescenta *em seguida* que todos se têm transviado e se têm tornado como que putrefatos, que nenhum há que faça o bem; então adiciona as ignomínias com as quais contaminam a cada um de seus membros *aqueles* que uma vez se espojaram na dissolução. Finalmente, atesta que são vazios do temor de Deus, o que deveria ser a regra a dirigir-nos os passos.[65]

Se forem estes os dotes hereditários do gênero humano, em vão se busca algo de bom em nossa natureza. Reconheço, sem dúvida, que nem todas estas abominações vêm à tona em cada ser humano, entretanto não se pode negar que esta hidra jaz oculta no coração de cada um. Ora, como o corpo, quando já mantém incubada em si a causa e matéria de uma doença, se bem que ainda não efervesça a dor, por isso não se julgará ser sã nem mesmo a alma, enquanto borbulha em tais achaques de vícios, embora a comparação não se enquadre em todos *os aspectos*, porque, no corpo, por mais enfermo, subsiste um alento de vida; a alma, porém, imersa neste abismo fatal, não só padece desses achaques, mas ainda é inteiramente vazia de todo bem.

3. A graça divina restringe a operação da depravação humana

Surge-nos de novo quase a mesma questão que foi anteriormente resolvida. Ora, em todos os tempos, alguns têm existido que, guiados pela natureza, têm-se inclina-

64. Primeira edição: “pareçam a quem quer que seja indevidamente ...”
65. Primeira edição: “a Cuja regra se nos deveram dirigir os passos.”

do para a virtude por toda a vida. Nem levo em conta se nos costumes se possam notar neles muitos deslizes, uma vez que, pelo próprio empenho para com a honestidade, têm dado prova de que na natureza algo de pureza lhes subsistia.

De que valor se revestem diante de Deus virtudes desta espécie, embora tenhamos de discuti-lo mais plenamente onde se haverá de tratar dos méritos das obras; contudo, até onde se faz necessário à elucidação do presente argumento, também neste lugar se nos impõe falar *do assunto*. Portanto, estes exemplos nos parecem avisar, para que não pensemos ser de todo corrompida a natureza do homem, visto que, de sua inclinação, alguns não só excederam em sublimadas ações, mas até se conduziram com a máxima dignidade por todo o curso da vida. Contudo, aqui nos deve ocorrer que, por entre esta corrupção de *nossa* natureza, algum lugar há para a graça de Deus, não *aquela* que a expurgue, mas *aquela* que *a* coíba interiormente. Ora, se o Senhor permitisse à mente de cada um esbaldar-se de rédeas soltas em todos os desejos, sem dúvida ninguém haveria que, de fato, não propiciasse confirmação de que, mui verdadeiramente, em si concorreriam todas *aquelas coisas* más pelas quais Paulo condena toda a natureza [Rm 3.12].

E então? Porventura te eximes ao número desses cujos pés *são* velozes para derramar sangue [Rm 3.15], as mãos aviltadas em rapinas e assassinatos, a garganta semelhante a sepulcros abertos, a língua enganosa, os lábios pejados de veneno [Rm 3.13], as obras inúteis, iníquas, pútridas, letais, cuja mente *é* sem Deus, cujas entranhas *são* depravações, cujos olhos *estão voltados* para as insídias, o ânimo alçado para ultrajar; em suma, todas as partes engrenadas para infindas impiedades? Se, como o declara o Apóstolo inqualificadamente, cada alma é sujeita a todas as abominações desta espécie, seguramente vemos o que haveria de ser, se o Senhor deixasse que a licenciosidade humana vagasse, conforme sua inclinação. Não há nenhuma fera raivosa que seja impelida tão desbragadamente; rio nenhum, por mais caudaloso e violento, que o desbordamento seja tão impetuoso. Em seus eleitos, o Senhor cura estes achaques na maneira que logo exporemos; nos outros, aplicado um freio, apenas *os* coíbe, só para que não se arrojem a extremos, até onde antevê ser conveniente para a preservação da totalidade das coisas.

Daqui, uns são contidos pelo senso de vergonha, outros, pelo temor das leis, para que não se lancem a muitas espécies de torpezas, se bem que, em larga medida, não dissimulam sua impureza; outros, porque julguem ser de vantagem uma forma honesta de viver, a ela, de certa maneira, aspiram; outros se alteiam acima da condição vulgar para que, mercê de sua *própria* importância, contenham os demais na linha da deferência apropriada.

E assim, mediante sua providência, Deus *nos* refreia a perversidade da natureza para que não irrompa em ação; entretanto, não *a* purifica interiormente.

4. À GRAÇA ESPECIAL DE DEUS SE DEVEM ATÉ MESMO AS AÇÕES DIGNAS QUE O HOMEM NATURAL PRATICA

Contudo, a dificuldade ainda não foi resolvida. Pois, ou importa que façamos Camilo igual a Catilina**,** ou teremos em Camilo um exemplo de que, se for cultivada com diligência, a natureza não é inteiramente desprovida de bondade. Eu, realmente, reconheço os brilhantes dotes que houve em Camilo, *como reconheço* não só terem sido dons de Deus; mais ainda, se em si estimados, parecem, de direito, dignos de encômio. Como, porém, serão provas de probidade natural ne1e? Para demonstrar isso é preciso voltar a refletir sobre o coração e argumentar assim:[66] Se um homem natural exceleu em tal integridade de costumes, com isso sua natureza não destrói a capacidade para o cultivo da virtude. E então? Se sua mente é depravada e tortuosa, que tenha antes seguido qualquer outra *coisa*, e não a retidão? E não há dúvida de que tal foi *sua mente*, se admites ter sido *ele* um homem natural.

Que poder para o bem, me perguntarás, neste aspecto, à natureza humana, se na mais elevada aparência de integridade sempre se depreende ser *ela* impelida à corrupção? Portanto, como não haverás de recomendar por *sua* virtude a um homem cujos vícios se impõem sob a semelhança de virtude, assim não atribuas à vontade humana a capacidade de buscar o *que é* reto, por quanto tempo está ela encravada em sua perversidade.

Contudo, eis a solução mais certa e mais fácil para esta questão: esses não são dotes comuns da natureza, mas graças especiais de Deus, que *ele* dispensa, variadamente e em medida certa, a homens de outra sorte profanos. Por cuja razão, em linguagem comum, não nos arreceamos de dizer *ser* este bem-nascido, *ser* aquele de natureza depravada. Entretanto, nem deixamos de incluir a um e ao outro sob a condição universal de depravação humana, mas apontamos que, por graça especial, o Senhor tem conferido a um, da qual não dignou *prover* ao outro.

Querendo colocar Saul à frente do reino, *Deus* formou como que um novo homem [1Sm 10.6]; e esta é a razão por que Platão, aludindo à fábula homérica, diz que os filhos dos reis são nascidos assinalados de certa marca singular, já que Deus, querendo prover ao interesse do gênero humano, freqüentemente dota de natureza heróica *aos* que destina ao mando, e desta oficina tem provindo tudo quanto as histórias celebram dos grandes chefes. O mesmo se deve pensar também dos que não são homens públicos.

Mas, porque, por mais eminente que alguém seja, sempre o impeliu sua ambição, mancha de que todas as virtudes são conspurcadas, perdendo assim toda valia diante de Deus, deve-se considerar como nada tudo quanto se mostra digno de louvor nos homens profanos. Acrescenta que, onde nenhum empenho há de promover

66. Primeira edição: “Não se terá, porventura, de ir-[lhe] de volta à mente e conduzir este raciocínio ...”

a glória de Deus, *empenho* de que são desprovidos todos *os* que *Deus* não regenerou por seu Espírito, está ausente a parte principal da retitude.

Na verdade, não é em vão o que lemos em Isaías [11.2]: que sobre Cristo repousaria o espírito do temor de Deus; pelo que somos ensinados que todos quantos estão alienados de Cristo carecem desse mesmo temor de Deus, que é o princípio da sabedoria [Sl 111.10].

Quanto às virtudes que nos enganam com *sua* vã aparência, sem dúvida que terão *seu* louvor no foro social e na estima comum dos homens; mas, de nenhuma valia serão para granjear a justiça ante o tribunal celeste.

5. Sendo corrompida a natureza humana, a vontade se torna escrava do pecado

Portanto, a vontade se mantém agrilhoada por essa servidão do pecado, e não pode volver-se, muito menos aplicar-se ao bem, porque movimento desta natureza é o princípio da conversão a Deus, que nas Escrituras toda *ela* se atribui à graça de Deus. Por isso *é* que Jeremias [31.18] suplica do Senhor que converta a quem quiser converter.[67] Donde, descrevendo no mesmo capítulo a redenção espiritual do povo fiel, o Profeta diz ser redimido pela mão de um mais forte [Jr 31.11], significando com isso de quão apertados grilhões está amarrado o pecador por todo o tempo em que, abandonado pelo Senhor, age debaixo do jugo do Diabo.

Entretanto, permanece a vontade que, com a mais acentuada inclinação, não só propende, mas até se apressa a pecar, uma vez que o homem, ao sujeitar-se a esta necessidade, não é privado da vontade, mas da sanidade da vontade. Com efeito, nem *se pronunciou* inadequadamente Bernardo, que ensina subsistir em todos nós o querer – porém, querer o bem *ser **proveito***; querer o mau, ***defeito***. Isto é, simplesmente querer *provém* do homem: querer mal, da natureza corrompida; querer bem, da graça.[68] Além disso, ao afirmar que a vontade é despojada da liberdade, necessariamente ou arrastada ou conduzida para o mal, é de admirar se a alguém a expressão pareça enganosa, visto não ter qualquer coisa de dissonante, nem ser estranha ao uso dos santos. Contudo ofende aos que não sabem distinguir entre necessidade e compulsão.

Mas, se alguém lhes pergunta: Porventura Deus não é necessariamente bom? Porventura o Diabo não é necessariamente mau? Que responderiam? Ora, a bondade de Deus é a tal ponto entrelaçada com sua divindade, que não *lhe* é mais necessário ser Deus do que *ser* bom. O Diabo, porém, em decorrência de *sua* queda, a tal ponto se alienou da comunhão do bem, que nada pode fazer senão o mal. Porque, se algum sacrílego resmunga que a Deus se deve pouco de louvor por sua bondade, a qual *ele* é

67. Primeira edição: “suplica do Senhor que a si converta, se [o] quer convertido.”
68. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo vi.

compelido a conservar, não se lhe dará uma resposta imediata, *a saber*: que ele não pode fazer o mal em razão de sua imensa bondade, não por forçosa compulsão?

Portanto, não se impede que a vontade de Deus seja livre em fazer o bem, só porque ele por necessidade opera o bem; se o Diabo, que outra coisa não pode fazer senão o mal, entretanto peca por vontade, quem por isso dirá que o homem peca menos voluntariamente, uma vez que está sujeito à necessidade de pecar? Como Agostinho proclama por toda parte esta necessidade, ainda quando era odientamente acossado pela cavilação de Celéstio, contudo nem ainda vacilou em afirmá-*la* nestas palavras: "Ocorreu que o homem caiu em pecado pelo uso de sua liberdade; mas já que a corrupção que se seguiu veio como castigo, *ele* fez da liberdade uma necessidade."[69] E sempre que ocorre *nele* menção desta matéria, não hesita em falar nesses termos acerca da servidão necessária do pecado.

Portanto, observe-se este ponto principal de distinção: o homem, como foi corrompido pela queda, certamente peca porque *o* quer, não contra a vontade, nem coagido; pela mui natural inclinação da mente, não por compulsão forçada pelo ardor de concupiscência pessoal, não por pressão externa; contudo, tudo faz por depravação da natureza, que não pode ser movido e impulsionado senão para o mal.[70] Se isso é verdadeiro, *então* não se expressa obscuramente que de fato *o homem* está sujeito à necessidade de pecar.

Subscrevendo a Agostinho, assim escreve Bernardo: "Entre as criaturas, só o homem *é* livre; e todavia, em intervindo o pecado, até mesmo ele sofre certa pressão, mas da vontade, não da natureza, de sorte que realmente assim não se priva da liberdade ingênita. Ora, *o* que *é* da vontade, *é* também livre."[71] E pouco depois: "Desse modo, não sei por que modo depravado e estranho, mudada pelo pecado, em verdade para pior, a própria vontade para si engendra a necessidade, de modo que nem a necessidade, uma vez que provenha da vontade, pode escusar a vontade, nem a vontade, uma vez que tenha sido seduzida, pode excluir a necessidade." Pois esta necessidade é, de certa forma, produto da vontade. A seguir, diz que somos oprimidos por um jugo, contudo não outro *jugo*, senão certa servidão da vontade, razão por que somos miseráveis no tocante à servidão, inescusáveis no que tange à vontade; por isso a vontade, quando era livre, se fez serva do pecado. Finalmente, conclui: "E assim a alma, de certa maneira estranha e deplorável, sob esta necessidade, há um tempo, decorrente da vontade e perniciosamente livre, afirma ser não só escrava, mas também livre: escrava, em função da necessidade; livre, em função da vontade; e, *o* que *é* mais estranho e mais deplorável: é culposa, por ser livre; e é escrava, por ser culposa; e, em decorrência disso, é escrava, quando é livre."[72]

---

69. *Da Perfeição da Justiça*, capítulo VI.
70. *Da Natureza e da Graça*, capítulo LXVI, 79.
71. *Sermão sobre Cântico dos Cânticos*, capítulo LXXXI, 7.
72. *Ibidem*, capítulo LXXXI, 9.

Daqui certamente os leitores reconhecem que *não* estou apresentando nada novo; ao contrário, *apenas aquilo* que, do senso comum de todos os piedosos, Agostinho publicou outrora, e por quase mil anos depois foi preservado nos claustros dos monges. Lombardo, porém, como não soubesse distinguir necessidade de compulsão, deu motivo a erro pernicioso.[73]

6. Somente pela obra da graça em nossa regeneração somos capacitados a fazer o bem que Deus quer

Por outro lado, é preciso que ponderemos bem qual é o remédio da graça divina mercê do qual se corrige e cura a depravação da natureza. Ora, querendo trazer-nos ajuda, o Senhor *nos* prodigaliza *o* de que carecemos, ao fazer-se patente quem é que opera em nós, e em contrapartida veremos em seguida qual é nossa carência.[74]

Quando o Apóstolo diz aos filipenses estar confiante em que *Aquele* que neles começara uma boa obra a haveria de aperfeiçoar até o dia de Jesus Cristo [Fp 1.6], não *há* dúvida de que *pela expressão* "começo de uma boa obra" denote a própria origem da conversão, que está na vontade. Portanto, Deus começa essa boa obra em nós despertando o amor em nosso coração, o desejo e o zelo pela justiça, ou, para que falemos mais adequadamente, inclinando-nos à justiça, plasmando, dirigindo-nos o coração. Contudo a consuma firmando-nos na perseverança.

Para que alguém não tergiverse, *dizendo* que o bem é começado pelo Senhor *no sentido em* que a vontade seja ajudada, por si só fraca, o Espírito declara, em outro lugar, de que vale nossa vontade sozinha: "Dar-vos-ei", diz *ele*, "um coração novo, um novo espírito porei dentro de vós, e removerei de vossa carne o coração de pedra, e dar-vos-ei um coração de carne, e porei meu Espírito dentro de vós, e farei que andeis em meus preceitos" [Ez 36.26, 27]. Quem dirá que por *seu* auxílio a fraqueza da vontade humana seja fortalecida, para aspirar eficazmente à escolha do bem, quando tudo o que importa é que seja transformada e renovada?

Se porventura numa pedra existe plasticidade de qualquer natureza, a qual, tornada mais mole por *algum* meio, recebe algum tipo de inflexão, não negarei que o coração do homem pode tornar-se flexível à obediência do *que é* reto, desde que o que é nele imperfeito seja suprido pela graça de Deus. Mas, se com esta comparação *o Senhor* quis mostrar que nada de bom jamais será extraído do coração, a não ser que *ele* se faça inteiramente outro, não dividamos entre ele e nós o que reivindica exclusivamente para si.

Portanto, quando Deus nos converte ao zelo do *que é* reto, uma pedra se trans-

73. *Livro das Sentenças*, livro II, dist. 25.

74. Primeira edição: "Ora, como em trazendo[-nos] ajuda, o Senhor [nos] prodigaliza [o] de que carecemos, em que se haverá feito patente qual Lhe seja a obra em nós, em contrapartida, far-se-á ao mesmo tempo evidente qual nos seja a carência."

forma em carne e está eliminado tudo quanto é de nossa própria vontade: *o* que toma seu lugar procede inteiramente de Deus. Digo que a vontade é suprimida não até onde é vontade, pois que na conversão do homem permanece íntegro *o* que é da primeira natureza; digo ainda que a vontade é feito nova, não no sentido em que comece a existir, mas que ela muda de má em boa. Isto afirmo sem restrições ser feito por Deus, porque, segundo o mesmo Apóstolo testifica [2Co 3.5], na verdade não somos idônios nem sequer para pensar. E por isso ensina em outro lugar que Deus não apenas assiste à vontade fraca, ou corrige à depravada, mas ainda opera em nós o querer [Fp 2.13]. Do quê facilmente se infere *o* que afirmei: seja o que for que haja de bom na vontade é obra unicamente da graça. Neste sentido diz *ele* em outra passagem que é Deus quem opera tudo em todos [1Co 12.6]. Pois ali não está tratando do governo universal, mas simplesmente proclamando que o louvor de todas as boas coisas em que os fiéis excelem pertence a Deus. Ora, ao dizer "todas *as coisas*", certamente que faz a Deus o autor da vida espiritual, do começo ao fim, o mesmo que antes ensinara em outras palavras, dizendo que os fiéis procedem de Deus em Cristo [1Co 8.6], onde evidentemente proclama a nova criação, mediante a qual é abolido *o* que é da natureza comum.

Deve-se, pois, subentender uma antítese entre Adão e Cristo, o que ele explica mais claramente em outro lugar [Ef 2.10], onde ensina que somos feitura de Deus, criados em Cristo para as boas obras, as quais preparou de antemão para que andemos nelas. Ora, com esta argumentação, *o Apóstolo* quer provar que nossa salvação é gratuita, já que o princípio de todo bem procede da segunda criação, a qual se obtém em Cristo. Com efeito, se por outro lado proviesse de nós sequer a mínima capacidade, também seria *nossa* alguma parcela de mérito. Mas, para que de todo nos esvazie, arrazoa que nada merecemos, porquanto em Cristo fomos criados para as boas obras que Deus preparou de antemão, palavras com as quais de novo assinala que, desde o primeiro impulso, todas as partes das boas obras são próprias de Deus.

Por esta razão, o Profeta, depois de dizer no Salmo [100.3] que somos feitura de Deus, para que, por outro lado, não aconteça divisão, acrescenta imediatamente: "e não nós a nós mesmos." Que ele está falando acerca da regeneração, que é o princípio da vida espiritual, comprova-se *à luz* do contexto, onde segue imediatamente que "somos seu povo e rebanho de suas pastagens". Vemos, pois, que, não contente com simplesmente haver outorgado a Deus o louvor de nossa salvação, expressamente nos exclui de toda associação *com ele*, como se estivesse dizendo que, porquanto tudo procede de Deus, certamente ao homem nem sequer um mínimo resta em que possa gloriar-se.

7. A revitalização da vontade é obra da graça, não do sinergismo

Mas, haverá talvez quem admita que a vontade é, por sua própria inclinação, avessa ao bem *e* só é convertida pelo poder do Senhor, mas que, reequipada, tenha a

seguir seu papel na ação. Como Agostinho ensina:[75] a graça precede a toda boa obra, e isso com a vontade *como* acompanhante, não *como* conducente; serva que segue, não guia indo à frente. Isso sendo dito pelo santo varão não em acepção objetável, Pedro Lombardo[76] *o* torce, invertendo o sentido.

Eu, porém, contendo que tanto nas palavras que citei do Profeta, quanto em outras passagens, duas *coisas* se expressam claramente: que o Senhor não só corrige nossa vontade depravada, ou antes *a* extingue, como também ele mesmo põe em seu lugar uma boa. Até onde a vontade é precedida pela graça, nisso permito que *a* chames serva acompanhante; mas, uma vez que a obra do Senhor é reformada, isso se atribui erroneamente ao homem: que obedeça à graça preveniente em virtude da vontade *como* serva acompanhante.

Por isso, não acertadamente escreveu Crisóstomo: "Nem a graça sem a vontade, nem a vontade sem a graça podem efetuar coisa alguma",[77] como se, na verdade, a graça não operasse também a própria vontade, como de Paulo vimos há pouco. De fato não foi intenção de Agostinho, quando chama à vontade humana serva acompanhante da graça, assinalar na boa obra alguma segunda função à graça, senão que apenas nutria o propósito de refutar a doutrina mui nefasta de Pelágio, que punha a causa primeira da salvação no mérito do homem, porque, contende *ele*, era suficiente à presente causa que a graça precedesse a todo mérito, deixada de lado, entrementes, a outra questão, a relativa ao efeito perpétuo da graça, que, entretanto, focaliza eximiamente em outro lugar.

Ora, ainda que diga algumas vezes que o Senhor precede ao que não quer, para que venha a querer, *e* segue ao que está querendo, para que não queira em vão, faz dele o único autor da boa obra. Se bem que suas afirmações acerca desta matéria são tão claras que não exigem longa argumentação. "Os homens se esforçam", diz *ele*, "por descobrir em nossa vontade *o* que a nós pertence, e não a Deus; porém não sei como o poderão encontrar."[78] Mas, no primeiro livro *da obra* ***Contra Pelágio e Celeste***, onde explana aquele dito de Cristo: "Todo *aquele* que tem ouvido de meu Pai esse vem a mim" [Jo 6.45], diz *ele*: "Assim seu arbítrio o assiste, para que não só saiba o que deve fazer, mas, porque *o* sabe, também *o* faça. E daí, quando Deus, não mediante a letra da lei, mas através da graça do Espírito, assim ensina que *o* que alguém aprendeu, não apenas o veja, conhecendo; mas ainda o busque, querendo; e o faça, agindo."[79]

---

75. *Carta 176*, capítulo III.
76. *Livro das Sentenças*, livro II, dist. 26.
77. *Homília LXXXII*, 4.
78. *Da Pena e do Perdão dos Pecados*, livro II, capítulo XV, 28.
79. *Da Graça de Cristo e do Pecado Original*, livro I, capítulo XIV.

8. A Bíblia ensina que só de Deus procede o bem que há em nós

E, uma vez que estamos agora tratando do ponto principal, ofereçamos aos leitores, calcada em apenas uns poucos e bem claros testemunhos da Escritura, uma síntese da matéria. Então, a seguir, para que alguém não nos acuse de falsamente distorcermos a Escritura, mostremos que a verdade que afirmamos *ser* tomada da Escritura não é destituída do testemunho deste santo varão, a saber, de Agostinho. Pois nem considero ser conveniente que se refiram, um a um, em série, *aqueles testemunhos* que podem ser adicionados das Escrituras para confirmação de nossa opinião. Somente que das *passagens* mui seletas que se haverão de referir, a senda se aplane para que se compreendam todas as demais que em várias partes se lêem. Por outro lado, não me será fora de propósito se houver de tornar patente que bem de perto concordo com esse varão a quem, merecidamente, o consenso dos piedosos defere o máximo de autoridade.

Antes de tudo, se verá com razões claras e evidentes que o princípio do bem não vem de nenhum outro senão unicamente de Deus.[80] Com efeito, é preciso buscar fora dos homens a causa da eleição, do quê se segue que o homem por si só não tem uma vontade reta; ao contrário, *ela* emerge do mesmo beneplácito pelo qual fomos eleitos antes da criação do mundo [Ef 1.4].

Adiciona-se outra razão, não contrária: ora, uma vez que o princípio do querer o bem e do agir corretamente procede da fé, impõe-se ver donde procede a própria fé. Como, porém, toda a Escritura proclama que *a fé* é um dom gracioso de Deus, segue-se que procede de sua mera graça que comecemos a querer o bem, estando naturalmente inclinados ao mal.[81] Portanto, quando introduz estes dois *elementos* na conversão de seu povo: que remove seu coração de pedra e *lhe* dá *um coração* de carne [Ez 36.26], o Senhor atesta abertamente que é preciso eliminar o que procede de nós, para que sejamos convertidos à justiça; entretanto, tudo quanto é posto em seu lugar procede dele próprio.

Ele não declara isso em um só lugar, pois diz em Jeremias [32.39]: “Eu lhes darei um só coração e um só caminho, para que me temam todos os dias.” *E* pouco depois: “Por-lhes-ei no coração o temor de meu nome, para que não se apartem de mim” [Jr 32.40]. Em seguida, em Ezequiel [11.19]: “E lhes darei um só coração, e lhes darei um espírito novo nas entranhas; removerei de sua carne o coração de pedra e lhes darei um coração de carne.” *Deus* não poderia reivindicar para si mais claramente *e* subtrair de nós tudo quanto há de bom e reto em nossa vontade, do que atestando que nossa conversão é a criação de um novo espírito e de um novo cora-

---

80. Primeira edição: “Na verdade, não de outra parte que de Deus só, de pronta e segura razão transparece proceder a origem do bem, pois nem, a não ser nos eleitos, achar-se-á uma vontade inclinada ao bem.”

81. Primeira edição: “Como, porém, a Escritura toda proclama que [a fé] é um dom gracioso de Deus, segue-se que é da pura graça, quando [nós], que, de plena disposição, somos de natureza propensos ao mal, começamos a querer o bem.”

ção. Pois daí se segue que nenhuma coisa boa pode proceder de nossa vontade, enquanto não for reformada; e que depois disso concretizado, tudo o que é bom vem de Deus, e não de nós mesmos.[82]

9. Também das preces e súplicas da Bíblia se vê que tudo que de bom podemos fazer provém de Deus

Assim também se lêem as preces conservadas dos santos. “Incline-nos o Senhor o coração para consigo”, dizia Salomão [1Rs 8.58], “para que guardemos seus mandamentos.” Ele mostra a contumácia de nosso coração, o qual, por natureza, a não ser que seja quebrantado, exulta na rebeldia contra a lei divina. O mesmo tem-se também no Salmo [119.36]: “Inclina-me o coração para teus testemunhos.”

Deve-se, pois, notar sempre a antítese entre a inclinação perversa do coração, mercê da qual é levado à renitência, e esta correção, mediante a qual é compelido à obediência. Pois quando, sentindo que, por um tempo, havia sido privado da graça diretiva, Davi roga a Deus que crie nele um coração puro, renove em suas entranhas um espírito reto [Sl 51.10], porventura não reconhece serem saturadas de impureza todas as partes de seu coração e *seu* espírito contorcido de tortuosa depravação? Ademais, a pureza que suplica, ao chamá-la criação de Deus, *depois de* recebida, porventura não lha atribui toda? Se alguém objeta que *essa* própria prece é evidência de uma disposição pia e santa, a refutação é imediata: por mais que, em certa medida, Davi já se arrependera, não obstante ele está comparando o estado anterior com essa triste ruína que havia experimentado. Portanto, assumindo o papel de um homem alienado de Deus, pede com razão *que* se lhe dê tudo quanto Deus outorga a seus eleitos na regeneração. E assim, como se fosse um morto, deseja ser criado de novo, para que, de escravo de Satanás, viesse a ser órgão do Espírito Santo.

Sem dúvida é surpreendente e portentoso o fremir de nosso orgulho! Nada exige o Senhor mais estritamente do que observarmos mui religiosamente seu sábado, a saber, descansando de nossos labores. E não há nada mais difícil de se conseguir de nós do que nos descartarmos de nossas ocupações para darmos justo lugar às obras de Deus.[83]

Não fôssemos impedidos por *nossa* insânia, Cristo nos deu testemunho assaz luminoso de suas graças, para que não fossem malignamente suprimidas. “Eu sou”, diz *ele*, “a vide, vós os sarmentos; meu Pai é o viticultor. Assim como o sarmento não pode dar fruto de si mesmo, a não ser que permaneça na vide, assim nem vós, a não ser que permaneçais em mim, porque sem mim nada podeis fazer” [Jo 15.1, 4,

82. Primeira edição: “Segue-se, pois, sempre, não apenas que de nossa vontade nada procede de bom até que haja sido reformada, mas ainda que, após a reforma, até onde é boa, de Deus [o] é, não de nós.”

83. Primeira edição: “De nós, porém, nada se consegue mais a custo que, dito adeus a nossas ocupações, o justo lugar cedamos às obras de Deus.”

5]. Se de nós *mesmos* não produzimos nenhum fruto, exatamente como um rebento arrancado da terra e privado da umidade não viceja, não é preciso que busquemos mais remotamente qual é a capacidade de nossa natureza para o bem. Tampouco é ambígua esta conclusão: "Sem mim nada podeis fazer" [Jo 15.5]. Não está *ele* a dizer que somos fracos demais para que sejamos suficientes em nós *mesmos*; ao contrário, ao reduzir-nos a nada, exclui toda pretensão de *qualquer* exígua capacidade, por mínima que seja.

Se, enxertados em Cristo, damos fruto como uma vide, que tira a energia do reino vegetal, seja da umidade do solo, seja do orvalho celeste, seja do alento do sol, em uma boa obra nada vejo que nos resta, se a Deus conservamos puro o que é seu. Em vão se propõe *esta* sutileza frívola: a seiva e a potencialidade já estão inclusas no rebento para a produção de frutos, e por isso nem tudo *ele* tira do solo ou da raiz primária, porquanto confere algo peculiar. Ora, Cristo aqui não tem em mente outra coisa senão que somos madeira seca e imprestável enquanto estamos separados dele; por isso, à parte dele, não há em nós nenhuma capacidade de fazer o bem, assim como diz também em outro lugar: "Toda árvore que meu Pai não tiver plantado será arrancada" [Mt 15.13]. Portanto, na passagem já citada [Fp 2.13], o Apóstolo lhe credita a soma inteira: "Deus", diz *ele*, "é quem opera em vós tanto o querer quanto o executar."

A primeira parte de uma boa obra é a vontade; a segunda, o firme empenho em executá-*la*: Deus é o autor de ambos. Portanto, furtamos ao Senhor, se algo arrogamos para nós, seja na vontade, seja na execução. Se fosse dito que Deus empresta ajuda à vontade fraca, algo nos seria deixado; quando, porém, se diz que *ele* produz a vontade, então se localiza fora de nós tudo quanto nela há de bom. Ademais, uma vez que até mesmo uma boa vontade é esmagada pelo peso de nossa carne, tanto que não possa soerguer-se, acrescentou que, para superar as dificuldades dessa luta, nos é administrada a constância de empenho *para que nos assista* até *mesmo* a execução.

Com efeito, nem poderia ser de outro modo consistente *o* que ensina em outro lugar [1Co 12.6], ou, seja, "é o mesmo Deus que opera tudo em todos", onde, como anteriormente ensinamos, está compreendido todo o curso da vida espiritual. Razão pela qual Davi, depois de suplicar que lhe fossem manifestos os caminhos de Deus, para que andasse na verdade, adiciona logo em seguida: "Une meu coração para temer teu nome" [Sl 86.11], palavras com as quais deixa claro que mesmo *os* que são muito bem dispostos estão sujeitos a tantos desvios que facilmente se desvanecem ou escoam, caso não sejam firmados à constância. Razão por que, em outro lugar, depois que orou para que seus passos fossem dirigidos para guardar a palavra de Deus, implora também que força lhe fosse dada para lutar: "Que iniqüidade nenhuma", diz *ele*, "domine sobre mim" [Sl 119.133].

Portanto, dessa maneira o Senhor não só inicia a boa obra em nós, mas ainda *a* consuma, de modo que seja dele o fato de que a vontade concebe o amor do *que é*

reto, que a seu zelo se inclina, que ao esforço de buscá-lo se incita e se move; além disso, que a escolha, o empenho, o esforço não são remissos, ao contrário, avançam até à execução; finalmente, que o homem persiste neles com constância e persevera até o fim.

10. De nós não procede sequer um mínimo intento de fazer o que Deus requer; isso provém somente da graça de Deus

E *Deus* move a vontade, não da maneira como por muitos séculos se ensinou e se creu – que seja de nossa escolha em seguida obedecer ou resistir à operação *de Deus* –, ao contrário, dispondo-a eficazmente. Logo, é necessário que se repudie tal *afirmação* tantas vezes repetida por Crisóstomo:[84] "*Aquele* a quem *Deus* atrai, atrai-*o* querendo", com que insinua que o Senhor apenas espera, de mão estendida, se porventura nos agrade sermos ajudados por seu auxílio.

Admitimos que a condição do homem, até onde se manteve íntegro, tem sido tal que pode inclinar-se para uma ou outra parte. Quando, porém, tem ensinado, por seu *próprio* exemplo, quão mísero é o livre-arbítrio, a não ser que Deus em nós não apenas queira, mas também pode, o que nos acontecerá se *ele* nos confere sua graça nesta diminuta medida? Antes, pelo contrário, nós mesmos a obscurecemos e enfraquecemos com nossa ingratidão. Ora, o Apóstolo não está ensinando que, se *a* aceitarmos, se nos oferece a graça de uma boa vontade; ao contrário, que *ele* próprio efetua em nós o querer, *o* que outra *coisa* não é senão que o Senhor, por seu Espírito, nos dirige, inclina, governa o coração e nele reina como em domínio seu. Na verdade ele não está prometendo, através de Ezequiel [11.19, 20; 36.27], que haverá de dar aos eleitos um novo espírito apenas com esta finalidade: que sejam capacitados a andar em seus preceitos; ao contrário, para que, de fato, *neles* andem!

Nem se pode interpretar diferentemente a afirmação de Cristo [Jo 6.45]: "Todo *aquele* que ouviu de meu Pai vem a mim", senão que ensina que a graça de Deus *é* de si mesma eficaz. Exatamente assim contende também Agostinho. Por sua graça o Senhor não julga indiscriminadamente digno a qualquer um, como comumente se gaba esse *dito*, se não me engano, de Ockham: a ninguém que faça *o* que nele está é ela negada. Por certo que os homens devem ser ensinados que a benignidade de Deus é oferecida, sem exceção, a todos os que a buscam. Como, porém, *somente* aqueles a quem a graça celeste inspirou começam por fim a buscá-la, nem mesmo esta porçãozinha mínima deveria ser subtraída de seu louvor.

Esta, sem dúvida, é a prerrogativa dos eleitos, que, regenerados pelo Espírito de Deus, são conduzidos e governados por seu arbítrio. Por esta causa, com razão, tanto ri-se Agostinho daqueles que arrogam para si alguns aspectos do querer, quan-

84. *Homília XXII*, 5.

do repreende a outros que pensam que ela é dada a todos indiscriminadamente, *o* que é testemunho especial da eleição gratuita.[85] "A natureza", diz *ele*, "é comum a todos, não a graça",[86] chamando de "acumen vitreo", que resplende de mera vaidade, quando se estende a todos em geral *o* que Deus confere *apenas* a quem *ele* quer. Em outro lugar, porém: "Como vieste? Crendo. Teme que, enquanto arrogas para ti que o caminho justo foi por ti encontrado, do caminho justo não venhas a perecer. Dizes: Vim de *meu* livre-arbítrio; vim por *minha* própria vontade. Por que te inflas? Queres saber que também isso te foi dado? Ouve-o a proclamar: 'Ninguém vem a mim, se meu Pai não o trouxer'" [Jo 6.44].[87] E, além de controvérsia, conclui-se das palavras de João que o coração dos piedosos é tão eficazmente governado por Deus que *o* seguem com inflexível disposição: "Quem foi gerado de Deus não pode pecar, porque a semente de Deus nele permanece" [1Jo 3.9]. Ora, o movimento intermédio que os sofistas imaginam, obedecer ou rejeitar livremente, vemos ser abertamente excluído quando se afirma que a constância eficaz para perseverar é *outorgada por Deus somente.*

11. PERSEVERANÇA: OBRA EXCLUSIVA DE DEUS, NÃO PRODUTO DO MÉRITO HUMANO

Quanto à perseverança, não deveria restar mais dúvida de que ela deve ser tida por dom gratuito de Deus, não fora *o fato de* haver prevalecido o perniciosíssimo erro de que esta é dispensada segundo o mérito dos homens, conforme cada um não se mostre ingrato para com a primeira graça. Ora, pois, uma vez que *esse erro* nasceu daí, *a saber,* que *os homens* pensavam estar em nosso arbítrio rejeitar ou aceitar a graça de Deus oferecida, refugada esta opinião, também aquele por si só se esboroa. Contudo, aqui se erra de duas maneiras, a saber: além de ensinarem que nossa gratidão é para com a primeira graça, e *seu* legítimo uso é remunerado por *dons* subseqüentes, ainda acrescentam que a graça já não opera em nós sozinha, ao contrário, *ela* é apenas cooperante.

Quanto ao primeiro *desses pontos*, deve-se sustentar o seguinte: enquanto a seus servos dia a dia *os* enriquece e de novas dádivas de sua graça *os* cumula, visto que tem *por* grata e aceitável a obra que neles começou, neles o Senhor acha *o* que será acompanhado de maiores graças. E a isto se aplicam estas afirmações: "Ao que tem, dar-se-lhe-á" [Mt 25.29; Lc 19.26]; igualmente: "Muito bem, servo bom, porque foste fiel em umas poucas *coisas*, sobre muitas te colocarei" [Mt 25.21, 23; Lc 19.17]. Aqui, porém, é preciso precaver-se de duas *coisas*: que não se diga ou que o legítimo uso da primeira graça é remunerado por graças subseqüentes, como se de

85. *Sermão XXVI*, capítulo III e XII.
86. *Ibidem*, capítulo VII.
87. *Contra Duas Cartas dos Pelagianos*, livro I, capítulo XIX.

sua própria diligência o homem tornasse eficaz a graça de Deus, ou que seja de tal modo julgada a recompensa que deixe de ser tida por graciosa mercê de Deus.

Portanto, confesso que os fiéis devem esperar esta bênção de Deus: quanto melhor uso fizerem das graças precedentes, de tanto maiores *bênçãos* haverão de ser aumentadas a seguir. Todavia, afirmo que esse uso também procede do Senhor, e que esta recompensa provém de sua graciosa benevolência, e que usam perversamente, não menos que desgraçadamente, essa desgastada distinção de graça operante e *graça* cooperante. É verdade que Agostinho fez uso desta *distinção*, contudo atenuando-a com *uma* cômoda definição: Deus executa, cooperando, *o* que começa, operando; e é a mesma graça, porém muda o nome, conforme o diferente modo do efeito.[88] Do quê se segue que ele não está dividindo-a entre Deus e nós, como se do próprio movimento de um e de outro houvesse mútua convergência; ao contrário, *está* assinalando a multiplicidade da graça. A isto se aplica *o* que diz em outro lugar: a boa vontade do homem precede as muitas dádivas de Deus, entre as quais está também a própria *boa vontade*. Do quê se deduz que nada credita *à vontade humana* que ela mesma possa arrogar para si com propriedade. O que também Paulo declarou expressamente. Ora, depois de haver dito que Deus é quem opera em nós tanto o querer quanto o executar, em seguida acrescentou que *o Senhor*, de sua boa vontade, faz a ambos [Fp 2.13], significando por esta expressão que sua benignidade é graciosa.

A isto, porém, que costumam dizer, *ou*, *seja*, que depois que dermos lugar à graça inicial, então nossos esforços cooperam com a graça subseqüente, respondo: Nada reclamo se entendem que, desde quando, uma vez, fomos pelo poder do Senhor subjugados à obediência da justiça, por nós mesmos avançamos e somos inclinados a seguir a ação da graça, pois certíssimo é que onde reina a graça de Deus existe essa prontidão de obedecer. Entretanto, donde procede isso senão que o Espírito de Deus, sempre consistente consigo mesmo**,** nutre e fortalece a constância da disposição de perseverar na obediência que gerou a princípio? Ao contrário, se são de opinião que o homem possa presumir de si mesmo *capacidade* para colaborar com a graça de Deus, enganam-se pestilentissimamente.

12. Nada fazemos em colaboração com a graça, senão mediante a operação da graça

E, por ignorância, para isto se torce falsamente esta *afirmação* do Apóstolo: "Trabalhei mais do que todos estes, não eu, mas a graça de Deus comigo" [1Co 15.10]. Ora, assim entendem: como parece que o Apóstolo se gloria com muita arrogância de haver se avantajado aos demais, se corrige atribuindo a glória à graça

88. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo XVII.

de Deus, porém de tal maneira que se põe como parte com Deus em sua ação.[89] É de admirar que tantos homens, de outro modo não maus, tenham tropeçado neste argueiro. Ora, o Apóstolo não está escrevendo que a graça do Senhor havia operado com ele de modo a fazer dele co-participante do labor, senão que, antes, transfere todo o louvor da ação somente à graça, mediante esta correção: "todavia não eu", diz *ele*, "mas a graça de Deus que estava presente comigo." A ambigüidade da expressão, porém, os enganou, contudo *ainda* mais a polêmica tradução *latina*, na qual se perdeu a força do artigo grego. Pois, se traduzires palavra por palavra, não está dizendo que a graça foi sua ***cooperadora***, mas que a graça que lhe assistia em tudo foi ***operadora***.

E Agostinho ensina isto não de forma obscura, se bem que sucintamente, quando fala assim: "A boa vontade do homem precede a muitos dons de Deus, não, porém, a todos. Ora, a própria *boa vontade* que *os* precede, também *ela* mesma está entre eles." Então, vem em seguida a razão: "Porque foi escrito: sua misericórdia se me antecipou" [Sl 59.10]; e: "sua misericórdia me seguirá" [Sl 23.6]; antecipou-se ao que não quer, para que queira; segue ao que quer, para que não queira em vão.[90] Com quem está de acordo Bernardo, quando introduz a Igreja como que a falar: "Ó Deus, atrai-me como por força, para fazer o que eu quero; arrasta-me, que sou moroso, para que me faças correr."[91]

13. AGOSTINHO SUSTENTA QUE A VONTADE HUMANA É TOTALMENTE ACIONADA PELA GRAÇA

Ouçamos agora Agostinho falando com suas *próprias* palavras, para que os pelagianos de nosso tempo, isto é, os sofistas da Sorbone, não *nos* acusem, segundo seu costume, que toda a antigüidade nos é contrária; no que de fato imitam a seu pai Pelágio, por quem outrora o próprio Agostinho foi arrastado à mesma arena.

Em *seu* livro, ***Da Censura e da Graça***, *dirigido* a Valentino, *Agostinho* trata mais amplamente do que, ainda em suas palavras, referirei de maneira sucinta: "A graça de persistir no bem fora dada a Adão, se *ele a* quisesse *exercitar*; a nós *nos* é dada para que queiramos, e através da vontade superemos a concupiscência. Portanto, teria ele tido o poder, se *o* quisesse, porém não *teve* o querer, para que pudesse; a nós *nos* é dado não só o querer, mas ainda o poder. A primeira liberdade foi de poder não pecar; a nossa é muito maior: não poder pecar."

---

89. Primeira edição: "porque poderia parecer uma afirmação um pouco mais arrogante, que [Paulo] se antepusesse a todos, corrige isto, realmente, com referir o louvor à graça de Deus, entretanto, assim que se chame cooperar da graça."

90. *Inquirição*, capítulo IX.

91. *Sermões sobre Cântico dos Cânticos*, XXI. Primeira edição: "Puxa-[me a mim,] de certo modo a não querer, para que a querer [me] faças; arrasta-[me, a mim,] tarda, para que a correr [me] ponhas."

E para que não se conclua que *ele* está falando da perfeição a advir após a imortalidade, como erroneamente o interpreta Lombardo,[92] pouco depois remove esta dúvida. "A vontade dos fiéis é de tal maneira guiada pelo Espírito Santo, que podem agir bem porque assim o querem; e querem, porque Deus faz com que queiram [2Co 12.9].[93] Porque, se com tão grande debilidade que requer a intervenção do poder de Deus para reprimir nosso orgulho, se quisessem, e Deus não fizesse com que quisessem, no meio de tantas tentações sua fraca vontade fracassaria, e com isso não poderiam perseverar.[94] Portanto, ele veio em socorro da fraqueza da vontade humana, para que fosse, indeclinável e inseparavelmente, acionada pela graça divina, e por isso, por mais fraca que seja, não viesse a desfalecer."

Em seguida *ele* discute, mais extensivamente, como nossos corações seguem necessariamente a injunção de Deus a movê-los, e diz que de fato Deus impulsiona os homens de sua *própria* vontade, *vontade*, porém, que *ele* mesmo *neles* plasmou.

Temos agora, pela boca de Agostinho, o testemunho que desejamos especialmente obter*, isto é*, que a graça é não apenas oferecida pelo Senhor, a qual, da livre escolha de cada um é aceita ou é rejeitada, mas ainda que é ela mesma que forma no coração não só a escolha, como também a vontade, de sorte que o que quer que daí se segue é fruto de boa obra e efeito da própria *graça*, não tem ela outra vontade a obedecer-lhe senão *aquela* que *ela própria* formou. Pois, em outro lugar, são dele também estas palavras: "Só a graça opera em nós toda boa obra."[95]

14. AGOSTINHO NÃO CANCELA A VONTADE HUMANA, MAS DIZ SER ELA TOTALMENTE DEPENDENTE DA GRAÇA

Em outro lugar, porém, diz que a vontade não é removida pela graça, mas é mudada de má em boa; e quando se torna boa, é ajudada;[96] significando simplesmente que o homem não é de tal maneira impulsionado, que seja impelido sem a disposição do coração, como se *movido* por uma força externa; ao contrário, é interiormente acionado, de tal forma que obedece de coração.

Que *a graça* é dada aos eleitos, de modo especial e de maneira graciosa, nesta forma escreve a Bonifácio:[97] "Sabemos que a graça de Deus não é dada a todos os

---

92. *Livro das Sentenças*, livro II, dist. 25.

93. Primeira edição: "Tanto, de fato", diz [ele], "é inflamada pelo Espírito Santo a vontade dos santos, que, por isso possam, porque assim [o] querem [e], por isso queiram, porque Deus opera de sorte que assim queiram."

94. Primeira edição: "Ora, se em tão grande fraqueza, em que, no entanto, convém se [Lhe] exerça o poder para reprimir a elação, a sua [própria] vontade lhes seja deixada, assim que, com o auxílio de Deus, possam, se queiram, nem [, todavia,] Deus neles opere para que queiram, a própria vontade sucumbiria em meio a tantas tentações [e] fraquezas e, por isso, não poderiam perseverar."

95. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo XX.

96. *Carta XCIV*, capítulo V.

97. *Carta CLXXXVI*, capítulo IV.

homens; e *àqueles* a quem é dada, não é feito segundo os méritos das obras, nem segundo os méritos da vontade, mas por graciosa benevolência; *àqueles* a quem não é dada, sabemos que não é dada pelo justo juízo de Deus." E na mesma Epístola impugna fortemente esta opinião que pensa que a graça subseqüente é conferida em função dos méritos dos homens, porquanto, não rejeitando a primeira graça, se mostram dignos *dela*. Pois *ele* quer que Pelágio confesse que a graça nos é necessária para cada uma de *nossas* ações, e que nem se dá em retribuição às obras, para que seja verdadeiramente graça.

Mas, *esta* matéria não pode ser compreendida em síntese mais breve do que a do capítulo oitavo do livro a Valentino, ***Da Correção e da Graça***, onde *Agostinho* ensina, em primeiro plano, que a vontade humana alcança a graça não mediante a liberdade, mas a liberdade mediante a graça; que impresso o senso do deleite, através da mesma graça, *a vontade* se conforma à perpetuidade que se reforça de insuperável firmeza; que, a regê-la aquela, jamais desfalece; desertando-a, de pronto se esboroa; que, pela graciosa misericórdia do Senhor, não só se converte ao bem, mas ainda, convertida, nele persevera; que a polarização da vontade humana em relação ao bem, e após a polarização, a constância, depende unicamente da vontade de Deus, não de qualquer mérito seu.

E assim, ao homem é deixado um livre-arbítrio tal, se assim se prefere chamá-lo, que escreve em outro lugar: que nem se pode converter a Deus, nem em Deus persistir, senão pela graça: tudo quanto pode, *o* pode pela graça**.**

CAPÍTULO IV

COMO DEUS OPERA NO CORAÇÃO DOS HOMENS

1. A VONTADE HUMANA É CATIVA DO PECADO, ESCRAVIZADA AO DIABO

Foi suficientemente provado, salvo se me engano, que o homem é de tal forma mantido cativo pelo jugo do pecado, que de sua própria natureza não pode desejar o bem, nem aspirá-lo, nem esforçar-se por ele.[98] Ademais, estabeleceu-se uma distinção entre compulsão e necessidade, donde se fizesse claro que, enquanto peca por necessidade, contudo em nada peca ele menos por vontade.

Uma vez que, porém, enquanto é *o homem* entregue à servidão do Diabo, parece ser mais movido pelo arbítrio deste que por seu *próprio*, resta que se deve determinar qual seja o gênero de ação de um e do outro, *isto é, do homem e do Diabo*. Então, deve resolver-se a questão, se algo deva ser atribuído a Deus nas obras más em que a Escritura dá a entender que de alguma forma ele opera nelas.

Em algum lugar, Agostinho compara a vontade humana a um corcel a aguardar o mando do cavaleiro; ele compara aos que *o* cavalgam a Deus ou ao Diabo. "Se Deus o monta", diz *ele*, "tal qual moderado e perito ginete, com arte a dirige, a lerdeza acicata, a excessiva rapidez contém, o ardor e a fogosidade refreia, a obstinação reprime, pelo reto caminho conduz. Se, porém, dela se apossou o Diabo, como um cavaleiro estouvado e petulante, por extensões não trilhadas *a* arrebata, a valados impele, por despenhadeiros precipita, à insujeição e à altivez aguilhoa." Por ora estaremos satisfeitos com esta comparação, já que não ocorre melhor.

Portanto, que se diz estar a vontade do homem natural sujeita ao jugo do Diabo, tanto que daí é acionada, não significa *que* ela seja constrangida à obediência, relutante e renitente, como, por direito de senhorio, obrigamos a escravos indispostos a obedecerem a nossas ordens; pelo contrário, fascinada pelas artimanhas de Satanás, mostra-se-lhe necessariamente obediente a todo ditame. Ora, *aqueles* a quem o Senhor não faz dignos da direção de seu Espírito, por justo juízo os relega à ação de Satanás. Razão por que o Apóstolo diz [2Co 4.4] que o deus deste mundo cegou a mente dos incrédulos, destinados à perdição, para que não discirnam a luz do evangelho. E, em outro lugar [Ef 2.2], *diz* que ele opera nos filhos contumazes. O cegamento dos ímpios e quantas abominações daí se seguem são rotulados de obras de Satanás, cuja causa, no entanto, não se deve buscar fora da vontade humana, da qual

98. Primeira edição: "que, de sua própria natureza, não possa ao bem, seja, por desejo, aspirar, seja por esforço, contender."

brota a raiz do mal *e* na qual repousa o fundamento do reino de Satanás, isto é, o pecado.

2. A tríplice operação de Deus, do homem e de Satanás nas ações más

Bem outra é a maneira da ação divina em atos como esses. Para que essa se nos evidencie com certeza maior, por exemplo, a calamidade infligida pelos caldeus ao santo Jó [41.20]: mortos seus pastores, os caldeus saqueiam-*lhe* hostilmente os rebanhos [Jó 1.17]. Destes o ato ímpio já abertamente se ostenta; nem nesta operação deixa de ter parte Satanás, de quem a história narra provir tudo isso [Jó 1.12]. Mas, o próprio Jó reconhece nisso a ação do Senhor, a quem diz haver-lhe tirado *as coisas* que tinham sido pilhadas pela instrumentalidade dos caldeus [Jó 1.21].

Temos, pois, de atribuir, por seu autor, o mesmo ato a Deus, a Satanás *e* ao homem, sem excusarmos a Satanás, mercê de *sua* associação com Deus, ou a Deus qualificarmos de autor do mal? Facilmente, se atentarmos primeiro para o ***fim***; então, para o ***modo*** do agir. O desígnio do Senhor é exercitar pela calamidade a paciência de seu servo; Satanás está empenhado em levá-lo ao desespero; os caldeus buscam, fora do direito e da ética, auferir ganho da coisa alheia. Tão grande diversidade nos intentos já distingue sobejamente a operação *de cada um*.

Não menos de diferença há no ***modo*** *do agir*. O Senhor permite a Satanás que seu servo seja afligido; concede e entrega, para que os caldeus sejam impelidos por ele, a quem escolheu *por* ministros para que executem isto. Satanás, por outro lado, com seus aguilhões envenenados, espicaça o espírito depravado dos caldeus para que perpetrem esta abominação; estes se arrojam furiosamente à injustiça e atrelam e contaminam nessa perversidade a todos os *seus* membros. Portanto, diz-se com propriedade que Satanás age nos réprobos, nos quais exerce seu domínio, isto é, *o reino* da iniqüidade.

Também se diz que Deus opera, a seu modo, pelo que o próprio Satanás, como é instrumento de sua ira, por seu arbítrio e império se verga para cá e para lá a executar-lhe os justos juízos. Não estou aqui a considerar a operação universal de Deus, pela qual todas as criaturas são *daí* sustentadas, portanto donde derivam a capacidade de fazer tudo quanto *fazem*. Estou falando somente dessa operação especial que se mostra em cada ato.

Logo, vemos que não é absurdo atribuir o mesmo ato a Deus, a Satanás *e* ao homem; ao contrário, a diversidade no ***propósito*** e na ***maneira*** faz com que reluza aqui, sem culpa, a justiça de Deus; com seu opróbrio se manifeste a impiedade de Satanás e do homem.

3. A ação de Deus em tal caso não é simples presciência, nem mera permissão

Os antigos também, às vezes mais piedosamente, se arreceiam da simples confissão da verdade neste aspecto, porque temem estar abrindo a janela à impiedade, e irreverentemente se murmure acerca das obras de Deus. Como afago ternamente esta sobriedade, também julgo mui longe de ser perigoso, se simplesmente sustentarmos *aquilo* que a Escritura ensina.

Na verdade, nem Agostinho por vezes se livrou dessa superstição, quando diz que o endurecimento e o cegamento *dos ímpios* se referem não à operação de Deus, mas à sua presciência.[99] Mas a essas sutilezas não se aninham tantas declarações da Escritura que mostram claramente que algo de Deus intervem mais do que a presciência. E o mesmo Agostinho, no livro V *da obra* ***Contra Juliano***, contende, em longa oração, que os pecados são não apenas da permissão ou da presciência divina, mas também de *seu* poder, para que assim sejam punidos os pecados precedentes.

De igual forma, o que alegam sobre a permissão é demasiado diluído para que subsista. Com muita freqüência diz-se que Deus cega e endurece os réprobos, volve-lhes o coração, o inclina e o impele, como ensinei mais extensivamente em outro lugar.[100] De que natureza seja isso, de forma alguma se explica, caso se recorra à presciência ou à permissão. Portanto, respondemos que isso se dá de duas maneiras.

Primeira como se, com efeito, removida sua luz, nada resta senão trevas e cegueira; ou, retirado seu Espírito, em pedra se torna nosso coração; ou, cessando-lhe a direção, à tortuosidade se transvia, com razão se diz que *ele* cega, endurece, inclina *àqueles* a quem priva da capacidade de ver, de obedecer, de seguir retamente. A segunda maneira, a qual se aproxima muito mais à propriedade dos termos, *é* que, para executar seus juízos, mediante o ministro de sua ira, Satanás não só lhes determina os desígnios, como *lhe* apraz, mas ainda *lhes* desperta a vontade e firma os esforços.

Assim, onde Moisés registra [Dt 2.30] que o rei Seom não concedera passagem ao povo porque Deus lhe havia endurecido o espírito e *lhe* fizera obstinado o coração, de imediato acrescenta o propósito de *seu* plano: “Para que o entregasse em nossas mãos”, diz *ele*. Portanto, visto que Deus queria que ele se perdesse, a obstinação do coração era a preparação divina para a ruína.

4. A ação de Deus nos ímpios e através deles

De conformidade com a primeira dessas maneiras de *ação divina*, parece *ter sido* dito isto: “Ele remove a palavra aos verazes e da razão priva os anciãos [Jó

---

99. Pseudo-Agostinho, *Da Predestinação e da Graça*, capítulo V.
100. *Institutas*, I, XVIII, 1 e 2.

12.20]; retira o entendimento àqueles que estão à frente do povo da terra, por lugar sem trilha os faz errar" [Jó 12.24]. Igualmente: "Qual a razão por que nos enlouqueceste, Senhor, *e* o coração nos endureceste, para que não te temamos?" [Is 63.17]. Ora, na verdade, estas *passagens* indicam antes que espécie de homens Deus *os* faz ao desertá-los, de modo que neles executa sua obra.

Há, porém, outros testemunhos que vão além, os quais tratam do endurecimento de Faraó: "Endurecerei o coração de Faraó para que não vos ouça [Ex 7.34] e deixe o povo ir" [Ex 4.21]. Em seguida, diz haver-lhe feito pesado o coração e havê-lo enrijecido. Endureceu-o, não o amolecendo? De fato foi isso que aconteceu. Entretanto, *Deus* fez algo mais, pois *o* entregou a Satanás a fim de estribar seu coração na obstinação. Do quê havia dito antes: "Mas eu lhe endurecerei o coração" [Ex 4.21].

O povo sai do Egito. Os habitantes da região vêm-lhe ao encontro com espírito hostil. Incitados de onde? Moisés assevera ao povo expressamente que fora o Senhor quem lhes endurecera o coração [Dt 2.30]. Além disso, narrando a mesma história, diz o Profeta que ele lhes volvera o coração para que tivesse seu povo em ódio [Sl 105.25]. Já não podes dizer que haviam tropeçado *porque* foram destituídos do conselho do Senhor. Ora, se *eles* são "endurecidos" e "volvidos", logo são a isto mesmo deliberadamente inclinados.

Além disso, sempre que lhe aprouve punir a transgressão do povo, como levou a bom termo sua obra mediante os réprobos? De tal modo que vejas que a eficiência do agir esteve nele *e* que eles simplesmente contribuíram com o desempenho. Pelo que, ora ameaçava convocá-los com seu assobio [Is 5.26; 7.18], ora usava os ímpios como uma rede para emaranhá-*los* [Ez 12.13; 17.20]; ora como um malho para ferir aos israelitas [Jr 50.23]. Mas, especialmente então declarou que não está neles ocioso, quando um machado chama a Senaqueribe, o qual, para cortá-*los*, fora não só designado, como também impulsionado por sua mão [Is 10.15]. Atiladamente, assim define Agostinho *a matéria* em certo lugar: "Que os maus pequem, isso eles fazem por natureza; porém que ao pecarem, ou façam isto ou aquilo, isso provém do poder de Deus, que divide as trevas conforme *lhe* apraz."[101]

5. SATANÁS TAMBÉM É INSTRUMENTO DO PODER DE DEUS

Com efeito, de uma passagem apenas se haverá de evidenciar suficientemente que o ministério de Satanás intervém para instigar os réprobos; quantas vezes, por sua providência, os determina o Senhor para cá ou para lá. Ora, diz-se em Samuel, com bastante freqüência, que Saul ou foi "arrebatado", ou foi "entregue" a "um mau espírito do Senhor" e a "um mau espírito da parte do Senhor"[1Sm 16.14; 18.10; 19.9]. Atribuir isto ao Espírito Santo é uma impiedade. Logo, chama-se "espírito de

101. *Da Predestinação e dos Santos*, capítulo XVI.

Deus” a um espírito impuro, porque *este* lhe atende ao mando e poder, mais um instrumento seu em ação do que um agente de si próprio.

Ao mesmo tempo, importa acrescentar-se *o* que é ensinado por Paulo: que pela ação divina é enviada a operação do erro e da sedução, “para que creiam na mentira *aqueles* que não obedeceram à verdade” [2Ts 2.10, 11]. Entretanto, com grande diferença, sempre se distingue em um mesmo ato aquilo que o Senhor faz daquilo que Satanás e os ímpios porfiam por fazer. Aquele faz *com que* sirvam à sua justiça *estes* instrumentos maus que tem sob a mão e pode volver para onde quer. Estes, na medida em que são maus, em *seu* agir dão à luz a iniqüidade concebida pela depravação da mente.

As demais *considerações* que concernem à defesa da majestade de Deus contra as calúnias, e para refutar a tergiversação dos ímpios, já foram expostas no capítulo referente à Providência.[102] Pois aqui o propósito foi apenas indicar sucintamente como Satanás reina no homem réprobo *e* como o Senhor age em ambos.

6. A OPERAÇÃO DIVINA NAS PRÓPRIAS AÇÕES ORDINÁRIAS DO HOMEM

Contudo, se bem que já as abordamos acima, ainda não foi explicado que liberdade tem o homem nas ações que por si mesmas nem são justas nem viciosas, e dizem respeito mais à vida corpórea que à espiritual. Alguns lhe têm concedido livre escolha em tais *ações*, mais, segundo julgo, porque não queriam debater acerca de algo que não seja de grande importância do que por quererem afirmar formalmente exatamente aquilo que estão admitindo.

Eu, embora confesse que aqueles que admitem não possuir nenhum recurso para a justiça estão assim admitindo *o* que é, acima de tudo, necessário que se conheça para a salvação, todavia não sou de parecer que se deva negligenciar também esta parte: que é preciso reconhecer que do Senhor é a graça especial, a saber, que muitas vezes vem à mente escolher *o* que nos é de proveito, e muitas vezes a isso se *nos* inclina a vontade; por outro lado, quantas vezes *o* que, de outra sorte, haveria de ser danoso, refugam a mente e também o entendimento.

E a este ponto se estende a força da divina providência, não somente que sucedam as eventuações das coisas como haja previsto ser conveniente, mas também que ao mesmo se incline a vontade dos homens. Verdade é que, se atentamos para a direção das coisas externas segundo nosso modo de ver, até este ponto nada haveremos de duvidar que estão situadas sob o arbítrio humano. Se, porém, damos ouvidos a tantos testemunhos que proclamam que também nestas *coisas externas* o Senhor rege a mente dos homens, somos compelidos a sujeitar o próprio arbítrio ao impulso especial de Deus.

102. *Supra* I, XVII-XVIII.

Quem em relação aos israelitas conciliou a vontade dos egípcios, de sorte que lhes dessem em empréstimo todos os *seus* mais preciosos vasos? [Ex 11.2, 3]. Jamais haveriam eles inclinado a mente a isso por sua própria disposição. Logo, mais sujeita ao Senhor lhes estava a mente do que regida por si própria. Certamente que, se Jacó não estivesse convencido de que Deus põe diversos afetos nos homens segundo seu beneplácito, não teria dito de seu filho José, a quem tomou por um egípcio:[103] "E Deus Todo-Poderoso vos dê misericórdia diante do homem" [Gn 43.14]. Assim como também confessa toda a Igreja no Salmo [106.46]: quando Deus quis compadecer-se de *seu povo*, o coração de nações cruéis foi abrandado à demência.

Por outro lado, quando Saul ardeu em ira, de sorte que se cingiu para a guerra, a causa *assim* se expressa: que o Espírito de Deus o havia impelido [1Sm 11.6]. Quem a Absalão desviou a mente de abraçar o conselho de Aitofel, que costumava ser como um orácu1o [2Sm 17.14]? Quem curvou a Reboão a que se deixasse persuadir pelo conselho dos jovens [1Rs 12.10, 14]? Quem, à aproximação de Israel, apavorou as nações anteriormente de grande ousadia? Que isso de fato aconteceu por divina operação, confessou-o a meretriz Raabe [Js 2.9]. Quem, ademais, de medo e temor abateu os corações de Israel, senão *Aquele* que na lei ameaçou dar-lhes um coração medroso [Lv 26.36; Dt 28.65]?

7. A PRÓPRIA EXPERIÊNCIA EVIDENCIA A OPERAÇÃO DIVINA EM TODOS OS FATOS DA VIDA HUMANA

Objetará alguém que estes são exemplos particulares, a cuja norma de maneira alguma se devem aplicar todos *os fatos*. Eu, porém, digo que por estes se prova suficientemente *aquilo por* que contendo: sempre que Deus, querendo fazer caminho à sua providência, dobra e revolve a vontade dos homens até mesmo nas coisas externas, nem lhes é livre a escolha, de modo que o arbítrio de Deus não lhe reja a liberdade.

Queiras ou não, que teu intento é pendente antes da impulsão de Deus do que da liberdade de tua escolha, esta é a experiência diária. Freqüentemente, a razão e o entendimento se revelam falhos, o ânimo se queda flácido em coisas não árduas de se fazer; por outro lado, expedito conselho de pronto se oferece nas *coisas* mais obscuras; superior a toda dificuldade, o ânimo enfrenta as vultosas e arriscadas.

E assim entendo *o* que Salomão diz [Pv 20.12]: "O ouvido para que ouça, o olho para que veja, um e outro *os* faz o Senhor." Ora, não me parece estar *ele* a falar de sua criação, mas da graça peculiar de *sua* função. Quando, porém, escreve [Pv 21.1]: "O Senhor sustém em sua mão o coração do rei como os cursos de água, e *o* volve

103. Primeira edição: "Nem, por certo, a não ser que houvesse sido persuadido de que Deus, conforme [Lhe] aprouve, reveste aos homens de disposição diversas, teria Jacó dito acerca de [seu] filho José, a quem julgava ser algum profano egípcio."

para onde *o* queira", sob uma só espécie de fato compreende o gênero todo. Pois, se de toda sujeição foi liberada a vontade de alguém, esse direito compete, no mais alto grau, à vontade régia, que, de certa forma, exerce soberania sobre as demais. Ora, se *até* essa é refletida pela mão de Deus, nem desta condição se *nos* eximirá a nossa.

Acerca desta matéria, destaca-se *este* notável parecer de Agostinho: "Se é diligentemente examinada, a Escritura mostra que não só as boas vontades dos homens, que de más ele *assim as* faz, e uma vez feitas, dirige para as boas ações e a vida eterna, mas também aquelas que conservam a criatura no mundo, assim estão sob o poder de Deus, de modo que, por seu mui secreto, porém mui justo juízo, as faz inclinar-se para onde quiser, quando quiser, seja para prestarem benefícios, seja para infligirem castigos."

8. O livre-arbítrio não é uma questão de levar a bom termo o que é do querer, mas do livre querer como tal

Aqui lembrem-se os leitores de que a faculdade do arbítrio humano não se deve estimar em função da eventuação das coisas, *o* que contrariamente costumam fazer certos *indivíduos* superficiais. Pois lhes parecem que podem provar com toda facilidade que a vontade do homem se acha cativa, pelo fato de que nem mesmo aos mais altos príncipes e monarcas do mundo as coisas sucedam como querem.[104] Com efeito, esta faculdade de que estamos falando deve ser considerada *dentro do* homem, e não medida por eventuação *externa*. Pois, na discussão do livre-arbítrio, não se está a indagar se porventura se permite ao homem, por entre os ofícios externos, executar e consumar tudo quanto haja determinado na mente, mas se, em qualquer coisa que seja, tenha livre tanto a escolha do juízo quanto a inclinação da vontade, o que, se ambas assistem aos homens, de não menos livre-arbítrio será Atílio Régulo, confinado na estreiteza de um tonel crivado de pregos, que Augusto César a governar, de seu arbítrio, a grande parte do orbe terrestre.

104. Primeira edição: "Pois, a si parecem, cristalina e habilmente, disto convencer de servidão a vontade humana, que, na verdade, nem aos monarcas supremos tudo corre segundo o querer."

CAPÍTULO V

REFUTAÇÃO DAS OBJEÇÕES QUE SE COSTUMAM INTERPOR EM DEFESA DO LIVRE-ARBÍTRIO

1. Primeira objeção: o pecado necessário não é culpável; o pecado livre é evitável

Quanto à servidão do arbítrio humano, poderia parecer que *já* disse o bastante, não fossem *aqueles* que, mercê de um falso conceito de liberdade, tentam lançá-lo abaixo, alegando em contraposição determinadas razões propriamente suas com vistas a atacar nossa postulação.

Primeiro, amontoam alguns absurdos com os quais a arrastam ao ódio, como se também discrepasse do senso comum. Então, investem contra ela com testemunhos da Escritura. A ambos *esses* artifícios repeliremos, cada um por sua vez. Se o pecado, dizem *eles*, é por necessidade, então deixa de ser pecado; se é voluntário, então pode ser evitado. Eram estas também as armas de Pelágio para atacar a Agostinho, de cujos nomes, entretanto, não os queremos gravar por antecipação, até que tenhamos satisfatoriamente tratado da matéria propriamente dita.

Nego, pois, que o pecado deva ser menos imputado por ser necessário; nego, por outro lado, que o que inferem seja procedente, *a saber*, ser *ele* evitável, por ser voluntário. Ora, se alguém quer contender com Deus e furtar-se ao juízo com este pretexto, que não poderia *ter agido* de outra maneira, tem a resposta preparada, *o* que ressaltamos em outro lugar, *a saber*, o fato de os homens, convertidos em escravos do pecado, nada poderem querer senão o mal, não provém da criação, mas da corrupção da natureza.

Donde, pois, essa incapacidade que os ímpios de bom grado invocariam como pretexto, senão que, por sua livre vontade, Adão se entregou à tirania do Diabo? Daqui, pois, a corrupção de cujos laços somos mantidos atados, *ou, seja*, que o primeiro homem desertou de seu Criador. Se desta deserção são merecidamente tidos todos os homens por réus, não se julguem escusados pela própria necessidade, em que têm a mais translúcida causa de sua condenação. E isto expliquei claramente supra, e um exemplo propus no próprio Diabo, de que se fizesse patente que *aquele* que peca por necessidade, peca não menos por vontade; assim como, por outro lado, nos anjos eleitos, embora a vontade *lhes* seja indeclinável do bem, entretanto não deixa de ser vontade, exatamente *o* que Bernardo também magistralmente ensina: mais miseráveis somos nós por isto: que a necessidade é voluntária, *necessidade*

que, todavia, a tal ponto nos mantém sujeitos a si, que nos tornamos escravos do pecado, como já referimos.[105]

O segundo membro de *seu* silogismo é vicioso, razão por que erroneamente salta do ***voluntário*** para o ***livre***. Nós, porém, demonstramos supra que é por ato da vontade *o* que, entretanto, não está sujeito à livre escolha.

2. Segunda objeção: galardão e castigo deixam de ser procedentes

Afirmam que, se não procedem da livre escolha do arbítrio, sejam as virtudes, sejam os vícios, não é congruente que ao homem se inflija castigo, ou se outorgue recompensa. Embora seja de Aristóteles este argumento, contudo reconheço ser usado em algum lugar por Crisóstomo e Jerônimo. Entretanto, o fato de o mesmo ter sido familiar aos pelagianos, nem mesmo o próprio Jerônimo o esconde, e inclusive lhes atribui os termos: "Pois se em nós opera a graça de Deus, então é ela que será coroada, não nós que não laboramos."[106]

Em relação aos castigos, responde que eles nos são infligidos com justiça, *infligidos a nós* de quem emana a culpa do pecado. Ora, que importa se de livre ou servil juízo se peque, contanto que *o seja* pelo desejo da vontade**,** especialmente quando o homem, *como* pecador, argumenta *com base* nisto: que está debaixo da servidão do pecado? Quanto aos galardões da retidão, de fato *é* grande absurdo se confessamos que eles dependem da benignidade de Deus, antes que dos próprios méritos?

Quantas vezes Agostinho recorre a isto: "Deus não coroa a nossos méritos, mas a seus *próprios* dons; galardões, porém, se chamam *aqueles* que não se devem a nossos méritos; ao contrário, que são retribuídos por graças já outorgadas"?[107] Com agudeza, sem dúvida, advertem para isto: já nenhum lugar sobra aos méritos, se não procedem da fonte do livre-arbítrio; visto, porém, que consideram isto de forma tão dissentânea, erram gravemente. Pois Agostinho não hesita, a cada passo, em ensinar como *sendo* necessário *o* que assim pensam confessar-se impiamente, como onde diz: "Quais são os méritos de todo e qualquer homem? Quando ele vem com recompensa não devida, ao contrário, com graça gratuita, unicamente como livre e libertador dos pecados, a todos acha pecadores."[108] De igual modo: "Se a ti se houver de pagar *o* que é devido, punido terás de ser. Portanto, que acontece? Deus não te pagou a pena devida; pelo contrário, confere graça não devida. Se queres ser estranho à graça, vangloria-te de teus méritos."[109] Igualmente: "Por ti mesmo nada és: os pecados são teus; os méritos, porém, são de Deus; *o* castigo te é devido, e quando

105. *Sermão LXXXI, Sobre Cântico dos Cânticos.*
106. *Diálogo contra os Pelagianos,* livro I.
107. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo VI.
108. *Carta CLV*, capítulo II.
109. *Sobre o Salmo XXXI.*

vier a recompensa estará coroando a seus dons, não a teus méritos."[110] No mesmo sentido, *Agostinho* ensina, em outro lugar, que a graça não procede do mérito, mas o mérito, da graça. E, pouco depois, conclui que Deus precede a todos os méritos com seus dons, para que daí sobreleve seus méritos, e *os* dá inteiramente de graça, porquanto nada acha *no homem* para que o salve.[111]

Mas, por que é tão necessário tecer catálogo mais longo, quando afirmações tais recorrem, incessantemente, em seus escritos? Com efeito, o Apóstolo ainda melhor os livrará deste erro, se *porventura* ouvirem de que princípio deriva *ele* a glória dos santos: "*Aqueles* a quem escolheu, os chamou; *aos* que chamou, os justificou; *aos* que justificou, os glorificou" [Rm 8.30]. Por que, pois, segundo *o* testifica o Apóstolo [2Tm 4.8], os fiéis são coroados? Porque, pela misericórdia do Senhor, não por sua *própria* diligência, foram não só eleitos, mas ainda chamados e justificados.

Fora, pois, com este fútil temor de que se já não existe nenhum mérito, então nenhum arbítrio pode subsistir.[112] Ora, tomar-se de medo e fugir disto é estultíssimo, com que nos chama a Escritura: "Se", diz *ele*, "tudo recebeste, por que te glorias, como se *o* não houveras recebido?" [1Co 7.14]. Por isso podes ver que ele tudo subtrai ao livre-arbítrio, para que não fique aos méritos lugar algum. Não obstante, uma vez que a benignidade e liberalidade de Deus são inesgotáveis e multíplices, porque faz nossas as graças que nos confere, *as* recompensa exatamente como *se fossem* virtudes nossas.

3. Terceira objeção: é improcedente a distinção entre o bom e o mau

Apresentam *o* que pode parecer *ter sido* tomado de Crisóstomo: se, porém, esta não é uma faculdade de nossa vontade, escolher o bem ou o mal, ou ser participantes da mesma natureza, têm de ser todos maus, ou todos bons.[113] Nem se distancia muito disto, quem quer que seja o autor da obra ***A Vocação dos Gentios***, a qual circula sob o nome de Ambrósio, quando arrazoa que ninguém jamais se teria afastado da fé, a não ser que a graça de Deus nos tivesse deixado a condição de mutabilidade, no que é de admirar se a si mesmos tivessem enganado tão eminentes varões. Pois, como *é possível que* a Crisóstomo não viesse à mente que é a eleição de Deus que assim diferencia entre os homens?

Nós, sem dúvida, de modo algum nos arreceamos de conceder *o* que Paulo assevera com grande renitência, *a saber*, todos são igualmente depravados e entregues à iniqüidade; com ele, porém, acrescentamos que é pela misericórdia de Deus que acontece de não permanecerem todos na depravação. Portanto, ainda que, por na-

110. *Sobre o Salmo LXX*.
111. *Sermão CLXIX*.
112. Primeira edição: "com este inane temor de que [já não] mais méritos nenhuns haja de de haver, se livre arbítrio se não sustiver."
113. *Homília XXIII*, 5.

tureza, todos laboremos em igual enfermidade, só recobram saúde *aqueles* a quem aprouve ao Senhor aplicar a mão curadora. Os outros, a quem, em *seu* justo juízo, pretere, definham em sua podridão até de todo consumir-se. Nem é de outra parte que uns perseveram até o fim, outros tombam, *apenas* iniciada a corrida.

Com efeito, também a própria perseverança é dom de Deus, *dom* que não prodigaliza a todos indiscriminadamente; ao contrário, confere a quem bem lhe parece. Se se procura a causa da diferença, por que uns perseveram constantes, outros por instabilidade desfalecem, não nos é mostrada nenhuma outra *causa* senão que àqueles, firmados por seu poder, o Senhor *os* sustenta para que não pereçam; a estes não *lhes* ministra o mesmo poder, para que sejam exemplos de inconstância.

4. Quarta objeção: são descabidas as admoestações e imposições éticas

Insistem, ademais, que em vão se fazem exortações, que supérfluo é o uso de admoestações, que ridículas são as repreensões, a não ser que no pecador esteja o *poder de* obedecer. Como outrora *objeções* como estas se antepusessem a Agostinho, *ele* se viu obrigado a escrever o tratado ***Da Correção e da Graça***, onde, ainda que fartamente refute a essas *cavilações,* contudo chama a atenção dos oponentes para este ponto capital: "Ó homem, no preceito saibas o que deves fazer; na correção saibas que por tua falta não *o* tens; na oração saibas donde hajas de receber *o* que queres ter." Quase do mesmo teor é o livro ***Do Espírito e da Letra***, em que ensina que Deus mede os preceitos de sua lei não conforme as forças humanas, mas, em verdade, onde ordenou *o* que é reto, graciosamente outorgou a seus eleitos a capacidade de cumpri-lo. Com efeito, esta não é matéria de longa discussão.

Acima de tudo, não estamos sós nesta causa; pelo contrário, Cristo e todos os apóstolos *estão conosco*. Vejam esses como hajam de levar a melhor na luta que intentam com antagonistas como tais. Cristo, que declara que sem ele nada podemos *fazer* [Jo 15.5], porventura com isso reprova e pune menos os que, à parte dele próprio, faziam o mal? Porventura com isso exorta menos a que cada um se devote às boas obras?

Quão severamente Paulo investe contra os coríntios [1Co 3.3] em razão de *sua* negligência do amor *fraternal*! [1Co 16.14]. Contudo, por fim suplica que *esse* amor seja, pelo Senhor, dado aos mesmos *coríntios*. Afirma, na Epístola aos Romanos [9.16], que não é do que quer, nem do que corre, mas de Deus que se compadece; entretanto, depois disso não deixa de admoestar, de exortar e de repreender. Portanto, por que ao Senhor não importunam para que assim não labore em vão exigindo dos homens aquilo que só ele pode dar *e* castigando aquilo que se comete em virtude da ausência de sua graça? Por que não admoestam a Paulo a que poupe àqueles em cuja mão, a não ser que a misericórdia de Deus lhes vá adiante**,** que agora os tem desassistido, não está o *poder de* querer ou de correr? Como se, de fato, não se

patenteie no próprio Senhor a mais excelente razão de sua doutrina, que prontamente se oferece aos que mais piedosamente *a* buscam!

Com efeito, Paulo indica quanto de si contribuem o ensino, a exortação e a repreensão para mudar a mente, quando escreve: "Nem o que planta é algo, nem o que rega, mas só o Senhor é que dá o crescimento e opera eficazmente" [1Co 3.7]. Assim, vemos sancionar Moisés, com toda severidade, os preceitos da lei [Dt 30.19], e os profetas acremente instarem com os transgressores e a ameaçá-los. *Vemos*, entretanto, como professam ter entendimento, então finalmente os homens, quando se lhes dá coração para que entendam [Is 5.24; 24.5; Jr 9.13-16; 16.11-13; 44.10-14; Dn 9.11; Am 2.4], são a própria obra de Deus, a circuncidar os corações [Dt 10.16; Jr 4.4] e a dar *corações* de carne em lugar de *corações* de pedra [Ez 11.19], a gravar sua lei nas entranhas [Jr 31.33], afinal, a renovar as almas [Ez 36.26] e a fazer com que a doutrina *lhes* seja eficaz.

5. Função e eficácia das exortações ao réprobo e ao justo

Ora, a que fim *servem* as exortações? É certo que, se pelos ímpios são desdenhadas, movidos por coração obstinado, se lhes tornarão em testemunho quando acontecer de virem diante do tribunal do Senhor; além de quê, já agora mesmo lhes fustigam e ferem a consciência, porquanto, por mais que *as* escarneça o mais insolente de todos, não obstante não *as* pode condenar.

O que, porém, haverá de fazer um mísero homenzinho, dirás, quando lhe é negada a maleabilidade de coração, que era necessária para a obediência? Pois bem, que subterfúgio invoca, visto que *não* pode imputar a dureza *do coração* a ninguém, senão a si próprio? Conseqüentemente, os ímpios, preparados para de bom grado ridicularizá-las, se houver ocasião, são encolhidos por seu poder, queiram *ou* não. *Sua* principal utilidade, porém, deve considerar-se em relação aos fiéis, em quem, uma vez que o Senhor tudo faz mediante seu Espírito, assim não negligencia o instrumento de sua Palavra e *neles* dele faz uso não sem eficiência.

Portanto, firme se eleve o que é verdadeiro, *a saber*: toda a força dos piedosos repousa na graça de Deus, segundo esse dito do Profeta: "E lhes darei um coração novo para que nele andem" [Ez 11.19, 20]. Objetarás, no entanto: "Por que *os piedosos* são agora admoestados de seu dever e não antes deixados à direção do Espírito?" "Por que são espicaçados de exortações, quando não podem ser açodados mais do que *os* impele a impulsão do Espírito?" "Por que são castigados quando são desviados do caminho, uma vez que têm caído em virtude da necessária fraqueza da carne?"

Ó homem, quem és tu que imponhas lei a Deus? Se para receber esta própria graça mercê da qual se deve obedecer à exortação, *ele* nos quer preparar mediante exortação, que tens tu que murmures ou improperes em referência a esta dispensa-

ção? Se em relação aos piedosos de nenhum outro proveito fossem exortações e repreensões, senão para que *os* convencessem de pecado, por isso mesmo sua imputação não deveria ser de todo inútil. Ora, operando o Espírito interiormente, elas valem muitíssimo para inflamar o desejo do bem, para sacudir a indiferença, para alijar a volúpia da iniqüidade e *seu* envenenado dulçor; até mesmo em contrário, para gerar-*lhes* ódio e tédio, quem ousa acusá-las de supérfluas?

Se alguém deseja resposta mais clara, assim *a* terá: Deus opera em seus eleitos de duas maneiras: interiormente, através do Espírito; exteriormente, mediante a Palavra. Pelo Espírito, iluminando-*lhes* a mente *e* plasmando o coração ao amor e ao cultivo da retidão, os faz novas criaturas. Pela Palavra, despertando-*os* para que desejem, busquem, alcancem *essa* mesma renovação. Em ambos – o Espírito e a Palavra – *ele* evidencia a operação de sua mão, segundo a maneira de sua dispensação.

A mesma Palavra, quando *a* dirige aos réprobos, se bem que não para sua correção, contudo a outro uso *a* faz valer: para que não só, no presente, sejam premidos pelo testemunho da consciência, mas ainda mais inescusáveis se tornem no dia do Juízo. Assim Cristo, embora declare que ninguém vem a ele, a não ser *aquele* a quem o Pai trouxer, e que os eleitos vêm depois que tiverem ouvido e aprendido do Pai [Jo 6.44, 45], contudo *ele* próprio não negligencia o ofício docente; pelo contrário, empenhadamente convida, com sua *própria* voz, *àqueles* que, por necessidade, devam ser interiormente ensinados pelo Espírito Santo, para que façam algum progresso. Paulo assinala que o ensino ministrado aos réprobos não é ocioso, visto que lhes é odor de morte para morte [2Co 2.16], embora para Deus seja suave fragrância [2Co 2.15].

6. Os preceitos da lei não são a medida de nosso livre-arbítrio

Extremamente laboriosos são *nossos oponentes* em coligir testemunhos da Escritura, e isto fazem zelosamente para que ao menos pelo número nos levem de vencida, já que não *o* podem pelo peso. Mas, tal como se dá nas batalhas quando a luta vem a ser corpo a corpo, sem importar o que tenha de pompa e ostentação, com uns poucos golpes de imediato se destroça e em debandada se põe a multidão não adestrada para a guerra, assim facílimo nos será desbaratá-los juntamente com sua turba.

Ora, já que, onde forem distribuídas em suas classes, a pouquíssimos tópicos convergem todas as referências de que usam mal contra nós, uma só resposta será bastante para muitas, nem será preciso aplicar-se a refutá-*las* uma a uma. A força principal é posta nos preceitos *divinos*, os quais consideram ser de tal modo ajustados às nossas faculdades, que tudo quanto se prova ser por eles exigido, segue-se necessariamente poder-se cumprir. Portanto, *os* percorrem a todos, um por um, e deles medem a extensão de nossas forças. Pois, dizem *eles*, ou Deus está a zombar

de nós quando ordena santidade, piedade, obediência, castidade, amor, mansidão, quando proíbe impureza, idolatria, imoralidade, ira, furto, soberba e coisas afins, ou apenas exige aquilo que está em nosso poder.

Com efeito, quase todos os preceitos que amontoam podem ser distribuídos em três categorias. Uns, em primeiro lugar, requerem a conversão em relação Deus; outros simplesmente falam da observância da lei; outros ordenam perseverar na graça de Deus recebida. Tratemos *primeiramente* de todas no geral; a seguir desceremos às categorias propriamente ditas.

Estender as capacidades humanas à medida dos preceitos da lei divina, na verdade começou isto a ser comum já de longa data, e tem alguma consistência, mas afinal provém da mais crassa ignorância da lei. Ora, *aqueles* que consideram ser grande crime dizer ser impossível a observância da lei, insistem no argumento aparentemente poderosíssimo de que, de outra sorte, a lei foi dada em vão. Pois arrazoam exatamente como se Paulo em parte alguma houvesse falado acerca da lei.

Pergunto, pois, que *lhes* significam estas *passagens*: "A lei foi outorgada por causa das transgressões" [Gl 3.19]; "O conhecimento do pecado é mediante a lei" [Rm 3.20]; "A lei engendra o pecado" [Rm 7.7, 8]; "Sobreveio *a lei* para que abundasse a ofensa" [Rm 5.20]? *A lei* deveria limitar-se às nossas forças, para que não fosse dada em vão? Pelo contrário, antes *a lei foi* posta muito acima de nós, para que *nos* convencesse de nossa incapacidade. Na verdade, *à luz* da *própria* definição do mesmo *Paulo*, o propósito e cumprimento da lei é o amor [1Tm 1.5]. Com efeito, quando ora para que dele plenifique o coração dos tessalonicenses [1Ts 3.12], confessa sobejamente que a lei nos soa aos ouvidos sem proveito, a menos que Deus nos instile no coração toda sua soma.

7. A lei consiste de preceitos e promessas; estas inculcam a operação da graça

Por certo que, se a Escritura não ensinasse outra *coisa* senão ser a lei a regra da vida, a que devamos conformar nossos esforços, eu também, sem delonga, de bom grado anuiria à sua opinião. Quando, porém, *ela* nos expõe, diligente e perspicuamente, o múltiplo uso da lei, *à luz* dessa exposição convém antes considerar o que a lei pode no homem.

No diz respeito à presente questão, assim que nos prescreveu que se deva fazer, *ela* ensina que o poder de obedecer procede da bondade de Deus, e por isso *nos* convida às preces, mediante as quais imploremos que nos seja dado esse *poder*. Se apenas o preceito nos fosse proposto, sem nenhuma promessa, teríamos que provar nossas forças,[114] se porventura seriam suficientes para responder ao preceito. Quan-

114. Primeira edição: "Se o só preceito subsistisse, nenhuma promessa, dever-se[-nos]-iam testar as forças ..."

do, porém, ao mesmo tempo, se lhes associam promessas, as quais proclamam que não só necessitamos do auxílio da graça divina, mas ainda de todo poder, as mesmas comprovam mais que suficientemente que somos de todo inaptos, para não dizer incapazes, para observar a lei. Por isso, *que* não mais se insista nesta adequação de nossas forças aos preceitos da lei, como se à tacanha medida de nossa fraqueza tivesse o Senhor acomodado a regra de justiça que na lei haveria de dar. Antes, consideremos, à luz das promessas, até que ponto chega nossa incapacidade, pois em tudo temos demsasiada necessidade da graça de Deus.[115]

Mas, dizem *eles*, a quem se fará verossímil que o Senhor tenha promulgado a lei a troncos e a pedra? Respondo que ninguém[116] está empenhado em persuadir disto. Ora, os ímpios não são rochedos ou lenhos quando ensinados pela lei que suas concupiscências antagonizam a Deus, por seu próprio testemunho se fazem réus; ou os piedosos, quando advertidos de sua incapacidade, se refugiam na graça. A que são pertinentes estas solenes afirmações de Agostinho: "Deus ordena *o* que não podemos, para que saibamos o que devamos dele suplicar."[117] "Grande é a utilidade dos preceitos, se tanto se conceda ao livre-arbítrio que mais profusamente honrada seja a graça de Deus."[118] "A fé impetra *o* que a lei ordena – de fato, a lei ordena por isso, para que a fé impetre *o* que fora ordenado mediante a lei; na verdade, Deus de nós requer a própria fé, e não acha *o* que requer, a menos que tenha dado *o* que acha."[119] Ainda: "Deus dá o que ordena e *então* ordena *o* que quer."[120]

8. A EVIDÊNCIA QUANTO À OPERAÇÃO DA GRAÇA PATENTEADA NAS TRÊS CATEGORIAS DE PASSAGENS RETRO REFERIDAS

Haver-se-á de visualizar isto mais claramente quando forem examinadas as três classes de preceitos que abordamos acima. O Senhor ordena com freqüência, tanto na lei como nos profetas, que a ele nos convertamos [Ez 18.30-32; Os 14.2; Jl 2.12]. O Profeta, porém, acompanha em contraposição: "Converte-me, Senhor, e estarei convertido, pois, depois que me converteste, *eu* me arrependi" etc. [Jr 31.18, 19]. Ordena que circuncidemos os prepúcios de nosso coração [Dt 10.16; Jr 4.4]. Faz saber, porém, por intermédio de Moisés, que esta circuncisão é operada por sua mão [Dt 30.6]: a cada passo requer um coração novo [Ez 18.31], mas que o mesmo é dado por ele [Deus], testifica-o em outro lugar [Ez 11.19; 36.26]. "Mas, *o* que Deus promete", como diz Agostinho, "não *o* fazemos *nós* mesmos pelo arbítrio ou pela

---

115. Primeira edição: "Antes, deve considerar-se das promessas, quão desaparelhados de nós [mesmos] sejamos [nós] próprios, que, em todo aspecto, necessitamos, em tão grande medida, de Sua graça."

116. Primeira edição: "Nem quem quer que seja ..."

117. *Da Graça e do Livre-arbítrio*, capítulo XVI.

118. *Carta CLXVII*.

119. *Homília 29, sobre São João*.

120. *Confissões*, livro X, capítulo XXIX.

natureza; ao contrário, *ele* próprio *o* faz pela graça."[121] E esta é a observação que o mesmo *Agostinho* enumera em quinto lugar entre as regras de Ticônio:[122] que distingamos bem entre a lei e as promessas, ou entre os mandamentos e a graça.[123] Desapareçam agora *os* que *à luz* dos preceitos concluem que o homem tem capacidade para obedecer-*lhes*, de sorte que *assim* aniquilam a graça de Deus, mercê da qual os próprios preceitos se cumprem.

Os preceitos da segunda categoria são simples, pelos quais se nos manda honrar a Deus, servir-lhe à vontade e *a ela* apegar-*nos*; observar-lhe as ordenanças, seguir-lhe a doutrina. Inúmeras, porém, são *aquelas* passagens que atestam ser dádiva sua tudo quanto se pode ter de justiça, de santidade, de piedade, de pureza.

Da terceira categoria era aquela exortação de Paulo e Barnabé aos fiéis, que de Lucas se refere [At 13.43], a que permanecessem na graça de Deus. Donde, porém, se deva buscar essa virtude da constância, o mesmo Paulo ensina em outro lugar: "Pois que resta, irmãos", diz *ele*, "que sejais fortalecidos pelo Senhor" [Ef 6.10]. Em outro lugar [Ef 4.30], se nos proíbe a que entristeçamos o Espírito de Deus pelo qual fomos selados para o dia de nossa redenção. Mas, já que pelos homens não se podia cumprir *o* que aí exige, do Senhor roga em favor dos tessalonicenses "que, na verdade, dignos os tenha de sua santa vocação e neles realize todo bom propósito de sua bondade e a obra da fé" [2Ts 1.11]. De igual modo, na Segunda Epístola aos Coríntios, tratando das esmolas, amiúde lhes recomenda a boa e pia vontade [2Co 8.11]; pouco depois, entretanto, rende graças a Deus, "que pôs no coração de Tito que mantivesse exortação *nesse sentido*" [2Co 8.16]. Com efeito, se nem pôde Tito exercer o uso da boca em exortar aos outros, senão até onde Deus *lho* proporcionou, como haveriam outros de estar afeitos a agir a não que o próprio Deus lhes dirigisse o coração?

9. A conversão não é um produto conjunto de Deus e do homem

A todos estes testemunhos interpretam cavilosamente os mais sutis, *insistindo em* que nada impede que *nós* próprios apliquemos nossas forças e Deus traga ajuda a *nossas* fracas tentativas. Adicionam, ademais, passagens dos profetas em que a operação de nossa conversão parece ser dividida meio a meio entre Deus e nós: "Convertei-vos a mim e eu me converterei a vós" [Zc 1.3].

Que tipo de ajuda nos traga o Senhor foi demonstrado supra, tampouco aqui se faz necessário repeti-lo. Desejo ao menos que isso me seja concedido: em vão se procura em nós a capacidade de cumprir a lei pelo fato de que o Senhor no-la ordena à obediência, quando é evidente que, para se cumprir todos os preceitos de Deus, a

121. *Da Graça de Cristo e do Pecado Original*, livro I.

122. Trata-se da terceira regra, denominada aqui a quinta, das sete dadas por Ticônio, donatista condenado por sua seita, até 390.

123. *Da Doutrina Cristã*, livro III, capítulo XXXIII.

graça do Legislador não só é necessária, mas ainda nos é prometida, pelo que daí se evidencia que, no mínimo, se exige de nós mais do que sejamos capazes de executar. Na verdade, não se pode diluir de quaisquer cavilações essa *afirmação* de Jeremias: que foi sem efeito o pacto de Deus firmado com o povo antigo, porque *o* era apenas da letra; nem ser além disso estabelecido de outra maneira, que é o Espírito quem plasma os corações à obediência [Jr 31.32].

Também de nada lhes serve para firmar seu erro esta injunção: "Convertei-vos a mim e eu me converterei a vós" [Zc 1.3]. Pois aí *por* conversão de Deus se denota não *aquela* em virtude da qual o coração nos renova para o arrependimento, mas *aquela* mediante a qual se atesta benévolo e propício pela prosperidade das coisas, assim como pelas coisas adversas às vezes indica *seu* desagrado. Portanto, uma vez que o povo, atormentado de muitas formas, de misérias e calamidades, se queixava de que Deus se afastara dele**,** responde que não lhes haveria de faltar sua benignidade, se volvessem **à** retidão de vida e a ele próprio, que é modelo de justiça. Esta passagem, pois, é indevidamente torcida quando é arrastada a este *ponto*: que a obra da conversão parece estar repartida entre Deus e os homens.

Por isso, temos abordado estes *tópicos* mais sumariamente, porque o lugar deste assunto será mais propriamente na *parte em que se procederá à* consideração da lei.

10. TAMPOUCO O LIVRE-ARBÍTRIO REABILITA AS PROMESSAS DA ESCRITURA

A segunda classe de argumentos se assemelha à anterior. Citam as promessas nas quais o Senhor estabelece um pacto com nossa vontade, que são: "Buscai a bondade e não a maldade, e vivereis" [Am 5.14]; "Se quiserdes e ouvirdes, comereis as boas *coisas* da terra; se, porém, não quiserdes, a espada vos devorará, porque a boca do Senhor falou" [Is 1.19, 20]. Ainda: "Se removeres tuas abominações de minha face, não serás lançado fora" [Jr 4.1]; "Se deres ouvido à voz do Senhor teu Deus, e fizeres e guardares todos os seus mandamentos, o Senhor te fará mais exaltado que todos os povos da terra" [Dt 28.1]. E outras afins.

Julgam que as bênçãos que o Senhor oferece nas promessas nos são delegadas à vontade; se não estivesse em nossa mão e vontade fazê-las ou deixá-las sem efeito seria uma zombaria." É bem fácil amplificar esta matéria com eloqüentes recriminações, *tais como*: somos cruelmente enganados pelo Senhor, quando declara que sua benignidade depende de nossa vontade, se nossa vontade não fosse algo de nossa própria alçada; esta liberalidade de Deus será mui eminente, quando ela nos propõe assim suas bênçãos, e não tem qualquer capacidade de usufruí-*las*; admirável seria a certeza de promessas que dependam de uma coisa impossível, de sorte que nunca se cumpram. Acerca das promessas desta espécie que têm uma condição anexa, falaremos em outro lugar, de modo que fique evidente que nada há de absurdo em seu impossível cumprimento.

No que respeita a esta consideração, nego que Deus nos engane de forma desumana, quando *a nós,* que sabe sermos de todo desprovidos de capacidade *para fazê-lo,* nos convida a merecer suas bênçãos. Mas uma vez que as promessas são oferecidas igualmente a fiéis e a ímpios, sua aplicação se refere a ambos. Da mesma forma que, mediante os preceitos, Deus punge a consciência dos ímpios, para que não se deliciem nos pecados de forma tão deliciosa, sem nenhuma lembrança de seus juízos, assim nas promessas lhes faz de certo modo testificar quão indignos são de sua benignidade. Pois, quem haja de negar que é mui justo e próprio que o Senhor cumule de bênçãos aqueles de quem é honrado, mas, na medida de sua severidade, castigue aos que desprezam sua majestade?

Portanto, Deus age retamente e em ordem quando aos ímpios agrilhoados pelas peias do pecado, nas promessas enuncia esta lei: que finalmente receberão então suas bênçãos, caso se apartem da depravação; ou, só por isto: que compreendam ser com razão excluídos daquelas *bênçãos* que se devem aos verdadeiros adoradores de Deus. Por outro lado, porque diligencia de todos os modos estimular os fiéis a que implorem sua graça, de maneira alguma será inconsistente se *o* que mostramos em relação a eles operar com muito fruto mediante os preceitos, isso também tente por meio das promessas. Ensinados pelos preceitos acerca da vontade de Deus, somos advertidos de nossa miséria, *nós* que, de todo o coração, dela tanto discrepamos. Ao mesmo tempo, somos instigados a invocar-lhe o Espírito, por quem somos dirigidos pelo reto caminho. No entanto, uma vez que nossa displicência não é suficientemente acicatada pelos preceitos, acrescentam-se as promessas para que, por um certo dulçor, a seu amor nos aliciam. Mas, de quanto maior desejo de justiça somos possuídos, tanto mais fervorosos nos tornamos em buscar a graça de Deus.

Eis como, por estas injunções, "se quiserdes", "se ouvirdes", o Senhor não nos atribui a livre capacidade de querer ou ouvir, nem ainda zomba de nós em razão de *nossa* falta de poder.

11. TAMPOUCO AS REPRIMENDAS DA ESCRITURA RESPALDAM O LIVRE-ARBÍTRIO

Tem também muita afinidade com essas *duas precedentes* a terceira classe *de passagens evocadas*. Pois trazem à baila passagens nas quais Deus censura ao povo ingrato de que, só por sua própria causa, ocorrera que não recebessem de sua indulgência todo gênero de *coisas* boas.

Desta categoria *de passagens* são estas: "Amaleque e o cananeu estão diante de vós, por cuja espada havereis de cair, porquanto não quisestes aquiescer ao Senhor" [Nm 14.43]; "Porque vos chamei e não respondestes, farei a esta casa como fiz a Silo" [Jr 7.13-14]. Igualmente: "Esta nação não deu ouvidos à voz do Senhor seu Deus, nem aceitou sua correção, por isso foi rejeitada pelo Senhor" [Jr 7.28, 29].

Ainda: “Porque endurecestes vosso coração, e não quisestes obedecer ao Senhor, todos estes males vos sobrevieram” [Jr 19.15; 32.23].

Como tais censuras, dizem *eles*, seriam congruentes contra aqueles a quem seria próprio prontamente replicar: Na verdade anelávamos pela prosperidade, temíamos as adversidades? Portanto, que não temos obedecido ao Senhor, nem lhe demos ouvidos à voz, a fim de granjear-se aquela, evitarem-se estas, se deveu a isto: estando sujeitos à dominação do pecado, não pudemos agir de outra forma.[124] Portanto, em vão somos censurados por males que não foi de nosso poder evitá-*los*.

Desconsiderado, porém, o pretexto de necessidade, em que fraco e fútil é o arrimo, pergunto se porventura podem escusar a culpa. Ora, se de qualquer culpa se mantêm incriminados, o Senhor não sem causa censura haver resultado de sua perversidade que não sentissem o fruto de sua demência. Respondam, portanto, se porventura podem negar que a causa de *sua* obstinação é por ser sua vontade depravada. Se acham a fonte do mal dentro de si *próprios*, por que se extenuam à busca de causas estranhas, para que a si não pareçam ser eles mesmos os autores da *própria* ruína?

Pois, se é verdadeiro que por sua falha, não alheia, são os pecadores não só privados das bênçãos divinas, mas ainda castigados com punições, em grande parte é porque da boca de Deus ouvem estas censuras: se persistirem obstinadamente nos desregramentos, que aprendam nas calamidades a acusar e detestar antes sua *própria* depravação, em vez de acusar a Deus de injusta crueldade; se não se despojaram da aptidão para aprender, tomados de tédio dos pecados, de cujo merecimento se vêem miseráveis e perdidos, retornem ao caminho e, em séria confissão, reconheçam que o Senhor, ao reprovar, desperta a lembrança.

De quanto proveito tenham sido entre os piedosos aquelas censuras dos profetas que costumam citar, se faz evidente *à luz* da solene oração de Daniel. Contemplamos, porém, exemplo do primeiro uso nos judeus a quem Jeremias recebe ordem de expor-lhes a causa das misérias, quando, no entanto, não haveria de ter acontecido de outra maneira do que o Senhor predissera: “Tu lhes falarás todas estas palavras, e não te ouvirão; os chamarás, e não te responderão” [Jr 7.27]. Portanto, com que propósito se cantava aos surdos? Para que, de mau grado e a contragosto, viessem a entender que era verdadeiro *o* que estavam ouvindo, *ou, seja*, ser abominável sacrilégio transferirem a Deus a culpa de seus males, a qual residia neles próprios.

Com estas poucas soluções podes mui facilmente desvencilhar-te do imensurável acervo de provas que, para erigir o simulacro de livre-arbítrio, os inimigos da graça de Deus costumam amontoar, tanto dos preceitos quanto das queixas contra os transgressores da lei.

---

124. Primeira edição: “por isso se fez: que não foi livre aos [que estavam] sujeitos à dominação do pecado.”

Para vergonha dos judeus, declara em um Salmo: “Uma geração pervertida que não manteve reto seu coração” [S1 78.8]; ainda em outro Salmo, o Profeta exorta aos homens de seu tempo a que não endureçam o coração [Sl 95.8], evidentemente porque a culpa de toda obstinação se apega na depravação dos homens, mas daí se infere estultamente que o coração, cuja preparação procede de Deus, é flexionável para uma e outra parte. Diz o Profeta: Inclinei meu coração a observar teus preceitos [Sl 119.112]; na verdade porque havia se devotado a Deus, de bom grado e de jovial disposição de espírito; contudo não se gaba de ser o autor dessa disposição, a qual, no mesmo Salmo, confessa ser dádiva de Deus [Sl 119.33-40].

Dessa forma, deve atentar-se para a admoestação de Paulo, quando ordena aos fiéis que efetuem sua salvação com temor e tremor, porquanto Deus é quem opera não só o querer, como também o realizar” [Fp 2.12, 13]. Por certo que lhes assinala participação ativa, para que não se refestelem no torpor da carne; por outro lado, preceituando-*lhes* medo e solicitude, abate-os de tal modo que se lembrem ser obra própria de Deus o mesmo que lhes é ordenado fazer. Com *o* que exprime claramente que, visto que a capacidade *lhes* é suprida do céu, agem os fiéis, por assim dizer, passivamente, para que de modo algum reivindiquem algo para si.

Por isso mesmo, enquanto nos exorta a que à fé acrescentemos a virtude [2Pe 1.5], não nos atribui Pedro funções secundárias, como se tivéssemos de efetuar algo separadamente; ao contrário, apenas *nos* estuga a indolência da carne, em função da qual, não poucas vezes, é sufocada a própria fé. Ao mesmo tempo contempla essa exclamação de Paulo: “Não extingais o Espírito” [1Ts 5.19], porquanto, continuamente, aos fiéis se insinua sorrateira indolência, a menos que seja corrigida. Entretanto, se alguém daí infere que lhes pertence ao arbítrio o fomentar a luz proporcionada, facilmente se refutará a ignorância, pois que só de Deus provém esta diligência própria que Paulo requer. Com efeito, somos também ordenados freqüentemente a purgar-nos de toda imundície [2Co 7.1], quando o Espírito reivindica para si somente a função de santificar.

Afinal, que nos é transferido mediante concessão *o* que compete a Deus se faz evidente das palavras de João: “Todo aquele que procede de Deus a si mesmo se guarda” [1Jo 5.18]. Os pregoeiros do livre-arbítrio agarram esta palavra, como se em parte fôssemos preservados pelo poder de Deus, em parte pelo nosso, como se, na verdade, não tivéssemos do céu esta própria guarda de que o Apóstolo *nos* relembra! Donde também Cristo roga ao Pai que nos preserve do ma1igno [Jo 17.15], e sabemos que os piedosos, enquanto militam contra Satanás, conseguem a vitória não de outras armas senão *as* de Deus. Por esta razão, Pedro, quando ordenou que nos purifiquemos as almas na obediência da verdade, acrescenta, logo *em seguida*, à guisa de correção: “pelo Espírito” [1Pe 1.22]. Por fim, como as forças humanas nada são no embate espiritual, no-lo mostra João em poucas palavras, quando ensina que *os* que foram gerados de Deus não podem pecar, porque neles permanece a

semente de Deus [1Jo 3.9]; e, em outro lugar, apresenta a razão: nossa fé é a vitória que vence o mundo [1Jo 5.4].

12. Tampouco o livre-arbítrio é respaldado por Deuteronômio 30.11-14

No entanto cita-se da lei de Moisés uma passagem que parece ser muito contrária à nossa solução. Ora, aquele, depois de promulgada a lei, por testemunha conclama ao povo desta maneira: "Este mandamento que hoje te prescrevo não é obscuro, nem posto ao longe, nem situado no céu, mas está junto de ti, em tua boca e em teu coração, para que o cumpras" [Dt 30.11-14]. Por certo que, se estas *coisas* forem entendidas como enunciadas em referência aos preceitos desnudos, confesso que nos veríamos em grande apuro para responder.[125] Ora, ainda que seja bastante fácil evadir *a isso, sustentando-se* que aqui não se trata da capacidade e da disposição para a observância, mas de conhecimento, contudo talvez assim deixassem também alguma dúvida.

Mas, de toda dúvida nos exime o Apóstolo, intérprete não ambíguo, que afirma haver Moisés aqui falado acerca do ensino do evangelho [Rm 10.8]. Se, entretanto, algum refratário contestar que *essas palavras* foram violentamente torcidas por Paulo, para que pudessem aplicar-se ao evangelho, se bem que sua ousadia não carecerá de impiedade, contudo há como o tal pode ser refutado, à parte da autoridade do Apóstolo. Ora, se Moisés falava somente dos preceitos, *então* de mui vã confiança inflava o povo. Pois, que outra *coisa teriam feito*, senão arrojar-se á ruína, se, como se lhes não fora difícil, tivessem se arremetido à observância da lei por suas *próprias* forças?

Portanto, onde essa capacidade tão óbvia de observar a lei, quando nenhum acesso se patenteia, senão por um precipício mortal? Logo, nada é mais certo do que Moisés haver compreendido com estas palavras o pacto de misericórdia que havia promulgado juntamente com a exação da lei. Ora, havia também ensinado, poucos versos antes, *a saber*, que nos é indispensável que o coração seja circuncidado pela mão de Deus, para que o amemos [Dt 30.6]. Conseqüentemente, esta capacidade de que fala logo em seguida não *a* colocou no poder do homem, mas na assistência e proteção do Espírito Santo, que em nossa fraqueza leva a bom termo sua obra, poderosamente, embora não se deva entender *esta* passagem simplesmente acerca dos preceitos; ao contrário, mais acerca das promessas do evangelho, que, na verdade, em nós não consolidam a capacidade de alcançar a justiça, senão que totalmente a destroem.

Ponderando isto, Paulo confirma, através desse testemunho, que no evangelho a salvação *nos* é proposta não sob essa dura, árdua e impossível condição, segundo a

125. Primeira edição: "confesso que têm não pouco de momento à presente causa."

qual age a lei conosco, isto é, que, afinal, a atinjam aqueles que tiverem cumprido todos os mandamentos; mas, pelo contrário, mediante uma *condição* fácil, pronta e de franco acesso. E assim, esta passagem nada *contribui* para vindicar liberdade ao arbítrio humano.

13. Nem mais favoráveis ao livre-arbítrio são as referências bíblicas ao alienar-se Deus às ações humanas

Costuma-se também objetar-se acerca de algumas outras passagens**,** nas quais se mostra que, retirada a assistência de sua graça, Deus põe, por vezes, os homens à prova e fica na expectativa sobre que rumo os esforços se convergirão, como está em Oséias: "Irei para meu lugar, até que ponham no coração e busquem minha face" [Os 5.15].

Seria ridículo, dizem *eles*, se o Senhor considerasse Israel como a buscar-lhe a face, a não ser que as mentes fossem flexíveis, que pudessem, por sua própria disposição, inclinar-se para um e outro lado. Como se, na verdade, isto não fosse extremamente comum a Deus nos profetas: assumir a aparência de quem desprezava e rejeitava ao povo, até que a vida emendasse para melhor!

Entretanto, o que nossos adversários, afinal, derivarão de tais ameaças? Se pretendem que o povo, abandonado por Deus, possa, por si mesmo, idear conversão, terão que fazer isso ante o protesto de toda a Escritura; se admitem ser a graça de Deus necessária à conversão, por que litigam conosco? Contudo, *a* concedem necessária em termos tais que pretendem que seja preservada ao homem a capacidade pessoal. De que fonte o provam? Certamente, não desta passagem, nem de similares, porque uma *coisa* é afastar-se do homem e volver os olhos para o que haja *ele* de fazer, entregue e deixado a si; outra, ajudar suas forças, diminutas que sejam, na medida de *sua* fraqueza.

Portanto, dirá alguém: Que significam essas expressões? Respondo: valem exatamente como se Deus falasse assim: "Uma vez que nada de proveito se consegue junto a este povo contumaz, com advertência, com exortação, com repreensão, retirar-me-ei por um pouco e silencioso deixarei que ele seja afligido. Verei se porventura, em algum tempo, após longas calamidades, dele se apodere a lembrança de mim, para que busque minha face." Mas, o afastamento do Senhor para longe denota a supressão da profecia. Ficar observando o que porventura os homens hão de fazer significa acossá-los por algum tempo com aflições várias, silencioso e como que às escondidas. A ambos faz *o Senhor* para que nos torne mais humildes, pois, a não ser que, por seu Espírito, nos predispusesse a essa suscetibilidade em aprender, seríamos mais depressa chagados do que corrigidos pelos azorragues das coisas adversas.

Com efeito, quando, ofendido e como que fatigado por nossa obstinação inque-

brantada, isto é, removida sua Palavra, na qual costuma exibir algo de sua presença, o Senhor nos deixa por um pouco, e empreende a experiência do que tenhamos de fazer enquanto ele está ausente, daí se conclui erroneamente haver certos poderes de livre-arbítrio que *Deus* contempla e testa, quando não o faz para outro fim senão forçar-nos a reconhecer nossa οὐδενειαν [*ouděnezăn – nada*; *nulidade*].

14. NEM DEVEM NOSSOS ATOS BONS SER ATRIBUÍDOS À NATUREZA EM SI, PRODUTO REAL DE LIVRE-ARBÍTRIO

Argúem também da forma costumeira de falar, que se observa tanto nas Escrituras quanto nas conversações dos homens, isto é, que a nós, na verdade, são designadas as boas obras, e que se nos exige fazer o que é santo e agradável ao Senhor, bem como que cometemos pecado. Porque, se com justiça se *nos* imputam os pecados como provindos de nós, por certo que, pela mesma razão, algo deverá ser-nos atribuído também nas ações retas. Ora, nem seria consistente com a razão dizer que fazemos as coisas que Deus nos move a fazer, se por nós mesmos somos tão incapazes de fazê-las, como uma pedra.[126] Portanto, embora demos à graça de Deus o papel principal, entretanto essas expressões indicam que temos nossa participação ao menos em papel secundário.

Se *porventura* se alegasse este *ponto* único, *a saber*: que se dizem nossas as boas obras, eu, por minha vez, objetaria que se diz nosso o pão que rogamos que Deus nos dê [Mt 6.11]. Que haverão de entender do pronome possessivo**,** senão que, de modo algum, o que se nos deve de outra maneira, nosso se faz pela benignidade de Deus e por *seu* gratuito favor? Portanto, admitem o mesmo absurdo na oração do Senhor, a saber, que não têm por coisa nova que se chamem nossas as boas obras, nas quais o único título para que sejam nossas é a liberalidade de Deus.[127]

Com efeito, um tanto mais forte é esta *segunda objeção*: que a Escritura, com freqüência, afirma que nós, *de nós* mesmos, adoramos a Deus, preservamos a justiça, obedecemos à lei, somos zelosos em boas obras. Uma vez que estas são funções próprias da mente e da vontade, como conviria atribuir estas *coisas* ao Espírito e, ao mesmo tempo, nos serem atribuídas, a não ser que houvesse certa conjunção de nosso esforço com o poder divino?

Dessas futilidades nos desvencilhamos sem qualquer dificuldade, se ponderamos apropriadamente a maneira em que o Espírito do Senhor opera nos santos. É improcedente aquela comparação com que odientamente nos rotulam, pois quem carece de entendimento a tal ponto que creia que o impulso de um homem nada

---

126. Primeira edição: "Ora, nem seria consentâneo com a razão que se dissesse fazermos nós estas [cousas] no executar as quais, incapazes por esforço próprio, somos movidos por Deus como pedras."

127. Primeira edição: "Logo, ou riam-se do mesmo absurdo na oração do Senhor, ou como risível não tenham que nossas se chamam boas obras, em que nada temos próprio, senão a lieralidade de Deus."

difere do arremesso de uma pedra? Na verdade, de nossa doutrina não se deduz nada que seja semelhante.

Entre as faculdades naturais do homem nos reportamos ao aprovar, ao rejeitar; ao querer, ao não querer; ao esforçar-se por, ao resistir a; isto é, aprovar o que é fátuo, rejeitar o que é essencialmente bom; querer o mal, não querer o bem; fazer esforços em relação à iniqüidade, resistir à retidão. Que faz aqui o Senhor? Se quer utilizar-se de depravação desta natureza como instrumento de sua ira, *a* dirige e *a* dispõe como bem *lhe* aprouver, para que execute sua boa obra através de mão ímpia.

Portanto, o homem celerado que, enquanto diligencia por obedecer apenas à sua concupiscência, assim serve ao poder de Deus, porventura o compararemos com uma pedra que, acionada por impulso alheio, não é impelida nem por motilidade, nem por sensibilidade, nem por vontade própria? Vemos, pois, a grande diferença que existe![128]

Quanto aos bons, porém, acerca de quem é *aqui* a questão principal? Quando seu reino neles implanta, para que não seja, em função da inclinação da natureza, em todas as direções arrebatada de paixões estuantes, mediante seu Espírito coíbe-*lhes* a vontade; para que propenda à santidade e à justiça, à norma de sua justiça *a* curva, afeiçoa, plasma, dirige; para que não vacile ou caia, pelo poder de seu Espírito *a* sustém e firma.

Por essa razão, diz Agostinho: "Dir-me-ás: Portanto, não agimos, sofremos ação. Pelo contrário, ages e sofres ação, e então ages bem, se do bom estás a sofrer a ação. O Espírito de Deus que age sobre ti é ajudador dos que agem. O designativo ***ajudador*** prescreve que também tu ajes em certa medida."[129] No primeiro membro *dessa alternância* inculca *ele* que a ação do homem não é suprimida pela atuação do Espírito Santo, por isso que a vontade, que é regida para que aspire ao bem, *lhe* é da *própria* natureza.

Mas, *o* que logo a seguir acrescenta, pode-se inferir do termo "ajuda" que também algo efetuamos, não convém entender assim, como se a cada um nos esteja a atribuir algo de si. Mas para que não fomente em nós a indolência, assim harmoniza a ação de Deus com a nossa: que o querer *nos* é da natureza, o querer bem, no entanto, *nos* é da graça. Por isso, dissera pouco antes: "A não ser que Deus nos venha em auxílio, não só não poderemos vencer, mas nem mesmo lutar."

15. A graça nos renova a vontade, donde as ações louváveis serem fruto da graça que nos rege a vontade

Daqui transparece que a graça de Deus, como é esta expressão tomada quando

128. Primeira edição: "Vemos quanto haja de diferença!"
129. *Da Correção e da Graça*, capítulo II, 4.

se trata da regeneração, é a norma do Espírito para dirigir e regular a vontade do homem. Não *a* pode regular sem corrigi-la, sem reformá-la, sem renová-la – donde dizemos que o princípio da regeneração é que seja abolido *o* que é nosso **–**, sem, ao mesmo tempo, movê-la, ativá-la, impulsioná-la, conduzi-la, sustê-la. Do quê dizemos, com verdade, serem integralmente dele todas as ações que daí emanam.

Entrementes, não negamos ser mui verdadeiro *o* que Agostinho[130] ensina: que a vontade não é destruída pela graça; ao contrario, é antes reparada, pois que ambos *esses conceitos* se harmonizam esplendidamente, de modo que se pode dizer que a vontade do homem é restaurada, enquanto, corrigida a viciosidade e depravação, é *ela* dirigida à verdadeira norma da justiça, e ao mesmo tempo se pode dizer que **é** criada no homem uma vontade nova, porquanto está viciada e corrompida a tal ponto que *ele* tem por necessário induzir-*lhe* no íntimo uma nova natureza.

Ora, nada obsta que, com propriedade, se diga que efetuamos *o* que o Espírito de Deus efetua em nós, ainda que nossa vontade de si própria nada contribua que seja desvinculado de sua graça. E por isso é preciso ter em lembrança *o* que, em outro lugar, citamos de Agostinho: que certos *indivíduos* labutam em vão no afã de descobrir na vontade do homem qualquer coisa própria de bom, pois tudo quanto de mistura porfiam os homens impingir à graça de Deus, em louvor do livre-arbítrio, outra coisa não é senão corrupção**,** exatamente como se alguém diluísse vinho com água barrenta e amargosa.

Mas, se bem que provém da pura injunção interior do Espírito o que quer que de bom haja na vontade, uma vez que, entretanto, o querer nos é naturalmente ingênito, nos é dito não sem causa que efetuamos essas *coisas* cujo louvor, de direito, Deus para si reivindica, em primeiro lugar, porque nosso é, por sua benignidade, tudo quanto *ele* opera em nós, uma vez que compreendamos que não procedem de nós; em segundo lugar, visto que nossa é a mente, nossa a vontade, nosso o esforço, estes são por ele dirigidos para o bem.

16. Gênesis 4.7 não respalda o livre-arbítrio

Os testemunhos que, depois disto, daqui *e* dali respigam *da Escritura* não haverão de causar muita dificuldade até mesmo aos entendimentos menos aquinhoados, que simplesmente tenham devidamente se embebido das refutações precedentes.

Citam do Gênesis essa afirmação: "Sob ti estará o desejo, e tu dominarás sobre ele" [Gn 4.7], o que interpretam como uma referência ao pecado, como se o Senhor houvesse prometido a Caim que, se quisesse lutar muito em subjugá-lo, a força do pecado não haveria de ser superior em sua mente.

Dizemos, porém, que mais se coaduna com a ordem da oração quando esta afir-

130. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo XX.

mação é tomada em referência a Abel, pois Deus aí tem o propósito de condenar a iniqüidade da inveja que Caim havia concebido contra o irmão. Isto *Deus o* faz por dupla razão: *primeira*, que em vão *Caim* meditava um crime em função do qual excelesse ao irmão junto a Deus, em quem nenhuma honra há senão a da justiça; segunda, que *Caim* seria supinamente ingrato pela bênção que já recebera de Deus, se não pudesse tolerar ao irmão, quando este estava realmente sujeito à sua autoridade de primogênito.

Com efeito, para que não pareçamos abraçar esta interpretação porque a outra nos é contrária, imaginemos que, de fato, Deus haja *aí* falado em relação ao pecado. Se assim é, o Senhor ou está prometendo, ou está ordenando, o que *aí* enuncia. Se está ordenando, já demonstramos que daí não se deduz nenhuma prova de capacidade humana; se está prometendo, onde *jaz* o cumprimento da promessa, uma vez que Caim sucumbiu ao pecado ao qual deveria dominar? Dirão que há tácita condição inclusa à promessa, como se dissesse que *ele* haveria de alcançar a vitória, se lutasse. No entanto, quem aceitaria tais rodeios?

Ora, se esse domínio se refere ao pecado, ninguém nutre dúvida de que a oração seja imperativa, na qual não se define ***que possamos***; pelo contrário, ***que devamos***, embora acima de *nosso* poder. Todavia, não só a própria matéria, mas também a norma da gramática, exigem que se faça uma comparação de Caim e Abel, porquanto o irmão primogênito não teria sido posto em segundo plano em relação ao mais jovem, não fora que pelo próprio crime *se fizera* inferior.

17. TAMPOUCO ROMANOS 9.16 E 1 CORÍNTIOS 3.9

Usam também do testemunho do Apóstolo, já que *ele* diz não pertencer ao que quer, nem ao que corre, mas a Deus que se compadece [Rm 9.16]; daí inferem haver algo na vontade e esforço *humanos* que, embora por si fraco, ajudado pela misericórdia de Deus, *o homem* não carece de resultado favorável. Com efeito, se ponderassem sobriamente de que matéria Paulo trata aqui, não abusariam desta proposição de forma tão inconsiderada. Sei que eles podem citar a Orígenes e a Jerônimo[131] *como* partidários de sua exposição. Eu poderia, de minha parte, opor-lhes também Agostinho. O que, porém, esses *patrísticos* tenham opinado, em nada nos é relevante, se é evidente o que Paul quis *dizer*. Aí ele ensina que a salvação foi preparada exclusivamente para aqueles a quem o Senhor julga dignos de sua misericórdia; ruína e desolação subsistem a quantos *ele* não escolheu. Sob o exemplo de faraó, *ele* mostrara a sorte dos réprobos [Rm 9.17]; pelo testemunho de Moisés: “Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia” [Rm 9.15; Êx 33.19], confirmara também a infalibilidade da eleição gratuita. E conclui: “Não é do que quer ou do que corre, mas de Deus que se compadece” [Rm 9.16].

131. Orígenes, *Carta aos Romanos*, livro VII. Jerônimo, *Diálogo contra os Pelagianos*, livro I.

Ora, se esta afirmação for entendida neste sentido, que nosso esforço e vontade não bastam, já que são insuficientes em relação a tão vultoso volume, bem pouco satisfatoriamente teria sido o que Paulo disse. Diante desse fato, longe de nós esses casuísmos tacanhos: “Não é do que quer, nem do que corre, logo há alguma vontade, há alguma corrida.” Mais simples, porém, é a mente de Paulo: Não é a vontade, não é a corrida que nos preparam o caminho para a salvação; aqui entra somente a misericórdia do Senhor. Pois tampouco o *Apóstolo* fala aqui de uma maneira diferente de Tito [3.4-5], onde escreve que a bondade e a humanidade de Deus se fizeram manifestas não por meio de obras de justiça que *porventura* tenhamos feito, mas em virtude de sua imensa misericórdia.

Certamente que nem mesmos os que reiteram insistentemente *dizendo* que, já que *Paulo* negou ser daquele que quer ou daquele que corre, ele dá a entender que há alguma vontade e alguma corrida, conceder-me-iam arrazoar da mesma forma, isto é, que pelo fato de Paulo negar que alcançamos a bondade de Deus em decorrência das obras que temos feito, por isso temos feito algumas boas obras. Ora, se detectam vício nesta argumentação, abram os olhos e verão que a sua não os pode salvar da acusação de falácia![132]

Firme é também esse arrazoado em que Agostinho[133] se apóia: “Se por isso fosse dito não ser daquele que quer, nem daquele que corre, visto não ser suficiente nem a vontade, nem a corrida, poderia reverter-se *o argumento*, *dizendo* que não é da misericórdia de Deus, porquanto ela nem mesmo operaria sozinha.” Uma vez que este segundo *ponto* é absurdo, Agostinho conclui, com razão, que isso foi dito porque não há no homem nenhuma boa vontade, a menos que seja preparada pelo Senhor, *e* não porque não devamos querer e correr; pelo contrário, Deus opera em nós, a um e outro, *esses dois elementos*.

Torcida por certos indivíduos, não menos imponderadamente, é essa *afirmação* de Paulo: “Somos cooperadores de Deus” [1Co 3.9], que sem a mínima dúvida se restringe só aos ministros. Entretanto, chamam-se cooperadores não porque por si sós proporcionem alguma coisa; ao contrário, porque Deus se serve de sua obra, depois de *os* qualificar e *os* prover dos dotes necessários.

18. Nem Eclesiástico 15.14-17

Reportam também ao Eclesiástico, não obstante, como se sabe, seu autor é de autoridade duvidosa.[134] Contudo, para que não seja por nós repudiado, *o* que, entretanto, nos é de direito, que ele testemunha em favor do livre-arbítrio? Diz que o homem, imediatamente após ser criado, foi deixado ao sabor de seu alvitre; foram-

132. Primeira edição: “... abram os olhos e verão que a sua não carece de falácia similar.”

133. *Inquirição*, capítulo IX.

134. Primeira edição: “Trazem à baila [também] o Eclesiástico, que se não ignora ser autor de duvidosa autoridade.”

lhe dados preceitos que, se *os* guardasse, em contrapartida seria por eles guardado; a vida e a morte, o bem e o mal foram postos diante do homem; qualquer que viesse a querer, lhe seria dado, a saber: o homem recebeu, em sua criação, a capacidade de granjear a vida ou a morte. E se, em contrapartida, respondermos que ele a perdeu?[135]

Certamente que não é minha intenção contradizer a Salomão, que declara que o homem foi, inicialmente, criado reto, *mas* que *ele* próprio engendrou para si muitas invencionices [Ec 7.29]. No entanto, uma vez que, em conseqüência de *sua* degeneração, o homem fez naufrágio não só de si *próprio*, mas também de todas as *coisas* boas *que em si havia*, qualquer coisa que lhe é atribuída, provinda da criação original, não mais compete à natureza viciada e degenerada.[136]

Portanto, respondo não apenas a esses, mas ainda ao próprio Eclesiástico, quem quer que tenha sido, afinal: Se queres instruir ao homem a que busque em si mesmo a capacidade de adquirir a salvação, tua autoridade não nos é de tão grande *alcance*, sequer um mínimo grau, que possa prejudicar a Palavra de Deus que é perfeita.[137] Se, porém, estás a esforçar-te para simplesmente coibir a malignidade da carne, que costuma forjar vã defesa para transferir a Deus suas *coisas* más, e por isso respondes que a retidão foi conferida ao homem, para que se ponha à mostra que *ele* pessoalmente é a causa de sua ruína, de bom grado concordo, contanto que, por outro lado, isto fique firmado entre mim e ti, que agora, por sua culpa, *o homem* foi despojado desses ornamentos com que, de início, o Senhor o havia dotado; e assim, igualmente confessemos que ele agora está precisando de médico, não de advogado.

19. MUITO MENOS LUCAS 10.30

Entretanto, nada mais freqüentemente se tem nos lábios que a parábola de Cristo acerca do viajor a quem ladrões lançaram semivivo na estrada [Lc 10.30]. Sei que é muito comum a quase todos os escritores fazerem representar sob a figura desse viajor a calamidade do gênero humano. Daí suscitam nossos adversários o argumento de que, visto que se diz ter sido *ele* deixado semivivo, não foi o homem mutilado pelo assalto do pecado e do Diabo a tal ponto que não retenha resquícios remanescentes das primeiras boas *coisas*. Pois, onde está essa metade da vida, *insistem*, a não ser que subsistisse alguma porção, seja de reta razão, seja de *reta* vontade?

Em primeiro lugar, o que diriam, se eu negar que há algum lugar para sua alegoria?[138] Ora, não lugar à dúvida de que *essa interpretação* foi cogitada pelos patrísti-

135. Primeira edição: “Quê [tal], se, em contrapartida, respondamos havê[-la] perdido?”

136. Primeira edição: “não mais se segue competir-[lhe] à natureza viciada e degenerada qualquer cousa que se [lhe] atribui à criação original.”

137. Primeira edição: “que obtenha vez de sequer o mínimo preconceito contra a indubitada Palavra de Deus.”

138. Primeira edição: “Em primeiro lugar, imploro, que haverão [eles] de fazer, se lhes não queira [eu] dar lugar à alegoria?”

cos, à parte do sentido claro da linguagem do Senhor. As alegorias não devem ultrapassar os limites da norma que a Escritura *lhes* antepõe; pois longe estão de ser suficientes e adequadas para servirem de base a qualquer doutrina. Tampouco me faltam razões com que possa desmantelar toda esta urdidura, pois a Palavra de Deus não deixa ao homem nem sequer meia vida; pelo contrário, ensina que, no que tange à vida bem-aventurada, *ele* morreu completamente. Paulo, enquanto está falando acerca de nossa redenção, os curados não são semivivos; pelo contrário, uma vez que estávamos mortos, fomos ressuscitados [Ef 2.5]. Não semivivos, mas adormecidos e sepultos, conclama Paulo, os que recebem a iluminação de Cristo [Ef 5.14]; tampouco nosso Senhor diz de outro modo, quando diz ter chegado a hora em que, à sua voz, os mortos ressurgirão [Jo 5.25].[139] Como poderiam apresentar uma vã alegoria contra tão claros testemunhos da Escritura?[140]

Valha, porém, esta alegoria por testemunho indubitável. Entretanto, o que arrancarão de nós? O homem é semivivo, *argumentam*, logo tem algo preservado. Por certo *que sim*. Tem *ele* mente capaz de entendimento, ainda que *ela* não penetre até à sabedoria celeste e espiritual; tem algum discernimento de honestidade, tem certa noção da divindade, ainda que não alcance ao verdadeiro conhecimento de Deus. Mas, de que valem[141] essas *capacidades*? Certamente não nos exime desse *parecer* de Agostinho, aprovado, aliás, pelos sufrágios comuns das escolas, *a saber*, que foram subtraídos ao homem, após a queda, os dons graciosos de que depende para a salvação; corrompidos e poluídos, porém, foram os dotes naturais.

Portanto, indubitável nos é deixada esta verdade, a qual não pode ser abalada por nenhuma máquina *de guerra*: a mente do homem, tão inteiramente alienada *está* da justiça de Deus, que nada que não seja ímpio, pervertido, imundo, impuro, infame conceba, deseje, busque fazer, tão completamente besuntado está o coração do veneno do pecado, que nada pode exalar *senão o* que *é* totalmente pútrido. Porque, se alguns ostentam, por vezes, a aparência de bom, contudo a mente sempre permanece envolta em hipocrisia e enganosa tortuosidade, a sensibilidade enlaçada de íntima perversidade.

139. Primeira edição: “nem de outro modo o próprio Senhor, quando diz ser vinda a hora em que, à Sua voz, ressurjam os mortos.”

140. Primeira edição: “Com que fronte a tantas afirmações explícitas oporiam uma leve alusão?”

141. Primeira edição: “a que montam ...”

CAPÍTULO VI

IMPÕE-SE AO HOMEM PERDIDO BUSCAR EM CRISTO A REDENÇÃO

1. Só em Cristo, o único Mediador, há aceitação do pecador diante de Deus

Uma vez que na pessoa de Adão haja perecido todo o gênero humano, em verdade nada nos aproveitaria aquela excelência e nobreza de origem que já rememoramos; de modo que, antes, ceda a maior ignomínia até que Deus, que por obra sua não reconhece a homens poluídos e corrompidos pelo pecado, se mostre Redentor na pessoa de seu Filho Unigênito. Portanto, depois que decaímos da vida **à** morte, inútil seria todo esse conhecimento de Deus *como* o Criador, de que temos dissertado, a não ser que viesse também a fé, pondo diante de nós, em Cristo, a Deus *como* o Pai.

Era esta, indubitavelmente, a ordem genuína: que a estrutura cósmica nos fosse escola para aprender-se a piedade, donde se fizesse conduto à vida eterna e à perfeita felicidade. Mas, após a queda, para onde quer que voltemos os olhos, ocorre por toda parte a maldição de Deus que, enquanto atinge e envolve com nossa culpa a criaturas inocentes, necessariamente a alma nos esmaga de desespero. Pois, se bem que até o presente Deus quer de muitas maneiras se faça manifesto seu paterno favor para conosco, entretanto da contemplação do mundo não parece viável percebê-lo como Pai, quando, interiormente, a consciência nos acossa e mostra estar no pecado justa causa de rejeição, para que Deus não nos considere ou reconheça por filhos. E não se depara apenas obtusidade, mas também ingratidão, visto que nem nossa mente, como se tornou cega, percebe o que é verdadeiro; e, como todos os sentidos nos estão depravados, defraudamos malignamente a Deus de sua glória.

Portanto, impõe-nos recorrer a esta afirmação de Paulo: "Visto que, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu através da sabedoria *humana*, agradou-lhe salvar aos que crêem mediante a loucura da pregação" [1Co 1.21]. *Paulo* chama de sabedoria de Deus a este magnífico teatro do céu e da terra, saturado de maravilhas incontáveis, de cuja contemplação se *nos* impunha sabiamente conhecer a Deus. Mas, porque aí logramos tão pouco proveito, conclama-nos a fé em Cristo que, em vista de *sua* aparência de loucura, é desprezível aos incrédulos.

Portanto, embora a pregação da cruz não se afine à mentalidade humana**,** *é* de conveniência, no entanto, abraçá-la humildemente, se desejamos retornar a Deus, nosso Artífice e Criador, de quem nos alienamos, para que nos comece *ele*, de novo,

a ser Pai. Sem dúvida que depois da queda do primeiro homem nenhum conhecimento de Deus valeu para a salvação, sem o Mediador, pois que Cristo, quando diz que a vida eterna é esta: conhecer ao Pai *como* o único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem ele enviou [Jo 17.3], fala não apenas de seu tempo, pelo contrário compreende a todos os séculos.

Portanto, mais vergonhosa é a imbecilidade desses que escancaram o céu a todos e quaisquer profanos e incrédulos, sem a graça daquele de quem a Escritura ensina, por toda a parte, ser a única porta pela qual adentramos à salvação. Porque, se alguém quiser restringir essa declaração de Cristo à promulgação do evangelho, imediata é a refutação, porquanto a todos os séculos e a *todos* os povos tem sido comum esta convicção: os que estão alienados de Deus não o podem agradar sem a reconciliação [Ef 4.18], e são declarados malditos [Gl 3.10] e filhos da ira [Ef 2.3]. Acrescenta a isto o que Cristo respondeu à mulher samaritana: "Vós adorais o que não conheceis. Nós, porém, adoramos o que conhecemos, porquanto a salvação provém dos judeus" [Jo 4.22].

Com estas palavras não só condena como falsas a todas e quaisquer religiões dos povos, mas assinala também a razão: porque, sob a lei, somente ao povo eleito se prometeu o Redentor. Donde se segue que jamais culto algum agradou a Deus a não ser *aquele* que contemplasse a Cristo. Donde também afirma Paulo que sem Deus permaneceram todos os povos e privados da esperança de vida [Ef 2.12]. Agora, como João ensina que desde o início a vida esteve em Cristo [Jo 1.4] e o mundo todo dela foi privado [Jo 1.10], é necessário retornar a essa fonte. E, por isso, Cristo, até onde é o Propiciador, declara que ele é a vida [Jo 11.25; 14.6].

E, seguramente, não a outros senão aos filhos de Deus pertence a herança dos céus [Mt 5.9]. Ademais, é de modo nenhum procedente que se contem no lugar e posição de filhos quantos não foram enxertados no corpo do Filho Unigênito. E João atesta, com *toda* clareza, serem feitos filhos de Deus *aqueles* que crêem em seu nome [Jo 1.12].

Entretanto, visto que ainda não é meu propósito tratar expressamente da fé em Cristo, será bastante abordá-la *apenas* de passagem.

2. Mesmo no Antigo Testamento a fé salvífica se polariza em Cristo, o Mediador

E, em conseqüência, Deus nunca se mostrou propício ao povo antigo, nem jamais *lhe* conferiu a esperança da graça, sem o Mediador. Deixo de parte os sacrifícios da lei, mercê dos quais os fiéis foram clara e abertamente ensinados que não se deve buscar a salvação em outro lugar senão unicamente na Expiação, a qual foi consumada somente em Cristo. Apenas isto reitero: o estado bem-aventurado e feliz da Igreja foi sempre embasado na pessoa de Cristo.

Ora, embora Deus tenha abrangido a toda a descendência de Abraão em sua aliança [Gn 17.4], contudo Paulo arrazoa judiciosamente ser propriamente Cristo aquela semente na qual deveriam ser abençoados todos os povos [Gl 3.14], quando sabemos que nem todos que dele foram gerados segundo a carne foram contados em sua linhagem [G1 3.16]. Pois, para não falar a respeito de Ismael e de outros, como aconteceu que dos dois filhos de Isaque, a saber, Esaú e Jacó, irmãos gêmeos, quando ainda estavam juntos no ventre materno, um fosse escolhido, e rejeitado fosse o outro? De fato, como veio a acontecer que, rejeitado o primogênito, só ao mais jovem foi retida a posição? Donde ocorre também que a maior parte fosse deserdada?

Está patente, portanto, em uma única cabeça foi primordialmente computada a semente de Abraão, nem foi manifesta a salvação prometida, até que *essa semente* viesse a Cristo, cujo ofício é ajuntar as *coisas* que foram dispersas. Portanto, da graça do Mediador dependia a adoção original do povo eleito. O que, embora em Moisés ainda não se exprimisse em termos claros, contudo se faz bastante patente ter sido geralmente conhecido de todos os piedosos.

Ora, antes que se houvesse estabelecido rei sobre o povo, discorrendo a respeito da felicidade dos piedosos, já assim se pronuncia Ana, mãe de Samuel, em seu cântico: “Deus dará força a seu rei e exaltará o poder de seu Messias” [1Sm 2.10], palavras pelas quais reconhece que Deus haverá de abençoar sua Igreja. Ao que corrobora também a profecia que se acrescenta pouco depois: “Diante de meu Cristo andará o sacerdote a quem haverei de constituir” [1Sm 2.35].

Nem de fato há dúvida de que o Pai celeste quisesse que se contemple em Davi e em seus pósteros a imagem viva de Cristo. Por isso, desejando exortar os piedosos ao temor de Deus, *Davi* manda beijar ao Filho [Sl 2.12], ao que de fato responde esta declaração do evangelho: “Quem não honra ao Filho, não honra ao Pai” [Jo 5.23]. E assim, embora pela defecção das dez tribos o reino sofresse colapso, entretanto foi de conveniência manter-se firme o pacto que Deus havia estabelecido com Davi e seus sucessores, justamente como também falou através dos profetas: “Não cindirei completamente o reino, por causa de meu servo Davi e por causa de Jerusalém, que escolhi, porém a teu filho restará uma tribo” [1Rs 11.13, 32], onde se repete o mesmo uma segunda e terceira vezes. Acrescenta-se, ainda, explicitamente: “Afligirei a descendência de Davi, contudo não por todos os dias” [1Rs 11.39]. Certo decurso de tempo depois disto foi dito: “Por causa de Davi, seu servo, Deus deu uma lâmpada em Jerusalém, de sorte que lhe suscitasse um filho e guardasse Jerusalém salva” [1Rs 15.4]. Quando já as coisas vergavam à ruína, foi dito novamente: “Deus não quis desmantelar a Judá, por causa de Davi, seu servo, porquanto falara que lhe haveria de dar uma lâmpada a seus filhos para sempre” [2Rs 8.19]. A isso se reduz a suma: preteridos todos os outros, somente Davi foi escolhido, em quem residisse o beneplácito de Deus, tal como se diz em outro lugar: “Rejeitou o tabernáculo de Silo, e o tabernáculo de José, e não escolheu a tribo de Efraim” [Sl

78.60, 67], “mas escolheu a tribo de Judá, ao monte Sião a que amou” [Sl 78.68]; escolheu a seu servo Davi para que apascentasse a Jacó, seu povo, sua herança, Israel” [Sl 78.70, 71].

Em conclusão: Deus assim quis preservar sua Igreja que daquele Cabeça dependessem sua incolumidade e estabilidade. E por isso Davi exclama: “O Senhor é a força de seu povo, o poder das salvações de seu Cristo” [Sl 28.8], e imediatamente acrescenta a petição: “Guarda teu povo e bendiz tua herança” [Sl 28.9], significando que a condição da Igreja foi unida por nexo indissolúvel com o senhorio de Cristo. No mesmo sentido, em outro lugar: “Salva, Senhor; ouça-nos o rei no dia em que clamarmos” [Sl 20.9]. Com estas palavras ensina abertamente que os fiéis haverão de refugiar-se no socorro de Deus, não com outra confiança, senão porque estavam para abrigar-se debaixo da proteção do Rei, o que se colige de um outro Salmo: “Salva, Senhor bendito, *aquele* que vem em nome do Senhor” [Sl 118.25, 26], onde se evidencia sobejamente serem os fiéis recambiados a Cristo para que esperem vir a ser salvos pela mão de Deus. Ao mesmo contempla outra petição, onde a Igreja toda implora a misericórdia de Deus: “Seja tua mão sobre o homem de tua destra, sobre o filho do homem a quem conservaste [ou preparaste] para ti” [Sl 80.17]. Ora, ainda que o autor do Salmo deplore a dispersão de todo o povo, contudo suplica-*lhe* fervidamente a restauração no único Cabeça.

Quando, ademais, o povo foi conduzido ao exílio, devastada a terra e as coisas aparentemente perdidas, Jeremias chora a ruína da Igreja, lamenta principalmente que, pela destruição do reino, a esperança foi cortada aos fiéis. “Cristo”, diz *ele*, “o alento de nossa boca, foi apanhado cativo em nossos pecados, *aquele* a quem dissemos: À tua sombra viveremos entre os povos” [Lm 4.20].

Uma vez que Deus não pode ser propício ao gênero humano à parte do Mediador, disto já se faz bastante claro que, sob a lei, aos santos pais Cristo sempre *lhes* fora posto diante dos olho, em quem *pudessem* polarizar a fé.

3. Em Cristo, o Mediador, são polarizadas as promessas de livramento da Antiga Dispensação

Ademais, onde em circunstâncias aflitivas se promete consolação, de modo especial onde se descreve o livramento da Igreja, em Cristo mesmo se firma o estandarte da confiança e da esperança. Com seu Messias, saiu Deus para o livramento de seu povo, diz Habacuque [3.13]. E quantas vezes se fazem menções nos profetas acerca da restauração da igreja, conclamam *eles* o povo à promessa feita a Davi referente à perpetuidade do reino. Nem *é* de admirar, porque, de outro modo, *não* teria havido nenhuma estabilidade do Pacto! Ao que é pertinente aquela insigne predição de Isaías, pois como visse que era repudiado pelo incrédulo rei Acaz *o* que testificara sobre o levantamento do cerco de Jerusalém e *seu* presente livramento,

como que abruptamente passa para o Messias: “Eis a virgem conceberá e dará à luz um filho” [Is 7.14], indicando indiretamente que, embora, por sua depravação, o rei e o povo rejeitassem a promessa *que* lhes *era* oferecida, como se de propósito se lançassem a abalar a fidedignidade de Deus, no entanto o Pacto não haveria de vir a ser nulo, assim que não viesse, a seu tempo, o Redentor.

Após tudo, para que mostrassem um Deus compassivo, todos os profetas tiveram cuidado em sempre projetar à vista aquele reino de Davi de que dependia não só a redenção, mas também a salvação eterna. Assim Isaías: “Estabelecerei convosco um pacto, as fiéis misericórdias de Davi; eis que *o* dei *por* testemunha aos povos” [Is 55.3, 4]. Isto é, mesmo nas circunstâncias desesperadas, os fiéis não podiam de outro modo ter esperança de que Deus lhes haveria de ser propício, a não ser *que fosse* interposta essa testemunha. Da mesma forma, Jeremias, a fim de levantar o ânimo aos desesperados: “Eis”, diz *ele*, “vêm dias nos quais suscitarei um renovo justo de Davi, e então Judá será salvo e Israel habitará em segurança” [Jr 23.5, 6]. Também Ezequiel: “Suscitarei sobre minhas ovelhas um pastor, a saber, Davi, meu servo. eu, o Senhor, lhes serei por Deus e meu servo Davi, por pastor, e firmarei com eles uma aliança de paz” [Ez 34.23-25]. De igual modo, em outro lugar, depois de dissertar acerca de *sua* incrível renovação: “Meu servo Davi”, diz *ele*, “lhes será rei e sobre todos será o pastor único, e firmarei com eles um pacto eterno de paz” [Ez 34.24, 26].

Estou a respigar umas poucas dentre muitas *passagens*, porque apenas desejo que os leitores sejam avisados de que a esperança de todos os piedosos não foi jamais depositada em outra parte fora de Crisro. Fazem coro também todos os outros profetas. Assim se diz em Oséias: “Congregar-se-ão, à uma, os filhos de Judá e os filhos de Israel, e porão sobre si um cabeça único” [Os 1.1], *o* que depois explica, mais claramente: “Retornarão os filhos de Israel e buscarão ao Senhor, seu Deus, e a Davi, seu rei” [Os 3.5]. Também Miquéias, discorrendo acerca do retorno do povo, exprime-o claramente: “Passará diante deles o rei, e à cabeça deles, o Senhor” [Mq 2.13]. Assim Amós, visando à promessa de restauração do povo: “Reerguerei”, diz *ele*, “naquele dia a tenda de Davi, que está caída, e repararei as brechas, e *lhe* soerguirei as ruínas” [Am 9.11], sem dúvida porque era aquele o estandarte único da salvação: erguer ao alto outra vez a glória real na família de Davi, *o* que se cumpriu em Cristo. Também Zacarias, assim como estava mais próximo do tempo da manifestação de Cristo, mais incisivamente proclama: “Alegra-te, ó filha de Sião; jubila, ó filha de Jerusalém; eis teu rei vem a ti, justo e vestido de salvação” [Zc 9.9]. Isto está em conformidade com a passagem do Salmo citada anteriormente: “O Senhor *é* o poder das salvações de seu Cristo; salva, ó Senhor” [Sl 28.8-9], onde a salvação se estende da Cabeça a todo o corpo.

4. O homem não pode chegar-se a Deus senão em Cristo, o Mediador

Com estes vaticínios Deus quis que os judeus fossem de tal modo ensinados que, a fim de buscarem livramento**,** voltassem os olhos diretamente para Cristo. Nem de fato, por mais que houvessem vergonhosamente se degenerado, pôde ser obliterada, no entanto, a lembrança deste princípio geral: que Deus, como prometera a Davi, haveria de ser, pela mão de Cristo, o libertador da Igreja, e que desse modo haveria de finalmente ser firme o pacto gracioso pelo qual Deus havia adotado a seus eleitos. Daqui veio a acontecer, quando, pouco antes de *sua* morte, Cristo entrou em Jerusalém, que esse cântico vibrasse na boca das crianças: Hosana ao Filho de Davi [Mt 21.9]. Ora, é evidente que *o* que cantavam tinha sido generalizadamente conhecido e notório, e consagrado pelo uso comum: isto é, na vinda do Redentor lhes restava o único penhor da misericórdia de Deus.

Por esta razão, o próprio Cristo ordena aos discípulos que creiam nele, para que pudessem crer em Deus distinta e perfeitamente: "Credes em Deus; também crede em mim", diz *ele* [Jo 14.1]. Pois, falando apropriadamente, embora a fé se eleve de Cristo ao Pai, deixa *ele* claro, no entanto, que, embora se apóie firme em Deus, ela aos poucos se desvanece, a não ser *que na condição de* Mediador intervenha *esse* mesmo que a retém em sólida firmeza. De outra sorte, ademais, a majestade de Deus é demasiado elevada para que os mortais possam penetrar até ela, os quais se arrastam sobre a terra como pequeninos vermes.

Portanto, assim admito esse popularizado refrão de que Deus é o objeto da fé: que no entanto se faz necessária[142] certa qualificação, porquanto não baldadamente Cristo é chamado a imagem do Deus invisível [Cl 1.15]. Antes, por este designativo somos avisados de que, a menos que Deus se nos defronte em Cristo, ele não pode tornar-se conhecido para nossa salvação. Mas, ainda que entre os judeus existissem os escribas, com *seus* falsos comentários, cobrindo de trevas *o* que os profetas haviam ensinado acerca do Redentor, Cristo, contudo tomou por pressuposto, como que recebido do consenso geral, não haver outro remédio nas circunstâncias desesperadas, nem outro modo de livrar a Igreja, senão pela manifestação do Mediador. Não foi, sem dúvida, generalizadamente conhecido como convinha *o* que Paulo ensina, *ou, seja*, ser Cristo o fim da lei [Rm 10.4]. Quão verdadeiro e certo é isto, entretanto, patenteia-se claramente da própria Lei e dos Profetas.

Não estou ainda a discorrer a respeito da fé, visto que em outra parte haverá um lugar mais oportuno. Deste modo, fique estabelecido aos leitores que o primeiro passo para a piedade é reconhecer que Deus nos é o Pai, para que nos proteja, governe e sustente, até que *nos* congregue na eterna herança de seu reino. Daqui se faz patente *o* que dissemos há pouco: à parte de Cristo não subsiste o conhecimento salvífico de Deus, e por isso desde o princípio do mundo ter sido *ele* posto diante de

142. Primeira edição: "que se faça de mister, todavia ..."

todos os eleitos, para quem voltassem os olhos e em quem descansassem sua confiança.

Nesse sentido escreve Irineu[143] que o Pai, que é Infinito, é finito no Filho, porquanto se acomodou à nossa parva medida, para que não nos absorva a mente na imensidade de sua glória. Não atentando para isto, os fanáticos torcem uma relevante observação a uma ímpia fantasia, como se, a definir da perfeição total, tivessem em Cristo apenas uma parcela da divindade, quando outra coisa não pretendam senão que Deus é apreendido só em Cristo. De todo verdadeira foi sempre esta *afirmativa* de João: "Quem não tem o Filho, não tem o Pai" [1Jo 2.23]. Ora, ainda que, em tempos idos, muitos se tenham gloriado de adorar o nome supremo, e Artífice do céu e da terra, entretanto uma vez, que não tinham nenhum Mediador, não pôde acontecer que, de fato, degustassem a misericórdia de Deus e fossem assim persuadidos de que *ele* era seu Pai.

Portanto, porque não se atinham ao Cabeça, isto é, a Cristo, evanescido foi entre eles o conhecimento de Deus, donde também resultou que, tombados afinal em crassas e repelentes superstições, pusessem à mostra sua ignorância, tal como hoje os turcos, por mais que proclamem à boca cheia que seu Deus é o Criador do céu e da terra, contudo, já que abominam a Cristo, colocam em lugar do Deus verdadeiro a um ídolo.

143. *Contra as Heresias*, livro IV.

CAPÍTULO VII

A LEI FOI DADA NÃO PARA QUE EM SI RETIVESSE O POVO ANTIGO, MAS, AO CONTRÁRIO, PARA QUE FOMENTASSE A ESPERANÇA DA SALVAÇÃO EM CRISTO ATÉ SUA VINDA

1. A religião mosaica, firmada no pacto da graça, se polariza em Cristo

Dessa ininterrupta sucessão *de testemunhos* que referimos é lícito concluir que a lei foi acrescentada cerca de quatrocentos anos após a morte de Abraão não para afastar de Cristo o povo eleito; pelo contrário, para que mantivesse as mentes suspensas até sua vinda, até mesmo lhe acendesse o desejo e na expectação *os* firmasse, para que não esmorecessem por uma demora mais longa.

Pelo termo *lei* entendo não apenas os Dez Mandamentos, que prescrevem a norma de viver piedosa e justamente, mas também a forma de religião por Deus transmitida pela mão de Moisés. Pois, nem foi Moisés constituído legislador para que cancelasse a bênção prometida à raça de Abraão; pelo contrário, vemos que, a cada passo, traz de novo à lembrança aos judeus, como se tivesse sido enviado a fim de renovar esse pacto gracioso feito com seus pais, do qual eram herdeiros.

Isto se fez mui claramente manifesto *à luz* das cerimônias *veterotestamentárias*. Ora, que mais inútil ou frívolo que, a fim de se reconciliarem com Deus, oferecerem os homens o fétido odor *a desprender-se* da gordura de animais a fim de expurgar-se de suas imundícies, e a recorrerem à aspersão de água e de sangue? Em suma, todo o sistema cultual da lei, se é considerado em si, nem *mesmo* contém sombras e figuras a que corresponda a verdade, será coisa inteiramente risível. Pelo que, não sem causa, tanto no discurso de Estêvão [At 7.44], quanto na Epístola aos Hebreus [8.5], é tão diligentemente ponderada aquela passagem onde Deus ordena a Moisés que tudo quanto dizia respeito ao tabernáculo *o* fizesse em conformidade com o modelo que *lhe* havia sido mostrado no monte [Ex 25.40].

Ora, a não ser que fosse proposto algo espiritual, a que se inclinassem, os judeus não teriam se afadigado mais nesses *cerimoniais* do que os gentios em suas ninharias. Os homens profanos, que jamais se entregaram seriamente ao zelo da piedade, não conseguem ouvir sem fastídio a tão multíplices ritos, nem só se maravilham por que Deus haja fatigado ao povo antigo com tão grande acervo de cerimônias, mas ainda as desprezam e *delas* mofam como se *fossem* divertimentos infantis. Isto, na

verdade, porque não atentam para o fim, do qual as prefigurações da lei se destacam, têm-se necessariamente de condenar como futilidade.

Com efeito, aquele modelo supra referido mostra que Deus não ordenou os sacrifícios para que ocupasse seus adoradores em exercícios terrenos, mas, antes, para que mais alto lhes elevasse a mente. O que se pode claramente constatar até mesmo de sua *própria* natureza, posto que, como é espiritual, não se agrada de outro culto que não seja espiritual. Comprovam isto tantas afirmações dos profetas, com as quais acusam os judeus de estultície, porquanto pensam ser de algum valor diante de Deus qualquer sacrifício. Porventura é porque o intento derroga alguma coisa à lei? De modo algum. Pelo contrário, visto que eram seus verdadeiros intérpretes, quiseram que desse modo fossem os olhos dirigidos para o escopo do qual o povo comum estava se desviando.

Já da graça oferecida aos judeus conclui-se com certeza que a lei não havia sido vazia de Cristo, pois Moisés lhes propôs esta finalidade da adoção: que fossem um reino sacerdotal a Deus [Êx 19.6], *o* que não podiam alcançar, salvo se uma reconciliação se interpusesse, maior e mais excelente que de sangue de animais [Hb 9.12-14]. Ora, a não ser que tão excelente bem *lhes* proviesse de outra parte *que não de si mesmos*, que *é* menos congruente que serem elevados à régia dignidade, e desse modo os filhos de Adão se fazerem participantes da glória de Deus, que de mácula hereditária nascem todos na servidão do pecado?

Também, como pôde vigorar o direito de sacerdócio entre aqueles que, pela sordidez das transgressões, eram abomináveis a Deus, a não ser que fossem consagrados em uma Cabeça Santa? Por isso, com muita propriedade, Pedro converte esse postulados de Moisés, ensinando ter sido exibida em Cristo a plenitude da graça, cujo gosto os judeus haviam provado sob a lei: "Vós sois a raça eleita", diz *ele*, "o sacerdócio real" [1Pe 2.9]. Ora, a reversão dos termos aponta para isto: terem alcançado mais *aqueles* a quem Cristo apareceu mediante o evangelho do que seus pais, pois que todos foram dotados da dignidade sacerdotal e real, de sorte que, confiados em seu Mediador, ousem achegar-se livremente à presença de Deus.

2. Cristo, o real cumprimento da lei, que a ele conduz

E aqui deve-se notar, de passagem, que o reino que foi, afinal, estabelecido na família de Davi é parte da lei e está contido sob a ministração de Moisés. Donde se segue que, tanto em toda a linhagem levítica, quanto nos pósteros de Davi, Cristo fora posto diante dos olhos do povo antigo como que *diante* de um duplo espelho. Pois, como disse há pouco, não podiam de outra maneira ser ou reis ou sacerdotes diante de Deus *aqueles* que não só eram escravos do pecado e da morte, mas ainda manchados de sua *própria* corrupção.

Daqui se patenteia ser mui verdadeira a *afirmação* de Paulo, de que os judeus

foram mantidos como que sob a custódia de um “pedagogo” até que viesse a semente a cujo favor a promessa fora dada [G1 3.24]. Ora, uma vez que Cristo ainda não se dera a conhecer intimamente, foram *eles* semelhantes a crianças, cuja insuficiência não podia ainda suportar o pleno conhecimento das coisas celestes.

Como, porém, foram conduzidos pela mão a Cristo por meio das cerimônias, antes se disse e melhor se pode compreender dos muitos testemunhos dos profetas. Ora, ainda que, para propiciar a Deus, necessário lhes foi achegar-se diariamente com novos sacrifícios, contudo Isaías [53.5] promete de virem a ser expiadas todas as transgressões com um único sacrifício, ao que Daniel [9.26-27] concorda. Adentravam ao santuário os sacerdotes designados da tribo de Levi. Mas, do sacerdote único foi dito que foi uma vez divinamente escolhido com juramento, o qual seria sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque [Sl 110.4; Hb 5.6; 7.21]. Havia, então, uma unção visível de óleo; haveria de vir uma outra *e diferente unção*, o que Daniel sentencia de uma visão. E, para não insistir com mais *referências*, o autor da Epístola aos Hebreus demonstra bastante prolixa e claramente, do quarto ao undécimo capítulos, que as cerimônias para nada servem e são fúteis até que tenha chegado a *vinda de* Cristo.

No que, porém, diz respeito aos Dez Mandamentos, deve-se sustentar, de igual modo, a postulação de Paulo: “Cristo é o fim da lei para salvação de todo o que crê” [Rm 10.4]; e outra: “Cristo é o Espírito que vivifica a letra, em si mortífera” [2Co 3.6, 17]. Ora, na primeira *destas postulações* significa certamente que em vão é ensinada a justiça pelos mandamentos até que Cristo a confira, tanto por graciosa imputação, quanto pelo Espírito de regeneração. Pelo que, com justiça, *Paulo* chama a Cristo o cumprimento ou fim da lei, porquanto de nada valeria sabermos o que Deus exige de nós, se aos que se esforçam e estão oprimidos sob *seu* jugo e fardo intolerável Cristo não *os* socorresse.

Em outro lugar [Gl 3.19], ensina ter sido a lei promulgada por causa das transgressões, isto é, para que humilhasse os homens, *dela* convencidos de sua condenação. Ademais, porque esta é a verdadeira e exclusiva preparação para buscar-se a Cristo, todas e quaisquer *noções* que, em diferentes termos, transmite, harmonizam-se muito bem entre si. Porque, visto que sua controvérsia foi com mestres pervertidos, que fantasiavam, das obras da lei, que merecemos a justiça, para lhes refutar o erro, *Paulo* foi obrigado, por vezes, a tomar em sentido estrito a mera palavra ***lei*** que, no entanto, foi, por outro lado, vestida do pacto da adoção gratuita.

3. A LEI NOS MOSTRA UMA PERFEIÇÃO QUE JAMAIS ATINGIMOS, PELA QUAL NOS LEVA, NECESSARIAMENTE, À CONDENAÇÃO

É-*nos*, porém, de importância conhecer sucintamente como, ensinados pela lei moral, nos tornamos mais inescusáveis, para que a condição de culpados nos incite

a buscar o perdão. Se é verdadeiro que na lei se nos ensina a perfeição da justiça, também isto se deduz: sua absoluta observância é a perfeita justiça diante de Deus, mercê da qual, naturalmente, o homem é julgado e considerado justo perante o tribunal celeste. Por cuja razão, promulgada a lei, Moisés não hesita em invocar por testemunhas ao céu e à terra de que havia posto diante de Israel a vida e a morte, o bem e o mal [Dt 30.l9]. Nem há de contraditar-se que à justa obediência da lei esteja reservada a recompensa da salvação eterna, como foi prometida pelo Senhor. Por outro lado, entretanto, é-*nos* de relevância reconhecer se porventura prestamos essa obediência a cujo mérito se deva atribuir a confiança de *alcançar* essa recompensa. Porque, de que nos serviria saber que o prêmio da vida eterna consiste em guardar a lei, se não sabemos também que por este meio podemos alcançar a vida eterna?[144]

Neste ponto, com efeito, faz-se patente a fraqueza da lei, porquanto, uma vez que essa observância da lei em nenhum de nós se depreende, excluídos das promessas da vida, só nos resta a maldição. Refiro-me não apenas ao que acontece, mas ainda ao que deve necessariamente acontecer, pois, se bem que o ensino da lei esteja muito acima da capacidade humana, o homem pode, sem dúvida, contemplar de longe as promessas apostas, sem contudo delas colher fruto algum. Portanto, resta isto somente: que da excelência destas *promessas* melhor estime *o homem* sua *própria* miséria, enquanto, cortada a esperança da salvação, reconhece ameaçá-lo, inexoravelmente, a morte.

De outro lado, pendem horríficas sanções, às quais enredilhados, *nos* constringem não a poucos de nós, mas a todos, um por um; pendem *sobre nós*, repito-o, e nos acossam com inexorável aspereza, de sorte que na lei descortinamos mui presente a morte.

4. As promessas da lei, contudo, nem são fúteis, nem irrelevantes

Portanto, se atentamos somente para a lei, não podemos *fazer* outra *coisa* que perdermos o ânimo, ficarmos confusos e cairmos no desespero, uma vez que à base da lei somos todos condenados e amaldiçoados [G1 3.10], mantidos ao longe da bem-aventurança que propõe a seus cultores.

Dirás, portanto, que assim está o Senhor a zombar de nós? Ora, quão pouco dista de zombaria o exibir a esperança de felicidade, para ela convidar e exortar, atestá-la a nós exposta, quando, a todo tempo, fechado e inacessível *lhe* seja o ingresso? Respondo: Se bem que, até onde são condicionais, as promessas da lei dependem da perfeita obediência da lei, *obediência* que em parte alguma se achará, contudo não foram dadas em vão. Pois, quando tivermos aprendido que *elas* nos

144. Primeira edição: “Pois, de quão reduzido vulto é ver o galardão da vida eterna posto na observância da Lei, se, depois disso, claro se não estadeie, se, porventura, nos seja possível chegar à vida eterna por essa via?”

haverão de ser fúteis e ineficazes, salvo se, de sua graciosa bondade, sem levar em consideração as obras, Deus nos abrace e, de igual modo, pela fé sejamos abraçado por essa bondade a nós exibida pelo evangelho, por certo que *as promessas* não carecem de sua eficácia, mesmo com a condição anexa. Ora, afinal, de tal forma tudo nos confere graciosamente *o Senhor* que também isto acrescente ao vasto acervo de sua benevolência: que, não rejeitando nossa imperfeita obediência, e suprindo *o* que *lhe* falta em completamento, nos faz perceber o fruto das promessas da lei, exatamente como se por nós fosse cumprida a condição. Visto que, porém, em tratando da justificação pela fé, ter-se-á de discutir mais plenamente esta questão, por agora não prosseguiremos além.

5. Homem nenhum jamais pôde cumprir a lei integralmente

Entretanto, o que dissemos ser impossível à observância da lei, isto se deve, em poucas palavras, a um tempo, explicar e confirmar. Ora, costuma *ela* comumente parecer opinião de todo absurda. Tanto assim que Jerônimo não hesitou em lançar-lhe anátema. Que tenha parecido a Jerônimo, não me demoro *a considerar*; indaguemos o que há de verdadeiro nisso.

Não tecerei aqui longos rodeios acerca das várias espécies de possibilidade. Chamo "impossível" *o* que jamais nem mesmo existiu, e pela ordenação e decreto de Deus é impedido de vir à existência no futuro. Se da mais remota reminiscência perquirirmos, afirmo que nenhum dos santos jamais existiu que, revestido do corpo de morte [Rm 7.24], a este grau de amor haja atingido, que amasse a Deus de todo o coração, de todo o entendimento, de toda a alma, de toda a força; por outro lado, ninguém que não tenha mourejado na concupiscência. Quem *o* contradiga? Vejo, com efeito, que sorte de santos nos imagine a estulta superstição, isto é, *santos* a cuja pureza mal correspondem os anjos dos céus, mas *o* repelem tanto a Escritura quanto o ditame da experiência.

Digo, ademais, ninguém para o futuro há de vir a existir, que possa chegar à meta da verdadeira perfeição, a não ser desvencilhado do fardo do corpo. Nesta matéria abundam, em primeiro plano, manifestos testemunhos da Escritura. "Não há homem justo sobre a terra, que não peque", dizia Salomão [1Rs 8.46; Ec 7.20]. E Davi: "Nenhum vivente será justificado à tua vista" [Sl 143.2]. Jó afirma o mesmo em muitos lugares. Mais claramente que todos, Paulo, que "a carne cobiça contra o espírito e o espírito contra a carne" [G1 5.17]. Nem de outra razão prova sujeitos à maldição todos os que estão debaixo da lei, senão porque está escrito: "Malditos todos os que não permanecerem em todos os seu mandamentos" [Dt 27.26; Gl 3.10], insinuando, sem dúvida, de fato assumindo como confesso, que ninguém pode *assim* permanecer. Tudo, porém, quanto foi predito nas Escrituras, isto ensina *ele* haver de ser por perpétuo e até mesmo como necessário.

Com sutileza desse porte os pelagianos molestavam a Agostinho, *a saber*, fazer-se injúria a Deus, se *ele* ordena mais do que, mercê de sua graça, possam os fiéis executar.[145] Aquele, para que *lhes* evadisse à invectiva, confessava poder o Senhor, certamente, se *o* quisesse, transportar o homem mortal à pureza angélica. Entretanto, nem jamais fizera, nem haveria de fazer *o* que declarara em termos diferentes nas Escrituras. Nem nego isto. Mas acrescento, no entanto, que se contrapõe inapropriadamente o poder de Deus à sua verdade. Portanto, se alguém diz que não pode acontecer *o* que as Escrituras declaram não haver de ocorrer, tal postulação não está sujeita a cavilações.

Se, porém, se discute acerca do termo *poder*, o Senhor responde aos discípulos que *lhe* perguntavam: "Quem pode ser salvo?", que entre os homens isto *é* certamente impossível; em Deus, entretanto, *são* possíveis todas *as coisas* [Mt 19.25, 26]. Também, com validíssima razão, isto contende Agostinho: jamais nesta carne rendemos nós o legítimo amor que devemos a Deus. "O amor", diz *ele*, "assim segue ao conhecimento, que ninguém pode amar perfeitamente a Deus antes que a bondade lhe seja plenamente conhecida. Nós, enquanto peregrinamos no mundo, vemos por um espelho e em enigma [1Co 13.12]. Segue-se, portanto, que nosso amor é imperfeito."

Esteja, pois, fora de controvérsia, se visualizamos a falta de poder de nossa natureza, que nesta carne é impossível o cumprimento da lei, como, aliás, se mostra, além disso, de Paulo em outro lugar [Rm 8.3].

6. A lei evidencia nossa deplorável condição de pecado

Mas, para que toda a matéria melhor se ponha à mostra, coletemos, em forma sucinta, a função e uso da lei a que chamam ***Lei Moral***. Ora, até onde *a* entendo, *ela* consiste nestas três partes. A primeira é: enquanto manifesta a justiça de Deus, isto é, *a justiça* que é aceita por Deus, a cada um de nós de sua *própria* injustiça adverte, informa, convence e, finalmente, condena. Pois, assim se faz necessário que o homem, cego e embriagado de amor próprio, seja a um tempo impelido ao conhecimento e à confissão, seja de sua fraqueza, seja de *sua* impureza. Pois, a não ser que sua fatuidade seja claramente evidenciada, infla-se *o homem* de insana confiança de suas forças, não pode jamais ser levado a sentir sua debilidade sempre que as mede pela medida de seu alvitre. Contudo, tão logo começa a compará-las à dificuldade de *observar* a lei, aí tem *ele* o que arrefeça sua altivez. Ora, por mais exaltada opinião ele presuma acerca dessas *suas força*, entretanto logo as sente a palpitar ofegante sob tão grande peso, então vacila e cambaleia, por fim até cai por terra e desfalece. E assim, ensinado pelo magistério da lei, *o homem* se despe daquela arrogância que antes *o* cegava.

145. *Do Espírito e da Letra*, capítulo 36.

De modo semelhante, *ele* precisa ser curado de outra enfermidade, *a saber*, do orgulho, do qual se diz padecer. Por quanto tempo se *lhe* permite firmar em seu *próprio* julgamento, fomenta a hipocrisia em lugar da justiça, contente com a qual se levanta contra a graça de Deus, não sei com que engendradas justiças. Entretanto, depois que é obrigado a pesar sua vida na balança da lei, posta de parte a presunção dessa justiça imaginária, percebe estar distanciado da santidade por imenso espaço; pelo contrário, que superabunda de infinitos vícios dos quais até aqui parecia livre. Pois em tão profundos e sinuosos recessos se escondem os males da cobiça, que enganam facilmente a visão do homem. Nem sem causa diz o Apóstolo que teria ignorado a cobiça, se a lei não dissera: "Não cobiçarás" [Rm 7.7]; porquanto, a não ser que *a cobiça* de seu covil seja posta a descoberto mediante a lei, *ela* destrói o mísero homem tão dissimuladamente, sem que possa *ele* sentir esse golpe mortal.

7. A LEI EVIDENCIA NOSSA INILUDÍVEL CONDIÇÃO DE CULPA

Desta sorte, a lei é como que um espelho no qual contemplamos nossa incapacidade, então resultante desta a iniqüidade, por fim a maldição proveniente de ambas, exatamente como o espelho nos mostra as manchas de nosso rosto. Pois *aquele* a quem falta a capacidade para seguir a justiça, este está inexoravelmente chafurdado em um lamaçal de pecados. Ao pecado se segue imediatamente a maldição. Portanto, quanto mais a lei nos convence de que somos homens que têm cometido transgressão, tanto mais nos mostra que somos dignos de pena e castigo.[146]

A isto é pertinente o dito do Apóstolo, de que o conhecimento do pecado é mediante a lei [Rm 3.20]. Pois ele aí está apenas a assinalar-lhe a primeira função, que é experimentada nos pecadores ainda não regenerados. A esta *passagem* são anexas estas: "Sobreveio a lei para que o pecado abundasse" [Rm 5.20]; e por isso "é a dispensação da morte" [2Co 3.7], que "produz a ira" [Rm 4.15] e mata. Ora, quanto mais claramente é a consciência espicaçada pelo conhecimento do pecado, com muito mais firmeza cresce a iniqüidade, pois juntamente com a transgressão *da lei* acresce, então, a contumácia contra o Legislador. Resta-lhe, portanto, que acenda a ira de Deus para a ruína do pecador, porquanto de si *a lei* nada pode senão acusar, condenar e perder. E, como escreve Agostinho:[147] "Se o Espírito da Graça está ausente, a lei não serve para outra coisa senão para acusar-nos e condenar-nos à morte."[148]

---

146. Primeira edição: "Portanto, de quanto maior transgressão a Lei [nos] mantém flagrados e incriminados, de tanto mais severo juízo ao mesmo tempo [nos] faz réus."

147. *Da Correção e da Graça*, capítulo I.

148. Primeira edição: "Se está ausente o Espírito da Graça, a isso apenas está presente [a Lei]: para que [nos] faça culpados e [nos] mate."

Quando, porém, se diz isso, não se afeta a lei de ignomínia, na verdade nem mesmo derroga-se-lhe algo da excelência. Com efeito, se toda nossa vontade fosse conformada e ajustada à obediência, evidentemente seu conhecimento seria suficiente para a salvação. Quando, porém, nossa natureza carnal e corrupta contende hostilmente com a lei espiritual de Deus, nem se deixa corrigir por sua disciplina, segue-se que a lei, que fora dada para a salvação, se encontrasse ouvintes idôneos, se converteria em ocasião de pecado e de morte. Portanto, uma vez que somos todos comprovadamente transgressores, quanto mais claramente revela *ela* a justiça de Deus, tanto mais desvenda, em contrário, nossa iniqüidade; quanto mais explicitamente confirma o galardão da vida e da salvação *como* dependente da justiça, tanto mais confirma a perdição dos iníquos.

Portanto, estas ponderações longe estão de ser injuriosas à lei; ao contrário, são valiosas para uma recomendação mais excelente da beneficência divina. Ora, daí se evidencia cabalmente que por nossa corrupção e perversidade somos impedidos de fruir da bem-aventurança de vida revelada mediante a lei. Donde se torna mais dulçorosa a graça de Deus que nos socorre sem o subsídio da lei e mais aprazível *sua* misericórdia que no-la confere, mediante a qual aprendemos que *ele* jamais se cansa de continuamente conceder-*nos* benefícios e cumular-*nos* de novas dádivas.

8. A LEI NOS LEVA A RECORRER À GRAÇA

No entanto, que a iniqüidade e a condenação de todos nós são certificadas pelo testemunho da lei, isso não se faz, desde que dela tiremos o devido proveito, para que caiamos em desespero e, de ânimo consternado, nos precipitemos ao despenhadeiro. É verdade que os réprobos se aterram proveniente disso, porém em razão de *sua* obstinação de espírito.

Convém que entre os filhos de Deus seja outro o propósito do conhecimento *da lei*. O Apóstolo atesta que nós, de fato, estamos condenados pelo julgamento da lei, para que toda boca se feche e o mundo todo se faça culposo diante de Deus [Rm 3.19]. O mesmo ensina ainda o *Apóstolo*, em outro lugar [Rm 11.32], que Deus a todos encerrou debaixo da incredulidade, não para que *os* perca, ou deixe que todos pereçam, mas para que ele tenha misericórdia de todos. Isto é, para que, posta de parte a opinião injustificada de sua *própria* capacidade, compreendam que é tão-somente pela mão de Deus que são firmados e subsistem, de sorte que, nus e vazios, se refugiem na misericórdia, nesta repousem inteiramente, no recesso desta se escondam, e tão-somente a esta se apeguem por justiça e méritos, *misericórdia* que foi revelada em Cristo a todos quantos, em verdadeira fé, não só a buscam, mas também nela esperam. Pois, nos preceitos da lei Deus *não* aparece *como* recompensador senão da perfeita justiça, da qual todos nós estamos destituídos; em contraposição, porém, *como* severo juiz dos feitos maus. Mas, em Cristo sua face brilha, cheia de graça e brandura, para com os pecadores, ainda que míseros e indignos.

9. O RESPALDO DESTA FUNÇÃO RECURSIVA DA LEI EM RELAÇÃO À GRAÇA, EM AGOSTINHO

Quanto ao proveito de implorar-*lhe* a graça da assistência, Agostinho *se expressou* amiúde, como quando escreve a Hilário:[149] "A lei ordena que, tentando *nós* cumprir-*lhe* as injunções e fatigados em nossa fraqueza debaixo da lei, saibamos pedir ajuda da graça." De igual modo, a Asélio:[150] "A utilidade da lei é que convença o homem acerca de sua enfermidade e *o* compila a implorar o remédio da graça que está em Cristo." Também, a Inocêncio de Roma:[151] "A lei ordena; a graça ministra o poder para cumprir." Ainda, a Valentino:[152] "Deus ordena as *coisas* que não podemos, para que saibamos *o* que *lhe* devamos pedir." Então: "A lei foi dada para que vos fizesse culpados; feitos culpados, temêsseis; temendo, buscásseis perdão *e* não vos fiásseis em vossas *próprias* forças."[153] Ademais: "A lei foi dada para isto: que de grande pequeno *te* fizesse; que *te* mostrasse que, de ti mesmo, não tens poder para a justiça; e assim, pobre, necessitado e carente, recorras à graça."[154]

A seguir, Agostinho[155] dirige a palavra a Deus: "Assim faze, ó Senhor; assim faze, ó Senhor misericordioso; ordena *o* que não se pode cumprir; sim, ordena *o* que *não* se pode cumprir, a não ser por tua graça, para que, uma vez que os homens não o possam cumprir por suas *próprias* forças, toda boca se cale e ninguém se faça grande a si *mesmo*. Sejam todos pequeninos e o mundo todo se faça culpado diante de Deus."

Eu, porém, sou tolo em acumular tantos testemunhos, quando esse santo varão escreveu *seu* próprio tratado, a que deu o título de ***De Spiritu Litera*** [Do Espírito e da Letra].

Agostinho não expõe tão significativamente a segunda utilidade da lei, ou porque *a* reconhecia *como* dependente dessa primeira, ou porque não *a* apreendia tão exaustivamente, ou porque não tinha palavras com que *lhe* expusesse tão distinta e lucidamente como gostaria. Contudo, esta primeira função da lei não deixa de aplicar-se também aos próprios ímpios. Pois, embora não avancem com os filhos de Deus até este ponto, *a saber*, que apôs a degradação da carne são renovados e refloresçam no homem interior, ao contrário, atônitos pelo primeiro terror, prostram-se no desespero; todavia, ao agitar-se-lhes a consciência com ondas desta natureza, servem para manifestar a eqüidade do juízo divino. Verdade é que *os ímpios* sempre desejam de bom grado tergiversar contra o juízo de Deus. E ainda que por ora não se

---

149. *Carta CLVII,* capítulo II.
150. *Carta XCCVI,* capítulo II.
151. *Carta CLXXVII,* capítulo V.
152. *Da Graça e do Livre-arbítrio,* capítulo XVI.
153. *Sobre o Salmo 70.*
154. *Sobre o Salmo 113.*
155. *Ibidem.*

revele o juízo do Senhor, contudo suas consciências de tal maneira se vêem abatidas pelo testemunho da lei e de suas próprias consciências, que de forma bem nítida deixam ver o que de fato mereceram.[156]

10. A FUNÇÃO INIBIDORA DA LEI A RESTRINGIR A PRÁTICA DO MAL

A segunda função da lei é que *aqueles* que, a não ser que *a isso* sejam obrigados, *não* são tangidos por nenhuma preocupação do justo e do reto, tenham de ser contidos ao menos pelo temor dos castigos, enquanto ouvem as terríveis sanções nela *exaradas*. São, porém, contidos, não porque a disposição interior lhes seja acionada ou afetada, mas porque, como que interposto um freio, contêm as mãos de ação externa e coíbem internamente sua depravação, a qual, de outra sorte, teriam de derramar desabridamente. Na verdade, isto não os faz nem melhores, nem mais justos diante de Deus. Pois, ainda que, impedidos ou de pavor ou de pudor, não ousam executar *o* que conceberam na mente, nem extravazar abertamente as fúrias de sua licenciosidade, contudo não têm o coração inclinado ao temor e obediência de Deus. Antes, quanto mais se reprimem, tanto mais fortemente se incendem, fervem, ebulem, predispostos a fazer qualquer coisa que seja e a precipitar-se aonde quer que seja, salvo se fossem refreados por este pavor da lei. Não só isso, mas também *tão* acerbamente odeiam a própria lei e execram a Deus o Legislador que, se pudessem, suprimiriam completamente esse a quem *não* podem suportar, nem quando ordena o que é reto, nem quando toma vingança dos que desprezam sua majestade.

A uns, de fato, mais obscuramente; a outros, mais claramente; a todos os que ainda não são regenerados, entretanto, é *tão* inerente este sentimento, que são arrastados à observância da lei apenas pela violência do temor, não por submissão voluntária, mas a contragosto e renitentemente. No entanto, esta justiça, coata e compulsária, é necessária à sociedade comum dos homens, a cuja tranqüilidade este se vota, enquanto se vela para que todas as coisas não se misturem em confusão, o que aconteceria, se a todos tudo se permitisse.

Ora, até mesmo aos filhos de Deus é útil que sejam exercitados por esta tutela, por quanto tempo, antes de *sua* vocação, destituídos do Espírito de santificação, se esbaldem na insipiência da carne. Pois, enquanto pelo temor da vingança divina se retraem pelo menos ao desregramento exterior, e de alguma forma ainda não quebrantados no espírito faça pouco progresso no presente, contudo, ao levarem o jugo da justiça, são por outro lado acostumados, de modo que, quando forem chamados, não sejam inteiramente inexperientes e noviços em relação à disciplina ou coisa desconhecida.

---

156. Primeira edição: “Agora, não manifesto ainda esse [juízo], no entanto, consternados em tal grau pelo testemunho da Lei e da consciência, mostram em si mesmos quê hajam merecido.”

Tudo indica que o Apóstolo tenha abordado especificamente esta função, quando ensina [1Tm 1.9, 10] que a lei não foi promulgada para o justo, mas para os injustos e os devassos, os ímpios e os pecadores, os depravados e os profanos, os parricidas, os homicidas, os fornicários, os pederastas, os raptores, os mentirosos e os perjuros, e qualquer outra coisa que porventura se contraponha à sã doutrina. Dessa forma *ele* mostra que *a lei* é um inibidor das paixões da carne, atuantes e de outra sorte prontas a alastrar-se sem medida.

11. A FUNÇÃO INIBIDORA DA LEI QUANDO ATIVA NO AINDA NÃO-REGENERADO

A uma e outra *dessas funções da lei* pode na verdade acomodar-se *o* que *Paulo* diz em outro lugar [Gl 3.24], *a saber*, que a lei foi para os judeus um guia e acompanhante de crianças de escola em relação a Cristo, pois que há dois tipos de homens a quem conduz pela mão a Cristo através de sua ação tutorial. Os primeiros são *aqueles* acerca de quem temos falado, porquanto estão demasiadamente cheios de confiança, seja da virtude pessoal, seja da *própria* justiça, não estão habilitados para receber a graça de Cristo, a não ser que sejam antes esvaziados. Portanto, ante o reconhecimento de sua *própria* miséria, a lei os sujeita à humildade para que sejam assim preparados a buscar *o* que antes disso não julgavam faltar-lhes.

Os outros têm necessidade de um freio com que sejam coibidos, para que não soltem a tal ponto as rédeas à concupiscência de sua carne, que se afastem inteiramente de todo o zelo de retidão. Pois, onde o Espírito de Deus ainda não impera, aí por vezes as paixões refervescem em tal medida que há perigo de que mergulhem no esquecimento e desprezo de Deus a alma *que* a si sujeita. E *isto* aconteceria se Deus não viesse a seu encontro com este remédio. E, desta sorte, se *Deus* não regenera imediatamente *aqueles* a quem destinou à herança de seu reino, mediante as obras da lei *os* conserva debaixo do temor até o tempo de sua visitação, certamente não aquele *temor* casto e puro, qual deve haver em seus filhos, todavia, prestante para isto, sejam, segundo sua capacidade, instruídos na verdadeira piedade. Desta matéria temos já tantas comprovações que não há absolutamente necessidade de exemplo. Ora, todos quantos viveram por algum tempo na ignorância de Deus confessam haver-lhes isso acontecido que fossem contidos em certo temor e deferência de Deus pelo freio da lei, até que, regenerados pelo Espírito, começassem a amá-lo de coração.

12. A FUNÇÃO ILUMINADORA DA LEI NA VIDA DOS PRÓPRIOS REGENERADOS

O terceiro uso, que não só é o principal, mas ainda contempla mais de perto ao próprio fim da lei, tem lugar em relação aos fiéis, em cujo coração já vigora e reina o Espírito de Deus. Pois ainda que têm a lei escrita e gravada pelo dedo de Deus no coração [Jr 31.33; Hb l0.16], isto é, têm sido afetados e animados pela direção do

Espírito a tal ponto que desejem obedecer a Deus, contudo têm ainda duplo proveito na lei. Pois *a lei* lhe é *o* melhor instrumento mediante o qual melhor aprendam cada dia, e com certeza maior, qual é a vontade de Deus, a que aspiram, e se lhe firmem na compreensão. É como se um serviçal qualquer já esteja de tal modo preparado, com todo o empenho do coração, para que seja aprovado por seu patrão, contudo tem necessidade de investigar e observar mais acuradamente os costumes do patrão aos quais se ajuste e acomode. Não que desta necessidade se exime qualquer de nós, pois que ninguém até agora penetrou tanto a sabedoria que não possa da instrução diária da lei fazer novos progressos no conhecimento mais puro da vontade divina.

Em segundo lugar, visto que necessitamos não só de ensinamento, mas ainda de exortação, o servo de Deus tirará ainda esta utilidade da lei para que, mediante sua freqüente meditação, seja incitado à obediência, nela seja consolidado e seja impedido de transgredir neste caminho escorregadio. Pois nesta disposição convém que os santos persistam para que, por grande que seja o ânimo com que, segundo o Espírito, se empenham para com a justiça de Deus, entretanto são sempre onerados pela inércia da carne para que não prossigam com a devida prontidão. A esta carne a lei é um chicote no uso do qual, como no caso de um asno estacado e lerdo, sejam estimulados à ação. Até mesmo ao homem espiritual, visto que ainda não foi desvencilhado do fardo da carne, *a lei lhe* será um acicate constante a não permitir que fique ele inerte.

Sem dúvida, Davi atentava para este uso quando celebrava a lei com esses insignes encômios: "A lei do Senhor *é* imaculada, convertendo almas; as justiças do Senhor *são* retas, alegrando corações; o preceito do Senhor *é* luminoso, iluminando os olhos" etc. [Sl 19.8, 9]. Ainda: "Lâmpada para meus pés é tua palavra e luz para minhas veredas" [Sl 119.105]; e as inúmeras *outras declarações* que seguem em todo esse Salmo. Com efeito, tampouco estas contradizem as declarações paulinas nas quais se mostra não que uso a lei presta aos regenerados, mas, em contrário, o que pode *ela* de si mesma conferir ao homem. Aqui, porém, o Profeta canta com quão grande utilidade o Senhor instrui pela leitura de sua lei àqueles a quem inspira interiormente a prontidão de obedecer. E não faz apenas menção dos preceitos; pelo contrário, também da promessa da graça que acompanha as coisas, a qual faz com que o que é amargo se torne doce. Pois, o que é menos aprazível que a lei, se, simplesmente importunando e ameaçando, perturbe as almas pelo medo e *as* angustie pelo pavor? Davi, porém, mostra especialmente que na lei ele havia apreendido ao Mediador, sem o qual *não* há nenhum desfruto ou doçura.

13. A FUNÇÃO TELEOLÓGICA DA LEI PARA O CRENTE

Certos *espíritos* ignorantes, ainda que não saibam discernir isso, rejeitam animosamente a Moisés todo e dizem adeus às Duas Tábuas da Lei, porquanto julgam ser obviamente impróprio aos cristãos que se apeguem a uma doutrina que contém

a dispensação da morte [2Co 3.7]. Esteja longe de nossa mente esta opinião profana, pois Moisés ensinou com muita propriedade que a lei, que entre os pecadores não pode gerar nada mais que a morte, deve ter entre os santos um uso melhor e superior. Pois, estando para morrer, assim decretou ao povo: “Ponde vosso coração em todas as palavras que eu hoje vos testifico, para que as ordeneis a vossos filhos e *lhes* ensineis a guardar, a fazer e a cumprir todas *as coisas* que foram escritas no rolo desta lei, porque não vos foram preceituadas em vão, mas para que, um a um, nelas vivessem” [Dt 32.46, 47].

Ora, se ninguém negará que nela sobressai um modelo absoluto de justiça, ou se impõe *não* nos haver nenhuma regra de viver bem e retamente, ou dela não *nos* é seguro afastar-*nos*. Na verdade, porém, a perpétua e influxível regra de viver não são muitas, mas uma única. Pelo que, o que diz Davi, que o homem justo medita dia e noite na lei do Senhor [Sl 1.2], não se deve entender como a referência a uma só era,[157] pois que é muitíssimo aplicável a todas as épocas, uma a uma, até o fim do mundo. Tampouco nos deixemos afastar pelo temor ou nos subtraiamos à sua instrução porque prescreve uma santidade muito mais estrita do que haveremos de experimentar enquanto carregarmos conosco o cárcere de nosso corpo. Pois *a lei* já não desempenha a nosso respeito a função de um rígido exator, a quem não se satisfaz a não ser que se efetue o requerido. Mas, nesta perfeição a que nos exorta, *ela* aponta a meta em relação à qual não nos é menos proveitoso porfiar por toda a vida, que é consistente com nosso dever. Nessa porfia, se não falharmos, tudo bem. Com efeito, toda esta vida é um estádio, do qual, corrido o percurso, o Senhor *nos* concederá que alcancemos aquela meta a que agora nossos esforços se empenham à distância.

14. A LEI ESTÁ CANCELADA NO TOCANTE À MALDIÇÃO, NÃO A SEU MAGISTÉRIO

Portanto, visto que agora a lei tem em relação aos fiéis o poder de exortação, não aquele *poder* que ate suas consciências na maldição, mas *aquele* que, com instar repetidamente, *lhes* sacode a indolência e *lhes* espicaça a imperfeição, enquanto querem significar sua libertação da maldição, muitos dizem que a lei (continuo falando da *Lei* Moral) foi suprimida aos fiéis, não *significando* que não mais lhes ordene *o* que é reto, mas somente que não mais lhes é o que *lhes* era antes, isto é, que não mais lhes condena e destrói a consciência, aterrando-as e confundindo-as.

E, sem dúvida, Paulo não ensina obscuramente esse cancelamento da lei. Que *esse cancelamento* foi também pregado pelo Senhor, disso se evidencia o fato de que *ele* não refutou aquela opinião de que a lei teria sido abolida por ele, a não ser que *essa idéia* viesse a prevalecer entre os judeus. Como, porém, não poderia *ela* emergir ao acaso, sem qualquer pretexto, crê-se que ela se originou de uma falsa

157. Primeira edição: “Pelo que, isto não refiramos a uma era única: que Davi faz permanente na meditação da Lei a vida do homem justo ...”

interpretação de sua doutrina, exatamente como quase todos os erros costumeiramente se arrimam na verdade. Nós, porém, para que não tropecemos na mesma pedra, distingamos acuradamente o que foi cancelado na lei e o que permanece firme até agora.

Quando o Senhor testifica que não viera para abolir a lei, mas para cumpri-*la*, até que se passem o céu e a terra não deixaria fora da lei um til sem que tudo se cumpra [Mt 5.17, 18], confirma *ele* sobejamente que, por sua vinda, nada seria detraído da observância da lei. E com razão, uma vez que *ele* veio antes para este fim, *a saber*, para que lhe remediasse às transgressões. Por parte de Cristo, portanto, permanece inviolável o ensino da lei, a qual, instruindo, exortando, reprovando, corrigindo, nos plasma e prepara para toda obra boa.

15. Cristo nos livra da maldição da lei

Com efeito, é evidente que *as coisas* que são ditas por Paulo acerca da abolição da lei não dizem respeito ao ensino propriamente dito; pelo contrário, apenas ao poder de constringir a consciência. Pois a lei não apenas ensina, como também exige imperiosamente *o* que ordena. Se não é obedecida, aliás, se deixa de ser aplicada em qualquer ponto, *ela* despede o raio da maldição. Por esta razão, diz o Apóstolo [G1 3.10] que estão sujeitos à maldição todos quantos são das obras da lei, porquanto foi escrito: "Maldito todo *aquele* que não cumpre todas *as coisas prescritas na lei*" [Dt 27.26]. E diz que todos quantos estão debaixo da lei não fundamentam sua justiça e no perdão dos pecados, pelo qual ficamos livres do rigor da mesma.[158]

Portanto, *Paulo* ensina que devemos tudo fazer para nos desvencilharmos dos grilhões da lei, se não queremos perecer miseravelmente sob eles. Mas, de que grilhões? *Dos grilhões* daquela austera e hostil exação que nada remite do supremo direito, nem deixa impune qualquer transgressão. Para redimir-nos desta maldição, digo-o, Cristo se fez maldição por nós. Pois, está escrito: "Maldito todo *aquele* que é pendurado em um madeiro" [G1 3.13; Dt 21.23]. No capítulo seguinte, é verdade, ensina que Cristo se sujeitou à lei [Gl 4.4], para que redimisse aqueles que estavam debaixo da lei [G1 4.5], porém com o mesmo sentido, pois acrescenta, em seguida: "Para que por adoção recebêssemos o direito de filhos" [G1 4.5]. Por quê? Para que não fôssemos oprimidos por perpétua servidão que mantivesse nossa consciência angustiada pela ansiedade da morte. Entretanto, isto permanece sempre incontestável: nada se deve detrair da autoridade da lei, e que ela deve ser sempre tomada por nós com a mesma veneração e obediência.[159]

---

158. Primeira edição: "Diz, porém, sob as obras da Lei aqueles que não fundamentam [sua] justiça na remissão dos pecados, através da qual somos livrados do rigor da Lei."

159. Primeira edição: "Entretanto, isso permanece sempre inconcusso: nada haver-se detraído da autoridade da Lei, que se não imponha seja ela de nós tomada sempre com a mesma veneração e obediência."

16. Abolida a lei cerimonial no que tange a seu uso

Outra *é* a situação das cerimônias, as quais foram abolidas não no efeito**,** mas somente no uso. Mas que, por sua vinda, Cristo lhes pôs fim, nada lhes subtraindo à santidade; ao contrário, ainda mais a recomenda e enaltece. Ora, assim como ao povo antigo teriam *as cerimônias* oferecido um espetáculo vazio, salvo se ne1as fosse revelado o poder da morte e ressurreição de Cristo, assim também, se *elas* não cessassem, hoje não seria possível discernir a que propósito foram instituídas.

Conseqüentemente, para que a observância prove serem elas não apenas supérfluas, mas até nocivas, Paulo ensina que foram sombras cujo corpo se nos depara em Cristo [Cl 2.17]. Vemos, pois, que em seu cancelamento refulge melhor a verdade do que se continuassem tipificando a Cristo, embora de longe e como que por trás de um véu, o qual *já* apareceu concretamente. Por isso também, na morte de Cristo, o véu do templo se rasgou em duas partes [Mt 27.51], porque já era vinda à luz a imagem viva e expressa dos bens celestes, que foi iniciada apenas em delineamentos obscuros, como fala o autor da Epístola aos Hebreus [10.1].

A isto se aplica a declaração de Cristo: "A Lei e os Profetas vigoraram até João; a partir de então começou a proclamar-se o reino de Deus" [Lc 16.16]; não que os santos patriarcas fossem privados da pregação que contém a esperança da salvação e da vida eterna, mas, ao contrário, que apenas vislumbraram de longe e sob sombreamentos *o* que hoje contemplamos em plena luz.

Por que, porém, se fez necessário à Igreja de Deus que esses rudimentos subissem mais alto, explica-*o* João Batista: "Porque a lei foi dada por Moisés, a graça, entretanto, e a verdade *foram* trazidas por intermédio de Jesus" [Jo 1.17]. Pois, se bem que nos sacrifícios antigos foi, na verdade, prometida a expiação, e a Arca da Aliança foi seguro penhor do paterno favor de Deus, tudo isso teria sido umbroso, salvo se fundado na graça de Cristo, em quem se acha sólida e eterna estabilidade.

Contudo, que isto fique estabelecido: ainda que os ritos legais tenham deixado de ser observados, entretanto, por *seu* próprio fim, melhor se conhece quão grande lhes foi a utilidade antes da vinda de Cristo que, ao abolir seu uso, por sua morte, *lhes* selou a força e o efeito.

17. Cancelado o "título de dívida" representado pela lei cerimonial

Um tanto mais difícil é o ponto assinalado por Paulo: "E vós, quando estáveis mortos por *vossos* delitos e pela incircuncisão de vossa carne, *Deus vos* vivificou juntamente com ele, perdoando-vos todos os delitos *e* cancelando o título de dívida que nos era adverso nos decretos, e o removeu do meio, pregando-*o* na cruz" etc. [Cl

2.13, 14]. Com *esta declaração,* é como se ele quisesse levar mais adiante a abolição da lei, de modo a não ter nada a ver com os decretos.[160]

Erram, portanto, *os* que tomam *isto* em referência simplesmente à Lei Moral, cuja inexorável severidade, contudo, interpretam *como* abolida, e não propriamente a doutrina. Outros, ponderando mais agudamente as palavras de Paulo, discernem que *isto* diz respeito propriamente à Lei Cerimonial, e mostram que em Paulo o termo ***decreto*** significa isto não apenas uma vez. Ora, também aos Efésios assim fala: "Ele é nossa paz, o qual de ambos fez um, abolindo a lei dos mandamentos situada em decretos, para que em si mesmo dos dois criasse um novo homem" [Ef 2.14, 15]. Longe de ser ambíguo, aqui se trata das cerimônias, uma vez que *as* chama um muro de separação pelo qual os judeus se separavam dos gentios [Ef 2.14].

Portanto, confesso que aqueles primeiros são com justiça criticados por estes *segundos*, mas também *confesso* que a mim *me* parece que a mente do Apóstolo não é por estes ainda bem explicada. Com efeito, de modo nenhum *me* apraz sejam estas duas passagens comparadas *como* afins em todos os aspectos. Como *se* quisesse certificar aos Efésios acerca de sua adoção na comunidade de Israel, ensina *estar* removido o impedimento pelo qual outrora eram barrados. Ele estava nas cerimônias. Pois os ritos de abluções e sacrifícios, através dos quais os judeus eram consagrados ao Senhor, segregavam-nos dos gentios. Quem não vê, porém, que na Epístola aos Colossenses se tange um mistério mais sublime? Aqui, a contenda é, na verdade, acerca das observâncias mosaicas, às quais os falsos apóstolos porfiavam por impelir o povo cristão. Mas, da mesma forma que na Epístola aos Gálatas *o Apóstolo* conduz essa discussão mais fundo e, de certo modo, volve-a ao ponto de partida, também assim nesta passagem. Ora, se nos ritos outra *coisa* não consideras senão a necessidade de celebrá-*los*, que significado teria serem *eles* chamados "título de dívida" que nos é contrário? E, igualmente, por que se haveria de fazer consistir quase toda nossa salvação em sua abolição?[161] Por essa razão, a própria matéria reivindica que aqui se deve considerar algo mais recôndito.

Eu, porém, confio *haver-lhe* alcançado a genuína compreensão, se contudo se me concede ser verdadeiro *o* que, em algum lugar, foi escrito por Agostinho[162] com muita veracidade, *ou*, antes, *o* que *ele* hauriu das claras palavras do Apóstolo, *a saber,* haver-se manifestado nas cerimônias judaicas mais confissão do que expiação de pecados. Pois, que outra *coisa* faziam com os sacrifícios, senão confessar-se culpados de morte *os* que, em seu lugar, substituíam meios de purificação? Que *obtinham* com *essas* purificações, senão que atestavam ser impuros?

---

160. Primeira edição: "Pois [esta asserção] parece dilatar a abrogação da Lei um tanto além, assim que já nada lhe tenhamos com os decretos."

161. Primeira edição: "Ademais, nisto colocar quase toda a suma de nossa redenção: que fosse [ele] cancelado?"

162. *Da Graça e da Remissão,* livro I, capítulo XXVII.

Por isso era repetidamente renovado por eles o “título de dívida”, não só de *sua* culposidade, mas também de sua impureza. Nessa testificação, *no entanto*, não havia quitação *da dívida*. Por essa razão, escreve o Apóstolo que, intervinda, afinal, a morte de Cristo, foi consumada a redenção das transgressões que permaneciam sob o antigo testamento [Hb 9.15]. Com justiça, portanto, o Apóstolo chama *aos ritos e cerimônias veterotestamentários* “títulos de dívida” contrários aos que *os* observavam, uma vez que através deles atestavam abertamente sua condenação e impureza. Nem *a isto* se contrapõe *o fato de* que eles também fossem participantes conosco da mesma graça. Pois alcançaram isto em Cristo, não nas cerimônias, o que o Apóstolo naquela passagem dele distingue, porquanto, então em vigor, obscureciam sua glória.

Concluímos que as cerimônias, consideradas em si mesmas, são apropriada e convenientemente chamadas “títulos de dívida” *que são* contrários à salvação dos homens, embora fossem como que documentos solenes que lhes atestavam o endividamento. Como quisessem os falsos apóstolos de novo sujeitar-lhes a Igreja Cristã, Paulo, não sem causa, reinvestigando-lhes mais a fundo o significado, advertiu aos colossenses no que recairiam se neste modo se deixassem subjugar-se por elas. Pois, ao mesmo tempo, se privavam do benefício de Cristo, razão por que, consumada uma vez a expiação eterna, *Cristo* aboliu essas observâncias diárias, as quais, eficazes apenas para atestar os pecados, nada podiam *fazer* para cancelá-los.

CAPÍTULO VIII

EXPOSIÇÃO DA LEI MORAL

1. O Decálogo: a divina formulação da Lei Moral

Aqui não julgo ser impróprio inserir os Dez Mandamentos da lei, com uma breve exposição deles. Porquanto, também daqui melhor se evidenciará *o* que tenho frisado, *a saber, o fato de* até agora vigorar o culto que Deus uma vez prescreveu. E assim ficará confirmado o segundo ponto que já mensionamos: que os judeus não só dela aprenderam qual era a verdadeira natureza da piedade, mas ainda, ante o horror do juízo, vendo que não tinham força suficiente para cumprir a lei, se viram impulsionados, como que a contra-gosto, ao Mediador.[163]

Agora, ao expor a síntese desses *elementos* que se requerem no verdadeiro conhecimento de Deus, ensinamos que, em razão de sua magnitude, não pode ele ser de nós concebido sem que imediatamente nos vemos diante de sua majestade, a qual nos impele à adoração. Na *parte referente* ao conhecimento de nós *mesmos*, estabelecemos este *ponto* capital: que, vazios da presunção de virtude própria e despidos da confiança de justiça pessoal, pelo contrário quebrantados e esmagados pela consciência de *nossa* indigência, aprendamos a genuína humildade e reconhecimento de nossa insuficiência. A ambos *estes pontos* o Senhor atinge em sua lei, onde, em primeiro lugar, vindicado para si o legítimo poder de mandar, nos chama à reverência de sua divina majestade e prescreve em que esteja ela situada e *de que é ela* constituída. Em segundo lugar, promulgada a regra de sua justiça, a cuja retidão nossa natureza, por ser depravada e deformada, perpetuamente se opõe, e abaixo de cuja perfeição a capacidade nossa, uma vez que é fraca e debilitada para o bem, jaz a longa distância, argúi-nos tanto de insuficiência de poder quanto de carência de justiça.

Ora, tudo quanto se deve aprender das duas Tábuas, de certo modo no-los dita e ensina aquela lei interior que anteriormente se disse estar inscrita e como que gravada no coração de todos. Pois nossa consciência não nos deixa dormir um sono perpétuo, destituído de sensibilidade, sem que *nos* seja testemunha e monitora interior daquilo que devemos a Deus, sem que nos anteponha a diferença do bem e do mal, e assim nos acuse quando nos afastamos de *nosso* dever.

---

163. Primeira ediçào: “Então, aflorará a confirmação do segundo ponto: que os Judeus não só hão dela aprendido qual fosse a verdadeira natureza da piedade, mas ainda, como se [lhe] vissem incapazes à observância, tomados fossem [a tal ponto] de horror do julgamento que, mesmo a contra-gosto, fossem levados ao Mediador.”

Entretanto, já que o homem está envolto na escuridão dos erros, mediante essa lei natural *ele* apenas de leve prova que culto há de ser aceitável a Deus. Na verdade, se afasta de sua correta compreensão por uma longa distância. Além disso, está a tal ponto intumescido de arrogância e ambição, e cegado de amor próprio, que nem ainda é capaz de contemplar-se e como que descer dentro de si *mesmo*, para que aprenda a humilhar-se e reconhecer a própria indignidade e confessar sua miséria. Por isso, porquanto era necessário, tanto a *nosso* embotamento quanto a nossa contumácia, proveu-nos o Senhor a lei escrita para que não só atestasse com certeza maior *o* que era demasiadamente obscuro na lei natural, mas também, sacudido o torpor, a mente e a memória nos ferissem com mais intensa vividez.

2. Teor e conteúdo da Lei Moral

Agora se torna fácil entender o que se deva aprender da lei, isto é, que Deus, uma vez que é nosso Criador, tem portanto por direito, em relação a nós como Pai e Senhor, *e* por esta razão de nós se lhe devem glória, reverência, amor, temor. Ademais, também não nos é direito seguirmos para onde quer que o impulso da mente porventura nos impulsione; ao contrário, pendentes de seu arbítrio, devemos firmar-*nos* somente naquilo que lhe seja do agrado. Então, que lhe são aprazíveis a justiça e a retidão, porém abominável a iniqüidade, e por isso, a não ser que por ímpia ingratidão nos queiramos afastar de nosso Criador, necessariamente deve ser por nós cultuada a justiça em toda a vida. Ora, se então, afinal, lhe exibirmos a reverência que de nós se demanda, quando preferirmos sua vontade à nossa, segue-se que outro não lhe é o culto genuíno, senão a observância da justiça, da santidade, da pureza.

Nem procede pretextar a desculpa de que *nos* falta a capacidade, e como devedores arruinados não temos condições de pagar. Pois não é defensável que meçamos a glória de Deus pela medida de nossa capacidade, porquanto, seja o que de fato somos, Aquele permanece sempre semelhante a si *mesmo*, amigo da justiça, imune à iniqüidade. Tudo quanto de nós exija, visto que *ele* não pode exigir senão o *que é* reto, a necessidade permanece de obedecermos por obrigação de natureza. O fato, porém, de não *o* podermos, isto nos é devido à imperfeição. Ora, se somos mantidos amarrados pela própria concupiscência, em que o pecado reina [Rm 6.12], de sorte que não somos livres para a obediência de nosso Pai, não há por que pleiteemos por defesa *essa* necessidade, cujo mal não só está dentro de nós, como também deve ser-nos imputado.

3. A lei conduz inexoravelmente à condenação e ao desespero, de que só a misericórdia de Deus pode livrar

Quando mediante o ensino da lei tenhamos aproveitado até este ponto, então, para ensinar a mesma convém que desçamos até nosso próprio íntimo, donde, fi-

nalmente, infiramos duas *coisas*. Primeiro, comparando a justiça da lei com nossa vida, *verifiquemos* estar longe obedecermos à vontade de Deus, e por isso sermos indignos de reter nosso lugar entre suas criaturas, muito menos de sermos contados entre *seus* filhos. Segundo, considerando nossas forças, *verifiquemos* que não apenas são elas insuficientes para se cumprir a lei, mas até de todo inexistentes.

Disto se segue, necessariamente, quer a desconfiança da virtude própria, quer a ansiedade e vacilação de espírito. Pois, nem pode a consciência suster o peso da iniqüidade sem que logo se *lhe* anteponha o juízo de Deus. Não se pode, porém, sentir o juízo de Deus sem que suscite *ele* o horror da morte. De modo semelhante, compelida pelas provas de *sua* carência de poder, não pode *a consciência* deixar de cair imediatamente no desespero de suas forças. Um e outro sentimento geram humildade e depreciação própria, de sorte que, ao fim, acontece que o homem, completamente aterrorizado pelo senso da morte eterna, a qual vê a ameaçá-lo *como* castigo de sua carência de retidão, se volve exclusivamente à misericórdia de Deus como ao único porto de salvação, e assim, sentindo que não é de sua capacidade saldar *o* que deve à lei, tomado de desespero em seu íntimo, cobre alento para buscar e esperar socorro de outra parte.

4. O ALVO REAL DAS PROMESSAS E AMEAÇAS ABUNDANTES NA LEI

Mas, o Senhor não se contenta com haver granjeado reverência para com sua justiça. Para que também nos imbuísse o coração com o amor dessa *justiça*, ao mesmo tempo também com o ódio da iniqüidade, acrescentou promessas e ameaças. Porque, pois, o olho de nossa mente está demasiadamente enuviado para que seja afetado tão-só pela formosura do bem, o Pai clementíssimo, por sua bondade, nos quis atrair pela doçura das recompensas a amá-lo e buscá-lo.

Portanto, declara *ele* que as virtudes têm nele recompensas, nem haverá de laborar em vão *aquele* que lhe tenha obedecido aos mandamentos. Proclama, por outro lado, que a injustiça não só lhe é execrável, mas ainda que não haverá de escapar impunemente, porquanto *ele* próprio haverá de ser o vingador de sua majestade ultrajada. E, para que de todos os modos ao mesmo tempo *nos* exortem, promete *ele* tanto as bênçãos da presente vida, quanto a bem-aventurança eterna, à obediência daqueles que tiverem observado os mandamentos; aos transgressores, porém, ameaça não menos com calamidades atuais do que com o suplício da morte eterna. Pois esta promessa: "*Aquele* que praticar estas *coisas* viverá por elas" [Lv 18.5]; *e*, de igual modo, a ameaça correspondente: "A alma que pecar, essa morrerá" [Ez 18.4, 20], sem nenhuma dúvida, quer atentem para a imortalidade, quer para a morte futura e que jamais haverá de findar-se. Todavia, onde quer que se mencione a benevolência ou a ira de Deus, sob aquela se contém a eternidade de vida; sob esta, a perdição eterna.

Mas, das bênçãos e maldições atuais, na lei se enumera longo catálogo [Lv 26.3-39; Dt 28]. E nas penalidades atesta-se, de fato, a suprema pureza de Deus, que não pode tolerar a iniqüidade; nas promessas, porém, além do supremo amor para com a justiça, que não se permite defraudar do *devido* galardão, atesta-se-lhe também a admirável benignidade. Pois, uma vez que, com tudo o que nos pertence, à majestade lhe somos insolventemente endividados, com ainda mais direito exige *ele* como dívida tudo quanto requer de nós. Mas, o pagamento de uma dívida não faz jus a recompensa. Logo, Deus se afasta de seu direito quando oferece recompensas por nossos *atos de* obediência, os quais não se exibem espontaneamente, como se não devidos.

Quanto ao proveito que podemos tirar das próprias promessas, já foi exposto em parte, e se verá com mais clareza no devido lugar.[164] Bastante é no presente, se sustentamos e refletimos que nas promessas da lei não há vulgar recomendação da justiça, para que se faça mais evidente quão grandemente agrada a Deus sua observância, e que as penalidades já foram estabelecidas para maior execração da injustiça, para que o pecador, seduzido pelos afagos dos vícios, não esqueça o juízo do Legislador que lhe está preparado.

5. A LEI MINISTRA A PERFEITA JUSTIÇA A QUE RECLAMA OBEDIÊNCIA INTEGRAL

Ora, visto que o Senhor, ao ensinar a norma da perfeita justiça, sujeitou-lhe todas as partes à sua vontade, nisto se indica nada ser-lhe mais agradável do que a obediência. Isto se deve observar tanto mais diligentemente quanto mais propensa é a intemperança da mente humana a excogitar, constantemente, variadas expressões cultuais, com o intuito de granjear-lhe as boas graças. Pois, em todos os tempos, tem se manifestado esta irreligiosa afetação de religião; por isso, por natureza, inerente na mente humana, ainda hoje se manifesta, porque os homens sempre se comprazem efusivamente em engendrar forma de alcançar justiça à parte da Palavra de Deus. Daí, entre as que se contam comumente como boas obras, lugar mais reduzido ocupam os preceitos da lei, aquela incontável multidão de *preceitos* humanos ocupando quase todo o espaço.

Por outro lado, porém, que outra *coisa* diligenciou Moisés, senão coibir desregramento desse gênero, quando assim se dirigiu ao povo, após a promulgação da lei: "Observa e ouve todas *as coisas* que te ordeno, para que te seja bem a ti e a teus filhos depois de ti, para sempre, quando houveres feito *o* que é bom e agradável diante de teu Deus" [Dt 12.28]. "O que te ordeno, faze somente isto; nada *lhe* acrescentes, nem diminuas" [Dt 12.32]. E, antes disso, quando testificara que esta lhe era a sabedoria e entendimento perante as demais nações, que havia recebido do Senhor

164. Primeira edição: "Quê, porém, as próprias [promessas] de si nos confiram, em parte foi dito, em parte, de novo, mais claramentre aparecerá em Seu [devido] lugar."

juízos, preceitos e cerimônias, adicionou: "Guarda, portanto, diligentemente, a ti mesmo e a tua alma, para que não te esqueças das palavras que teus olhos viram e para que não venham *elas*, a qualquer tempo, a apartar-se de teu coração" [Dt 4.9].

Portanto, Deus previa que os israelitas não haveriam de aquietar-se; assim que, recebida a lei, para que em seguida não dessem à luz a novos preceitos, a não ser se drasticamente contidos, declara estar aqui compreendida a perfeição da justiça. Isto devia ser-lhes o mais forte retentáculo. Entretanto, não desistiram dessa ousadia tão terminantemente proibida. E nós? Somos na verdade constringidos por *esse* mesmo veredicto, porquanto não há dúvida de que esse *princípio* tenha perpétua validez, pelo qual o Senhor vindicou à sua lei a absoluta doutrina da justiça. Entretanto, não contentes com ela, mourejamos prodigiosamente por inventar e forjar boas obras, umas por sobre as outras.

Para curar este mal, o melhor remédio será se este pensamento estiver constantemente assentado: que a lei nos foi divinamente outorgada para nos ensinar a justiça perfeita; que outra justiça nela não se ensina, senão *aquela* que se exige segundo o requisito da vontade divina; que, portanto, em vão se tentam novas modalidades de obras para ganhar-se o favor de Deus, cujo culto genuíno consta só da obediência; e que, ao contrário, o exercício das boas obras que estão fora da lei de Deus equivale a profanação, que não se deve tolerar, da divina e verdadeira justiça. Com muita verdade, também Agostinho,[165] que denomina a obediência que se presta a Deus, ora de mãe e guardiã de todas as virtudes, ora a fonte de *todas* elas.

6. A LEI NÃO É APENAS FORMAL E EXTERIOR, MAS ESPIRITUAL E INTERIOR. DAÍ RECLAMAR ELA PUREZA DE ESPÍRITO, NÃO MERA OBSERVÂNCIA EXTERNA

Quando, porém, a lei do Senhor nos for exaustivamente explicada, então se confirmará mais convenientemente, afinal, e com mais proveito, *o* que antes expus acerca de sua função e uso. Antes, porém, que prossigamos a considerar a cada artigo, um a um, vale a pena focalizar previamente apenas *aqueles pontos* que contribuem a um conhecimento geral dela.

De início, seja estabelecido que na lei a vida do homem é amoldada não só à honestidade exterior, mas também à retidão interior e espiritual. Embora ninguém possa negar isto, pouquíssimos, entretanto, *disso* se apercebem devidamente. Isso acontece porque não atentam para o Legislador, em função de cuja índole se deve aquilatar também a natureza da lei.

Se, mediante um decreto, algum rei proíba o fornicar, o matar, o furtar, confesso que não incorrerá em penalidade quem haja apenas concebido na mente o desejo de fornicar, de matar, de furtar, *contudo* nada destas *coisas* tem perpetrado. Isto é, visto

165. *A Cidade de Deus*, livro XIV, capítulo XII.

que a jurisdição do legislador mortal não se estende senão à conduta externa, não se lhe violam as ordenanças senão mediante crimes consumados. Deus, porém, a cujo olho nada foge e que se não atém tanto à aparência externa quanto à pureza de coração, sob a proibição de fornicação, homicídio, furto, proíbe a concupiscência, a ira, o ódio, a cobiça do alheio, o dolo e tudo desse gênero. Ora, uma vez que *ele* é um legislador espiritual, fala à alma não menos que ao corpo. Mas, o assassínio da alma é a ira e o ódio; o furto, a cobiça má e a avareza; a fornicação, a concupiscência.

Também as leis humanas, dirá alguém, atentam para os propósitos e as intenções, não para *meros* eventos fortuitos. Admito-o, contudo são *as intenções* que vieram a exteriorizar-se. Ponderam cuidadosamente com que intento se haja cometido todo e qualquer crime; não esquadrinham, porém, os pensamentos secretos. Conseqüentemente, cumpridas terão sido elas quando da transgressão alguém tenha simplesmente retido a mão. Em contrapartida, porém, visto que a lei celestial foi promulgada para nossas almas, necessária lhes é, antes de tudo, a coerção à sua justa observância.

Mas, o comum dos homens, ainda quando camufla vigorosamente o desprezo da lei *e* dispõe os olhos, os pés, as mãos e todas as partes do corpo a certa observância da lei, ao mesmo tempo mantém o coração completamente alienado de toda obediência e julga haver-se desincumbido *de suas obrigações*, se haja habilidosamente dissimulado aos homens *o* que faz à vista de Deus. Ouvem: "Não matarás; não adulterarás; não furtarás." Não desembainham a espada para matança; não ajuntam seus corpos às meretrizes; não lançam as mãos aos bens alheios. Tudo isso está bem até aqui. Mas, de toda a alma, respiram mortes, abrasam-se de volúpia; olham de esguelha para os bens de todos e *os* devoram de cobiça. Já está, na verdade, ausente *o* que era o ponto principal da lei.

Donde, pergunto, *procede* tão crassa obtusidade, senão que, deixando de parte o Legislador, acomodam antes *os homens* a justiça a seu talante? Contra estes, Paulo protesta veementemente, categorizando que "a lei é espiritual" [Rm 7.14], significando com isso que *ela* não só exige obediência de alma, mente e vontade, mas ainda requerer pureza angelical, *pureza* que, purgada de todas as sordidezas da carne, de nada saiba senão o espírito.

7. Cristo revela o real sentido da lei

Quando dizemos ser esse o sentido da lei, não estamos a impor uma interpretação nova, *oriunda* de nós mesmos; pelo contrário, estamos seguindo a Cristo, o melhor intérprete da lei. Como, pois, os fariseus imbuíram o povo de pervertida opinião, *isto é*, que cumpria cabalmente a lei quem, por ato externo, nada tivesse praticado contra a lei, *Cristo* condena este perigosíssimo erro e declara que é adultério a mera olhadela impudica para a mulher [Mt 5.28], *e* testifica que são homici-

das todos quantos odeiam a um irmão, pois se fazem passíveis ao juízo *aqueles* que *porventura* sequer tenham concebido ira no íntimo; passiveis ao tribunal *aqueles* que, murmurando ou vociferando, tenham dado alguma demonstração de espírito ofendido; passíveis à Gehena de fogo *aqueles* que, com impropérios e invectiva, tenham irrompido em ira franca [Mt 5.22].

Aqueles que não perceberam estas *coisas* imaginaram a Cristo *como* outro Moisés, o portador da lei do evangelho, *lei esta* que cumpria a deficiência da lei mosaica. Donde esse popularizado axioma acerca da perfeição da lei do evangelho: que *ela* supera, por ampla distância, a antiga lei, *o* que, de muitos modos, é assaz pemicioso. Ora, do próprio Moisés, quando mais adiante coligirmos a suma de *seus* preceitos, evidenciar-se-á de quão indigna afronta esta *maneira de ver* tisna a lei divina. Insinua *ela* que a santidade dos patriarcas, na verdade, não se distanciou muito da hipocrisia e nos afasta daquela única e perpétua norma de justiça.

Mui fácil, porém, é a refutação deste erro, porquanto pensaram que Cristo acrescenta à lei, quando apenas *a* restaura à sua integridade, enquanto, obscurecida pelas deturpações dos fariseus e maculada por *seu* fermento, *a* liberta e purifica.

8. A correta interpretação dos mandamentos

Seja-nos esta a segunda observação, a saber, que subsiste sempre nos mandamentos e proibições mais do que se expressa nas *simples* palavras, *o* que, entretanto, se deve assim temperar *para* que não nos seja uma como que régua lésbia, apoiados na qual, torcendo desenfreadamente a Escritura, façamos o que bem quisermos de toda e qualquer coisa. Ora, mediante esta imoderada liberdade de divagar, certos *indivíduos* fazem com que a alguns se *lhes* envileça a autoridade da lei, a outros se ponha por terra a esperança de entendê-la. Portanto, se *isso* pode acontecer, deve-se tomar algum caminho que nos conduza, com passo reto e firme, à vontade de Deus. Impõe-se indagar, digo-o, até onde a interpretação deva ir além dos limites dos termos, de sorte que se ponha à mostra que não é um apêndice de glosas humanas aposto à lei divina, mas o puro e genuíno sentido do Legislador fielmente exposto.

Indubitavelmente, em quase todos os mandamentos há tão evidentes sinédoques que, merecidamente, haverá de ser objeto de galhofa quem queira confinar o sentido da lei aos estreitos limites dos termos. Daí, é óbvio que a sóbria interpretação da lei vai além das palavras. Até que ponto, entretanto, permanece obscuro, salvo se alguma norma for estabelecida. Logo, julgo que esta haverá de ser a melhor norma: caso se atente para a razão do mandamento, isto é, que se pondere em relação a cada mandamento por que nos foi *ele* dado. Por exemplo: todo mandamento ou é ***imperativo***, ou ***proibitivo***. De um e outro tipo a verdade ocorre imediatamente, se *lhe* contemplamos a razão, ou o propósito. Assim, o propósito do Quinto Mandamento é que se deve render honra àqueles a quem Deus a atribui. Portanto, esta *é* a síntese do

mandamento: ser justo e agradar a Deus que honremos aqueles a quem ele tem prodigalizado algo de excelência; ser-*lhe* para abominação o desprezo e a contumácia para com eles. Do primeiro mandamento a razão é que somente Deus seja adorado [Ex 20.2, 3; Dt 6.4, 5]. Portanto, a síntese deste mandamento será que a Deus apraz a verdadeira piedade, isto é, o culto de sua divina majestade, e que *ele* abomina a impiedade.

Portanto, deve-se examinar em cada mandamento de que assunto se trata; em seguida, deve buscar-se seu propósito, até que descubramos o que propriamente o Legislador certifique aí agradar-lhe ou desagradar-*lhe*. Por fim, disto mesmo se deve extrair um arrazoado em contrário, deste modo: se isto agrada a Deus, o contrário *lhe* desagrada; se isto *lhe* desagrada, o contrário *lhe* agrada; se *ele* ordena isto, *então* proíbe o contrário; se proíbe isto, *então* ordena o contrário.

9. O ALCANCE DO MANDAMENTO À LUZ DE SEU PROPÓSITO

O que agora se aborda um tanto obscuramente far-se-á absolutamente claro pela própria reflexão, à medida que se for expondo os mandamentos. Por isso, basta haver *assim* abordado *esta matéria*, exceto que o último ponto, que de outra sorte não se entenderia, ou, entendido, talvez de início pudesse parecer absurdo, deverá ser confirmado sucintamente mediante prova específica. Isto não tem necessidade de prova: quando se ordena o bem, proíbe-se o mal que com ele conflita, pois ninguém há que não *o* conceda. Ordenarem-se também as disposições contrárias, quando se proíbem ações más, admitirá não muito relutantemente a opinião geral. É lugar comum que, de fato, se recomendam as virtudes, quando se condenam os vícios contrários.

Nós, porém, postulamos algo mais do que estas expressões significam ordinariamente. Pois, pela virtude contrária ao vício significam *os homens*, na maioria das vezes, a *mera* abstenção do vício correspondente. Nós dizemos que ela vai além, a saber, às disposições e atos opostos. E desse modo, neste mandamento, “Não matarás” [Ex 20.13; Dt 5.17], o senso comum dos homens nada mais vislumbrará que se deve abster de todo malefício e do desejo de fazer o mal. Eu afirmo que, além disso, *nele* se contém que conservemos a vida do próximo com os recursos com que pudermos. E para que não fale sem razão, assim *o* confirmo: Deus proíbe que se fira ou se faça violência a um irmão injustamente, porque *ele* quer que sua vida nos seja cara e preciosa. Portanto, requer, ao mesmo tempo, *aquelas* efusões de amor que podem ser conferidas à sua preservação.

E assim vemos como o propósito do mandamento sempre nos desvenda tudo quanto nele ou se nos ordena, ou se nos proíbe fazer.

10. O mandamento, ao expressar a violação mais grave, acentua o quanto Deus abomina a cada e a qualquer pecado correlato

Entretanto, por que Deus assim deu a entender que quisesse, como que por meios mandamentos, através de sinédoque, mais do que tê-lo expressado em *termos claros*, embora também outras razões costumem apresentar-se, esta me agrada sobremaneira: visto que a carne sempre diligencia por diluir e revestir de ilusórios pretextos a fealdade do pecado, salvo onde *ela* é palpável, *Deus* propôs à guisa de exemplo *o* que era mais abominável e mais execrando em cada gênero de transgressão, ao ouvirmos *o* que também enchesse de temor nossa sensibilidade, a fim de que à alma nos imprimisse maior repulsa de todo e qualquer pecado.

Isto se nos aplica mais freqüentemente ao estimarmos *nossas* falhas, pois, se são mais ocultas, as minimizamos. A estes embustes o Senhor dissipa, quando costuma aplicar toda a massa de transgressões a estes cabeçalhos que melhor representam quanto há de abominação em cada gênero de *transgressão*. Por exemplo, quando são referidos por seus *meros* designativos, a ira e o ódio não são julgados males especialmente execrandos. Quando, porém, se nos proíbem sob o nome de ***homicídio***, entendemos melhor em quão grande abominação incorrem diante de Deus, de cuja palavra são relegados à categoria de tão horrenda ignomínia. E *nós* próprios, movidos por seu juízo, costumamos pesar melhor a gravidade dos delitos que antes nos pareciam leves.

11. As duas tábuas da lei e sua referência

Em terceiro lugar, deve considerar-se o que significa a divisão da lei divina em duas tábuas, das quais todos os *de espírito* saudável proclamarão ter sido feita várias vezes solene menção, não sem causa, nem temerariamente. E à mão *nos* está a razão por que não nos deixa permanecer incertos acerca desta matéria. Pois Deus assim dividiu sua lei em duas partes, nas quais se contém toda a justiça, que tenha aplicado a primeira aos deveres da religião, que dizem respeito peculiarmente ao culto de sua divina majestade; a outra, aos deveres do amor, que têm a ver com os homens.

Seguramente, o primeiro fundamento da justiça é o culto de Deus, derruído o qual, esboroam-se e se dissipam todas as demais partes da justiça, como se porções de um edifício fossem rompidas e desmoronadas. Ora, de que espécie de justiça dirás ser que não acometas aos homens com furtos e pilhagens, se, mercê de ímpio sacrilégio, ao mesmo tempo, de sua glória despojas a majestade de Deus; que não conspurcas teu corpo com fornicação, se com tuas blasfêmias profanas o sacrossanto nome de Deus; que não assassinas a um homem, se te empenhas em matar e extinguir a lembrança de Deus? Em vão, portanto, apregoa-se retidão sem religião. E com fascínio em nada maior do que se, cortada a cabeça, a um corpo mutilado se exiba

para exemplar de beleza. *A religião* não só lhe é a parte principal, mas até mesmo a *própria* alma *da retidão*, mercê da qual toda ela tem alento e possui vigor, pois, fora do temor de Deus, nem conservam os homens entre si a eqüidade e a afeição.

Conseqüentemente, chamamos ao culto de Deus ***o princípio e fundamento da justiça***, porquanto, uma vez suprimido, tudo quanto de eqüidade, continência, temperança, que entre si os homens exercem, é inútil e frívolo aos olhos de Deus. Dizemo-lo, ademais, ser a ***fonte e o espírito da retidão***, porquanto, se honram a Deus como o Juiz do reto e do iníquo, dele aprendem os homens a viver entre si moderadamente e sem malefício.

Daí, na primeira tábua *Deus* nos instrui em relação à piedade e aos deveres próprios da religião, mediante os quais sua majestade deve ser cultuada; na segunda *tábua* prescreve como, em razão do temor de seu nome, nos devamos conduzir na sociedade dos homens. Por essa razão, nosso Senhor, como *o* registram os evangelistas [Mt 22.37, 39; Mc 12. 30, 31; Lc 10.27], coligiu toda a lei, sumariamente, em dois itens: que amemos a Deus de todo o coração, de toda a alma, de todas as forças, *e* que amemos ao próximo como a nós mesmos. Vês que das duas partes em que encerra toda a lei, uma *ele a* dirige para com Deus, a outra *ele* destina aos homens.

12. Os mandamentos são dez: sua divisão coveniente

Com efeito, se bem que a lei inteira foi contida nesses dois tópicos, entretanto, para que removesse todo pretexto de escusa, nosso Deus quis expor mais difusa e explicitadamente em dez mandamentos, quer tudo quanto *lhe* diz respeito à honra, ao temor, ao amor, quer *o* que concerne à caridade que, em relação aos homens, nos ordena por amor de si mesmo. Nem é mal aplicado o esforço em diligenciar conhecimento da divisão dos mandamentos, desde que lembres ser coisa desse gênero em que a opinião de cada um deva ser livre, em função da qual não se deve litigar contenciosamente com quem dissinta. Este ponto tem de ser, por certo, por nós necessariamente abordado, para que os leitores não se riam, nem se admirem da divisão que estamos para propor, como se *fosse* nova e recentemente cogitada.

Está além de qualquer dúvida que a lei é dividida em dez preceitos, uma vez que *isto* se comprova freqüentemente pela autoridade do próprio Deus. Porquanto disputa-se não quanto ao número, mas acerca da maneira de dividir *os mandamentos. Aqueles* que assim *os* dividem, que conferem três mandamentos à primeira tábua *e* relegam os sete restantes à segunda, eliminam do número o mandamento referente às imagens, ou, quando menos, *o* ocultam debaixo do primeiro, quando não foi dúbia e distintamente expresso pelo Senhor como um mandamento *específico*, enquanto dividem improcedentemente em dois o décimo, quanto a não cobiçar as coisas do próximo. Acresce que ter sido tal maneira de dividi-los desconhecida em uma era mais pura, logo se perceberá.

Outros enumeram conosco quatro artigos na primeira tábua, mas em lugar do primeiro *mandamento* colocam a promessa, sem o preceito. Eu, porém, porque, a não ser que seja convencido por razão evidente, tomo as "dez palavras" em Moisés como os Dez Mandamentos, e a mim me parece vê-los dispostos precisamente na mais excelente ordem, permitida a eles sua opinião, seguirei *o* que a mim mais se recomenda, a saber, que *o* que esses tomam como sendo o primeiro mandamento, tem o lugar de prefácio à lei como um todo. Seguem, então, os mandamentos: quatro da primeira, seis da segunda tábua, ordem em que serão considerados.

Orígenes[166] transmitiu esta divisão sem controvérsia, exatamente como fora recebida indistintamente em seu tempo. Sufraga-a também Agostinho[167] *escrevendo* a Bonifácio, o qual conserva esta ordem na enumeração: que se sirva ao Deus único com a obediência da religião, que não se adore um ídolo, que não se tome em vão o nome do Senhor, quando antes falara separadamente acerca do mandamento figurativo do Sábado. Em outro lugar, é verdade, lhe sorri aquela primeira divisão, todavia por uma razão demasiadamente trivial, *a saber*, que no número ternário (se a primeira tábua se compõe de três mandamentos) tranluz ainda mais o mistério da Trindade. Contudo, nem ali disfarça que, em outros *aspectos*, que a nossa lhe agrada mais. Além desses, conosco está o autor da obra inacabada acerca de Mateus.[168]

Josefo,[169] sem dúvida *com base* no consenso comum de seu tempo, atribui cinco mandamentos a cada tábua, *o* que nisto conflita com a razão: que elimina a distinção de religião e caridade; ademais, é refutado pela autoridade do Senhor, que em Mateus [19.19] coloca no rol da segunda tábua o mandamento de honrar os pais.

Ouçamos agora Deus mesmo a falar com suas *próprias* palavras.

EXPOSIÇÃO DOS DEZ MANDAMENTOS

O PRIMEIRO MANDAMENTO

"EU SOU O SENHOR TEU DEUS, QUE TE TIREI DA TERRA DO EGITO,
DA CASA DA SERVIDÃO. NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM"
[EX 20.2, 3]

13. O PREFÁCIO

É-me indiferente se poventura fizeres da primeira sentença parte do primeiro mandamento, ou se *a* leres em separado, contanto que não me negues servir *ela* de um como que prefácio à lei em seu todo. Em formulando leis, deve-se tomar cuida-

166. *Homília sobre o Êxodo*, VIII, 2.
167. *Contra Duas Cartas dos Pelagianos*, livro III, capítulo IV.
168. Pseudo-Crisóstomo, *Homília XXXIII*.
169. *Antigüidades Judaicas*, livro III, capítulo IV.

do, em primeiro plano, que não sejam anuladas dentro em pouco, em virtude de *seu* menosprezo. Deus provê, portanto, antes de tudo, que a majestade da lei que está para outorgar não venha, a qualquer tempo, *a cair* em desprezo. Para *assim* estabelecê-la, usa de tríplice argumento. A si reivindica o poder e o direito de soberania a fim de que constrinja o povo eleito pela necessidade de obedecer-*lhe*. Exara a promessa de graça, mercê de cuja doçura alicie o mesmo ao zelo de santidade. Traz à lembrança o benefício *conferido*, para que acuse aos judeus de ingratidão, caso não lhe respondam à benignidade.

No termo SENHOR expressam-lhe a soberania e o legítimo domínio, porquanto, se dele procedem todas *as coisas* e nele subsistem, é justo que a ele sejam referidas, assim como *o* diz Paulo [Rm 11.36]. Desta forma, só por este nome somos suficientemente submetidos ao jugo da divina Majestade, porquanto haveria de ser monstruoso querer evadir-nos à autoridade desse à parte de quem não podemos existir.

14. A relação especial de Deus com seu povo contida na afirmação: "Eu sou o Senhor teu Deus"

Depois que se mostra ser aquele que tem o direito de ditar ordens, a quem se deve obediência, para que não pareça compelir tão-só pela necessidade, atrai também pela doçura, pronunciando ser o Deus da Igreja. Pois subjaz à expressão uma relação mútua, que se contém na promessa: "Ser-lhes-ei por Deus, eles me serão por povo" [Jr 31.33]. Donde Cristo comprova a imortalidade de Abraão, Isaque e Jacó, ou, seja: que o Senhor se tem atestado ser o Deus deles [Mt 22.32]. Portanto, é exatamente como se falasse assim: "Eu vos escolhi para mim por povo, a quem houvesse de beneficiar não apenas na presente vida, mas ainda houvesse de prodigalizar a bem-aventurança da vida futura."

A que fim, porém, isto contemple, assinala-se em vários lugares na lei. Ora, como o Senhor nos tem por dignos desta misericórdia, que *nos* associe em consórcio a seu povo, "escolhe-nos", diz Moisés, "para que lhe sejamos por um povo especial, por um povo santo, e lhe guardemos os mandamentos" [Dt 7.6; 14.2; 26.18, 19]. Donde essa exortação: "Sede santos, porque *eu* sou santo" [Lv 11.44; 19.2]. Ademais, destas duas *preceituações* se deriva essa exclamação que está no Profeta: "O filho honra ao pai e o servo *honra* ao senhor. Se eu *sou* Senhor, onde *está* o temor? Se eu *sou* Pai, onde está o amor?" [Ml 1.6].

15. A relação especial do povo com seu Deus implícita nas palavras: "Que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão"

Segue a rememoração do benefício *feito ao povo* que deve ser tanto mais poderosa para mover-nos, quanto mais detestável *é*, até mesmo entre os homens: a mancha da ingratidão. *Deus* estava, então, relembrando a Israel de um benefício, na

verdade recente, *benefício*, porém, que, memorável para sempre em virtude de *sua* grandeza mirífica, valesse também para a posteridade. Ademais, é um *exemplo* assaz apropriado à situação presente, pois o Senhor assinala que por isso estes foram libertados de mísera servidão: que, em submissão e em prontidão de obedecer, adorem ao autor da liberdade.

Para que nos mantenha no verdadeiro culto exclusivamente seu, *Deus* costuma também designar-se por certos epítetos em virtude dos quais ele distingue sua santíssima majestade de todos os ídolos e deuses inventados. Ora, como já disse antes, tal é a propensão que temos para com a fatuidade, associada com a temeridade, que tão logo o nome de Deus é referido, nossa mente não pode deixar de cair em alguma vã invenção. Portanto, visto que Deus quer propiciar remédio a este mal, adorna ele sua divindade de títulos seguros, e dessa forma nos cerca como que de determinadas cercas, para que não vaguemos para cá ou para lá, e desatinadamente inventemos para nós algum Deus novo, se deixado de parte o Deus vivo suscitemos um ídolo *em seu lugar*.

Por esta razão, os profetas, sempre que o querem designar apropriadamente, revestem-no e, por assim dizer, o circunscrevem com estas marcas sob as quais se manifestara ao povo israelita. Pois, quando é chamado "o Deus de Abraão" ou "o Deus de Israel" [Ex 3.6], quando é colocado no templo de Jerusalém entre os querubins [Hc 2.20; Sl 80.1; 99.1; Is 37.16], nem estas e formas semelhantes de falar o ligam a um único lugar, ou a um *só* povo. Ao contrário, foram enunciadas apenas para que os pensamentos dos piedosos estivessem em harmonia com aquele Deus que, em virtude de seu pacto que firmou com Israel, assim se representou *para* que de modo algum se permita mudar de padrão como esse. Contudo, permaneça isto estabelecido: faz-se menção do livramento *de Israel* para que os judeus se consagrem mais corajosamente a Deus, que, por direito, a si os reivindica.

Nós, porém, para que não pensemos que isso nada tem a ver conosco, *nos* convém considerar ser a servidão de Israel no Egito um tipo do cativeiro espiritual em que todos nos vemos retidos, até que, libertados pelo poder de seu braço, o celeste vingador nos traslada para o reino da liberdade. Portanto, da mesma forma que, como quisesse recongregar ao culto de seu nome os israelitas outrora transviados, os livrou da intolerável dominação de faraó, pela qual eram oprimidos, assim *àqueles* a quem hoje professa ser ele o seu Deus, a todos esses já *o* livra do mortal poder do Diabo, *o* que foi tipificado naquela *servidão* corporal.

Assim, pois, não deve haver homem algum, cujo coração não se sinta inflamado ao atentar para a lei, promulgada por aquele que é Rei de reis e supremo Monarca, de quem todas as coisas procedem, e para as quais justamente devem ordenar-se e dirigir-se a seu fim.[170] Ninguém, afirmo, há que não deva ser arrebatado a abraçar o

170. Primeira edição: "Eis porque ninguém há cujo ânimo se não deva inflamar a auscultar a Lei, que

Legislador, à observância de cujos mandamentos é ensinado ter sido escolhido de modo especial; de cuja bondade espera não somente a abundância de todas *as coisas* boas, mas ainda a glória de uma vida imorta1; de cujo admirável poder e misericórdia se sabe muito bem ser libertado das fauces da morte .

16. O PRIMEIRO MANDAMENTO: NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM

Lançada e firmada solidamente a autoridade de sua lei, *Deus* enuncia o primeiro mandamento, *a saber*: que não tenhamos deuses estranhos diante de sua face [Ex 20.3]. O fim deste mandamento é que Deus quer ser o único a ter a preeminência em seu povo e nele exercer seu direito em plena medida. Para que isso aconteça, ordena *que* estejam longe de nós a impiedade e toda e qualquer superstição, em virtude da qual ou se diminui ou se obscurece a glória de sua divindade. E, pela mesma razão, prescreve que o cultuemos e o adoremos com o verdadeiro zelo da piedade. E a *própria* simplicidade das palavras soa quase que isto, porquanto não podemos ter Deus sem que, ao mesmo tempo, abracemos *as coisas* que lhe são próprias. Portanto, o fato de proibir que tenhamos deuses estranhos, com isto significa que não devemos transferir para outrem *o* que lhe é exclusivo.

Mas, ainda que sejam inúmeras *as coisas* que devemos a Deus, contudo a quatro tópicos se podem muito bem mencionar: ***Adoração***, a que se anexa como um apêndice a obediência espiritual da consciência, ***confiança***, ***invocação*** e ***ação de graças***. Chamo ***adoração*** a veneração e o culto que qualquer um de nós lhe rende, quando se lhe submete à grandeza. Por isso, não improcedentemente, incluo à adoração a submissão de nossa consciência à sua lei. ***Confiança*** é a segurança de nele descansar, em virtude do reconhecimento de seus predicados, quando, atribuindo-lhe toda sabedoria, justiça, poder, verdade, bondade, reconhecemos que somos bem-aventurados somente em sua comunhão. ***Invocação*** é o recurso de nossa mente à sua fidelidade e assistência, como ao sustentáculo único, sempre que alguma necessidade insiste. ***Ação de graças*** é a gratidão com que se lhe atribui o louvor de todo bem.

Como o Senhor não pode consentir que nenhuma destas coisas seja atribuída a alguém além dele,[171] assim ordena que tudo seja aplicado inteiramente a ele. Ora, nem será suficiente abster-te de um deus estranho, a não ser que te refreies exatamente do que certos desprezadores nefários costumam *fazer*, a quem o máximo proveito é ter em zombaria todas as religiões. Com efeito, importa *que* se anteponha a verdadeira piedade, em virtude da qual as mentes se volvam para o Deus vivo, imbuídas de cujo conhecimento, aspirem a contemplar, a temer, a adorar-lhe a majestade,

ouve provinda do Rei Supremo, de Quem, como todas [as cousas] têm a sua origem, é, destarte, justo que, por sua vez, para com Ele destinem e dirijam seu fim.”

171. Primeira edição: “Como o Senhor [não] sofre se derive a outrem nada destas [expressões de culto]...”

a abraçar a comunicação de suas bênçãos, a buscar-lhe em tudo a assistência, a reconhecer e celebrar com a confissão do louvor a magnificência de *suas* obras, como o escopo único em todas as ações da vida. Então, precavenha-se a superstição da impiedade pela qual as mentes alienadas do Deus verdadeiro são arrastadas, para cá e para lá, em busca de deuses vários. Daí, se estamos contentes com o Deus único, recordemos *o* que foi dito antes: que devem ser alijados para bem longe todos os deuses fictícios, nem se deve cindir o culto que ele reivindica para si com exclusividade**,** pois que nem é seguro detrair-lhe da glória, mesmo que seja uma mínima porção, quando nele devem permanecer todas e quaisquer *coisas* que lhe são exclusivas.

A frase que segue, ***diante de minha face***, intensifica a indignidade, pela qual Deus é provocado ao ciúme sempre que em seu lugar pomos nossas invenções, tal como se uma esposa despudorada, trazido escancaradamente o amante diante dos olhos do marido, mais lhe incendesse o ânimo. Portanto, quando, por seu manifesto poder e graça, dava Deus prova de que ele atentava para o povo que havia escolhido, para que mais *o* arredasse do crime de defecção, adverte-o de que não se podem admitir novas deidades sem que seja *ele* testemunha e observador de *seu* sacrilégio. Mas, a esta petulância acrescenta-se o máximo de impiedade, *a saber*, que, em seus desvios, *o homem* julga poder burlar os olhos de Deus. Em contrapartida, proclama o Senhor que tudo quanto cogitamos, tudo quanto empreendemos, tudo quanto executamos, é posto diante de seus olhos.

Portanto, se *queremos que* ao Senhor agrade aprovar nossa religião, seja *nossa* consciência isenta até das cogitações mais recônditas de apostasia. Pois *ele* requer *que permaneça* íntegra e incorrupta a glória de sua divindade, não só na confissão externa, como também a seus olhos, os quais contemplam *até* os mais recônditos recessos dos corações.

O SEGUNDO MANDAMENTO

“NÃO FARÁS PARA TI IMAGEM ESCULPIDA, NEM FIGURA ALGUMA DAS
COISAS QUE ESTÃO NO CÉU, ACIMA, OU NA TERRA, EMBAIXO,
OU NAS ÁGUAS QUE ESTÃO DEBAIXO DA TERRA.
NÃO AS ADORARÁS NEM LHES DARÁS CULTO”
[EX 20.4, 5]

17. O SEGUNDO MANDAMENTO PRECEITUA O CULTO ESPIRITUAL DE DEUS

Como no mandamento precedente, *o Senhor* se proclamou ser o Deus único, além do qual nenhum outro deus se deve imaginar ou ter, assim, *neste mandamento* declara ainda mais explicitamente agora de que natureza é, e com que modalidade de culto deve ser *ele* honrado, para que não ousemos atribuir-lhe algo sensório.

Portanto, a finalidade deste mandamento é que *Deus* não quer que seu legítimo culto seja profanado mediante ritos supersticiosos. Por isso, em síntese, *ele* nos dissuade e afasta totalmente das observâncias materiais insignificantes que nossa mente bronca, em razão de sua crassitude, costuma inventar quando concebe a Deus. E daí *nos* instrui *em relação* a seu legítimo culto**,** isto é, ao *culto* espiritual e estabelecido por ele *mesmo*. Assinala, ademais, *o* que é o mais grosseiro defeito nesta transgressão: a idolatria exterior.

Na verdade, são duas as partes deste mandamento. A primeira nos coíbe a imoderação, para que não ousemos sujeitar nossos sentidos, ou representar a Deus com qualquer forma que paire além da compreensão; a segunda veda que adoremos qualquer imagem com o pretexto de religião. Com efeito, enumera, em poucas palavras, todas as formas com que costumava ser representado pelas pessoas profanas e supersticiosas. Por aquelas *coisas* que estão no céu compreende o sol, a lua e os outros astros, e talvez as aves, da mesma forma que em Deuteronômio [4.17, 19], expressando seu intento**,** menciona tanto as aves quanto as estrelas. Não teria assinalado isto**,** se não visse que certos *autores* aplicam improcedentemente essa *referência* aos anjos.

Dessa forma, deixo de focalizar os demais elementos *referidos no preceito* porque são em si mesmos evidentes. E ensinamos de forma sobejamente explícita que todas as formas visíveis de Deus, que o homem cogita, se põem diametralmente em conflito com sua natureza; e por isso, tão logo se interpõem os ídolos, corrompe-se e adultera-se a verdadeira religião.

18. O segundo mandamento proclama a inexorável reação de Deus contra os transgressores deste preceito

O dispositivo que se acrescenta deve valer não pouco para sacudir-*nos* a inércia. Ameaça *dizendo* que ele é o Senhor, o nosso Deus, um Deus cioso *de suas prerrogativas*, que visita a iniqüidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração naqueles que lhe aborrecem o nome, mas faz misericórdia para com milhares daqueles que o amam e lhe guardam os preceitos [Ex 20.5, 6]. Isto, na verdade, é exatamente como se estivesse a dizer que só ele é *Aquele* em quem devemos apegar-nos. Para que nos leve a isto, proclama seu poder que não permite que seja impunemente desprezado ou menoscabado. Ocorre aqui, com efeito, *no texto hebraico*, o nome ***EL***, que se traduz por ***DEUS***. Porque, visto que se deriva da *palavra que significa* ***força***, para que melhor expressasse o sentido, não hesitei em traduzir também isto ou inseri-lo no texto. Então, enuncia-se como ***cioso*** *de suas prerrogativas*, que não pode admitir parceiro. Finalmente, assevera haver de ser vindicador de sua majestade e glória, se alguém a transferir para criaturas ou para imagens de escultura. Nem o *será* mediante punição breve ou simples; ao contrário, *será tal* que se estende aos filhos, netos e bisnetos, *os* quais, obviamente, serão imitadores da im-

piedade paterna. De igual modo, exibe também sua perpétua misericórdia e benignidade, em longa posteridade, àqueles que o amam e guardam sua lei.

É muito comum a Deus assumir em relação a nós a figura de um marido. Com efeito, a união com que nos vincula a si, quando *nos* recebe no seio da Igreja, tem o teor de um como que sagrado matrimônio, que importa firmar-se na mútua fidelidade [Ef 5.29-32]. Como ele desempenha integralmente todos os deveres de um esposo fiel e verdadeiro, assim, por sua vez, de nós exige amor e castidade conjugais. Isto é, que não prostituamos nossas almas a Satanás, à concupiscência e aos impuros apetites da carne para serem *deles* desonradas. Daí, quando censura a apostasia dos judeus, queixa-se de que, perdido o recato, eles se conspurcaram de adultérios [Jr 3.1, 2; Os 2.1-5].

Portanto, como um marido, quanto mais santo é e casto, tanto mais gravemente se incende se vê o coração da esposa a inclinar-se para com um rival, assim o Senhor, que verdadeiramente nos desposou para si, evidencia ser muito ardente sua inconformidade, sempre que é desdenhada a pureza de seu santo matrimônio, somos conspurcados de celerados apetites. Mas, então *isto sente* especialmente *o Senhor*, quando oferecemos a outro o culto de sua divina majestade, que conviera ser absolutamente ilibado, ou *o* corrompemos com alguma superstição, uma vez que, deste modo, não só violamos o compromisso feito no casamento, mas ainda, acenando aos amantes, maculamos o próprio leito conjugal.

19. Teor e sentido da cláusula: "que visita a iniqüidade dos pais nos filhos..."

Impõe-se ver o que *Deus* quer dizer na ameaça, quando ensina que haverá de "visitar a iniqüidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração". Ora, além de ser estranho à eqüidade da justiça divina infligir sobre o inocente o castigo de falta alheia, também Deus mesmo afirma que não consentirá que o filho leve a iniqüidade do pai [Ez 18.20]. E, contudo, esta cláusula não se repete uma vez só, ou, seja, de serem os castigos de faltas avoengas distendidas às gerações futuras. Pois, freqüentemente, Moisés assim lhe dirige a palavra: "Senhor, Senhor, que lanças a iniqüidade dos pais aos filhos até a terceira e quarta geração" [Ex 34.6, 7; Nm 14.18]. De igual modo, Jeremias [32.18]: "Tu que usas de misericórdia com milhares, que retribuis a iniqüidade dos pais ao seio dos filhos depois deles."

Alguns, enquanto penosamente suam em solver este problema, pensam *que* se deva entender *isto* apenas de castigos temporais, os quais, se os filhos *os* mantêm em razão das faltas dos pais, não é absurdo, uma vez que não raro se *lhes* infligem para a salvação. O que, de fato, é verdadeiro, pois Isaías [39.7] anunciava a Ezequias que seus filhos haveriam de ser despojados do reino e deportados para o exílio, por causa de pecado por ele cometido. As casas de faraó e de Abimeleque são afligi-

das por causa do agravo feito a Abraão [Gn 12.17; 20.3, 18] – quando, porém, se aplica isto à solução desta questão, é antes subterfúgio do que verdadeira explicação. Ora, aqui e em passagens semelhantes, estabelece *ele* punição mais pesada do que se pode fixar dentro dos termos da vida presente.

Portanto, assim se deve admitir: que a justa maldição do Senhor pesa não apenas sobre a cabeça do ímpio, mas também sobre toda *sua* família. Onde *esta maldição* pesou, que se pode esperar, senão que o pai, destituído do Espírito de Deus, vive mui abominavelmente, *e* o filho, semelhantemente abandonado pelo Senhor por causa da iniqüidade do pai, segue o mesmo caminho de perdição? Finalmente, o neto e o bisneto, execrável semente de homens abomináveis, após eles se lancem em precipícios?

20 Visitar Deus a iniqüidade dos pais nos filhos não equivale a violação de sua justiça

Verifiquemos, em primeiro lugar, se vingança como essa não se coaduna com a justiça divina. Se a natureza inteira de homens a quem o Senhor não faz dignos da comunicação de sua graça é condenável, a esses sabemos estar preparada a perdição, contudo perecem por sua própria iniqüidade, não por ódio iníquo de Deus. Nem lhes é deixada qualquer desculpa por que à salvação não são ajudados pela graça de Deus a exemplo de outros. Portanto, uma vez que esta punição é aplicada aos ímpios e depravados em vista de suas abominações, assim que suas casas sejam privadas da graça de Deus por muitas gerações, quem haja de intentar incriminação a Deus por causa desta justíssima represália?

Mas, sentencia o Senhor, em contraposição, que a pena do pecado paterno não haverá de passar-se ao filho [Ez 18.20]. Observa o de que aqui se trata: os israelitas, como fossem, por longo tempo e persistentemente, acometidos de muitas calamidades, começaram a reiterar o provérbio de que seus pais haviam comido uva verde, embotando assim os dentes dos filhos [Ez 18.2], querendo dizer com isso que, uma vez que *seus* pais tinham cometido os pecados cujas punições eles, de outra sorte justos e inculpados, tinham de sofrer, mais pela implacável ira de Deus do que por *sua* moderada severidade. O Profeta, *porém,* lhes proclama não ser assim, já que são castigados em virtude de *suas* próprias transgressões, nem se coaduna com a justiça de Deus que um filho justo sofra penalidade em função da maldade de um pai depravado, *o* que nem se contém no presente dispositivo *do mandamento em consideração*.

Ora, se a visitação acerca da qual aqui se discute se consuma quando o Senhor detrai da família dos ímpios a graça, a luz de sua verdade e os demais recursos que assistem à salvação, nisto mesmo, que dele cegados e abandonados seguem os filhos nas pegadas dos pais, estão a sofrer as maldições *divinas* em virtude dos delitos paternos. Que, porém, são sujeitos não só às misérias temporais, mas ainda, por fim,

à perdição eterna, são por isso punidos pelo justo juízo de Deus, não em razão de pecados alheios, mas em conseqüência da iniqüidade pessoal.

21. Teor e sentido da promessa contida na cláusula: "E usa de misericórdia para com milhares"

Por outro lado, apresenta-se a promessa de que a misericórdia de Deus haverá de ser propagada a mil gerações, *promessa* que ocorre nas Escrituras, aliás com freqüência, e é inserida no solene pacto da Igreja: "*Eu* serei o teu Deus, e de tua semente após ti" [Gn 17.7]. Contemplando isto, Salomão escreve que seriam bem-aventurados os filhos dos justos após a morte destes [Pv 20.7], não apenas em razão de *sua* santa educação, que também *ela* própria não tem, na verdade, reduzida importância, mas ainda, em decorrência desta bênção prometida no pacto, *para* que a graça de Deus resida eternamente nas famílias dos piedosos. Daqui *há* conforto singular para os fiéis, *e* terror ingente para os ímpios, porque, se também após a morte, a lembrança tanto da justiça quanto da iniqüidade vale tanto diante de Deus, que a maldição deste e a bênção daquele se transmitem à posteridade, muito mais repousarão sobre as próprias cabeças dos que as têm praticado.

No entanto, nada impede que a descendência dos ímpios por vezes se volte à prática do bem, a descendência dos fiéis degenere, pois aqui não quis o Legislador fixar uma regra perpétua que anulasse sua eleição. Ora, para conforto do justo e terror do pecador, é suficiente que ela não seja uma declaração vã ou ineficaz, embora nem sempre tenha lugar. Pois, da mesma forma que as penas temporais que são infligidas a uns poucos ímpios são testemunhas da ira divina contra os pecados e do juízo um dia a sobrevir a todos os pecadores, embora muitos passem impunemente até o fim da vida, assim também, quando o Senhor dá um exemplo desta bênção, de sorte que, por causa do pai, contemple o filho com sua misericórdia e benignidade, está a exibir prova de *seu* constante e perpétuo favor para com seus adoradores. Quando, uma vez, no filho persegue a iniqüidade do pai, *Deus* está a ensinar que espécie de juízo se reserva a todos os réprobos por *suas* próprias transgressões, certeza que aqui contemplou acima de tudo.

Ademais, recomenda-nos, de passagem, a grandeza de sua misericórdia, que estende por mil gerações, quando somente quatro gerações reservara à punição.

O terceiro mandamento

"Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão"
[Ex 20.7]

22. TEOR E APLICAÇÃO DO TERCEIRO MANDAMENTO

A finalidade do mandamento é que *Deus* quer que a majestade de seu nome nos seja sacrossanta. Logo, a suma será que não a profanemos tratando-o com menosprezo e irreverentemente. A esta injunção restritiva corresponde, em paralelo, o preceito *positivo* de que nos empenhemos e preocupemos em buscá-la com religiosa reverência. Dessa forma, assim nos convém estar dispostos no pensar e no falar que nada pensemos ou falemos acerca do próprio Deus e de seus mistérios, a não ser reverentemente e com muita sobriedade, de sorte que, em estimando-lhe as obras, nada concebamos a não ser o que lhe é honroso.

Estes três *pontos*, insisto, importa observar não negligentemente: *primeiro*, que tudo quanto a mente concebe a seu respeito, tudo quanto a língua profere, saiba sua excelência e corresponda à sagrada sublimidade de seu nome, afinal, seja adequado a enaltecer-lhe a magnificência. *Segundo*, não abusemos, temerária e pervertidamente, de sua santa Palavra e de *seus* venerandos mistérios, seja a serviço da ambição, seja a serviço da avareza, seja a serviço de nossos divertimentos. Pelo contrário, uma vez que trazem impressa *em si* a dignidade de seu nome, tenham sempre entre nós sua honra e apreço. Finalmente, não lhe difamemos ou desacreditemos as obras, como contra ele costumam injuriosamente vociferar homens miseráveis; ao contrário, tudo quanto rememoramos *como* feito por ele, celebremo-lo com os louvores de sabedoria, de justiça *e* de bondade.

Nisto consiste santificar o nome de Deus. Quando se procede de outra maneira, de vão e ímpio abuso se polui *ele*, porque é subtraído do uso legítimo a que unicamente fora consagrado, e, ainda que em nada mais seja despojado, entretanto de sua dignidade se torna desprezível aos poucos. Ora, se tanto há de mal nesta temerária propensão de abusar improcedentemente do nome divino, muito mais nisto, se a nefários usos se confere, como *aqueles* que o fazem servir às superstições da necromancia, às imprecações execráveis, aos exorcismos ilícitos e a outros ímpios encantamentos.

Mas, neste mandamento se tem em conta, acima de tudo, o ***juramento***, em que é sobremodo detestável o uso pervertido do nome divino, para que daí melhor nos atemorizemos de toda profanação dele, sob qualquer forma. Entretanto, aqui se trata antes do culto de Deus e da reverência de seu nome, contudo não da eqüidade que se deve cultivar entre os homens, daí se evidencia que, em seguida, condenará na segunda tábua o perjúrio e o falso testemunho, com que é agravada a sociedade humana. Ora, seria supérflua repetição se este mandamento tratasse do dever da caridade. Já a própria divisão *dos mandamentos* também postula isto, porque, como já se disse, não sem razão Deus atribui duas tábuas à sua lei. Donde se conclui que Deus está *aqui* reivindicando para si este seu direito e preservando a santidade de seu nome, não, porém, a ensinar o que os homens devam aos homens.

23. Caráter sagrado do juramento pelo nome de Deus

É preciso considerar, em primeiro lugar, o que é um juramento. De fato, é a invocação de Deus por testemunha para confirmar-se a veracidade de nossa palavra. Entretanto, as imprecações que contêm manifestos insultos a Deus são indignas de que sejam contadas entre os juramentos. Patenteia-se em muitas passagens da Escritura que invocação desta natureza, quando devidamente articulada, é uma expressão de culto divino, como quando Isaías vaticina que os assírios e os egípcios haveriam de ser convocados para uma relação pactual com Israel. "Falarão", diz *ele*, "a língua de Canaã e jurarão no nome do Senhor" [Is 19.18], isto é, ao jurarem pelo nome do Senhor, estarão proferindo uma confissão de *sua* religião. De igual modo, quando fala acerca de estender-se-lhe o reino: "Quem quer que a si se abençoar, se abençoará no Deus dos fiéis; e quem jurar na terra, jurará pelo Deus verdadeiro" [Is 65.16]. *Assim*, Jeremias: "Se os entendidos", diz *ele*, "ensinarem o povo a jurar por meu nome, assim como ensinaram a jurar por Baal, serão edificados no meio de minha casa" [Jr 12.16].

E, com invocarmos o nome do Senhor em testemunho, diz-se, com razão, que estamos atestando nosso reconhecimento de sua divina soberania. Pois, dessa forma, o confessamos ser a eterna e imutável verdade, a quem invocamos não só como a testemunha idônea da verdade acima das demais, mas ainda como seu enunciador único, que pode trazer à luz as *coisas* escondidas *e*, ademais, como o conhecedor dos corações. Pois onde falecem os testemunhos dos homens, retrocedemos a Deus *como nossa* testemunha, especialmente quando se tem de asseverar *o* que jaz oculto na consciência.

Por essa razão, inflama-se acerbamente o Senhor para com aqueles que juram por deuses estranhos e interpreta esse gênero de juramento *como* prova de manifesta defecção: "Teus filhos me abandonaram e juram por aqueles que não são deuses" [Jr 5.7]. E a gravidade deste delito declara-a pela ameaça das penas: "Exterminarei aqueles que juram pelo nome do Senhor e juram por Milcom" [Sf 1.5].

24. O falso juramento é uma profanação do nome de Deus

Uma vez que já entendemos que o Senhor quer que seja inerente em nossos juramentos o culto de seu nome, tanto maior diligência se deve aplicar para que não contenham nem afronta nem menosprezo em vez de culto. Não é uma afronta leve fazer-se por ele falso juramento, donde também na lei se chama *isso* ***profanação*** [Lv 19.12]. Ora, que resta ao Senhor quando se vê despojado de sua verdade? Então deixa de ser Deus. Pois é de fato despojado, quando é constituído sufragador e aprovador do *que é* falso. Portanto Josué, quando quis forçar Acã à confissão da verdade**,** insta: Filho meu, dá glória ao Senhor de Israel" [Js 7.19], implicando, obviamente, que o Senhor é gravissimamente ultrajado, se por ele se jura falso.

Nem é de admirar, pois não é por omissão nossa que, de certa forma, não se lhe atribui falsidade ao sagrado nome.

Que esta forma de expressão – "dá glória a Deus" – foi usada entre os judeus sempre que alguém era chamado a pronunciar um juramento, é evidente *à luz* de semelhante invocação *de Deus* como testemunha de que fazem uso os fariseus no Evangelho de João [9.24]. A este acautelamento nos previnem *outras* fórmulas que se usam nas Escrituras: "Vive o Senhor" [1Sm 14.39]; "Faça-me isto o Senhor e estas *coisas* acrescente ele" [1Sm 14.44; 2Sm 3.9; 2Rs 6.31]; "Deus seja testemunha contra a minha alma" [2Co 1.23], que sugerem que não podemos invocar a Deus *por* testemunha de nossa palavra, sem que roguemos nos seja *ele* o vingador do falso juramento, se estamos a enganar.

25. O juramento leviano, supérfluo ou temerário

Torna-se aviltado e vulgar o nome de Deus quando se aplica a juramentos de fato verdadeiros, contudo desnecessários, pois que também nesse caso é tomado em vão. Portanto, não terá sido suficiente abster-se do falso juramento, se não nos lembrarmos ao mesmo tempo de que o juramento foi permitido e instituído não em função de capricho ou desejo, mas de necessidade, e por isso aparta-se de seu uso lícito quem se apropria dele por cousas não necessárias. Ora, outra necessidade não se pode pretender senão onde haja de servir-se ou à piedade ou ao amor.

Nesta matéria, hoje se peca demasiado desbragadamente, e ainda mais intoleravelmente, porque, em razão do próprio costume, deixa de imputar-se como delito *o* que, indubitavelmente, não se estima em pouco diante do tribunal de Deus. Pois, por toda parte profana-se indiscriminadamente o nome de Deus em colóquios banais, sem considerar ser isto um mal, porquanto se tem chegado ao domínio de tão crassa improbidade mediante longa e não punida ousadia. Entretanto, o mandamento do Senhor permanece inalterado, firme permanece a sanção, e seu efeito haverá *ela* de alcançar algum dia, *sanção* em virtude da qual se proclama certa punição especial contra aqueles que tenham usado seu nome em vão.

Peca-se também em outro aspecto: porque, com manifesta impiedade, substituímos no lugar de Deus os santos, seus servos, visto que assim transferimos a eles a glória da Deidade. Pois, nem é sem razão que o Senhor preceituou, mediante injunção especial, *a saber*, jurar por seu nome [Dt 6.13; 10.20] e através de edito especial, proibindo que sejamos ouvidos jurando por deuses estranhos [Ex 23.13]. E o mesmo testifica o Apóstolo claramente quando escreve que os homens invocam nos juramentos um superior a si mesmos, *e que* Deus, porque não tinha *alguém* maior do que sua glória, jurou por si mesmo [Hb 6.13, 16, 17].

26. Cristo, em Mateus 5.34-37, não proíbe todo e qualquer juramento

Os anabatistas, não contentes com esta moderação de juramento, execram a todos *os juramentos* sem exceção, porquanto *a seu ver* a proibição de Cristo é total: "Eu vos digo, de modo algum jureis; ao contrário, seja vossa palavra: sim, sim, não, não. O que passa disso, procede do Maligno" [Mt 5.34]. Desta maneira, entretanto, investem inconsideradamente contra Cristo, fazendo-o opositor ao Pai, como se houvesse descido à terra a fim de cancelar seus decretos. Com efeito, na lei o Deus Eterno não só permite o juramento como coisa legítima, *o* que de si deveria ser suficiente, mas inclusive o ordena em *caso de* necessidade [Ex 22.11]. Cristo, porém, afirma que ele é um com o Pai [Jo 10.30], que outra coisa não outorga senão *o* que o Pai ordenara [Jo 10.18], que seu ensino não é de si mesmo [Jo 7.16] etc.

E então? Porventura farão a Deus contrário a si *próprio*, de modo que em seguida haja de proibir e condenar *o* que uma vez aprovara, preceituando-*o* no proceder *humano*? Entretanto, por haver nas palavras de Cristo alguma dificuldade, ponderemo-las por uns breves instantes. Aqui, porém, jamais alcançaremos a verdade, a menos que fixemos os olhos no intento de Cristo e voltemos a atenção para aquilo que aí trata. Ele não teve o propósito de ou relaxar ou restringir a lei, mas de reconduzi-la ao verdadeiro e genuíno significado, que tinha sido assaz corrompido pelas falsas invenções dos escribas e fariseus.

Se temos isto em mente, não haveremos de pensar que Cristo haja condenado totalmente aos juramentos, mas somente aqueles que transgridem a norma da lei. Das próprias *palavras* se faz patente que o povo então de nada habitualmente se guardava senão de juramentos falsos, enquanto a lei proíbe não só a estes, mas ainda os juramentos banais e supérfluos. Portanto, o Senhor, o mais seguro intérprete da lei, adverte que é mau não apenas jurar falsamente, mas até mesmo o *simples* jurar. Jurar como? Certamente, *jurar* em vão. Mas, os juramentos que se recomendam na lei *ele os* deixa intactos e desimpedidos.

Não obstante, a seus próprios olhos têm razão, fazendo finca pé naquele "de modo algum", que entretanto não se refere ao termo "jurar", mas às formas de juramentos anexas em seguida. Ora, também esta era uma parcela de *seu* erro: pensar que não tocavam no nome de Deus enquanto juravam pelo céu e *pela* terra. Portanto, após o principal exemplo de transgressão, também o Senhor lhes decepa todos os subterfúgios, para que não imaginem que tenham conseguido contornar *a questão* se, omitido o nome de Deus, invocassem o céu e a terra. Importa, ademais, também aqui notar-se de passagem o seguinte: embora não se profira o nome de Deus, contudo os homens juram por ele por meios indiretos, como quando juram pela luz vital, pelo pão com que se alimentam, pelo seu batismo, ou *por* quaisquer outros penhores da divina munificência para com eles.

Com efeito, nem nesta passagem [Mt 5.34, 35], proibindo jurar pelo céu e *pela*

terra e *por* Jerusalém, está Cristo a corrigir a superstição, como pensam alguns, erroneamente. Pelo contrário, ele está antes a refutar a sofística sutileza daqueles que supunham em nada ser fútil proferir juramentos indiretos, como se *assim* poupassem o sagrado nome de Deus que, no entanto, foi gravado em cada um de seus benefícios.

É outra questão quando se coloca no lugar de Deus ou algum mortal, ou um morto, ou um anjo, exatamente como entre as pessoas profanas a adulação cogitou aquela fórmula nauseabunda: Pela vida ou pelo gênio do Rei, porquanto, então, a falsa apoteose obscurece e diminui a glória do Deus único. Entretanto, quando outro não é o propósito senão buscar do sagrado nome de Deus confirmação de *nossas* palavras, embora isto se faça indiretamente, em todos os juramentos frívolos sua majestade é ultrajada. Proibindo "de modo algum" jurar, Cristo despoja esta prática desregrada de *seu* vão pretexto. Ao mesmo *propósito* se inclina também Tiago [5.12], usando essas palavras de Cristo que citei, porquanto no mundo sempre grassou essa temeridade, a qual, no entanto, constitui uma profanação do nome de Deus. Ora, se aplicas à substância a expressão "de modo algum", como se de fato, sem nenhuma exceção, fosse ilícito todo e qualquer juramento, a que propósito *serviria* a explicação que se adiciona logo em seguida: "Nem pelo céu, nem pela terra" etc., *palavras* mediante as quais se patenteia sobejamente lançar-se mão de subterfúgios do quê pensavam os judeus atenuar-se-lhes o erro?

27. O juramento permitido: necessário, reverente, condigno

E assim já não pode ser ambíguo aos juízos sadios que nesta passagem *de Mateus referida* o Senhor desaprovou somente aqueles juramentos que foram proibidos pela lei. Ora, mesmo *Aquele* próprio, que na vida exibiu um exemplo da perfeição que ensinava, não se furtou aos juramentos sempre que as circunstâncias *os* requeriam e os discípulos, que não temos dúvida em tudo obedeceram a seu Mestre, seguiram o mesmo exemplo. Quem ousaria dizer que Paulo haveria de ter jurado, se o juramento fora inteiramente proibido? Com efeito, onde a situação assim exigiu, jura sem qualquer escrúpulo, adicionada até mesmo, às vezes, uma imprecação [Rm 1.9; 2Co 1.23].

Entretanto, a questão ainda não está encerrada, uma vez que alguns julgam que desta proibição se eximem só os juramentos públicos, que são *os* que prestamos, conferindo-*os* e exigindo-*os* um magistrado, os quais os príncipes também costumam usar na ratificação de tratados, ou o povo, quando jura em nome do príncipe, ou o soldado, quando é obrigado por um juramento de serviço militar, e assim por diante. A esta categoria se aplicam também, e com razão, *os juramentos* que se encontram em Paulo com o fim de afirmar a dignidade do evangelho, visto que os apóstolos, em sua função, não são cidadãos privados, mas ministros públicos de Deus.

E, naturalmente, não nego que esses são os mais seguros, porquanto se respal-

dam em testemunhos mais firmes da Escritura. Prescreve-se que o magistrado em matéria dúbia obrigue a testemunha a juramento; esta, por sua vez, a responder com juramento. E o Apóstolo diz [Hb 6.16] que as controvérsias humanas se resolvem com este recurso. Neste mandamento têm ambos, *o magistrado e a testemunha*, firme aprovação de seu proceder. Ademais, pode-se observar que também entre os pagãos antigos o juramento público e solene foi tido em grande reverência; os *juramentos* comuns, que faziam indiscriminadamente, foram reputados ou por nada, ou não tão importantes, como se pensassem *que* neles a majestade de Deus não interveria.

Na verdade, seria assaz perigoso condenar os juramentos particulares que, em coisas necessárias, se empregam sóbria, santa *e* reverentemente, os quais se apóiam não só na própria razão, mas também em exemplos. Ora, se aos indivíduos é lícito entre si invocar a Deus *como* Juiz [1Sm 24.12] em coisa grave e séria, muito mais *o será como* testemunha. Teu irmão te acusará de improbidade. Por um dever de caridade, te esforçarás por te provares *ser* inocente. Ele não se dará por satisfeito com nenhuma justificativa *tua*. Se tua reputação vem a descrédito por causa de sua obstinada maldade, sem ofensa apelarás para o julgamento de Deus a fim de que em tempo manifeste *ele* tua inocência. Se pesados são os termos, invocar por testemunha é menos *que invocar como juiz*. Não vejo, portanto, por que aqui chamaríamos de ilícita a invocação *de Deus* por testemunha.

Nem faltam muitos exemplos. Se o juramento de Abraão e Isaque com Abimeleque [Gn 21.24; 26.31] se alega como de caráter público, com certeza, porém, Jacó e Labão eram *indivíduos* particulares, os quais, *no entanto*, estabelecem um pacto entre si mediante juramento mútuo [Gn 31.53, 54]. Boaz era *cidadão* particular, que confirmou da mesma forma o desposório prometido a Rute [3.131. Obadias era *cidadão* particular, homem justo e temente a Deus, que declara com juramento *aquilo de* que deseja persuadir a Elias [1Rs 18.10].

Conseqüentemente, não tenho nenhuma regra melhor, senão que assim moderemos *nossos* juramentos, para que não sejam temerários, nem indiscriminados, nem caprichosos, nem frívolos, mas, ao contrário, sirvam a justa necessidade, onde de fato, ou tenha de vindicar-se a glória do Senhor, ou promover a edificação de um irmão. Pois, para este fim unicamente nos foi dado o mandamento.[172]

O QUARTO MANDAMENTO

“LEMBRA-TE DO DIA DE SÁBADO PARA QUE O SANTIFIQUES. POR SEIS DIAS TRABALHARÁS E FARÁS TODAS AS TUAS OBRAS. NO SÉTIMO DIA, PORÉM, É O DESCANSO DO SENHOR, TEUS DEUS. NÃO FARÁS NELE OBRA ALGUMA” ETC. [EX 20.8-11]

172. Primeira edição: “[o a] que contemple [este] mandamento da Lei.”

28. TEOR E APLICAÇÃO DO QUARTO MANDAMENTO

O fim deste mandamento é que, mortos para *nossos* próprios interesses e obras, meditemos no Reino de Deus e a essa meditação nos apliquemos com os meios por ele estabe1ecidos. Contudo, uma vez que tem *este mandamento* uma consideração peculiar e distinta dos outros, requer *ele* ordem de exposição um pouco diferente. Costumam os antigos chamá-lo *um mandamento* prefigurativo, porque contém a observância externa de um dia, a qual foi abolida, com as demais figuras, na vinda de Cristo, *o* que certamente é por eles dito com verdade, mas ferem a questão apenas pela metade. Por isso tem-se de buscar uma exposição mais profunda e levar em consideração três causas pelas quais, a mim *me* parece ficar patente, *eles* têm observado este mandamento.

Primeira, pois o celeste Legislador quis que sob o descanso do dia sétimo prefigurasse ao povo de Israel um repouso espiritual, pelo qual devem os fiéis descansar de *suas* próprias atividades para que deixem Deus neles operar. Segunda, quis *ele* que um dia fosse estabelecido no qual se reunissem para ouvir a lei e realizar os atos de culto, ou, pelo menos, o qual consagrassem particularmente à meditação de suas obras, de sorte que, por esta rememoração, fossem exercitados à piedade. Terceira, ordenou um dia de repouso no qual se concedesse aos servos e aos que vivem sob o domínio de outros para que tivessem alguma relaxação de *seu* labor.

29. A IMPORTÂNCIA DO SÁBADO E SEU SENTIDO ESPIRITUAL

Contudo, somos ensinados em muitas passagens que essa prefiguração do descanso espiritual teve o lugar principal no sábado. Com efeito, de quase nenhum mandamento mais severamente o Senhor exige obediência. Quando, nos profetas, quer dar a entender que toda a religião está subvertida, queixa-se *Deus* de que seus sábados *foram* profanados, violados, não observados, não santificados, como se, posta de lado esta deferência, nada mais restasse em que pudesse ser honrado [Is 56.2; Jr 17.21-23, 27; Ez 20.12, 13; 22.8; 23.38].

A observância cumula-lhe os mais sublimados encômios, donde também os fiéis, entre os demais oráculos, estimavam sobremaneira a revelação do sábado. Pois assim falam os levitas em Neemias [9.14], na assembléia solene: "Deste a conhecer a nossos pais teu santo sábado; mandamentos, e cerimônias, e a lei lhes deste pela mão de Moisés." Vês como *o sábado* é tido de singular dignidade entre todos os mandamentos da lei. Estes *preceitos* todos servem para exalçar a dignidade do mistério, que é mui esplendidamente expresso por Moisés e Ezequiel. Assim tens no Êxodo [31.13, 14, 16, 17a]: "Vede que guardeis meu sábado, porque é um sinal entre mim e vós, em vossas gerações, para que saibais que Eu sou o Senhor, que vos santifico. Guardai o sábado, pois *ele* é santo para vós." "Guardem o sábado os filhos de Israel, e o celebrem em suas gerações; é um pacto sempiterno entre mim e os

filhos de Israel, e um sinal perpétuo." Ora, ainda mais destacadamente *o reitera* Ezequiel, cuja suma, entretanto, é esta: que *o sábado* fosse por sinal pelo qual Israel pudesse conhecer que Deus lhe era o santificador [Ez 20.12].

Se nossa santificação se patenteia na mortificação da própria vontade, então mui adequada correspondência se oferece do sinal externo com a própria realidade interior. Importa que nos desativemos totalmente, para que Deus opere em nós, abrindo mão de nossa vontade, resignando o coração, de *seus* apetites abdicando toda a carne. Enfim, impõe-se abster-nos de todas as atividades de *nosso* próprio entendimento, para que, tendo a Deus operando em nós [Hb 13.21], nele descansemos, como também *o* ensina o Apóstolo [Hb 4.19].

30. O SENTIDO TIPOLÓGICO DO SÉTIMO DIA

A observância de um dia dentre *cada* sete representava aos judeus esta cessação perpétua *de atividades*, a qual, para que fosse cultivada com religiosidade maior, o Senhor a recomendou com seu *próprio* exemplo. Pois é de não somenos valia para aquecer o zelo do homem que saiba estar trilhando à imitação do Criador.

Se alguém procura algum sentido secreto no número ***sete***, uma vez que na Escritura este é o número da perfeição, não sem causa foi *ele* escolhido para expressar perpetuidade. Ao que também confirma isto: que Moisés põe termo à descrição da sucessão de dias e noites com o dia em que narra haver o Senhor descansado de suas obras. Pode-se também apresentar outro significado provável do número, isto é, que o Senhor *assim* indicou que o sábado nunca haverá de ser absoluto até que tenha chegado o último dia. Pois aqui começamos nosso bem-aventurado descanso nele, *descanso* em que fazemos diariamente novos progressos. Mas, porque ainda incessante é a luta com a carne, não se haverá de consumar antes que se cumpra aquele *vaticínio de* Isaías [66.23], enquanto a lua nova for continuada por lua nova, sábado por sábado, até quando, na verdade, Deus vier a ser tudo em todas as coisas [1Co 15.28].

Portanto, pode parecer que, mediante o sétimo dia, o Senhor tenha delineado a seu povo a perfeição futura de seu sábado no Último Dia, a fim de que, pela incessante meditação do sábado, a esta perfeição aspirasse por toda a vida.

31. CRISTO, O PLENO CUMPRIMENTO DO SÁBADO

Se a alguém desagrada esta interpretação do número como sendo por demais sutil, nada impeço a que *a* tome em termos mais simples, *a saber*: que o Senhor estabeleceu um dia determinado em que o povo se exercitasse, sob a direção da lei, a meditar na incessabilidade do descanso espiritual; que *Deus* designou o sétimo *dia*, ou porque previa ser o mesmo suficiente *para isso*, ou para que, proposta uma imitação de seu exemplo, melhor estimulasse o povo, ou, na realidade, *o* exortasse a

não atentar para o sábado com outro *propósito* senão que *o* conformasse a seu Criador. Ora, pouco interessa *que interpretação se adote*, desde que subsista o mistério que principalmente se delineia: *o* referente ao perpétuo descanso de nossos labores.

A contemplar isto, os Profetas reiteradamente revocavam os judeus, para que não pensassem haver-se desincumbido *da obrigação do sábado* com a *simples* cessação física *do trabalho*. Além das passagens já referidas, assim tens em Isaías [58.13, 14]: "Se apartares do sábado teu pé, para que não faças tua vontade em meu santo dia, e ao sábado chamares deleitoso e *o dia* santo do Senhor glorioso, e o glorificares, não seguindo teus caminhos e não fazendo tua vontade, de sorte que fales *tua* palavra, então te deleitarás no Senhor" etc.

Mas, não há dúvida de que pela vinda do Senhor *Jesus* Cristo *o* que era aqui cerimonial foi abolido. Pois ele é a verdade, por cuja presença se desvanecem todas as figuras; o corpo, a cuja visão são deixadas para trás as sombras. Ele é, digo-*o*, o verdadeiro cumprimento do sábado. Com ele, sepultados através do batismo, fomos enxertados na participação de sua morte, para que, participantes de *sua* ressurreição, andemos em novidade de vida [Rm 6.4]. Por isso, escreve o Apóstolo em outro lugar que o sábado tem sido uma sombra da realidade futura, *e* que o corpo, isto é, a sólida substância da verdade, que bem explicou naquela passagem, está em Cristo [Cl 2.17]. Esta não consiste em apenas um dia, mas em todo o curso de nossa vida, até que, inteiramente mortos para nós mesmos, nos enchamos da vida de Deus. Portanto, que esteja longe dos cristãos a observância supersticiosa de dias.

32. Ainda que cancelado, há no sábado aspectos vigentes

Com efeito, por isso é que nas velhas sombras não se devem numerar as duas causas posteriores *que se enfeixam neste mandamento*; ao contrário, convêm *elas*, igualmente, em todos os séculos, ainda que o sábado esteja cancelado, entre nós, não obstante, ainda tem lugar isto: *primeiro*, que nos congreguemos em dias determinados para ouvir a Palavra, para partir o pão místico, para as orações públicas; segundo, para que se dê aos servos e aos operários relaxação de seu labor.

Paira além de dúvida que, na preceituação do sábado, o Senhor teve em mira a ambas. Sobejo testemunho tem a primeira, mesmo *que seja* só no uso dos judeus. A segunda gravou-a Moisés no Deuteronômio, nestas palavras: "Para que descanse teu servo, e tua serva, assim como também tu; lembra-te de que também tu mesmo foste servo no Egito" [Dt 5.14, 15]. De igual modo, no Êxodo: "Para que descanse *teu* boi e teu jumento e tome alento o filho de tua serva" [Êx 23.l2]. Quem há de negar que uma e outra nos convém, exatamente como *convinha* aos judeus?

Reuniões de Igreja nos são preceituadas pela Palavra de Deus, e sua necessidade *nos* é suficientemente assinalada pela própria experiência da vida. Como se podem *elas* realizar, a não ser que tenham sido promulgadas e tenham seus dias estabeleci-

dos? Segundo a postulação do Apóstolo [1Co 14.40], todas *as coisas* entre nós devem ser feitas decentemente e com ordem. Tão longe, porém, está de que se possa conservar a decência e a ordem, a não ser mediante esta organização e regularidade, as quais, se se desfazem, sobre a Igreja pairam mui presente perturbação e ruína. Pois se a mesma necessidade pesa sobre nós, em socorro da qual o Senhor constituíra o sábado para os judeus, ninguém alegue que ele não nos diz respeito. Ora, nosso providentíssimo e indulgentíssimo Pai quis prover à nossa necessidade, não menos que *à* dos judeus.

Por que, dirás, não nos congregamos antes diariamente, de sorte que, dessa forma, se ponha termo à distinção de dias? Prouvera que, de fato, isto se *nos* concedesse! E, por certo, a sabedoria espiritual era digna de que se lhe reservasse diariamente alguma porçãozinha do tempo. Mas, se pela fraqueza de muitos não se pode conseguir que se realizem reuniões diárias, e a norma da caridade não permite deles exigir mais, por que não obedeçamos à norma que nos foi imposta pela vontade de Deus?

33. O ESPÍRITO E FUNÇÃO DA OBSERVÂNCIA DO DOMINGO

Sou compelido a estender-me um pouco mais aqui, porque alguns espíritos inquietos estão hoje a causar tumulto por causa do Dia do Senhor. Acusam o povo cristão de ser nutrido no judaísmo, porquanto retém certa observância de dias. Eu, porém, respondo que estes dias são por nós observados aquém do judaísmo, porque nesta matéria diferimos dos judeus por larga diferença. Pois, não *o* celebramos como uma cerimônia *revestida* com a mais estrita religiosidade, pela qual pensamos representar-se um mistério espiritual. Pelo contrário, tomamo-*lo* como um remédio necessário para reter-se ordem na Igreja.

Ademais, Paulo ensina que os cristãos não devem ser julgados por sua observância, uma vez ser *ela mera* sombra da realidade futura [Cl 2.16, 17]. Por isso, arreceia-se de que haja trabalhado em vão entre os gálatas, porque ainda observavam dias [Gl 4.10, 11]. E aos romanos declara ser supersticioso se alguém julga entre dia e dia [Rm 14.5]. Quem, entretanto, exceto estes desvairados somente, não vê que observância o Apóstolo tinha em mente? Pois, *aqueles a quem se dirigia* não contemplavam neste propósito a ordem política e eclesiástica; antes, como retivessem *os sábados e dias de guarda* como sombras das coisas espirituais, obscureciam em extensão correspondente a glória de Cristo e a luz do evangelho. Abstinham-se dos labores manuais não por outra razão senão para que fossem embaraços aos sacros estudos e meditações; e assim, com uma certa devoção, sonhavam que, ao observá-lo, estavam a rememorar mistérios dantes recomendados. Contra esta antagônica distinção de dias, digo-o, investe o Apóstolo, não contra a legítima opção que serve à paz da sociedade cristã. Com efeito, nas igrejas por ele estabelecidas, o sábado era mantido para este propósito. Ora, prescreve *ele* esse dia aos coríntios,

para que se coletem ofertas a fim de serem socorridos os irmãos hierosolimitanos [1Co 16.2].

Se *porventura* se teme superstição, muito mais perigo havia nos dias de guarda judaicos, nos dias do Senhor, do que agora observam os cristãos. Pois, visto que para suprimir-se a superstição se impunha isto, foi abolido o dia sagrado observado pelos judeus; e como era necessário para se conservarem o decoro, a ordem e a paz na Igreja, designou-se outro *dia, o domingo* para este fim.

34. O GENUÍNO SENTIDO DO DOMINGO

Contudo, não foi sem alguma razão que os antigos escolheram o dia do domingo para pô-lo no lugar do sábado.[173] Ora, como na ressurreição do Senhor está o fim e cumprimento daquele verdadeiro descanso que o antigo sábado prefigurava, os cristãos são advertidos pelo próprio dia que pôs termo às sombras a não se apegarem ao cerimonial envolto em sombras. Nem a tal ponto, contudo, me prendo ao número sete que obrigue a Igreja à sua servidão, pois nem haverei de condenar as igrejas que tenham outros dias solenes para suas reuniões, desde que se guardem da superstição. Isto ocorrerá, se se mantiver a observância da disciplina e da ordem bem regulada.

A síntese *do mandamento* é: como aos judeus a verdade era comunicada sob prefiguração, assim ela, em primeiro lugar, nos é outorgada sem sombras, para que por toda a vida observemos um perpétuo sabatismo de nossos labores, a fim de que o Senhor em nós opere por seu Espírito; em segundo lugar, para que cada um, individualmente, sempre que disponha de lazer, se exercite diligentemente na piedosa reflexão das obras de Deus. Então, ainda, para que todos a um tempo observemos a legítima ordem da Igreja, constituída para ouvir-se a Palavra, para a administração dos sacramentos, para as orações públicas. Em terceiro *lugar*, para que não oprimamos desumanamente os que nos estão sujeitos.

E assim se desvanecem-se as mentiras dos falsos profetas, os quais, em séculos transatos, imbuíram o povo de uma opinião judaica, asseverando que nada mais foi cancelado senão *o* que era cerimonial neste mandamento, *com isto entendem em seu linguajar a fixação do dia sétimo*, mas remanescer *o* que é moral, isto é, a observância de um dia na semana. Com efeito, isto outra *coisa* não é senão mudar o dia por despeito aos judeus *e* reter em mente a mesma santidade do dia, uma vez que ainda nos permanece nos dias sentido de mistério igual *ao* que tinha lugar entre os judeus. E de fato vemos que proveito têm fruído com tal doutrina, pois quantos deles se apegam às estipulações superam três vezes aos judeus em sua crassa e carnal superstição de sabatismo, de sorte que as reprimendas que lemos em Isaías [1.13-15; 58.13] nada menos lhes convêm hoje que àqueles a quem o Profeta increpava em seu tempo.

---

173. Primeira edição: “Contudo, não sem ponderável discrimação substituíram os antigos em lugar do sábado o dia que chamamos domingo.”

Contudo, importa manter-se, principalmente, o ensino geral: para que a religião não pereça ou enlanguesça entre nós, devem ser realizadas diligentemente as reuniões sagradas e deve dar-se atenção aos meios externos que servem para fomentar o culto divino.

O QUINTO MANDAMENTO

"HONRA A TEU PAI E A TUA MÃE, PARA QUE TENHAS LONGA VIDA SOBRE A TERRA QUE O SENHOR, TEU DEUS, TE DÁ"
[Ex 20.12]

35. TEOR E APLICAÇÃO DO QUINTO MANDAMENTO

A finalidade *deste mandamento* é: uma vez que ao Senhor Deus apraz a manutenção do que dispôs, importa que nos sejam invioláveis os graus de eminência por ele ordenados. A síntese, portanto, será: que usemos de deferência para com *aqueles* que o Senhor nos fez superiores e os tenhamos em honra, em obediência e em grato reconhecimento. Donde se segue a proibição: que não denigremos nada de sua dignidade, quer por desdém, quer por contumácia, ou por ingratidão.

Ora, o termo ***honra*** assim se patenteia amplamente na Escritura. Por exemplo, quando o Apóstolo diz [1Tm 5.17] que os presbíteros que presidem bem sejam dignos de dobrada honra, entende que se lhes deve não somente reverência, mas ainda a remuneração que seu ministério merece. Mas, visto que este mandamento referente a *nossa* sujeição *aos superiores* se põe fortemente em conflito com a depravação do espírito humano, que por isso é *ele* intumescido do anseio de exaltação, a contragosto se deixa sujeitar, foi proposta por exemplo *essa forma de* superioridade a qual, por natureza, é mais para estimar-se e menos para invejar-se**,** porque *assim* podia mais facilmente abrandar e dobrar nosso ânimo ao hábito de submissão. Logo, o Senhor gradualmente nos acostuma a toda legítima sujeição mediante essa *forma* que é a mais fácil de tolerar-se, uma vez que, de todas, a razão é a mesma.

Com efeito, compartilha seu nome com aqueles a quem atribui eminência, até onde se faz necessário para que ela seja preservada. A ele tão-somente convém, *segundo a Escritura*, os títulos ***Pai, Deus*** e ***Senhor***, de modo que, sempre que ouvirmos qualquer um deles, nosso entendimento seja tocado com o senso de sua majestade. Portanto, *aqueles* a quem faz participantres desses *títulos* ilumina-os como que com uma centelha de seu fulgor, de sorte que sejam, cada um, dignos de honra em conformidade com sua posição *de eminência*. Desse modo, *aquele* que nos é *pai*, é próprio reconhecer nele algo divinal, porquanto não sem causa é portador do título divino. *De igual modo, aquele* que é um príncipe, *ou aquele* que é um senhor, tem com Deus alguma comunhão de honra.

36. O PRINCÍPIO GERAL, ILUSTRADO NA REVERÊNCIA PARA COM OS PAIS

Em vista desse fato, não deve ser ambíguo que o Senhor aqui estatui uma regra universal, isto é, conforme tomamos conhecimento de que, por *sua* ordenação, alguém nos foi posto como superior, que o honremos com reverência, obediência e reconhecimento, e com quantas formas de servi-lo pudermos. Nem vem ao caso se *aqueles* a quem esta honra se defere são dignos ou indignos, porquanto, não importa o que sejam, afinal não alcançaram esta posição, entretanto, sem a providência de Deus, em função da qual o próprio Legislador quis que fossem honrados.

Contudo, preceituou expressamente acerca da reverência de *nossos* pais, que nos trouxeram a esta vida, com o que nos deve ensinar, de certa maneira, a própria natureza. Pois são monstros, não seres humanos, os que infringirem o poder paterno por desrespeito ou insubordinação! Por isso, o Senhor ordena que sejam mortos todos os insubmissos aos pais, como indignos do benefício da luz, já que não reconhecem *àqueles* por cuja obra a têm alcançado.

E, de fato, de variadas complementações da lei se evidencia ser verdadeiro *o* que acabamos de assinalar, *ou, seja*: que há três expressões da honra de que aqui se fala, *a saber*: ***reverência, obediência*** e ***reconhecimento***. A primeira *dessas, a reverência*, o Senhor a sanciona quando preceitua que seja entregue à morte *aquele* que maldisser ao pai ou à mãe [Ex 21.17; Lv 20.9; Pv 20.20], uma vez que aí castiga o menosprezo e a insolência. A segunda, *a obediência, sanciona-a* quando decreta a pena de morte contra *os filhos* contumazes e rebeldes [Dt 21.18-21]. Diz respeito à terceira *a gratidão ou reconhecimento, o* que Cristo diz: que é do mandamento de Deus que façamos o bem a *nossos* pais [Mt 15.4-6]. E quantas vezes Paulo faz menção deste mandamento, entende que nele se requerer obediência [Ef 6.1-3; Cl 3.20].

37. A PROMESSA ANEXA AO QUINTO MANDAMENTO

Anexa-se a promessa, à guisa de recomendação, *para* que mais advirta quão agradável é a Deus a submissão que aqui se nos prescreve. Ora, Paulo aplica este aguilhão a espicaçar-nos o torpor, quando diz que este é o primeiro mandamento com promessa [Ef 6.2], se bem que a promessa que *a* precedeu na primeira tábua não foi especial e exclusiva de um mandamento único, mas, ao contrário, se estendia a toda a lei.

Na verdade, esta *promessa* deve ser assim entendida: o Senhor estava falando privativamente aos israelitas a respeito da terra que lhes havia prometido em herança. Portanto, se a posse da terra era um penhor da benignidade divina, não nos admiremos se o Senhor quisesse atestar sua graça em prometendo longevidade de vida, mediante a qual acontecia que se colhesse o fruto diário de seu benefício. Logo, o sentido é: “Honra *a teu* pai e *a tua* mãe, para que, pela longa extensão da

vida, te seja concedido fruir duradouramente desta posse da terra que te haverá de ser por testemunho de minha graça."

Ademais, porque a terra toda foi abençoada para os fiéis, com razão contamos a presente vida entre as bênçãos de Deus. Por isso, esta promessa diz respeito, de igual modo, a nós, isto é, na medida em que a duração da presente vida nos é um atestado da divina benevolência. Pois, não é ela prometida a nós, ou foi prometida aos judeus, como se em si contivesse bem-aventurança, mas porque aos piedosos é costumeiramente um sinal da divina complacência.

Isto posto, se acontece, *o* que não é raro, que um filho obediente aos pais é arrebatado à vida antes da idade madura, *a despeito disso* está o Senhor a perseverar persistentemente no cumprimento de sua promessa, não menos que se contemplasse com cem geiras de terra aquele a quem havia prometido apenas uma. Tudo nisto se situa: que reflitamos ser prometida vida longa até onde *ela* é uma bênção de Deus, que é, de fato, uma bênção até onde é evidência da graça divina, que ele atesta a seus servos, e deveras *o* demonstra, infinitamente mais copiosa e substancialmente, pela morte.

38. A MALDIÇÃO IMPLÍCITA NA DESOBEDIÊNCIA AO QUINTO MANDAMENTO E QUALIFICAÇÃO DA OBEDIÊNCIA REQUERIDA

Ademais, enquanto o Senhor promete a bênção da presente vida aos filhos que tenham honrado aos pais com a consideração que convém, ao mesmo tempo acena que mui certa maldição defronta a todos os *filhos* contumazes e desobedientes. Para que isto não careça de execução, mediante sua lei pronuncia-os passíveis à sentença de morte e a respeito deles manda *que* se exerça punição. Se escapam ao juízo, *ele* próprio *lhes* provê o castigo, de qualquer modo que seja. Pois vemos quão grande número desta espécie de homens perece ou em combates ou em rixas; outros, *porém*, são afligidos de maneiras insólitas; quase todos são por prova de que esta ameaça não é vã. Se bem que *há os* que escapam até extrema velhice. Uma vez que, privados da bênção de Deus, nesta vida vegetam nada menos que miseravelmente e se reservam para maiores castigos no futuro, mui longe está de que se façam participantes da bênção prometida aos filhos piedosos.

Mas, isto deve ser também assinalado de passagem: que se nos ordena obedecer-lhes somente ***no Senhor*** [Ef 6.1]. Nem equivale isto obscurecer o fundamento previamente lançado, pois eles têm autoridade sobre nós enquanto Deus os tiver estabelecido nela, comunicando-lhes uma parte da honra que lhe é devida.[174] Portanto, a sujeição que para com eles é exibida deve ser um passo para que o Pai Supremo seja contemplado com essa honra. Portanto, se nos instigam à transgres-

174. Primeira edição: "pois ocupam esta posição, à qual os elevou o Senhor, com eles compartilhada uma parcela de Sua honra."

são da lei, então, com justiça, não devem ser por nós tidos *por* pais, mas *por* estranhos, que nos estão tentando afastar da obediência do verdadeiro Pai. Assim se deve considerar em relação aos príncipes, aos senhores e a todo gênero de superiores *nossos*. Pois seria coisa indigna e fora de razão que sua autoridade seja exercida para rebaixar a alteza e majestade de Deus; já que, dependendo da *autoridade* divina deve guiar-nos e encaminhar-nos a ela.[175]

O SEXTO MANDAMENTO

"NÃO MATARÁS" [EX 20.13]

39. TEOR E APLICAÇÃO DO SEXTO MANDAMENTO

A finalidade do mandamento é: Visto que o Senhor vinculou o gênero humano como que por uma unidade *precisa*, a cada um deve ser delegada a preservação de todos. Em suma, é-nos, portanto, proibida toda violência e brutalidade, e, de um modo geral, toda e qualquer ação deletéria pela qual venha a sofrer dano o corpo do próximo. Conseqüentemente, inculca-se-nos aplicá-lo fielmente, se algo em nosso poder é de valia para proteger a vida do próximo, buscar *o* que lhe contribui para a tranqüilidade, sermos vigilantes em desviar *dele* as coisas deletérias, dar-lhe ajuda, caso esteja em alguma situação de perigo.

Se tens em lembrança que Deus está assim a falar *como* o Legislador, pondera, ao mesmo tempo, que por esta norma *ele* quer regular-te a a1ma. Pois seria risível que esse que esquadrinha as *próprias* cogitações do coração *humano* e nelas particularmente se detém, nada mais instruísse à verdadeira justiça senão o corpo. Portanto, por esta lei não só se proíbe o homicídio do coração, mas também se prescreve a disposição interior de conservar-se a vida de um irmão. A mão, de fato, perpetra o homicídio; concebe-o, porém, a mente, enquanto é impregnada pela ira e pelo ódio. Vê se te possas irar contra um irmão sem que ardas em desejo de ir à forra. Se não *te podes contra ele* irar, então nem mesmo odiá-lo, uma vez que o ódio outra *coisa* não é senão ira inveterada. Ainda que *o* dissimules e através de vãos subterfúgios tentes desembaraçar-te dele, onde está a ira ou o ódio, aí está a disposição maléfica. Se persistes em tergiversar, já foi pronunciado pela boca do Espírito que é homicida *aquele* que em seu coração odeia ao irmão [1Jo 3.15]; já foi pronunciado pela boca do Senhor *Jesus* Cristo que é passível a juízo *aquele* que se ira contra seu irmão, que é passível ao tribunal *aquele* que tenha dito: ***raca***; que é passível à Geena de fogo *aquele* que tenha dito: ***idiota*** [Mt 5.22].

175. Primeira edição: "Pois é afrontoso e irrazoável que a rebaixar a excelsitude de Deus prevaleça a eminência destes, [eminência] que, uma vez que depende daquela, portanto, para com ela nos deve conduzir."

40. A dupla razão que embasa ao sexto mandamento

Mas, a Escritura assinala dupla razão em que se assenta este mandamento: que o ser humano é não só a imagem de Deus, mas ainda nossa *própria* carne. Por isso, a não ser que apraza profanar a imagem de Deus, *devemos* considerá-lo sacrossanto; *e* a não ser que *apraza* despojar-*nos* de toda humanidade, devemos tratá-lo como *nossa* própria carne. A exortação *que nesta matéria* se há de derivar da redenção e da graça de Cristo será tratada em outro lugar.

Quis o Senhor que se levem em consideração estes dois *pontos implantados* inerentemente no ser humano, os quais no-lo induzissem à preservação: que não só lhe reverenciemos a imagem nele impressa, mas também *nele* abracemos nossa *própria* carne. Logo, não se furtou *necessariamente* ao crime de homicídio *aquele* que *simplesmente* se conteve do derramamento de sangue. Se em ato perpetras algo que seja contrário ao bem-estar de outrem, se em tentativa *o* tramas, se em desejo e intenção *o* concebes, és tido por culpado de homicídio. Ademais, a não ser que, na medida de *tua* capacidade e oportunidade, te esforces por protegê-lo, estás também a transgredir a lei com esta desumanidade. Ora, se tanto se diligencia acerca da incolumidade do corpo, infiramos disso quanto de zelo e esforço se deve em relação ao bem-estar da alma, que é ainda muito mais importante diante do Senhor.

O sétimo mandamento

“Não cometerás adultério” [Ex 20.14]

41. Teor e aplicação do sétimo mandamento

Seu propósito: visto que Deus ama a castidade e a pureza, importa que nos mantenhamos distância de toda impureza. A suma, portanto, é que não nos poluamos com qualquer imundície ou libidinosa incontinência. A isto corresponde o preceito afirmativo: que dirijamos todas as partes de nossa vida casta e continentemente. De uma maneira mais expressa proíbe a fornicação, à qual tende toda sorte de luxúria, a fim de que, pela natureza e desonestidade que consigo leva – que é mais acentuada e palpável nela, enquanto desonra o próprio corpo –, nos incite a detestar todo gênero de luxúria.[176]

Porquanto o ser humano foi criado com esta lei: que não viva uma vida solitária, ao contrário usufrua de um recurso que é seu por direito. Depois disso, pela maldição do pecado, se viu mais atrelado a esta necessidade. Neste aspecto, de acordo com nossa necessidade, o Senhor nos socorreu quando instituiu o matrimônio, cuja

176. Primeira edição: “Proíbe, porém, expressamente, a fornicação, a que tende toda concupiscência, para que, por sua natureza, que é mais crassa e mais palpável em que, de fato, até imprime ao corpo a [sua] mácula, nos conduza à abominação de toda concupiscência, qualquer que seja.”

união, consumada por sua autoridade, também santificou com sua bênção. Donde se deduz que diante dele não só é maldita toda e qualquer outra união fora do matrimônio, como também essa própria *união* conjugal foi ordenada como um remédio indispensável para que não nos atiremos a desenfreada concupiscência.

Portanto, não sejamos complacentes conosco mesmos, quando ouvirmos que um homem não pode coabitar com uma mulher fora do matrimônio, sem a maldição de Deus.

42. A condição da opção celibatária

Ora, uma vez que, mediante a condição de *nossa própria* natureza e em resultado da concupiscência acesa após a queda, a não ser *aqueles* a quem, em virtude de graça especial, Deus disso eximiu, somos duplamente compelidos ao intercurso da mulher, cada um veja *bem* o que lhe foi outorgado. A virgindade, reconheço-o, não é virtude que se despreze. Entretanto, visto que foi negada a uns e a outros concedida apenas por um tempo, *aqueles* que são atormentados pela incontinência e não podem levar a melhor no embate, recolham-se ao refúgio do matrimônio, para que cultivem assim a castidade na medida de sua vocação.

Ora, *aqueles* que não recebem este preceito [Mt 19.11], se não recorrem ao remédio proposto e concedido para sua incontinência, lutam com Deus e lhe resistem à ordenança. Nem é contra mim que alguém vocifera, *o* que hoje muitos fazem, *ou, seja*, que tudo pode, assistido pela ajuda de Deus. Pois a ajuda de Deus assiste apenas aos que andam em seus caminhos, isto é, em sua vocação, da qual se afastam todos *os* que, postos de lado os recursos de Deus, porfiam por superar e vencer suas necessidades mediante vã temeridade.

A continência é um dom especial de Deus e do gênero daqueles que se conferem não indiscriminadamente, nem ao corpo da Igreja como um todo, mas a poucos *de seus* membros, afirma o Senhor. Ora, destaca em primeiro *plano* certa classe de homens, que se castraram por causa do reino dos céus [Mt 19.12], isto é, para que *lhes* seja permitido dedicar-se mais desimpedida e livremente aos negócios do reino celeste. Mas, para que não pense alguém que tal castração está posta no poder do homem, já se mostrou pouco antes que nem todos são capazes *disso*, mas *somente aqueles* a quem tenha sido especialmente dado do céu. Donde se conclui: "Quem *o* pode aceitar, aceite-o." Paulo afirma-o ainda mais explicitamente, quando escreve que cada um tem de Deus *seu* próprio dom, um de uma forma, outro, porém, de outra [1Co 7.7].

43. A necessidade da bênção do matrimônio

Quando somos admoestados, através de advertência explícita, que não é de qualquer um conservar a castidade no celibato, ainda que, com esforço e empenho, a

isso aspire desmedidamente, a qual é uma graça especial que o Senhor confere apenas a determinadas pessoas, para que as tenha mais desembaraçadas para sua obra, não estamos, porventura, a pugnar contra Deus e contra a natureza por ele constituída, se à medida de nossa capacidade não acomodamos a maneira de nossa vida? Neste mandamento o Senhor proíbe a fornicação; então, *ele* requer de nós pureza e castidade. Só há uma maneira de preservá-la, a saber: que cada um se meça por sua medida.

Ninguém, inconsideradamente, despreze o matrimônio como se fosse algo inútil ou supérfluo; ninguém de outra maneira procure o celibato para que possa prescindir-se de uma esposa. Nem nisso, aliás, granjeia a tranqüilidade ou comodidade da carne, mas somente que, desvinculado deste laço, esteja mais pronto e mais preparado para todos os misteres da piedade. E uma vez que esta bênção a muitos é conferida apenas por um tempo, abstenha-se cada um do matrimônio por tanto tempo quanto será capaz de conservar o celibato. Se *lhe* faltam forças para subjugar a concupiscência, reconheça a necessidade do matrimônio agora a si imposta pelo Senhor. Isto mostra o Apóstolo quando preceitua que, para fugir à fornicação, tenha cada um sua esposa e cada mulher *seu próprio* marido [1Co 7.2]. Ademais, que *aquele* que não se pode conter, contraia matrimônio no Senhor [1Co 7.9]. Significa, assim, *em* primeiro *lugar*, que a maior parte dos homens está sujeita ao vício da incontinência; em seguida, dentre esses que estão *assim* sujeitos, a nenhum excetua a quem não ordene refugiar-se nesse único remédio com o qual se pode ir de encontro à impudência.

Portanto, *aqueles* que são incontinentes, se negligenciam curar sua enfermidade por este meio, pecam por isso mesmo por não obedecerem a esta injunção do Apóstolo. Nem se lisonjeie *aquele* que não toca em mulher, como se não pudesse ser argüido de impudência, quando, a esse mesmo tempo, interiormente se *lhe* abrasa a mente em concupiscência, pois Paulo define a pudicícia *como* a pureza da mente associada à castidade do corpo. “A mulher não casada” diz *ele*, “cogita das coisas que são do Senhor, como ser santa no corpo e no espírito” [1Co 7.34]. Desse modo, quando com uma razão confirma esse preceito acima referido, diz não somente que é melhor prover-se de uma esposa do que poluir-se pelo conúbio de uma prostituta, mas diz também que é melhor casar-se do que abrasar-se [1Co 7.9].

44. A VIDA CONJUGAL BEM COMO TODO NOSSO SER DEVE PAUTAR-SE PELO DECORO E PELO RECATO

Contudo, se os cônjuges reconhecem que sua união é abençoada pelo Senhor, então que se deixem admoestar a que *ela* não seja conspurcada por imoderada e dissoluta concupiscência. Porque, se a honorabilidade do matrimônio cobre a torpeza da incontinência, nem por isso deve ser-lhe, ademais, um incitamento. Portanto,

não pensem os cônjuges que tudo lhes é lícito; ao contrário, tenha cada um sua esposa sobriamente e, por sua vez, a esposa o marido, assim agindo para que não admitam absolutamente nada indigno da honorabilidade e da moderação do matrimônio. Ora, assim convém que seja encaminhado ao comedimento e ao decoro o consórcio contraído no Senhor, para que a lascívia não se transborde ao extrema. Ambrósio[177] estigmatizou esta sensualidade com uma sentença, na verdade grave, porém não imerecida, quando *àquele* que na relação conjugal *não* tem nenhuma preocupação de decoro ou honorabilidade chamou de adúltero para com a *própria* esposa.

Finalmente, consideremos quem é o Legislador que aqui condena a fornicação. Evidentemente, aquele que, sendo nosso Senhor absoluto, exige, em virtude de seu título de Senhor, integridade de nossa alma, de nosso espírito e de nosso corpo.[178] E assim,, enquanto proíbe a prática de fornicação, ao mesmo tempo veda o atentar contra a pudicícia alheia, seja pelo atavio lascivo do corpo, seja por gestos obscenos, seja por palavras impuras. Pois, um filósofo chamado Arquelau disse não sem razão a um jovem vestido muitíssimo voluptuosa e sensualmente, que pouco importava em que parte do corpo mostrasse sua desonestidade. Eu aplico isso a Deus, que detesta toda impureza em qualquer parte, seja do corpo, seja da alma.[179]

E para que não haja dúvida, deves lembrar-te de que aqui é Deus quem está recomendando a pudicícia. Se o Senhor requer de nós a pudicícia, *então ele* condena tudo quanto lhe seja contrário. Conseqüentemente, se aspiras à obediência, então que não arda interiormente teu coração com cobiça depravada, nem os olhos te incitem a desejos corruptos, nem teu corpo seja ataviado ao ponto de despudoramento, nem, com palavras torpes, a mente seduza tua língua a pensamentos semelhantes, nem te inflame o apetite desenfreado com sua imoderação. Pois, todos os vícios desta espécie são como que nódoas pelas quais é conspurcada a pureza da castidade.

O OITAVO MANDAMENTO

"NÃO COMETERÁS FURTO" [EX 20.15]

45. TEOR E APLICAÇÃO DO OITAVO MANDAMENTO

Propósito: uma vez que a injustiça é uma abominação a Deus, que se dê a cada um *o* que é seu. Portanto, a síntese *deste mandamento* será que somos proibidos de

177. Citado por Agostinho em *Contra Juliano*, livro II, capítulo VII.

178. Primeira edição: "[É], com efeito, Aquele Que, uma vez que, por direito Seu, nos deve possuir no todo requer integridade de alma, espírito e corpo."

179. Primeira edição: "Pois, não carece de razão a asserção de Arquelau a um jovem vestido demasiado voluptuosa e sensualmente: não vir ao caso em que parte fosse impudico, pois que temos em mira a Deus, Que abomina toda poluição em qualquer parte em que apareça, ou de [nossa] alma, ou de nosso corpo."

cobiçar as coisas alheias e, conseqüentemente, se *nos* ordena fazer sincero esforço em conservar a cada um seus *próprios* bens. Pois, deve-se assim refletir: que a cada um vem *aquilo* que possui, não por contingência fortuita, mas em virtude da dispensação do Supremo Senhor de todas as coisas. Portanto, não se pode, mediante maldosas artimanhas, defraudar as posses de quem quer que seja sem que se cometa violação da divina dispensação.

São, porém, muitas as modalidades de furtos. Uma está na violência: quando os *bens* alheios são roubados mediante qualquer forma de força ou abuso predatório. Outra *está* na maldosa impostura: quando são *eles* subtraídos fraudulentamente. Outra *está* numa sutileza mais velada: quando são surrupiados sob a aparência de justiça. Outra, em afagos: quando são despojados sob o pretexto de doação. Contudo, não insistamos demais em catalogar modalidades *de furtos*. Reconheçamos que se devem ter por furtos todos os artifícios em virtude dos quais passam para nós as posses e riquezas do próximo**,** quando se desviam da sinceridade do afeto ante o desejo de enganar ou lesar de qualquer modo. Ainda quando *os homens as* obtenham em uma disputa judicial, por Deus, entretanto, não são estimadas diferentemente *de furtos*.

Com efeito, *Deus* vê os longos embustes com os quais o homem matreiro procura enredilhar o espírito mais simples, até que *o* atraia, afinal, a suas malhas; *Deus* vê as leis duras e desumanas com as quais o mais poderoso oprime e prostra o fraco; *Deus* vê os engodos com os quais o mais astuto isca o incauto como que com anzóis, todos os quais escapam ao julgamento humano, nem vêm à cogitação. Esta injustiça não tem lugar somente em *matéria de* dinheiro, ou em *questões de* rendimentos**,** ou *em relação* a terras, mas ainda em *referência* ao direito de cada um, pois defraudamos o próximo de seus bens, se deixamos de cumprir os deveres que para com ele somos obrigados. Se, ocioso, um administrador ou mordomo devora o capital de *seu* senhor, nem está preocupado com o cuidado de *seu* patrimônio; se ou esbanja indebitamente os cabedais a si confiados, ou *os* dissipa desregradamente; se um criado tem em zombaria ao patrão; se lhe divulga os segredos; se de qualquer forma lhe trai, seja a vida, sejam os bens; se, por outro lado, um senhor oprime desumanamente à família; *em crime* de furto se faz culpado diante de Deus. Pois, quem não perfaz *o* que, em função de sua vocação, deve aos outros, não só retém o alheio, mas até *dele* se apropria.

46. A REAL OBSERVÂNCIA DESTE OITAVO MANDAMENTO

Portanto, desta forma obedeceremos devidamente ao mandamento: se, contentes com nossa sorte, diligenciarmos por não obter nenhum *outro* ganho, senão o honesto e legítimo; se não visarmos a enriquecer-*nos* com injustiça, nem nos propusermos a arruinar o próximo em *seus* haveres, para que nosso patrimônio cresça; se não pugnarmos por acumular riquezas brutais e esprimidas do sangue de outros; se não amontoarmos imoderadamente, de toda parte, por meios lícitos e ilícitos, *aquilo*

com que ou nos sacie a avareza ou satisfaça à prodigalidade. Ao contrário, porém, seja-nos este o perpétuo escopo: até onde possível, mediante conselho e assistência, a todos ajudemos fielmente a conservarem o que é seu. Entretanto, se tivermos de nos haver com pérfidos e enganadores, estejamos preparados antes a ceder algo do *que é* nosso do que com eles contendermos. Não só isto. Mas, *aqueles* a quem houvermos de ver premidos pelas dificuldades das coisas, compartilhemos-lhes das necessidades e com nossa abundância supramos-lhes a falta de recursos. Finalmente, atente cada um, não importa até onde, por *dever de* ofício, obrigado para com outros e de boa fé, a pagar *o* que *lhes* deve.

Por essa razão, tenha o povo em honra a todos que lhe são constituídos em autoridade, suporte-lhes de bom grado o domínio, obedeça-*lhes* às leis e determinações, a nada se furtando que possa fazer para o agrado de Deus. Por outro lado, sustenham esses o cuidado de seus súditos, conservem a paz pública, sejam por proteção aos bons, reprimam os maus. De tal modo administrem a tudo como se tivessem de prestar conta de sua função a Deus, o Juiz Supremo. Os ministros das igrejas devotem-se fielmente ao ministério da palavra**,** nem adulterem o ensino da salvação; ao contrário, transmitam-*no* ao povo de Deus, puro e incontaminado. Instruam-no não só pelo ensino, mas também pelo exemplo de vida. Enfim, exerçam *sua* autoridade como os bons pastores sobre *suas* ovelhas. Por sua vez, receba-os o povo por mensageiros e apóstolos de Deus, renda-lhes essa honra de que o Mestre Supremo os fez dignos, proveja-*lhes aquelas coisas* que lhes são necessárias à vida.

Dediquem-se os pais a alimentar, a orientar, a ensinar os filhos como a si confiados por Deus, nem lhes exasperem o ânimo pela crueldade, *com isso os* alienando de si; ao contrário, incentivem-nos e *os* abracem com a brandura e complacência que lhes convém à pessoa. Como também os filhos lhes prestem a devida obediência, como anteriormente foi dito. Reverenciem os jovens a idade senil, como o Senhor quis que essa idade seja digna de honra. Também, com sua prudência e pela experiência que os excelem, assistam os idosos à insuficiência da juventude, não apoquentando-os com recriminações ásperas e estridentes; pelo contrário, moderem a severidade pela afabilidade e lhaneza.

Que os empregados, diligentes e com mansidão, se mostrem obedientes aos patrões, não fazendo isso em aparência, mas de coração, como *que* servindo ao próprio Deus. Os patrões também não se conduzam como rabugentos e intratáveis para com os empregados, não *os* pressionem com excessiva aspereza, nem *os* tratem insolentemente. Antes, pelo contrário, reconheçam que *eles* são seus irmãos e seus conservos sob o Senhor celeste, a quem devem amar mutuamente e tratar humanamente.

Enfim, que cada um considere, segundo seu estado e vocação, o que deve a seu próximo e se conduza convenientemente.[180] Além disso, a mente deve sempre pola-

180. Primeira edição: “Deste modo, digo, considere cada um quê deva ao próximo em seu grau e posição e pague [o] que deve.”

rizar-nos com o Legislador, para que saibamos que esta norma é estabelecida para nosso espírito assim como para nossas mãos, a fim de que se esforcem em não somente assegurar, mas também promover, o bem-estar e vantagens dos outros.

O nono mandamento

"Não serás testemunha falsa contra teu próximo"
[Ex 20.16]

47. Teor e aplicação do nono mandamento

Seu propósito: visto que Deus, que é a verdade, abomina a mentira, entre nós se deve cultivar a verdade sem dissimulação. Portanto, a suma é esta: que não prejudiquemos o nome de alguém ou com calúnias e incriminações falsas, ou mentindo façamos dano a seu patrimônio; enfim, não façamos mal a quem quer que seja, pelo desenfreamento da maledicência e da mordacidade. A esta proibição está ligada a injunção a que prestemos a cada um, até onde *for* viável, fiel assistência na afirmação da verdade, para que se proteja a integridade tanto de *seu* nome, quanto de suas coisas.

É como se o Senhor quisesse expressar o sentido de seu mandamento nestas palavras: "Não darás guarida a palavra mentirosa, nem unirás tua mão para que, com o impío**,** pronuncies falso testemunho" [Ex 23.1]. De igual modo: "Distanciar-te-ás da falsidade" [Ex 23]. Em outro lugar, também, nos adverte contra a mentira não só neste aspecto, *dizendo* que não sejamos detratores e difamadores no meio do povo [Lv 19.16], mas nem mesmo engane alguém a seu irmão [Lv 19.11], pois acautela contra um e outro em mandamentos específicos. Com efeito, não há dúvida de que**,** como nos mandamentos precedentes *Deus* reprimiu a maldade, a impudência, a avareza, assim aqui reprime a falsidade, da qual são duas as facetas, as quais já assinalamos anteriormente. Pois, ou ofendemos a reputação do próximo pela malignidade e pela perversidade de difamar, ou, mentindo, às vezes até injuriando, o privamos dos proventos.

Nenhuma diferença, porém, faz *se* penses que a referência aqui é a um testemunho solene e tribunalício, ou a um *testemunho* comum, que é pronunciado em conversas privadas. Porquando se deve recorrer sempre a isto: em cada gênero de transgressões que se propõe uma espécie por paradigma, à qual se apliquem as demais, contudo é, acima de tudo, escolhida aquela em que seja especialmente conspícua a sordidez da transgressão. Entretanto, convém estendê-lo, mais geralmente, às calúnias e detrações perversas com que se estigmatiza iniquamente o próximo, visto que a falsidade de testemunho forense nunca deixa de involver perjúrio. Quanto aos perjúrios, porém, até onde profanam e violam o nome de Deus, foi suficientemente considerado na *porção referente ao* terceiro mandamento.

Conseqüentemente, a legítima observância do mandamento consiste em que, ao declarar a verdade, a língua serve, ou à boa fama, ou aos interesses do próximo. A eqüidade *lhe é* mais do que evidente. Ora, se mais precioso do que quaisquer tesouros é o bom nome [Pv 22.1], com detrimento nada menor é um homem despojado da integridade do nome do que de *suas* riquezas. Mas, ao pilhar-se-lhe o patrimônio, por vezes não se alcança menos pelo falso testemunho do que pela rapacidade das mãos.

48. A maledicência e a mordacidade são violações do nono mandamento

E, contudo, é de admirar com quão indolente despreocupação, a cada passo, se peca nesta matéria, de tal sorte que raríssimos se acham os que não padeçam notoriamente desta enfermidade. A tal ponto nos deleitamos, por um como que envenenado prazer, seja em procurar descobrir, seja em divulgar as faltas alheias! Nem pensemos ser uma desculpa procedente, se muitas vezes não estamos a mentir. Ora, *Aquele* que proíbe que seja deturpado pela mentira o nome de um irmão, quer também que se conserve *ele* ilibado, quanto seja exeqüível em consonância com a verdade. Porquanto, se de alguma maneira precavenha ele apenas contra a mentira, com isso mesmo, entretanto, acena que *ele* lhe é objeto de atenção. Com efeito, isto deve nos bastar para que se preserve íntegra ao próximo a reputação: que merece ela consideração da parte de Deus.

Isso posto, sem a menor dúvida aqui se condena a maledicência.[181] Todavia, por maledicência entendemos não a censura que se faz no empenho de punir *faltas*; não a acusação ou denúncia judicial, mediante a qual se busca remédio ao mal; não a repreensão pública, que visa a incutir terror a outros pecadores; não a informação em relação àqueles de cuja segurança é de interesse que sejam avisados, para que não incorram em perigo pela falta de conhecimento; ao contrário, é a odiosa incriminação que nasce da maldade e da incontinência de difamar.

Porque também até este ponto se estende este mandamento: que não afetemos falsa urbanidade e embebida de amargos sarcasmos, mediante os quais, sob a aparência do chiste, com mordacidade se trazem à baila os defeitos dos outros, como costumam *fazer* alguns que procuram granjear o louvor de *seus* chistes com a vergonha, e até mesmo o pranto de outros, quando, por vezes, não levemente, infamam os irmãos através de petulância dessa espécie. Ora, se volvermos os olhos para o Legislador, que não tem menos domínio sobre os ouvidos e o coração do que sobre a língua, compreenderemos, sem lugar a dúvidas, que neste mandamento se proíbe não menos ouvir e crer com chistes e acusações, do que proferi-las e ser seus auto-

---

181. Primeira edição: “Isto posto, longe de duvidosamente de todo se condena a maledicência.”

res.[182] Pois é ridículo se alguém pensa que Deus abomina a doença da maledicência na língua *e* não desaprova *a doença* da malignidade na mente.

Portanto, se há em nós o verdadeiro temor e amor de Deus, diligenciemos, até onde *for* viável e conveniente, e quanto *o* admite a caridade, para que não ofereçamos, seja a língua, sejam os ouvidos, a expressões maledicentes e sarcásticas, *e* não abandonemos, sem razão, a mente a sinuosas suspeitas; pelo contrário, fiéis intérpretes das palavras e atos de todos, conservemos-lhes sinceramente ilibada a honorabilidade, tanto no juízo, quanto nos ouvidos, quanto na língua.

O DÉCIMO MANDAMENTO

"NÃO COBIÇARÁS A CASA DE TEU PRÓXIMO, NÃO COBIÇARÁS A MULHER DE TEU PRÓXIMO, NEM SEU SERVO, NEM SUA SERVA, NEM SEU BOI, NEM SEU JUMENTO, NEM COISA ALGUMA DE TEU PRÓXIMO"
[EX 20.17]

49. TEOR E APLICAÇÃO DO DÉCIMO MANDAMENTO

O propósito *deste mandamento* é: visto que Deus quer que a alma toda seja possuída do afeto do amor, de *nossas* disposições se deve alijar todo desejo contrário à caridade. Portanto, a síntese será que não se nos insinue qualquer pensamento que nos mova o espírito com uma concupiscência danosa e tendente ao detrimento de outrem. A que corresponde o preceito oposto, que tudo quanto concebemos, deliberamos, queremos, intentamos, seja isto associado com o bem e proveito do próximo.

Aqui, porém, segundo parece, surge-nos grande e perplexiva dificuldade. Ora, se com verdade dissemos anteriormente que sob os termos ***fornicação*** e ***furto*** se coibiam o desejo de fornicar e a intenção de prejudicar e enganar, pode parecer ter sido supérfluo que depois se nos proibisse, em separado, a cobiça dos bens alheios. No entanto, facilmente nos desatará este nó ante a distinção entre ***intenção*** e ***cobiça***. Porque, a ***intenção***, como já falamos sobre os mandamentos anteriores, é o consenso deliberado da vontade, quando a concupiscência subjugou a mente; a ***cobiça*** pode existir aquém de tal deliberação e assentimento, quando a mente é apenas espicaçada e titilada de objetos vãos e pervertidos.

Portanto, da mesma forma que até aqui o Senhor ordenou que a norma da caridade presida a *nossas* vontades, a *nossos* esforços, a *nossas* ações, assim agora ordena sejam conduzidos à mesma *norma* os pensamentos de *nossa* mente, para que não haja nenhum *pensamento* corrupto e pervertido, que incite a mente em outra

182. Primeira edição: "Agora, se volvemos os olhos para com o Legislador, a Quem, por Seu [próprio] direito, cabe reger-nos não menos os ouvidos e a mente que a língua, avulta que se proíbem, na verdade, nada menos, não só a avidez de ouvir detrações, como também a improcedente propensão para com juízos maldosos."

direção. Da mesma forma que proibiu que a mente fosse inclinada e induzida à ira, ao ódio, à fornicação, à rapina, à mentira, assim proíbe agora que ela seja sequer incitada *a essas transgressões*.

50. O espírito e a relevância do décimo mandamento

Na verdade, não sem causa, *Deus* exige tão grande retidão. Ora, quem há que negue ser justo que todos os poderes da alma sejam postos a serviço da caridade? Se, porém, alguma *alma* se desvia do escopo da caridade, quem negará que esteja enferma? Ora, donde de fato acontece que te subam à mente desejos danosos em relação a teu irmão, senão porque, em negligenciando-o, só te preocupas contido mesmo? Se, pois, toda tua mente estivesse imbuída da caridade, nenhuma partícula lhe estaria aberta a tais imaginações. Portanto, até onde agasalha *ela* a cobiça, até esse ponto ela tem de estar vazia de caridade.

Entretanto, alguém objetará não ser coerente que fantasias que voluteiam ao acaso na mente, e *que* por fim se desvanecem, sejam condenadas como concupiscências cuja sede está no coração. Respondo que aqui é questão de fantasias dessa espécie que, enquanto se exibem diante das mentes, ao mesmo tempo mordem e ferem o coração com a cobiça, uma vez que nunca vem à mente optar por algo, que o coração não palpite excitado. Portanto, Deus ordena um maravilhoso ardor de afeição, que não quer que seja obstruído sequer pelo menor assomo de cobiça. Requer um espírito mirificamente disposto, que não tolera ser estugado por sequer leves aguilhões contra a lei do amor. Para que não a julgues destituída de ponderável apoio, a esta maneira de entender Agostinho abriu-me o caminho pela primeira vez. Mas, ainda que a intenção do Senhor fosse proibir todo e qualquer desejo depravado, contudo propôs, como exemplo, aquelas manifestações que mais freqüentemente nos cativam com a falsa imagem do prazer, para que não deixasse absolutamente nada ao desejo, quando *o* retrai dessas coisas nas quais acima de tudo se desborda e esbalda.

Eis a segunda tábua da lei, na qual somos suficientemente advertidos sobre o que, por amor a Deus, de cuja consideração depende toda a norma da caridade, devemos aos homens. Portanto**,** terás em vão inculcado todos os deveres ensinados nesta tábua, a não ser que teu ensino se apóie no temor e reverência de Deus, como *seu* fundamento.

Aqueles que buscam dois mandamentos na proibição da cobiça, ainda que eu me cale, o sábio leitor julgará estarem *eles,* em virtude de perverso seccionamento, a fracionar *o* que era *apenas* um. Nem se contrapõe *a esta concepção unificada o fato de* que a expressão ***Não cobiçarás*** se repete uma segunda vez, porquanto onde *o mandamento* referiu *o termo* **casa**, enumera-lhe *a seguir* as partes, começando pela ***esposa***. Donde se evidencia claramente que se deve ler *o todo* como uma unidade

entrelaçada, *o* que fazem, corretamente, os hebreus, e que Deus preceitua, em suma, que permaneça incólume e intocado, não só de dano ou do desejo de defraudar, mas ainda de sequer a mínima cobiça que solicite os ânimos, *o* que possui cada um.

51. A LEI ESPELHA A VERDADEIRA PIEDADE, NÃO MERAMENTE SEUS RUDIMENTOS

Agora não será difícil ver qual é a intenção e o fim de toda a lei; a saber, uma justiça perfeita, para que a vida do homem esteja inteiramente conformada à natureza divina.[183] Pois aqui Deus pintou de tal forma sua *própria* natureza que, se alguém representa em atos tudo o que aí se prescreve, há de expressar, de certo modo, na vida a imagem de Deus. Razão pela qual, como aos israelitas quisesse trazer à lembrança a essência, dizia Moisés: "E agora, ó Israel, o que o Senhor teu Deus pede de ti, senão que temas ao Senhor e andes em seus caminhos; que o ames e o sirvas de todo o coração, e de toda a alma, e guardes seus mandamentos?" [Dt 10.12, 13]. Nem cessava de reiterar-lhes as mesmas *coisas* sempre que tinha de lhes apontar o escopo da lei. A isto, portanto, contempla o ensino da lei: que o homem se una a seu Deus pela santidade de vida, e, como fala Moisés, em outro lugar [Dt 11.22; 30.20], se lhe apegue.

Com efeito, a perfeição desta santidade situa-se nos dois pontos já referidos: que amemos ao Senhor, nosso Deus, de todo o coração, de toda a alma, de todas as forças, e ao próximo como a nós mesmos [Lv 19.18; Dt 6.5; 11.13; Mt 22.37-39]. E o primeiro é, de fato, que o amor de Deus nos encha toda a alma. Além do mais, deste *amor* fluirá, naturalmente, o amor do próximo, *o* que mostra o Apóstolo quando escreve que o fim do mandamento é a caridade de uma consciência pura e de uma fé não fingida [1Tm 1.5]. Não vês como a boa consciência e a fé, que em outros termos quer dizer a verdadeira piedade e o temor de Deus, são postas na cabeça, e então segue a caridade?[184]

Portanto, alguém se engana se crê que na lei se ensinam apenas certos rudimentos e princípios elementares da justiça, com os quais os homens são iniciados à *sua* aprendizagem, todavia não são conduzidos ao reto alvo das boas obras, quando para a perfeição suprema nada possas desejar além daquela formulação de Moisés e desta de Paulo. Pois, pergunto, até onde quererá avançar quem não quiser contentar com esta instrução, pela qual se adestra o homem ao temor de Deus, ao culto espiritual, à obediência dos mandamentos, a seguir a retitude do caminho do Senhor, enfim, à pureza de consciência, à fé sincera e ao amor? Donde se confirma essa interpretação da lei, que em seus *próprios* preceitos procura e acha todos os deveres

183. Primeira edição: "Não será agora difícil juízo o a que, na verdade, contemple toda a Lei, isto é, ao cumprimento da justiça, de forma que afeiçoe a vida do homem ao estalão da pureza divina."

184. Primeira edição: "Vês que, como que na cabeça, se colocam a consciência e a fé não fingida, isto é, em uma palavra, a piedade verdadeira, de onde se deriva a caridade."

da piedade e do amor. Pois *aqueles* que se aferram a apenas elementos mirrados e jejunos, como se *a lei* ensinasse a vontade de Deus pela metade, conforme o Apóstolo testifica, de maneira nenhuma alcançam sua finalidade.

52. A lei referida na Escritura, mais amiúde em termos da segunda tábua, expressa mais explicitamente a retidão de vida que se requer do homem

Com efeito, porque, ao referir-se à síntese da lei, Cristo e os apóstolos por vezes omitem a primeira tábua, muitos erram nesta matéria, quando querem aplicar as palavras a ambas as tábuas. Em Mateus [23.23], Cristo chama de coisas principais da lei à misericórdia, ao juízo e à fidedignidade. Quanto a mim, não nutro dúvida de que, com o termo ***fidedignidade***, designa *ele* a ***lisura*** no trato com os homens. Contudo, para que a referência se estenda a toda a lei, alguns *o* tomam como ***piedade*** para com Deus, *o que* na verdade *fazem* em vão. Pois Cristo está falando acerca dessas obras com as quais o homem deve comprovar ser justo.

Se tivermos em mira esta consideração, deixaremos também de admirar-nos por que, em outro lugar [Mt 19.18, 19], ao moço que perguntava quais são os mandamentos por cuja observância ingressamos na vida, ele responde apenas com estes: Não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não dirás falso testemunho, honra a pai e mãe, ama a teu próximo como a ti mesmo. Visto que, de fato, a obediência da primeira tábua se situava, dir-se-ia inteiramente, ou no afeto do coração, ou nos ritos cerimoniais. O afeto do coração não se punha à mostra; os hipócritas se entregavam assiduamente às cerimônias. Mas, as obras da caridade são tais que, através delas, atestamos a genuína retidão.

Isto, com efeito, ocorre com tanta freqüência nos profetas, que deve ser familiar ao leitor medianamente versado *neles*. Ora, quase sempre que *os profetas* exortam ao arrependimento, deixada de parte a primeira tábua, insistem na fidedignidade, no juízo, na misericórdia e na eqüidade. Com isso não estão passando por alto o temor de Deus; pelo contrário, lhe requerem séria comprovação através de evidências *como essas*. Isto, certamente, é notório: quando discorrem acerca da observância da lei, insistem geralmente na segunda tábua, porquanto aí se visualiza, no mais elevado grau, o zelo da retidão e da integridade. Nem se faz necessário enumerar passagens, pois, de si mesmo, cada um pode verificar facilmente *o* que estou afirmando.

53. A essência da lei é fé para com Deus e amor para com o próximo

Dirás, pois, que mais importa à essência da justiça viver irrepreensivelmente com os homens do que honrar a Deus pela piedade? De maneira alguma. Porque, não obstante, alguém não conserva facilmente a caridade através de tudo, a não ser que tema deveras a Deus, disto também se *lhe* reconhece comprovação da piedade.

Além disso, como Deus não pode receber de nós benefício algum – como o testifica o Profeta [Sl 16.2] –, não nos pede boas obras em relação a ele, mas que nos exercitemos nelas em relação a nosso próximo.[185] Portanto, não sem causa, o Apóstolo põe na caridade toda a perfeição dos santos [Ef 3.17; Cl 3.14]. Nem a chama absurdamente, em outro lugar [Rm 13.8], de "cumprimento da lei", aduzindo que "cumpriu integralmente a lei *aquele* que ama ao próximo". Igualmente: "Toda a lei está compreendida numa só expressão: Ama ao próximo como a ti mesmo" [Gl 5.14]. Pois *ele* não está a ensinar outra *coisa* senão o próprio Cristo, quando diz: "Tudo quanto quereis que os homens vos façam, *isto* mesmo fazei-lhes, porquanto isto é a lei e os profetas" [Mt 7.12]. Certo é que a fé ocupa o primeiro lugar na Lei e nos Profetas, e tudo quanto diz respeito ao culto legítimo de Deus; que o amor é relegado a um lugar inferior. Mas, o Senhor entende que na lei nos é prescrita a observância da justiça e da eqüidade entre os homens, para que sejamos exercitados a testificar-lhe piedoso temor, se *porventura* algum *temor* haja em nós.

54. Amor ao próximo é a norma do viver

Estejamos, pois, seguros de que nossa vida esteja plenamente conformada à vontade de Deus e às administrações da lei, quando resulta de ser ela proveitosa, de todas as formas possíveis, a nosso próximo.[186] Com efeito, em toda a lei não se lê uma só sílaba que dite norma ao homem acerca daquelas *coisas* que tenha de fazer ou deixar de fazer para proveito de sua carne. E, obviamente, uma vez que os homens nasceram assim, os quais, inclinados mais do que o justo, são todos levados ao amor de si *mesmos* e, por mais que se afastem da verdade, sempre o retêm, nenhuma lei se fez necessária que inflamasse *ainda* mais esse amor, *já* de si imoderado. Pelo que é plenamente evidente que a observância dos mandamentos não é o amor por nós mesmos, mas *o amor* por Deus e pelo próximo, e que vive de maneira a mais nobre e a mais santa aquele que vive e luta por si o mínimo possível, e que ninguém, de fato, vive mais indignamente, nem mais iniquamente, que aquele que vive e luta apenas por si e cogita e busca somente o que lhe é do interesse.

E, além disso, para que mais expressasse o Senhor com quão grande propensão nos importa aferrar-nos ao amor do próximo, reportou-se *ele* ao amor por nós *mesmos* como a *seu* parâmetro, visto que não tinha nenhum afeto mais veemente e mais forte *pelo qual expressá-lo*. E deve-se, na verdade, ponderar, diligentemente, a força desta expressão. Pois, não está *ele* a conceder o primeiro lugar τῇ φιλαυτίᾳ [*tē(i)*

185. Primeira edição: "A isto acresce que o Senhor, como sabe muito bem, e até o atesta mediante o Profeta, que nada de benefício de nós pode advir para conSigo Próprio, não iniste em nossos deveres para conSigo, ao contrário, exercita-nos ao bem em obra para com o próximo."

186. Primeira edição: "Aqui, portanto, finquemos pé: tanto haver-se-nos-á de excelentemente conformar a vida à vondade de Deus e à prescrição da Lei, quanto, em todos os aspectos, haja de ser a mais proveitosa [possível] aos irmãos."

philautía(i) – ao amor de si mesmo], *o* que parvamente sonharam certos sofistas, designando o segundo *lugar* à caridade; antes, pelo contrário, o afeto do amor que volvemos naturalmente para nós mesmos está *ele* a transferi-lo para os outros. Donde declara o Apóstolo que "a caridade não busca seus próprios interesses" [1Co 13.5].

Seu argumento deve ser estimado como de menor valor que um fio de cabelo,[187] *ou, seja*: A coisa regulada é sempre inferior à norma pela qual se regula. Com efeito, o Senhor não promulgou regra em relação ao amor por nós *mesmos* a que se devesse subordinar a caridade para com os outros. Pelo contrário, mostra que onde, em razão da depravação natural, costumava em nós residir o afeto do amor *para conosco próprios*, deve-se *ele* agora estender a outrem, de sorte que estejamos preparados para, com não menor alegria, ardor, solicitude, fazer o bem *antes* ao próximo que a nós mesmos.

55. O próximo é toda e qualquer criatura humana

Já demonstramos que Cristo, na parábola do samaritano [Lc 10.29-37], sob o termo ***próximo*** inclui cada indivíduo, *até* o mais distanciado, não havendo razão para limitarmos o preceito do amor *ao próximo* às pessoas mais achegadas *a nós*. Não estou negando que quanto mais intimamente ligada nos é uma pessoa, tanto mais especialmente é nosso dever assisti-la.[188] Pois assim impõe o princípio de humanidade: quanto mais íntimos são os laços de parentesco ou amizade que ligam as pessoas, tanto mais devem os homens ajudar-se entre si.[189] E isto com nenhuma ofensa de Deus, por cuja providência somos, de certo modo, a isto compelidos.

Afirmo, porém, que se deve abraçar com um só afeto de caridade a todo gênero humano, sem qualquer exceção, porquanto aqui não há nenhuma distinção de bárbaro ou grego, de digno ou indigno, de amigo ou inimigo, visto que devem ser considerados em Deus, não em si mesmos, consideração *esta* da qual, quando nos desviamos, não surpreende que nos emaranhemos em muitos erros. Conseqüentemente, se apraz manter a verdadeira linha do amar, devem-se voltar os olhos, em primeiro plano, não para o homem, cuja visão mais freqüentemente engendraria ódio que amor, mas para Deus, que manda que o amor que lhe deferimos seja difundido em relação a todos os seres humanos, de sorte que seja este o perpétuo fundamento: seja quem for o homem, deve *ele*, no entanto, ser amado, já que Deus é amado.

---

187. Primeira edição: "Nem de um fio de cabelo se lhes deve estimar de valia o preceito."

188. Primeira edição: "Não estou a negar que quanto mais intimamente ligada nos é uma pessoa, tanto mais especialmente nos deva ser assistida de deveres."

189. Primeira edição: "que tanto mais deveres assumam os homens entre si, quanto são entre si ligados de mais estreitos laços ou de parentesco, ou de amizade, ou de vizinhança."

56. O ABSURDO ESCOLÁSTICO DA REDUÇÃO DESTE PRECEITO A MERO CONSELHO EVANGÉLICO

Em razão disso, ou por ignorância ou por impiedade assaz pesti1enta, foi que os escolásticos fizeram dos preceitos sobre não se buscar vingança *e* sobre amar os inimigos, que não só foram ensinados outrora a todos os judeus, mas também estavam sendo ensinados a todos os cristãos em comum, fosse livre obedecer ou não obedecer a *meros* conselhos. Mas, relegaram aos monges a obediência necessária a eles, que fossem até mais justos que os simples cristãos neste *ponto*: que se obrigavam a observar voluntariamente os *chamados por eles* ***conselhos*** *evangélicos*. E assinalam a razão por que não os recebem como leis: parecem excessivamente pesados e severos, especialmente aos cristãos que estão debaixo da lei da graça.[190]

Ousam, desse modo, abolir a eterna lei de Deus quanto ao dever de se amar ao próximo? Aparece, porventura, tal distinção em alguma página da lei? E, por outro lado, *porventura* não ocorrem nela, a cada passo, mandamentos que mui rigidamente de nós exijem o amor para com os inimigos? Ora, que isto significa: que se nos ordena alimentar o inimigo faminto [Pv 25.21], reconduzir ao caminho seus bois e jumentos desgarrados ou levantá-*los* quando sucumbem à carga [Ex 23.3, 4]? A seu favor faremos um benefício a seus animais, *todavia* nenhuma benevolência para com *ele* próprio? Ora, porventura não é eterna a palavra do Senhor: “Minha *é* a vingança” e “Eu retribuirei” [Dt 32.35; Hb 10.30], que, também mais explicitamente, se tem em outro lugar [Lv 19.18]: “Não buscarás vingança, nem te lembrarás da injúria de teus concidadãos”?

Portanto, ou invalidem da lei estas *passagens*, ou reconheçam que o Senhor foi um Legislador, *e* não inventem que *ele* foi *apenas* um Conselheiro.

57. AMAR O PRÓXIMO É RECONHECIDAMENTE UM MANDAMENTO, NÃO UM CONSELHO EVANGÉLICO ALEATÓRIO

Pergunto, pois, estas afirmações significam que ousaram zombar com *sua* insípida glosagem: “Amai vosso inimigos, fazei o bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos perseguem, bendizei aos que vos maldizem, para que sejais filhos de vosso Pai que está nos céus” [Mt 5.44, 45; Lc 6.27, 28]? Quem aqui não concluirá com Crisóstomo[191] que, de uma causa tão necessária, se evidencia claramente que não são ***exortações***, mas ***preceituações***? Que mais nos resta, quando somos excluídos do número dos filhos de Deus? Mas, segundo eles, somente os monges serão os filhos do Pai celeste, somente *eles* ousarão invocar a Deus *como* Pai. Nesse ínterim, que *será* da Igreja? Pelo mesmo raciocínio, deverá ser relegada aos gentios e publi-

190. Cf. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II, 1, questão 108, art. 4; etc.

191. *Livro da Compunção*, livro I, capítulo IV; *Apologia da Vida Monástica*, livro III, capítulo XIV.

canos. Pois Cristo diz: “Se sois benévolos para com vossos amigos, que recompensa daí esperais? Porventura os gentios e os publicanos não fazem o mesmo?” [Mt 5.46, 47]. Com efeito, bem nos sucederá se nos deixarem o título de cristãos e nos for subtraída a herança do reino celeste!

Não menos firme é o argumento de Agostinho: “Quando o Senhor proíbe cometer adultério”, diz ele, “veda tocar a mulher de um inimigo, não menos que *a* de um amigo; quando proíbe o furto, absolutamente nada permite furtar, quer de um amigo, quer de um inimigo.” Mas, estes dois *mandamentos*, ***Não furtar*** e ***Não adulterar***, Paulo *os* aplica à norma do amor, e até ensina que são incluídos neste preceito: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” [Rm 13.9]. Portanto, sobreleva-se que, ou Paulo foi um falso intérprete da lei, ou daqui se conclui necessariamente, como de preceito, que também os inimigos devem ser amados da mesma forma que os amigos.[192]

Portanto, revelam-se ser, na verdade, filhos de Satanás *aqueles* que tão desbragadamente lançam de si o jugo comum dos filhos de Deus. Mas, podes *até* ficar na dúvida se porventura foi dada ampla vazão a este dogma, *dir-se-á*, mais por nesciedade ou *mais* por despudoramento. Ora, ninguém dentre os antigos há que não pronuncie, como se a respeito de coisa certa, que esses são genuínos mandamentos. De seu seguro pronunciamento transparece que a este respeito, na verdade, nenhuma dúvida houve no tempo de Gregório *o Grande*, porque, além de toda dúvida, *os* tem por ***preceitos***.[193]

E quão disparatadamente argumentam! Seria, insistem *eles*, um fardo excessivamente pesado para os cristãos. Como se de fato se possa cogitar o que quer que seja mais pesado do que amar a Deus de todo o coração, de toda a alma, de todas as forças! Diante desta lei, nada se deva ter *como* não fácil, seja amar o inimigo, seja alijar do coração todo desejo de vingança. Sem dúvida que à nossa insuficiência são árduas e difíceis todas as *injunções*, até mesmo a mais insignificante minúcia da lei. É o Senhor, *Aquele* em quem praticamos a virtude: dê ele *o* que ordena e ordene *o* que queira.

Ser cristão debaixo da lei da graça não é vaguear desenfreadamente sem lei, mas estar enxertado em Cristo, por cuja graça está liberado da maldição da lei e por cujo Espírito tem a lei gravada no coração. Paulo chamou a esta graça, não propriamente ***lei***, se referindo à lei de Deus, a que a contrapunha à guisa de contraste; estes, com o título ***lei***, estão a filosofar acerca de nada.

58. Improcedência da noção de pecados veniais

Da mesma natureza procede o que designaram ***pecado venial***, de um lado, secreta impiedade que contravém a primeira tábua; do outro, direta transgressão do último

192. *A Doutrina Cristã*, livro I, capítulo XXX.
193. Gregório o Grande, *Homília sobre os Evangelhos*, livro II, hom. 27.

mandamento. Pois assim *o* definem: "*o pecado venial* é um desejo *pecaminoso* sem assentimento deliberado, que viceja no coração não por tempo demorado."[194]

Eu, porém, digo que certamente não se pode suscitar *tal desejo*, a não ser em virtude da falta dessas *coisas* que se requerem na lei. Proíbe-se-nos ter deuses estranhos. Quando a mente, sacudida pelas maquinações da desconfiança, olha em derredor para outra parte, quando é assaltada de repentino desejo de transferir sua bem-aventurança a um outro, donde *provêm* esses impulsos, ainda que lânguidos, senão porque há algo vazio na alma para dar acolhida a tentações desta natureza?

E, para que a discussão não se delongue ainda mais, o preceito é sobre amar a Deus de todo o coração, de toda a mente, de toda a alma. Portanto, a não ser que para o amor de Deus se voltem todos os poderes da alma, já é alienamento da obediência da lei, porquanto os inimigos que aí se insurgem contra seu reino, e lhe obstam os decretos, provam não estar bem firmado em nossa consciência o trono a Deus. Com efeito, *já* foi demonstrado que o último mandamento se refere precisamente a isto. Pungiu-nos algum desejo da mente? Já somos tidos *por* culpados de concupiscência, e correlatamente somos constituídos transgressores da lei, porque o Senhor não somente proíbe cogitar e tramar *o* que seja para detrimento de outrem, mas igualmente ser inflamado e arder em concupiscência. Mas, sobre a transgressão da lei sempre se descarrega a maldição de Deus. Portanto, não há por que eximamos da sentença de morte a *qualquer* cobiça, ainda as mais leves.

"Em avaliando pecados", diz Agostinho,[195] "não apliquemos balanças dolosas onde pesemos *o* que queremos, e como queremos, segundo nosso arbítrio, dizendo: isto *é* pesado, isto é leve. Pelo contrário, apliquemos a balança divina das Santas Escrituras como *a balança* dos tesouros do Senhor, e nela pesemos *o* que seja mais pesado. Melhor, não pesemos; antes, reconheçamos o *que* foi pesado pelo Senhor." Que *diz*, porém, a Escritura? Na verdade, enquanto à morte chama "o salário do pecado" [Rm 6.23], revela Paulo ser-lhe desconhecida esta nauseabunda distinção *de pecados*. Uma vez que somos, mais do que o justo, inclinados à hipocrisia, de modo algum a alusão a este paliativo proveio de conveniência, que *nos* adormentaria as consciências entorpecidas.

59. Todo pecado, na realidade, é um pecado mortal

Prouvera *que* ponderassem na significação desta declaração de Cristo: "*Aquele* que tiver transgredido um destes mínimos mandamentos, e tiver assim ensinado aos homens, será tido *por* ninguém no reino dos céus" [Mt 5.19]. Não são, porventura, deste número, os que ousam assim atenuar a transgressão da lei, como se *ela* fosse digna de morte?

194. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II, 1, art. 3.
195. *Sobre o Batismo, Contra os Donatistas*, livro II, capítulo VI.

Com efeito, deveriam considerar não só o que se ordena, mas também quem é que o ordena, visto que nela a mínima transgressão da lei que ele estabeleceu é ferida sua autoridade.[196] Porventura lhes é de pouca *importância* que a majestade de Deus seja violada em qualquer coisa? Ademais, se na lei expôs Deus sua vontade, desagrada-lhe tudo quanto é contrário à lei. Imaginarão, porventura, estar a tal ponto desarmada a ira de Deus que não advenha sem detença a punição de morte? Não *foi* obscuramente que *ele* mesmo asseverou, se tivessem em mente dar-lhe ouvidos à voz, antes que turvar sua clara verdade com suas insípidas sutilezas: "A alma que tiver pecado, essa morrerá" [Ez 18.4, 20]. De igual modo, *o* que citei há pouco: "O salário do pecado *é* a morte" [Rm 6.23]. Esses, porém, *o* que confessam ser pecado, já que não *o* podem negar, contendem, no entanto, não ser *pecado* mortal. Já que por tanto tempo têm mantido essa falsa opinião, pelo menos agora aprendam a cair em si.[197] Pois se persistirem em delirar, que os filhos de Deus não lhes façam caso, e estejam certos de que é pecado mortal, porque equivale a rebeldia contra a vontade de Deus, o que necessariamente provoca a ira, pois é uma prevaricação da lei, contra a qual sem exceção alguma se pronunciou sentença de morte. Quanto aos pecados que os santos e os fiéis cometem, saibam que são veniais, não por sua natureza, mas porque pela misericórdia de Deus são perdoados.[198]

---

196. Primeira edição: "Com efeito, fora conveniente considerar não simplesmente quê se preceitue, como também quem seja Aquele Que preceitua, pois que em qualquer mínima transgressão da Lei por ele sancionada, à autoridade se Lhe derroga."

197. Primeira edição: "Mas, visto que, de fato, mais do que bastante se hão [eles], até aqui, abandonado à [sua] insânia, aprendam, ao menos agora, a cair em si."

198. Primeira edição: "Pois que, se persistem em delirar, feitas-lhe as despedidas, mortal considerem os filhos de Deus ser todo pecado, porquanto é uma rebelião contra a vontade de Deus, que Lhe provoca necessariamente a ira, [e] porquanto é uma violação da Lei, para com que foi sancionado, sem exceção, o juízo de Deus [e considerem] 'veniais' serem as faltas dos santos, não em decorrência de sua própria natureza [como santos], mas porque da misericórdia de Deus alcançaram 'vênia'."

CAPÍTULO IX

EMBORA FOSSE CONHECIDO AOS JUDEUS SOB A LEI, CRISTO, CONTUDO, SE EXIBIU PLENAMENTE NO EVANGELHO

1. A SUPERIORIDADE REVELACIONAL DA DISPENSAÇÃO DO EVANGELHO

Uma vez que não *foi* em vão *que* Deus quis desde outrora atestar-se ser Pai através de expiações e sacrifícios, não *foi* em vão *que* consagrou para si um povo eleito; desde então foi *ele* indubitavelmente conhecido na mesma imagem em que agora nos aparece em pleno fulgor. Por isso, Malaquias, após haver prescrito aos judeus que dessem atenção à lei de Moisés, e lhe persistissem no zelo (porque depois de sua morte haveria de ocorrer certa descontinuidade do ofício profético), logo em seguida anuncia que haveria de nascer *o Sol da Justiça* [Ml 4.2]. Com essas palavras ensina que a lei serve para manter os piedosos na expectação do Cristo que haveria de vir, *e* que, entretanto, muito mais de luz se deveria esperar com sua vinda.

Por esta razão, Pedro diz que os profetas investigaram e diligentemente indagaram acerca da salvação, que agora se manifesta através do evangelho, e que lhes foi revelado que não para si *próprios* ou para seu tempo**,** mas para nós ministravam estas *coisas* que mediante o evangelho são anunciadas [1Pe 1.10-12]. Não que o ensino destes tenha sido inútil ao povo antigo ou *que* nada lhes foi também aproveitado, mas *somente* que não chegaram a possuir o tesouro que Deus nos transmitiu pela mão deles. Ora, hoje se nos põe diante dos olhos, de maneira familiar, a graça acerca da qual testificaram. E, enquanto a degustaram *apenas* superficialmente, ela nos é oferecida mais copiosamente em sua concretização.

Por isso Cristo, que declara ter testemunho da parte de Moisés [Jo 5.46], no entanto enaltece a medida de graça em que excedemos aos judeus. Pois, falando aos discípulos, diz: "Bem-aventurados os olhos que vêem *o* que *vós* estais a ver, e bem-aventurados os ouvidos que ouvem *o* que vós estais a ouvir. Ora, muitos reis e profetas desejaram isto, *e* não *o* conseguiram" [Mt 13.16, 17; Lc 10.23, 24]. Esta não é uma simples recomendação da revelação do evangelho, *ou, seja*, que Deus nos preferiu aos santos patriarcas que exceleram em rara piedade. A esta conclusão de modo algum se contrapõe outra passagem**,** onde se diz ter Abraão visto o dia de Cristo e ter exultado com júbilo [Jo 8.56]. Porquanto, ainda que foi mais obscura a visão de coisa assaz remota, contudo nada *lhe* faltou à certeza de segura esperança, donde aquela alegria que acompanhou ao santo patriarca até *sua* morte.

Nem da comunhão de entendimento e luz que refulge na pessoa de Cristo exclui

aos piedosos que morreram antes desta declaração de João Batista: "Ninguém jamais viu a Deus; o Unigênito que está no seio do Pai no-lo deu a conhecer" [Jo 1.18]. Ao contrário, comparando-lhes a sorte com a nossa, ensina nos serem manifestos os mistérios que, debaixo de sombras, obscuramente, apenas vislumbraram, como claramente explica o autor da Epístola aos Hebreus [1.1, 2]: *que* em muitas ocasiões e de muitas maneiras *Deus* falara outrora pelos profetas; agora, porém, por *seu* dileto Filho.

Portanto, ainda que esse Unigênito, que hoje nos é o esplendor da glória e a expressa representação da substância de Deus, o Pai [Hb 1.3], outrora se fez conhecido aos judeus, como, em outro lugar, citamos de Paulo que foi *ele* o condutor da libertação antiga**,** no entanto é verdadeiro *o* que ensina em outra passagem [2Co 4.6] o mesmo Paulo: Deus, que ordenou *que* das trevas resplandeça a luz, refulgiu agora em nossos corações para iluminar o conhecimento da glória de Deus na face de Jesus Cristo; porquanto, quando apareceu nesta sua imagem, de certo modo se fez visível, enquanto, anteriormente, sua expressão era obscura e imprecisa.

Portanto, mais ignóbil e mais abominável é a ingratidão e depravação daqueles que aqui se fazem cegos à luz do meio-dia! E por isso Paulo diz que suas mentes foram entenebrecidas por Satanás, para que não vissem a glória de Cristo a resplender no evangelho, *sem* a interposição de nenhum véu [2Co 3.14, 15].

2. O evangelho é a clara manifestação do mistério de Cristo

Com efeito, recebo o evangelho como a clara manifestação do mistério de Cristo. E uma vez que o evangelho é chamado por Paulo "a doutrina da fé" (1Tm 4.6], reconheço, na verdade, que se lhe contam como partes todas e quaisquer promessas que amiúde ocorrem na lei acerca da graciosa remissão dos pecados, mediante as quais Deus reconcilia os homens a si. Pois aí opõe a fé aos terrores pelos quais é a consciência oprimida e atormentada, caso a salvação seja buscada nas obras. Donde se segue que, tomando-se o termo ***evangelho*** em sentido lato, nele se compreendem os testemunhos de sua misericórdia e de *seu* paterno favor, que Deus outrora outorgara aos patriarcas. Digo, porém, que *o termo* se aplica, por excelência, à promulgação da graça exibida em Cristo, e isto foi recebido não apenas pelo uso comum, mas compete também à autoridade de Cristo e dos apóstolos. Donde isto lhe é atribuído *como* próprio, *a saber*, haver *ele* pregado o evangelho do reino [Mt 4.17, 23; 9.35; Mc 1.14]. E Marcos prefacia *seu evangelho* deste modo: ***Começo do evangelhho de Jesus Cristo*** [Mc 1.1]. Aliás, nem se faz necessário coligir passagens com as quais se comprove matéria mais do que suficientemente notória.

"Portanto, com sua vinda, Cristo trouxe à luz, mediante o evangelho, a vida e a imortalidade" [2Tm 1.10]. Com estas palavras, não entende Paulo que os pais tenham sido submergidos nas trevas da morte até que o Filho de Deus se revestisse de

carne; pelo contrário, vindicando ao evangelho esta prerrogativa de honra, ensina que *ele* foi uma nova e insólita modalidade de embaixada, pela qual Deus cumpriu *o* que havia prometido, de sorte que na pessoa do Filho se patenteasse a veracidade das promessas.

Ora, ainda que os fiéis tenham sempre experimentado ser verdadeira essa *afirmação* de Paulo, de que em Cristo todas as promessas são ***sim*** e ***amém*** [2Co 1.20], porquanto lhes foram seladas no coração, entretanto, visto que todos os requisitos de nossa salvação os cumpriu em sua carne, a própria manifestação viva dessas coisas obteve, com justiça, novo e singular louvor. Do que *procede* este *pronunciamento* de Cristo: "Doravante, vereis os céus abertos e os anjos de Deus subindo e descendo sobre o Filho do homem" [Jo 1.51]. Pois, embora pareça estar aludindo à escada mostrada em visão ao patriarca Jacó [Gn 28.12], está, contudo, enaltecendo a excelência superior de sua vinda com esta nota: que *ele* nos abriu a porta dos céus, para que o ingresso *se* nos patenteie familiar.

3. A falácia de Serveto de que o evangelho aboliu todas as promessas da lei

Impõe-se-*nos*, entretanto, precaver-*nos* da diabólica imaginação de Serveto, que, enquanto pretende exaltar a grandeza da graça de Cristo, ou, pelo menos, finge querer, abole totalmente as promessas, como se chegassem ao fim juntamente com a lei. Pretexta *ele* que pela fé no evangelho se nos depara o cumprimento de todas as promessas. Como se, na verdade, nenhuma distinção haja entre nós e Cristo! Com efeito, frisei pouco antes que Cristo nada deixou pendente de toda a suma de nossa salvação. Mas, disto se infere erroneamente que já nos apossamos dos benefícios outorgados por ele, como se fosse falsa essa *afirmação* de Paulo, de que nossa salvação está escondida na esperança [Rm 8.24; Cl 3.3]. Confesso, sem dúvida, que ao crermos em Cristo passamos, a um tempo, da morte para a vida. Importa-*nos*, entretanto, atentar, ao mesmo tempo, para esta *observação* de João: embora saibamos que somos filhos de Deus, contudo ainda não foi evidenciado *o que havemos de ser*, até que venhamos a ser semelhantes a ele, quando, de fato, o veremos como *ele* é [1Jo 3.2]. Logo, ainda que no evangelho Cristo nos ofereça a atual plenitude de bênçãos espirituais, contudo a concretização jaz sempre sob a custódia da esperança, até que, despojados da carne corruptível, sejamos transfigurados na glória daquele que vai a nossa frente.

Enquanto isso, nos ordena o Espírito Santo a reclinarmos sobre as promessas, a cuja autoridade entre nós deve conter todos os ladridos desse cão imundo. Pois, como Paulo *o* atesta, a piedade tem a promessa tanto da *vida* futura quanto da vida presente [1Tm 4.8], por cuja razão *ele* se gloria de *ser* Apóstolo de Cristo segundo a promessa da vida, que nele está [2Tm 1.1]. E, em outro lugar [2Co 7.1], insiste em

que temos as mesmas promessas com que foram aquinhoados os santos outrora. Enfim, estatui *ser* esta a suma da felicidade: que já fomos selados com o Espírito da Promessa, o *Espírito* Santo [Ef 1.13]. De fato, tampouco fruímos a Cristo de outra maneira, senão até onde o abraçamos vestido em suas promessas. Pelo que acontece que ele, na verdade, habite em nosso coração e, todavia, dele nos distanciemos, porquanto "andamos por fé e não por visão" [2Co 5.7].

Nem se ajustam mal entre si estas duas *coisas*: possuirmos nós em Cristo tudo quanto contempla à perfeição da vida celeste e, no entanto, ser a fé a visão de bens que *ainda* não se vêem" [Hb. 11.1]. Que se note apenas uma diferença na natureza ou qualidade das promessas: que o evangelho mostra com o dedo *o* que a lei vislumbrou sob *a forma de* tipos.

4. O evangelho não se contrapõe à lei, nem a exclui

Daqui também se refuta o erro daqueles que jamais de outro modo comparam a lei com o evangelho, contrapondo os méritos das obras à imputação gratuita da justiça. Certamente que não se deve rejeitar esta antítese, pois, com freqüência, Paulo entende sob o termo ***lei*** a norma do justo viver, pela qual Deus exige de nós *o* que é seu, nenhuma esperança de vida outorgando, se não *lhe* obedecemos integralmente, e por sua vez acrescenta maldição, se nos desviamos mesmo que *seja* apenas um mínimo. *Isto* de fato *o faz Paulo*, onde contende que agradamos a Deus não por efeito de obras e somos tidos por justos através de *seu* perdão**,** porque em parte alguma se encontra a promessa de recompensa pela observância da lei. Com muita razão, pois, Paulo põe como contrárias entre si a justiça da lei e a *justiça* do evangelho.[199]

Mas, o evangelho não sucedeu a toda a lei, a tal ponto que apresentasse um meio diferente de salvação, senão que, antes, confirmasse e mostrasse ser relevante tudo quanto ela havia prometido, e desse corpo a *seus* delineamentos. Pois, quando diz que a lei e os profetas haviam vigorado até João [Lc 16.16], Cristo não está declarando ser os pais dignos de maldição, da qual não podem fugir os servos da lei; ao contrário, significa que foram instruídos só em rudimentos, de sorte que permanecessem muito abaixo da sublimidade do ensino do evangelho. Por isso, chamando ao evangelho "o poder de Deus para a salvação de todo o que crê" [Rm 1.16], Paulo acrescenta, pouco depois, que *ele* tem *o* testemunho da parte da lei e dos profetas [Rm 3.21]. Aliás, no final desta mesma Epístola [Rm 16.25, 26], ainda que a ensinar que a pregação de Jesus Cristo é a revelação do mistério guardado em silêncio durante os tempos eternos, atenua esta postulação com uma explicação anexa, ensinando que *esse mistério* se manifestou por meio das Escrituras proféticas.

199. Primeira edição: "Portanto, procedentemente faz Paulo entre si contrárias a justiça da Lei e a [justiça] do Evangelho."

Do que concluímos que onde se trata de toda a lei, dela difere o evangelho só no que respeita a uma clara manifestação. Ademais, em razão da inestimável afluência da graça que nos foi revelada em Cristo, não sem razão se diz que, por sua vinda, foi erigido na terra o reino celestial de Deus [Mt 12.28].

5. A posição singular de João Batista entre a lei e o evangelho

Agora, entre a lei e o evangelho foi interposto João *Batista*, que obteve um ofício intermédio e afim a ambos. Pois, se bem que, chamando a Cristo o Cordeiro de Deus e a vítima para expiar os pecados [Jo 1.29], proclamou a essência do evangelho, entretanto, porque não expressou aquele incomparável poder e glória que fulgiu, ao fim, na ressurreição, Cristo nega ser *ele* igual aos apóstolos. Ora, *é* isso *o que* significam suas palavras de que, embora entre os filhos de mulheres João excela *a todos*, contudo *aquele* que é o menor no reino dos céus é maior do que ele [Mt 11.11]. Porquanto não está *ele* aqui a recomendar as pessoas dos homens**,** mas, após destacar a João acima de todos os profetas, eleva ao sumo grau a pregação do evangelho, a qual em outro lugar vimos ser referida como "o reino dos céus".

Entretanto, o fato de o próprio João responder ser *ele* apenas uma "voz" [Jo 1.23], como se fosse inferior aos profetas, isto *ele* não faz em função de fingida humildade, mas *porque* quer ensinar que não lhe fora conferida a embaixada propriamente dita, porém que *apenas* desempenha a função de arauto, como fora predito por Malaquias: "Eis que envio o Profeta Elias antes que venha o grande e terrível dia do Senhor" [Ml 4.5]. Aliás, ele nem fez outra *coisa* em todo o curso de seu ministério senão preparar discípulos para Cristo, assim como também de Isaías [40.3] prova ter-lhe sido isto divinamente imposto. Neste sentido, porque ainda não havia fulgido o pleno dia, foi *ele* chamado por Cristo uma lâmpada a arder e a luzir [Jo 5.35]. No entanto, tampouco isso impede que *João Batista* seja contado entre os pregoeiros do evangelho, posto que, além disso, ele fez uso do mesmo batismo que, mais tarde, foi outorgado aos apóstolos. Entretanto, *o* que *ele* começou, somente após Cristo *ter sido* recebido na glória celeste veio a completar-se, de maneira mais desenvolta, pela instrumentalidade dos apóstolos.

CAPÍTULO X

DA SIMILARIDADE DE ANTIGO E NOVO TESTAMENTOS

1. Razão e perspectiva da abordagem desta matéria

Das *considerações* precedentes já se pode claramente evidenciar que todos os homens, a quantos, desde o início do mundo, Deus tem agregado à sorte de seu povo, *lhe* foram aliados pela mesma lei e pelo vínculo da mesma doutrina que vigora entre nós. Contudo, visto que não de pouco interesse este ponto se estabeleça, como os pais foram coparticipantes conosco da mesma herança e esperaram a comum salvação pela graça do mesmo Mediador, anexarei, à guisa de apêndice, até onde nesta associação lhes era diferente a condição. Entretanto, embora os testemunhos que coletamos da lei e dos profetas para a comprovação disto deixem claro que no meio do povo de Deus nunca houve outra regra de religião e piedade, porque, no entanto, entre os escritores freqüentemente se discutem muitas *coisas* quanto à diferença de Antigo e Novo Testamentos, as quais ao leitor pouco afeito possam inspirar dificuldade, com razão destinaremos uma porção especial a melhor e mais precisamente discutir-se esta matéria.

E, além do mais, o que já por si só era mui útil se converte numa necessidade pela importunação desse monstro *chamado* Serveto, e de alguns anabatistas exaltados, que não fazem caso algum do povo de Israel, não mais que se dá a uma vara de porcos, e pensam que nosso Senhor outra coisa não quis senão cevá-los na terra sem esperança alguma da imortalidade.[200] Portanto, para que das mentes piedosas afastemos este erro pestífero, *e* também, ao mesmo tempo, para que arredemos todas as dificuldades que costumam brotar imediatamente, quando se ouve menção da diversidade entre Antigo e Novo Testamentos, examinemos, de passagem, o que *têm* de semelhante e o que *têm* de diferente o pacto que o Senhor firmou outrora com os israelitas antes da vinda de Cristo, e *o* que agora estabeleceu conosco, após *haver-se* ele manifestado.

---

200. Primeira edição: “Pois que, ademais, fizeram-nos necessário [o] que, aliás, proveitosíssimo [nos] haveria de ser, esse monstruoso biltre, Serveto, e alguns desvairados da seita dos Anabatistas, que não sentem a respeito do povo de Israel de outra forma que de uma tropa de porcos, a quem, até onde possível, motejam [como] cevado pelo Senhor nesta terra, além de qualquer esperança de celeste imortalidade.”

2. A unidade dos dois Testamentos ou pactos

E, na verdade, ambos podem ser explicados com uma palavra. O pacto de todos os ancestrais em nada difere do nosso em substância e na própria realidade, o qual, em última instância é um e o mesmo. Varia-*lhes*, no entanto, a forma da dispensação. Entretanto, visto que de tão grande brevidade ninguém conseguiria segura compreensão *desta matéria*, faz-se necessário proceder a explicação mais extensa, se queremos alcançar algo de proveito. Contudo, em mostrando-*lhes* a similaridade, ou, antes, a unidade, viria a ser supérfluo tornar a referir no todo, um a um, pontos que já foram elucidados, bem como inoportuno imiscuir *coisas* que deverão ser ditas ainda, em outro lugar.

Em três pontos, especialmente, se deve, porém, aqui insistir. Primeiro, sustentemos que a meta proposta aos judeus não foi opulência carnal e felicidade, a que supinamente aspirassem, mas, ao contrário, que foram *eles* adotados à esperança da imortalidade e que a realidade desta adoção lhes foi certificada, seja por divinas comunicações, seja pela lei, seja pelos profetas. Segundo, que o pacto mediante o qual foram coligados ao Senhor não se fundamenta em quaisquer méritos seus, mas unicamente na misericórdia de Deus, que *os* chamou. Terceiro, que eles não só tiveram, mas também conheceram a Cristo *como* o Mediador, através de quem tanto fossem unidos a Deus, quanto fossem eles possuidores de suas promessas.

Destes *pontos*, o segundo, talvez porque não veio a ser ainda suficientemente claro, se demonstrará cabalmente no devido lugar. Pois, haveremos de confirmar com muitos e luminosos testemunhos dos profetas que tudo quanto de bem o Senhor já proporcionou e prometeu a seu povo, isso ele fez movido por *sua* mera bondade e complacência. O terceiro, já o demonstramos em vários lugares. E inclusive o primeiro, já tocamos de passagem.[201]

3. A unidade dos Testamentos em termos das promessas da vida futura

Portanto, em considerando este *primeiro ponto*, uma vez que diz *ele* respeito à presente questão de maneira especial e a seu respeito suscita-se muita controvérsia, lhes daremos atenção mais diligente. E, ao mesmo tempo, se algo falta para explicar claramente os outros dois, o indicaremos em termos breves, ou o remitiremos a seu lugar apropriado.[202]

Com efeito, quanto a todos *estes três pontos*, o Apóstolo remove *toda* dúvida quando diz que, através dos profetas, Deus o Pai prometera muito antes nas Santas Escrituras o evangelho que, segundo o tempo determinado, promulgou acerca de

201. Primeira edição: “O terceiro, também, teve, aqui e ali, suas não obscuras demonstrações. E nem o primeiro, de fato, deixamos inabordado.”

202. Primeira edição: “Contudo, assim que, se à explicação dos outros [dois] ainda falta algo, de passagem se supra ou, ao depois, se aduza no lugar oportuno.”

seu Filho [Rm 1.2, 3]. De igual modo, da lei e dos profetas tem testemunho a justiça da fé, que é ensinada pelo próprio evangelho [Rm 3.21]. Porque, de fato o evangelho não detém os corações humanos no encantamento da presente vida, ao contrário *os* arrebata à esperança da imortalidade; não *os* prende às delícias terrenas, mas, proclamando a esperança posta no céu, *para* ali os transporta. Pois assim *o* define *o Apóstolo*, em outro lugar: "Depois que crestes no evangelho, fostes selados com o Santo Espírito da promessa, que é o penhor de nossa herança para a redenção da posse adquirida" [Ef 1.13]. Igualmente: "Temos ouvido de vossa fé em Cristo Jesus e de *vossa* caridade para com os santos, em razão da esperança depositada para vós nos céus, acerca da qual ouvistes mediante a palavra veraz do evangelho" [Cl 1.4, 5]. Ainda: "*Ele* nos chamou mediante o evangelho à participação da glória de nosso Senhor Jesus Cristo" [2Ts 2.14]. Donde é *o evangelho* designado de "a palavra de salvação" [At 13.26], e "o poder de Deus para salvar os fiéis" [Rm 1.16], e "o reino dos céus" [Mt 3.2].

Ora, se a doutrina do evangelho é espiritual e abre acesso **à** posse da vida incorruptível, não pensemos que aqueles a quem fora *ele* prometido e anunciado, tenham descartado e negligenciado o cuidado da alma, e tenham se embotado na busca dos prazeres do corpo, como se fossem animais brutos. Nem aqui sofisme alguém que as promessas que foram consignadas na lei e nos profetas acerca do evangelho se destinaram ao novo povo. Ora, pouco depois que postulou isto acerca do evangelho, *que foi* prometido na lei, acrescenta *o Apóstolo* que "tudo quanto a lei contém, sem dúvida aplica-se propriamente àqueles que estiveram debaixo da lei" [Rm 3.19]. *Isto disse ele*, na verdade, em um arrazoado diferente, reconheço-o. Entretanto, não tão esquecido era que, em dizendo que, de fato, aos judeus se aplicavam todas as coisas que a lei ensina, não lhe viesse à mente *o* que havia afirmado poucos versículos antes a respeito do evangelho prometido na lei. Portanto, o Apóstolo demonstra, com muita clareza, que o Antigo Testamento contemplara primordialmente a vida futura, quando diz que nele estão contidas as promessas do evangelho.

4. A unidade dos Testamentos em termos da salvação em Cristo e sua mediação

Segue-se, pela mesma razão, que *o Antigo Testamento* não só fora estabelecido na misericórdia gratuita de Deus, mas ainda fora firmado na intercessão de Cristo. Ora, também a pregação do evangelho outra coisa não declara, senão que, pela paterna indulgência de Deus, os pecadores seriam justificados, à parte de seu mérito. E toda sua suma se compreende em Cristo. Quem, portanto, ousou fazer os judeus carentes de Cristo, com quem ouvimos ter sido firmado o pacto do evangelho, cujo único fundamento é Cristo? Quem *ousou* tornar estranhos ao benefício da salvação gratuita *aqueles* a quem ouvimos ter sido ministrada a doutrina da justiça da fé?

E, para que não disputemos por demorado tempo acerca de coisa óbvia, temos a notável afirmação do Senhor: "Abraão exultou porque haveria de ver meu dia; viu-o e se regozijou" [Jo 8.56]. E o que aí Cristo testifica a respeito de Abraão, o Apóstolo mostra ter sido universal entre o povo fiel, quando diz que Cristo subsiste ontem, hoje e para sempre [Hb 13.8]. Pois, ele não está falando aí simplesmente da eterna divindade de Cristo, mas de seu poder, que foi feito perpetuamente manifesto aos fiéis. Pelo que, tanto a bendita Virgem, quanto Zacarias, em seus cânticos [Lc 1.54, 55, 72, 73], dizem que a salvação revelada em Cristo foi o cumprimento das promessas que o Senhor fizera outrora a Abraão e aos patriarcas. Se, em manifestando a seu Cristo, o Senhor saldou o compromisso de seu antigo juramento, não se pode dizer que seu objetivo não esteve sempre em Cristo e na vida eterna.

5. A unidade dos Testamentos em relação aos sinais do pacto, especialmente os sacramentos

Pois o Apóstolo nos equiparou aos israelitas, não somente na graça do pacto, mas também no significado dos sacramentos. Ora, querendo atemorizar aos coríntios com os exemplos das penas com as quais a Escritura registra ter sido aqueles outrora castigados, para que não incorressem em transgressões semelhantes, parte *ele* desta premissa: não há por que vindicarmos para nós qualquer prerrogativa que nos livre da vingança de Deus, a qual aqueles sofreram, quando não só os cercou o Senhor dos mesmos benefícios, mas também manifestou sua insigne graça entre eles pela instrumentalidade dos mesmos símbolos. Como se estivesse a dizer: Se confiais que estais fora de perigo só porque não apenas o Batismo com que fostes selados, mas também a Ceia de que participais diariamente, têm excelentes promessas, enquanto isso, desprezada a bondade de Deus, vos entregais desenfreadamente à dissolução, sabei que os judeus nem mesmo precisaram de tais símbolos, contra quem, no entanto, *a despeito disso*, o Senhor executou mui severamente seus juízos.

Foram batizados na travessia do mar e na nuvem, pela qual eram protegidos do ardor do sol. Essa travessia foi, dizem, um batismo carnal, que *só* em certa medida corresponde ao nosso, espiritual. Se se recebe isso *por* verdadeiro, não procederia o argumento do Apóstolo, que aqui quer alijar os cristãos que se julguem superar os judeus pelo privilégio do batismo. Nem é susceptível a esta sutileza *o* que imediatamente segue, *a saber*, haverem eles comido conosco o mesmo alimento espiritual e haverem *conosco* bebido a mesma bebida espiritual [1Co 10.3, 4], que interpreta como *se referindo* a Cristo.

6. Refutação da objeção calcada em João 6.49, 54

Para refutar esta postulação de Paulo objetam, na verdade, *o* que Cristo diz: "Vossos pais comeram o maná no deserto, e morreram" [Jo 6.49] *e* "Quem come

minha carne, não morrerá jamais" [Jo 6.54]. Estas duas *afirmações* se conciliam entre si sem nenhuma dificuldade. Porquanto estava o Senhor falando a ouvintes que buscavam fartar-se apenas do alimento do ventre *e* não se preocupavam com o verdadeiro alimento da alma, lhes acomoda convenientemente a linguagem à capacidade, aliás, estatui especialmente conforme ao entendimento deles a comparação do maná e de seu corpo. Requeriam que, no interesse de granjear autoridade para si, comprovasse seu poder com algum milagre, o qual Moisés realizara no deserto, quando do céu obtivera o maná. No maná, porém, nada apreendiam senão o remédio à fome corpórea de que o povo estava então sendo afligido. Àquele mistério mais sublime que Paulo contempla não penetravam. Portanto, para demonstrar quão eminente benefício devem dele esperar mais do que *aquele* que proclamavam *ser* conferido por Moisés a seus pais, Cristo engendra esta comparação.

Se, em vossa opinião, foi grande e memorável milagre que a seu povo, para que não perecesse pela fome no deserto, pela instrumentalidade de Moisés subministrou o Senhor o celeste alimento, com que *o* sustentasse por breve tempo, concluí daqui quão mais excelente é o alimento que confere a imortalidade. Vemos, *assim*, por que o Senhor deixou de parte *o* que era essencial no maná *e* lhe assinalou apenas a utilidade de menos expressão. Isto é, porque os judeus, como que em ingente esforço de incriminá-lo, jogaram contra ele Moisés, que havia socorrido à necessidade do povo com o remédio do maná, responde-*lhes* que ele era o ministrante de uma graça muito superior, diante da qual deve, com razão, depreciar-se o sustento corpóreo do povo, o único que tanto estimavam.

Porquanto sabia que o Senhor, quando fazia chover do céu o maná, não havia derramado apenas o alimento do ventre, mas também *o* havia dispensado como um mistério espiritual, para prefigurar a vivificação em espírito que se tem em Cristo, Paulo não negligencia este aspecto, que era o mais digno de consideração.

Pelo que se conclui, certa e claramente, que não só foram comunicadas aos judeus as mesmas promessas de vida eterna e celestial com que o Senhor nos digna agora, mas também *foram elas* seladas com sacramentos verdadeiramente espirituais. Acerca desta matéria argúi extensivamente Agostinho contra Fausto, o maniqueu.[203]

7. A unidade dos Testamentos em relação à Palavra e à vida eterna de que usufruíram também os patriarcas

Se porém, os leitores prefiram que lhes sejam citados testemunhos da lei e dos profetas, dos quais hajam de ver, como ouvimos de Cristo e dos apóstolos, que o pacto espiritual foi comum até aos patriarcas, a este desejo também atenderei, e com tanto mais de boa vontade, que assim se haverão de mais seguramente convencer os adversários, de sorte que, depois disso, em nada possam tergiversar.

203. Agostinho, *Réplica a Fausto o Maniqueu,* XV, 11; XIX, 16.

E começarei, com efeito, por esta demonstração que, embora eu saiba que será fútil e quase ridícula ante a arrogância dos anabatistas, junto aos dóceis e sãos, no entanto, se revestirá de máximo relevo, e tomo como pressuposto ser esta eficácia de vida inerente à Palavra de Deus, de modo que a todos quantos Deus digna de sua participação, lhes vivifica a alma. Ora, foi sempre válida essa *afirmação* de Pedro, de que *ela* é a semente incorruptível que permanece para a eternidade [1Pe 1.23, 25], como também infere das palavras de Isaías [40.8]. Agora, quando Deus ligou outrora a si os judeus por este vínculo sagrado, não há dúvida de que os haja separado da esperança da vida eterna.

Quando, pois, digo haverem *eles* abraçado a Palavra que mais próximo os achegasse a Deus, entendo não aquela forma ***geral*** de comunicação que se difunde por céu e terra e todas as criaturas do mundo, a qual, embora vivifique a todas *as coisas*, a cada uma segundo a medida de sua natureza, contudo não *as* livra da necessidade da corrupção, mas essa forma ***especial***, mercê da qual as almas dos piedosos são não só iluminadas para o conhecimento de Deus, como também são, de certo modo, a ele ligadas. Uma vez que, mediante esta modalidade de iluminação da Palavra, se apegaram a Deus Adão, Abel, Noé, Abraão e os demais patriarcas, digo que não há nenhuma dúvida de que tiveram ingresso no reino imortal de Deus. Pois *essa* era uma firme participação de Deus, que não pode subsistir fora da bênção da vida eterna.

8. Mesmo no Antigo Testamento, a união de Deus com seu povo era espiritual e outorgava a vida eterna

Entretanto, se isso parece algo emaranhado, então passemos à própria fórmula do pacto, a qual não só satisfará aos espíritos plácidos, como também demonstrará sobejamente a incidência daqueles que porfiam em contradizê-*la*. Pois o Senhor sempre assim pactuou com seus servos: “Ser-vos-ei por Deus e vós me sereis por povo” [Lv 26.12], palavras essas nas quais também os profetas costumavam salientar que se compreendem a vida, a salvação e toda a suma da bem-aventurança. Ora, não sem causa, Davi freqüentemente declara: “Bem-aventurado o povo cujo Deus é o Senhor” [Sl 144.15]; “Bem-aventurada a nação que *ele* escolheu para si por herança” [Sl 33.12]. Nem *é isto*, certamente, por causa de felicidade terrena, mas porque *os* livra da morte, *os* preserva perpetuamente e assiste com eterna misericórdia *àqueles* a quem tomou por povo *seu*. De igual modo está em outros profetas: “Tu *és* nosso Deus, não morreremos” [Hc 1.12]; “O Senhor *é* nosso Rei, nosso Legislador; ele nos salvará” [Is 33.22]; “Bem-aventurado és, ó Israel, porque no Senhor Deus estás salvo” [Dt 33.29].

Mas, para que não nos detenhamos demasiadamente em matéria supérflua, por toda parte nos profetas recorre este refrão: de nada carecemos no que respeita à

abundância de boas *coisas* e também à certeza da salvação, na medida em que o Senhor nos é por Deus. E com razão. Pois, se sua face, tão logo refulgiu, é mui presente penhor de salvação, a que homem ele haverá de manifestar-se por Deus a quem não abra também os tesouros da salvação? Ora, com esta condição é *ele* nosso Deus: que habite no meio de nós, como testificava através de Moisés [Lv 26.11, 12]. Mas, não se pode obter essa sua presença, a qual, ao mesmo tempo, não se possua a vida. E embora nada além se exprimisse, tinham *eles* bastante clara a promessa da vida espiritual nestas palavras: "*Eu* sou vosso Deus" [Ex 6.7]. Pois, não só aos corpos apenas enunciava *ele* haver-*lhes* de ser Deus, mas, sobretudo, às almas. Mas as almas, salvo se unidas a Deus pela justiça, dele alienadas, permanecem na morte. Por outro lado, faça-se presente esta união: levará consigo perpétua salvação.

9. Nem pela morte se rompem os laços da união de Deus com seu povo

Acresce a isso que *ele* não só se atestava ser-lhes Deus, como também prometia que haveria de *o* ser sempre, para que sua esperança, não contente com os bens presentes, se estendesse até a eternidade. Ademais, que entre eles isso teria significado a referência do tempo futuro, no-lo mostram muitas passagens, onde os fiéis se consolam de que Deus jamais lhes haveria de faltar, não apenas em meio a males presentes, mas ainda em relação ao porvir. Entretanto, agora, *e* esta era a segunda parte da promessa, ainda mais claramente os confirmava quanto a haver-se para com eles de prolongar a bênção de Deus para além dos limites da vida terrena: "Serei o Deus de vossa posteridade depois de vós" [Gn 17.7]. Ora, se haveria de declarar sua benevolência para com os mortos em fazer o bem aos pósteros, muito menos haveria de faltar o favor para com *eles* próprios. Pois Deus não é como os homens que transferem seu afeto aos filhos dos amigos, visto que, pela morte, se lhes interrompe a oportunidade de que desempenhem suas obrigações para com aqueles a quem queriam bem. Mas Deus, cuja beneficência não é impedida pela morte, realmente não detrai aos mortos o fruto de sua misericórdia, a qual, em atenção a eles, derrama a mil gerações [Ex 20.6].

Em virtude desta prova assaz evidente, portanto, queria recomendar-lhes o Senhor a grandeza e afluência de sua bondade, que haveriam de sentir após a morte, quando *a* descrevia como que a transbordar a toda a descendência. Com efeito, a veracidade desta promessa então *a* selou o Senhor, e como que *lhe* exibiu o cumprimento, quando, muito depois da morte destes, o denominavam o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó [Ex 3.6]. E então? Não era, porventura, ridícula *essa* designação, se haviam perecido? Ora, teria sido exatamente como se assim houvesse falado: "Eu sou Deus daqueles que não existem." Daí narram os evangelistas [Mt 22.23-32; Lc 20.27-38] que com este exato argumento os saduceus foram por Cristo acossados, isto é, *individualidades* que haviam aprendido do próprio Moisés que "todos os santos lhe estão na mão" [Dt 33.3], de sorte que não pudessem, de fato, negar que

a ressurreição dos mortos fora atestada por Moisés. Donde era de se concluir que, na verdade, não se extinguem na morte *aqueles* a quem receberam sob sua tutela, guarda e proteção é *Aquele* que é o árbitro da morte e da vida.

10. A anelada bem-aventurança de seu povo não é terrena, como se vê de Adão e Noé

Agora, *o* que é o ponto capital nesta controvérsia, examinemos se porventura os próprios fiéis também foram ou não assim instruídos pelo Senhor para que sentissem haver para eles, em outra parte, uma vida melhor, e, relegada a um plano inferior a *existência* terrena, tivessem em consideração essa *outra*. Em primeiro lugar, a condição do viver que lhes fora divinamente imposta era um exercício contínuo em virtude do qual fossem lembrados de que eram de todos os mais miseráveis, caso fossem felizes apenas nesta vida.

Adão, só da lembrança da felicidade perdida, infelicíssimo a custo sustenta sua pobreza com angustiantes labores, e para que, pela maldição de Deus, não fosse oprimido só nos labores das mãos, *mesmo daquilo* do que lhe restava consolação experimenta extrema tristeza. De *seus* dois filhos, um lhe é arrebatado pelo nefando *ato de* parricídio do irmão [Gn 4.8] *e* tem *por* sobrevivente aquele cuja presença, com razão, detesta e receia. Abel, cruelmente trucidado na própria flor da idade, é um exemplo da calamidade humana.

Enquanto, despreocupadamente, aos deleites se entrega o mundo todo, consome Noé, com grande afadigamento, boa parte da vida a construir a arca. O fato de *assim* escapar à morte, isto lhe sucede com maiores atribulações do que se cem mortes ele tivesse que enfrentar. Pois, além de a arca lhe ser como que um sepulcro por dez meses, nada pode ser mais desagradável que ser retido por tanto tempo quase chafurdado nos estrumes dos animais. Depois que, a duras penas, a tão grandes dificuldades venceu, incide em nova matéria de tristeza: se vê diante da mofa do próprio filho e é obrigado a amaldiçoar com sua própria boca àquele a quem, por grande benefício de Deus, havia recebido salvo do dilúvio [Gn 9.24, 25]!

11. A vida terrena de Abraão é uma seqüência de duras provações

Se lhe contemplamos a fé, a qual nos é proposta como o melhor modelo do crer, Abraão, em cuja linhagem, além de tudo, nos importa ser contados para que sejamos filhos de Deus, por certo nos deve ser um em dez miríades. Entretanto, que coisa pode parecer mais contra a razão o fato de Abraão ser o pai dos crentes [Gn 17.5], e não tenha entre eles sequer um espaço?[204] Com efeito, de *seu* número, na

204. Primeira edição: “Quê, porém, mais absurdo que Abraão ser o pai de todos os fiéis [Gn 17.5] e, não obstante, não ter entre eles, na verdade, [sequer] o mais remoto cantinho?”

verdade de *sua* mais elevada posição de honra, não pode ser *ele* excluído sem que extinta seja toda a Igreja.

Agora, no que *lhe* tange às experiências da vida: quando é primeiramente chamado pelo imperativo de Deus [Gn 12.1], é arrancado da pátria, da parentela, dos amigos, *os elementos* em que pensam *os homens* estar a essencial doçura da vida, como se Deus, com deliberada intenção, o quisesse despojar de todos os deleites do viver. Tão logo entrou na terra em que é mandado habitar, é daí escorraçado pela fome [Gn 12.10]. A buscar ajuda, refugia-se ali onde, para que se conserve incólume, tem necessariamente de prostituir a esposa [Gn 12.11-15], *o* que *lhe* teria sido, talvez, mais amargo que muitas mortes. Quando retornou à terra de sua morada, de novo é daí expelido pela fome. Que natureza de felicidade é habitar essa terra onde tantas vezes se tem de passar fome, de fato até mesmo perecer por falta de alimento, a menos que *daí* fujas? Ao mesmo *extremo* de necessidade é reduzido, igualmente, junto a Abimeleque, pois, para salvar a cabeça, lhe é necessário que perca a esposa [Gn 20.1, 2]. Enquanto, por muitos anos, incerto vagueia por aqui e por ali, se vê compelido, pelas constantes rixas dos servos, a afastar de si o sobrinho, ao qual tinha em lugar de filho [Gn 13.5-9], separação esta que sem dúvida sentiu tanto como se lhe amputasse um de seus próprios membros.[205] Pouco depois, ouve ter *ele* sido levado cativo por inimigos [Gn 14.12]. Para onde quer que se encaminhe, encontra vizinhos de cruel desumanidade, que não *lhe* permitem *sequer* beber água dos poços cavados, certamente com grande trabalho. Pois, nem *lhes* teria reavido o uso da parte do rei de Gerar, se não fora obstado anteriormente [Gn 21.25-30].

Então, quando foi chegando a desgastada velhice, *o* que esta idade tem mais *de* desagradável e *de* mais amargo, se vê onerado pela falta de filhos, até que, destituído de esperança, gera a Ismael [Gn 16.15], cujo nascimento, entretanto, redime a alto *custo*, enquanto se cansa das recriminações de Sara, como se, fomentando a contumácia da escrava, fosse *ele* próprio a causa da perturbação doméstica. Nasce, por fim, Isaque [Gn 21.2, 3], todavia com este preço: que o primogênito Ismael seja banido e seja lançado fora quase como um inimigo, na condição de um enjeitado [Gn 21.9-12]. Quando Isaque é deixado só, em quem repouse a cansada velhice do bom varão, pouco depois recebe ordem de sacrificá-lo [Gn 22.1, 2]. O que de mais calamitoso pode a mente humana cogitar que um pai vir a ser o carrasco do *próprio* filho? Se *Isaque* fosse arrebatado por uma enfermidade, quem não teria julgado ser *Abraão* o mais desgraçado ancião, a quem um filho lhe fora em zombaria, *e* por causa do qual se lhe duplicaria a dor da falta de descendência? Se *porventura fosse* morto por algum estranho, o infortúnio teria sido intensificado muitíssimo pela indignidade *do desfecho*. Mas isto supera a todos os exemplos de ignomínia: ser sacrificado pela mão do *próprio* pai!

205. Primeira edição: “separação esta que, sem dúvida, lhe não fora de outra maneira aceita, que se houvesse de ter sofrido a amputação de um membro.”

Enfim, *Abraão* foi a tal ponto acossado e atribulado em todo o decurso da vida, que, se alguém porventura queira pintar numa tela o exemplo de uma vida calamitosa, certamente não achará nada mais apropriado. Nem objete alguém que ele não foi totalmente desafortunado, uma vez que, afinal, emergira venturosamente de tantas e tão grandes tempestades. Pois não diremos que leva uma vida ditosa aquele que moureje laboriosamente por infinitas dificuldades ao longo do tempo, mas *aquele* que desfrute tranqüilamente dos bens presentes, sem a sensação dos males.

12. A carreira terrena de Isaque e de Jacó não é menos um contínuo de tribulações

Isaque, que é afligido de males menores, no entanto o menor prazer e alegria lhe custou grandes esforços.[206] Também *ele* próprio experimenta estas tribulações que não permitem que o homem seja feliz na terra. A fome o faz fugir da terra de Canaã [Gn 26.1]; sua esposa lhe é arrebatada do convívio [Gn 26.7]; os vizinhos o molestam continuamente e *o* oprimem de todos os modos, de sorte que também se vê compelido a lutar por causa de água [Gn 26.15-21]; em seu lar, suporta grande porção de dissabores da parte das noras [Gn 26.34, 35]; é angustiado pela desavença dos filhos [Gn 27.41], nem consegue remediar tão grande mal, senão pelo exílio daquele a quem abençoara [Gn 28.1-5].

Jacó, porém, na verdade, nada mais é senão insigne exemplo de extrema desventura. Passa a mocidade no lar mui inquietamente, entre as ameaças e terrores do irmão primogênito, aos quais, por fim, é obrigado a ceder [Gn 27.41, 45]. Proscrito dos pais e do solo natal, além do amargo exílio, junto ao tio Labão não é acolhido mais afável e humanamente. Pouco é servir por sete anos duríssima e penosíssima servidão [Gn 29.20], senão que, com perverso dolo, é enganado no tocante a uma esposa [Gn 29.23-25]! Por amor da outra esposa, tem de entrar em nova servidão [Gn 29.27], em que, como *ele* próprio se queixa, é abrasado pelo calor do sol o dia inteiro; é compelido pela geada e pelo frio a manter-se inteiramente acordado durante a noite [Gn 31.40]. Enquanto suporta por vinte anos tão grande agrura de vida, é diariamente afligido de novas afrontas do sogro [Gn 31.41]. Nem está *ele* sossegado no próprio lar, quando se vê dividido e quase desfeito pelas animosidades, dissensões *e* ciúmes das esposas. Quando recebe ordem de regressar à terra natal, necessário se lhe faz engendrar uma saída semelhante a fuga ignominiosa [Gn 31.17-21]. Contudo, nem ainda assim pode escapar à iniqüidade do sogro, do qual, no meio do caminho, se vê atribulado por suas acusações e ultrajes [Gn 31.23-32].

Sucede-lhe, logo após, muito mais severa dificuldade. Pois, enquanto vai ao encontro do irmão, tem à vista tantas mortes quantas possam ser preparadas por um homem cruel e inimigo. É, portanto, sobremodo torturado e dilacerado de terríveis

206. Primeira edição: "no entanto mal prova o mínimo gosto de suavidade."

temores durante todo o tempo que lhe aguarda a chegada [Gn 31.7, 11]. Quando lhe vem à presença, arroja-se-lhe aos pés como que semimorto, até que *o* sente mais propício do que havia ousado esperar [Gn 33.14]. Ademais, apenas acabara de entrar na terra, quando é privado de Raquel, a esposa especialmente amada [Gn 35.15-20]. Subseqüentemente, ouve *que fora* dilacerado por uma fera o filho que amava acima dos demais [Gn 37.31-33], de cuja morte quão grande pesar haja padecido, declara *ele* próprio, pois, após lágrimas constantes, fecha obstinadamente o caminho a todas as consolações, nada mais a si deixando, senão que, a planger, desça ao filho à sepultura [Gn 37.34, 35]. Entrementes, o rapto e estupro da filha [Gn 34.2, 5], a audácia dos filhos em vingar esses *atos*, *audácia* que não só o fizera cair no desagrado entre todos os habitantes da região, como também lhe criara mui presente perigo de morte [Gn 34.30], quão grandes causas eram de ansiedade, de aflição, de enfado? Vem em seguida aquela horrenda ignomínia de Rubem, *seu* primogênito [Gn 35.22], de que nada podia acontecer mais grave. Ora, quando se coloca a violação da esposa entre os máximos infortúnios, que se haja de dizer quando esta hediondez foi perpetrada pelo próprio filho? Algum tempo depois, é a família contaminada por outro incesto [Gn 38.12-18], de sorte que tantos opróbrios abateriam um ânimo de outro modo mui firme e inquebrantado pelas calamidades.

Já no fim da vida, enquanto procura aliviar a fome sua e dos seus, é golpeado pela notícia de novo infortúnio, quando vem a saber que outro filho está detido em prisão, para que receba de volta Benjamim, a quem é obrigado a confiar a outros, seu único encantamento [Gn 42.33–43.15]. Quem pensaria que em tão vultoso acervo de males se lhe propiciou um momento em que ao menos respirasse tranqüilamente? Portanto, *ele* próprio é a melhor testemunha a respeito de si *mesmo*, assevera a faraó que seus dias haviam sido breves e maus sobre a terra [Gn 47.9]. Quem declara haver atravessado a vida por entre contínuas adversidades, nega, evidentemente, haver usufruído essa prosperidade que lhe havia sido prometida pelo Senhor. Logo, ou Jacó era um mau e ingrato apreciador do favor de Deus, ou, com verdade, confessava publicamente haver sido desventurado sobre a terra. Se *esta* afirmação foi verdadeira, segue-se que ele não teve *sua* esperança fixa nas coisas terrenas.

13. A bem-aventurança dos patriarcas posta na vida eterna

Se estes santos patriarcas esperaram da mão de Deus uma vida bem-aventurada, *o* que é absolutamente incontestável, eles não só cogitaram, como também contemplaram, outra bem-aventurança além da vida terrena. *O* que também, magnificamente, mostra o Apóstolo [Hb 11.9, 10, 13-16]. “Pela fé”, diz *ele*, “na terra da promessa peregrinou Abraão como em *terra* estrangeira, habitando em tendas com Isaque e Jacó, co-participantes da mesma herança. Pois aguardavam a cidade bem fundamentada, cujo artífice e construtor *é* Deus. Nesta fé morreram todos estes, não alcançando as promessas, mas divisando-as ao longe, e crendo *nelas*, e confessando

que eram estrangeiros e peregrinos sobre a terra. Com que dão a entender que estão a buscar uma pátria. E se houvessem sido tocados de saudade daquela que haviam deixado, havia oportunidade de retornar. Aspiravam, porém, a uma *pátria* melhor, isto é, à celestial. Donde não se envergonha Deus de ser chamado o Deus deles, pois que lhes preparou uma cidade.”

Ora, teriam sido mais obtusos que estacas de pau em perseguir tão pertinazmente as promessas de que nenhuma esperança aparecia na terra, a não ser que houvessem esperado o cumprimento em outra parte. Isto, na verdade, não sem razão insiste ele, acima de tudo, que denominaram esta vida de uma ***peregrinação***, exatamente como também Moisés menciona [Gn 47.9]. Pois, se são peregrinos e forasteiros na terra de Canaã, onde *está* a promessa do Senhor pela qual lhe foram constituídos herdeiros? Portanto, está *ele* obviamente a indicar que olha mais longe, *a saber*, para a posse *que* o Senhor lhes havia prometido. Pelo que, “não adquiriram *sequer o espaço de* um pé” [At 7.5] na terra de Canaã, a não ser para sepultura, através do quê atestavam esperar receber o fruto da promessa somente após a morte. E esta é a causa por que de tão grande *significação* tenha Jacó estimado ser sepultado ali, que a este compromisso obrigara com juramento ao filho José [Gn 47.29-31], *e* por que José quis que para aí fossem transferidos, alguns séculos mais tarde, os ossos há muito já reduzidos a cinza [Gn 50.25; Ex 13.19].

14. O anseio dos patriarcas pela vida futura à luz de palavras de Jacó, Balaão e Davi

Enfim, transparece claramente que por entre todos os afazeres da vida lhes foi posta diante *dos olhos* a bem-aventurança da vida futura. Pois, a que propósito, com tanto empenho, Jacó ambicionara a primogenitura e com tão grande risco *a* buscara, a qual lhe haveria de acarretar o exílio e quase a perda da herança; na verdade, nada de bom *lhe* haveria absolutamente de trazer, a não ser que tivesse os olhos voltados para uma bênção mais alta? Que este era seu sentimento, declarou-o nesta palavra que proferiu por entre *seus* derradeiros alentos: “Tua salvação esperarei, ó Senhor” [Gn 49.18]. Que salvação poderia *ele* ter esperado, quando percebia que estava a exalar a alma, a não ser que na morte visualizasse o começo de uma nova vida?

E por que haveríamos de argüir acerca dos santos e filhos de Deus, se inclusive aquele que pretendia impugnar a verdade teve o mesmo sentimento e o compreendeu assim?[207] Pois, que entendia Balaão, quando exclamava: “Morra a minha vida com a morte dos justos e que o fim me seja semelhante *ao* deles” [Nm 23.10], senão que sentia o que Davi mais tarde proclamou: “Preciosa é a morte dos santos à vista do Senhor [Sl 116.15]; péssima, porém, é a morte dos ímpios” [Sl 34.21]? Se o

207. Primeira edição: “quando do gosto de maneira de ver desta natureza não haja, na verdade, carecido aquele que, de outra sorte, diligenciava por opor-se à verdade?”

termo definitivo dos homens fosse a morte, certamente não haveria lugar para indicar diferença alguma entre a do justo e a do ímpio. No entanto, se lhes distingue pela sorte e condição diversas que lhes estão preparadas a um ao outro depois da morte.[208]

15. A vida futura nos arroubos de Davi e no vaticínio de Isaías

Ainda não avançamos além de Moisés, a quem estes dizem não haver exercido outra função que, pela fertilidade da terra e pela abundância de todas as coisas, induzir um povo carnal a adorar a Deus. E, no entanto, a não ser que alguém refugue deliberadamente a luz que se oferece, já claramente se depara a declaração do pacto espiritual. Pois, se descemos aos profetas, aí se exibe, com o mais pleno fulgor, não só a vida eterna, como também o reino de Cristo.

Em primeiro lugar Davi, que aos demais foi antecessor no tempo, fala em figuras dos mistérios celestiais conforme a disposição divina e com maior obscuridade, contudo com quanta clareza e certeza dirige tudo quanto diz a este ponto![209] Até onde tenha ele estimado a terrena habitação, atesta-o esta resenha: "Aqui sou forasteiro e peregrino, como *o foram* todos os meus pais" [Sl 39.12]; "Vaidade *é* todo homem vivente; como uma sombra anda cada um à volta. E, agora, qual é minha expectação, ó Senhor? Minha esperança está posta em ti" [Sl 39.5-7]. Positivamente, *aquele* que, havendo confessado não haver nada sólido ou estável na terra, entretanto em Deus retém a firmeza da esperança, contempla sua felicidade posta em outra parte.

A esta contemplação costuma recordar os fiéis, sempre que deseja realmente consolá-los. Pois, em outro lugar, depois de falar da brevidade e da volátil e efêmera expressão da vida humana, acrescenta: "Mas, a misericórdia do Senhor *perdura* para sempre sobre aqueles que o temem" [Sl 103.17]. Semelhante é *o* que se lê também no Salmo [102.25-28]: "No princípio, ó Senhor, tu lançaste os fundamentos da terra, e obra de tuas mãos são os céus; eles perecerão, tu, porém, permaneces; como um vestido envelhecerão, e como uma roupa os mudarás. Tu, contudo, permaneces o mesmo e teus anos não terão fim; os filhos de teus servos habitarão *seguros* e sua descendência se firmará diante de ti." Se ante a destruição do céu e da terra os piedosos não deixam de permanecer firmes perante o Senhor, segue-se que a salvação lhes é associada à eternidade de Deus. Contudo, esta esperança não pode, de modo algum, subsistir, a menos que descanse na promessa que lemos em Isaías [51.6]: "Os céus, diz o Senhor, dissipar-se-ão como fumaça, a terra gastar-se-á como uma vestimenta, e seus habitantes se desvanecerão como estas mesmas coisas; mi-

208. Primeira edição: "Se a derradeira linha e meta houvesse de estar na morte, nela nenhuma diferença se poderia assinalar do justo e do ímpio: entre si se distinguem pela sorte que permanece diversa a um e ao outro após a morte."

209. Primeira edição: "E, [em] primeiro [lugar], Davi, que, por isso que aos demais foi antecessor no tempo, assim também, segundo a ordem da divina dispensação, adumbrou os mistérios celestes mais obscuramente que eles, com quão grande perspicuidade e certeza, entretanto, a este escopo dirige!"

nha salvação, porém, será para sempre, e minha justiça não desvanecerá” – *passagem* na qual a perpetuidade da justiça e da salvação é atribuída não até onde residem em Deus, mas até onde são experimentadas pelos homens.

16. Mais exclamações de Davi quanto à bem-aventurança dos justos, não possível na miséria desta vida

Realmente não se podem entender de outra maneira as coisas que em diversos lugares Davi canta da prosperidade dos fiéis, senão atribuindo-as à manifestação da glória celestial.[210] Desta natureza são: “O Senhor guarda as almas de seus santos; livra-los-á da mão do pecador. A luz nasceu para o justo e para os retos de coração a alegria” [Sl 97.10, 11]. Igualmente: “A justiça do piedoso permanece para todo o sempre; sua força será exaltada em glória; o anelo dos pecadores perecerá” [Sl 112.9, 10]. Também: “Na verdade, os justos confessarão teu nome; os retos habitarão com tua presença” [Sl 140.13]. Ainda: “Em eterna lembrança estará o justo” [Sl 112.6]. Ademais: “O Senhor redimirá as almas de seus servos” [Sl 34.22].

A verdade é que o Senhor às vezes deixa seus servos ao bel-prazer dos ímpios, não só para que sejam *por eles* oprimidos, mas até estraçalhados e destruídos, permite que os bons definhem em trevas e em imundície, enquanto que os ímpios quase refulgem em meio às estrelas. Não os alegra a tal ponto com a serenidade de seu semblante que desfrutem diariamente de deleite. Por isso, o mesmo Davi não oculta que se os fiéis fixam seus olhos no estado deste mundo, seria uma gravíssima tentação de dúvida, se Deus galardoa e recompensa a inocência.[211] A tal ponto prospera e floresce a impiedade, na maioria das vezes, enquanto é oprimida a grei dos piedosos com ignomínia, pobreza, desprezo e toda espécie de cruz! “Pouco faltou”, diz *ele*, “que se resvalasse meu pé, que escorregassem meus passos, enquanto me abrasa ante a boa sorte dos estultos, enquanto vejo a prosperidade dos réprobos” [Sl 73.2, 3]. Conclui, enfim, após a narração *deste paradoxo*: “Quando pensava em entender isto, foi para mim muito doloroso; até que entrei no santuário de Deus; então entendi o fim deles” [Sl 73.16, 17].

17. Só na vida futura serão atendidos os anseios dos justos e cumpridas as promessas de que são alvo

Portanto, ainda desta confissão de Davi aprendamos que os santos patriarcas, no Antigo Testamento, não ignoraram quão raramente, ou nunca, Deus, neste mundo,

210. Primeira edição: “Com efeito, nem se pode receber de outra maneira [o] que, a cada passo, [Davi] canta acerca do próspero predicamento dos fiéis, senão que se devam referir [essas jaculatórias] à mainifestação da glória celeste.”

211. Primeira edição: “Em vista do que, não dissimula, na verdade, o próprio [Davi], que se os fiéis fixam os olhos no presente estado de cousas, de gravíssima tentação haverão de ser acometidos, como se à inocência nenhum favor, nem mercê, houvesse junto a Deus.”

concretiza *as coisas* que promete a seus servos, e por isso *eles* elevavam a mente ao sacrário de Deus, no qual tinham escondido o que não aparece na sombra da presente vida. Este *sacrário* era o Juízo Final de Deus, o qual, embora de modo algum pudessem contemplar com os olhos, se contentavam em compreender pela fé.

Arrimados em tal confiança, não nutriam dúvida de que, o que quer que acontecesse no mundo, no entanto haveria de vir o tempo, um dia, em que se cumprissem as promessas de Deus. Como *o* atestam estas palavras: "Eu, em justiça, haverei de contemplar tua face; saciado haverei de ser com tua presença" [Sl 17.15]. Igualmente: "Eu *sou* como uma oliveira verde na casa do Senhor" [Sl 52.8]. Ainda: "O justo florescerá como uma palmeira; como um cedro do Líbano florescerá. Plantados na casa do Senhor, nos átrios de nosso Deus florirão; ainda na velhice darão fruto; viçosos e verdejantes haverão de ser *ainda então*" [Sl 92.12-14]. Como havia dito pouco antes: "Quão profundos são teus pensamentos, ó Senhor, enquanto florescem os ímpios: brotam como a erva, para que pereçam para sempre" [Sl 92.5, 7].

Onde estará esta beleza e graça dos fiéis, senão quando a face deste mundo tiver sido mudada pela manifestação do reino de Deus? Quando os olhos convergirem para essa eternidade, desprezada a momentânea agrura das calamidades presentes, confiantemente irrompam nestas palavras: "Não permitirás jamais que pereça o justo, mas os ímpios tu os precipitarás no poço da perdição" [Sl 55.22, 23]. Onde neste mundo há um poço de eterna destruição, que trague os celerados, a cuja felicidade também, em outro lugar, isto se conta: que "Na prosperidade gastam seus dias, e num momento descem à sepultura" [Jó 21.13]? Onde está aquela firmeza dos santos, a quem o próprio Davi nos apresenta constantemente afligidos de infindas formas e até totalmente abatidos?[212] Isto é, diante dos próprios olhos colocava não o que opera a instável e mais do que estuária vicissitude do mundo; pelo contrário, o que o Senhor há de fazer quando, um dia, tomará assento para defender a eterna constituição de céu e terra.

Como admiravelmente *o* descreve *Davi* em outro lugar [Sl 49.6-14]: "Aqueles que confiam em sua fazendo, e se gloriam na multidão de suas riquezas, nenhum deles de modo algum pode remir a seu irmão, ou dar a Deus o resgate dele (pois a redenção de sua alma é caríssima, e cessará para sempre), para que viva para sempre, e não veja corrupção. Porque ele vê que os sábios morrem; perecem igualmente tanto o louco como o brutal, e deixam a outros seus bens. Seu pensamento interior é que suas casas serão perpétuas e suas habitações de geração em geração; dão a suas terras seus próprios nomes. Todavia o homem que está em honra não permanece; antes, é como os animais que perecem. Este caminho deles é sua loucura; contudo sua posteridade aprova suas palavras. Como ovelhas são postos na sepultura; a mor-

212. Primeira edição: "Onde a tão grande imperturbabilidade dos santos, os quais queixa-se, por toda parte, o próprio Davi de não apenas serem conturbados, como serem também de todo oprimidos e consumidos?"

te se alimentará deles e os retos terão domínio sobre eles na manhã, e sua formosura se consumirá na sepultura, a habitação deles.”

Essa irrisão dos estultos, já que descansam nos inconstantes e fugidios bens do mundo, mostra, *em* primeiro plano, que outra felicidade muito diferente deve ser buscada pelos sábios. Mas, evidentemente, Davi desvenda aí o mistério da ressurreição, quando, perdidos e extintos os estultos, ele *então* estabelece o reino dos piedosos. Ora, pergunto, qual diremos ser esse “despontar da luz”, senão a revelação da nova vida que segue o fim da presente?

18. A bem-aventurança futura do justo em contraste com a miséria do ímpio

Daí nascia aquela ponderação da qual os fiéis se serviam para consolo das misérias e remédio da resignação: “Um momento na indignação do Senhor; a vida em sua misericórdia” [Sl 30.5]. Como limitavam a um momento as aflições *aqueles* que eram afligidos por quase a vida inteira? Onde viam tão longa duração da divina benignidade, da qual mal provavam o mais leve gosto? Se porventura estivessem presos à terra, nada disso poderiam achar. Visto que contemplavam o céu, sabiam que os santos são atormentados pelo Senhor “com a cruz” por *apenas* um momento; que as misericórdias com que são cumulados são perpétuas. Por outro lado, anteviam a ruína, *ruína* eterna e que jamais haverá de findar-se, dos ímpios, os quais, como em um sonho, haveriam de ser felizes só por um dia.

Donde estas palavras: “A memória do justo será em bênção, mas o nome dos ímpios apodrecerá” [Pv 10.7]; “Preciosa é à vista do Senhor a morte dos santos” [Sl 116.15], “péssima *é* a morte dos pecadores” [Sl 34.21]. Igualmente, em Samuel: “O Senhor guardará os pés dos santos e os ímpios ficarão emudecidos nas trevas” [1Sm 2.9]. *Palavras estas* que deixam claro que aqueles haviam conhecido muito bem que, por mais variadamente que fossem os santos levados em volta, seu fim último, no entanto, *seria* a vida e a salvação; que a felicidade dos ímpios era uma senda amena pela qual, pouco a pouco, deslizavam à voragem da morte. Por isso, à morte destes chamavam “a destruição dos incircuncisos” [Ez 28.10; 31.18; 32.19-21], como *daqueles* a quem fossse cortada a esperança da ressurreição. Portanto, Davi *não* pôde cogitar de nenhuma imprecação mais grave do que esta: “Sejam apagados do livro da vida e com os justos não sejam arrolados” [Sl 69.28].

19. A esperança da vida futura na palavra de Jó

Acima, porém, dos demais, *paira* esse insigne pronunciamento de Jó: “Sei que meu redentor vive, e *que* no dia último haverei de ser ressuscitado da terra, e em minha carne verei a Deus, meu salvador. Posta está em meu seio esta minha esperança” [Jó 19.25-27]. Quantos querem ostentar sua habilidade, cavilam *dizendo* que

estas *declarações* não podem ser entendidas *como uma referência* à ressurreição final, mas ao primeiro dia, qualquer que tenha sido, em que Jó esperava que Deus haveria de vir a ser mais benigno *com ele*; com *o* quê, embora concordemos em parte, contudo arrancaremos *deles*, queiram ou não, isto: Jó não teria chegado a esta amplitude de esperança, se em pensamento tivesse se deixado ficar na terra. Portanto, há que convir em que ele fixou seus olhos na imortalidade futura, pois compreendeu que, inclusive na sepultura, seu Redentor se preocupara com ele; já que a morte é o supremo desespero para os que têm seus pensamentos exclusivamente neste mundo, este não podia tirar-lhe a esperança.[213] "Ainda que ele me mate", dizia, "nele, entretanto, esperarei" [Jó 13.15].

E se algum obstinado murmura contra isto, dizendo que bem poucos pronunciaram palavras semelhantes, e por isso não se pode provar que esta foi uma doutrina comumente admitida pelos judeus, a esse lhe responderei no ato, dizendo que estes, com suas palavras, não quiseram ensinar uma espécie de sabedoria oculta, só acessíveis a uns poucos espíritos excelentes e particularmente dotados, pois os que pronunciaram estas palavras foram pelo Espírito Santo constituídos doutores, e abertamente ensinaram a doutrina que o povo haveria de professar.[214] Portanto, quando ouvirmos os oráculos públicos do Espírito Santo, nos quais dissertou tão clara e lucidamente acerca da vida espiritual na igreja dos judeus, de intolerável renitência haverá de ser relegá-los a um pacto meramente carnal, em que se faça menção só da terra e da opulência terráquea.

20. A esperança da vida futura no ensino dos profetas

Se *porventura eu* descer aos profetas posteriores, então, na verdade, *nos* será possível divagar livremente, como em campo próprio. Ora, se em Davi a vitória não foi difícil, em Jó *e* Samuel será muito mais fácil aqui. Pois o Senhor susteve esta economia e esta ordem na administração do pacto de sua misericórdia, de sorte que, quanto mais com o correr do tempo se aproximava o dia da plena revelação, com tanto maior clareza o quis anunciar.[215] Assim, no início, quando a Adão foi dada a primeira promessa de salvação [Gn 3.15], como que brilharam tênues centelhas;

213. Primeira edição: "Necessário, portanto, é confessemos que tivera os olhos postos na imortalidade futura [aquele] que havia contemplado consigo haver de estar presente o Redentor, ainda quando a jazer no sepulcro. Com efeito, aos que pensam somente acerca da vida presente a morte é o extremo desespero. Todavia, nem a própria [morte] podia abscindir-lhe a esperança."

214. Primeira edição: "Nem para comigo aqui vocifere qualquer paroleiro que de poucos hão sido essas asserções de onde longe está de que se prove tal haver sido a crença entre os judeus. Pois, de pronto, resposta de mim receberá: esses poucos não hão manifestos em tais asserções alguma sabedoria secreta, a que fossem, individual e particularmente, admitidas apenas mentes privilegiadas. Pelo contrário, como pelo Espírito Santo haviam sido constituídos mestres do povo, tinham proclamado abertamente os mistérios de Deus que deveriam ter sido aprendidos de maneira generalizada e deveram ser os princípios da religião popular."

215. Primeira edição: "que, quanto mais próximo se achegava à plena exibição no passar do tempo, de tanto maiores incrementos luz infundisse no curso da revelação."

depois, feito suplemento, maior amplitude de luz começou a difundir-se, *luz* que, a seguir, despontou mais e mais e projetou seu fulgor mais largamente, até que, enfim, dissipadas todas as nuvens, o Sol da Justiça, Cristo, iluminou, em toda a plenitude, todo o orbe da terra.

Logo, não é de temer-se que, se para comprovar nossa causa busquemos os sufrágios dos profetas, esses *sufrágios* nos falhassem. Entretanto, uma vez que vejo ter que subsistir ingente floresta de material, em que se faz necessário deter-nos muito mais demoradamente do que permita o plano programado, pois seria necessário longo volume, e, ao mesmo tempo, julgo haver eu, mercê das *coisas ditas* previamente, distendido até mesmo ao leitor pouco perspicaz um caminho pelo qual possa avançar em marcha desimpedida, abster-me-ei de prolixidade inteiramente desnecessária no presente; contudo, avisados os leitores antecipadamente, a que se lembrem de abrir para si o caminho com esta chave que lhes pusemos anteriormente na mão. Isto é, quantas vezes celebram os profetas a bem-aventurança do povo fiel, da qual na presente vida mal se percebem *sequer* mínimos vestígios, recorram *eles* a esta distinção: a fim de que melhor enaltecessem a bondade de Deus, os profetas *a* apresentaram ao povo através de benefícios temporários, como uma espécie de figuras; mas, ao mesmo tempo, quiseram com estas figuras levantar os entendimentos acima da terra, para além dos elementos deste mundo corruptível, e incitá-los a meditarem por necessidade na bem-aventurança da vida futura e espiritual.[216]

21. A esperança da vida futura na visão de Ezequiel 32 e Isaías 26

Contentar-nos-emos com um exemplo. Quando, deportados para a Babilônia, os israelitas visualizariam sua dispersão ser muito semelhante à morte, mal podiam ser demovidos desta opinião, a saber: julgavam ser fabuloso *o* que Ezequiel vaticinava acerca de sua restauração, pois pensavam ser isto literalmente, como se o *profeta* estivesse anunciando que cadáveres *já* putrefatos haveriam de ser ressuscitados à vida. Para que pusesse à mostra que nem *mesmo* por esta própria dificuldade era impedido de dar o devido lugar a *esse* benefício, o Senhor mostra ao Profeta, em uma visão, um campo cheio de ossos secos, aos quais, mediante o poder unicamente de sua palavra, restaurou, em um momento, o espírito e a vitalidade [Ez 37.1-14]. Com efeito, servia a visão para corrigir a presente incredulidade, mas, nesse mesmo tempo, conscientizava os judeus de quanto além da *mera* restauração do povo se estenderia o poder de Deus, o qual, meramente de *seu* arbítrio, tão facilmente infundiria vida aos ossos secos e espalhados.

216. Primeira edição: “a fim de que melhor recomendassem a bondade de Deus, os profetas [a] hão adumbrado ao povo mediante benefícios temporários, como se [lhes foram] dir-se-iam delineamentos, mas, por outro lado, hão-lhe pintado imagem tal que arrebatasse as mentes além da terra, dos elementos deste mundo e do século que haverá de perecer, e [as] excitasse a necessariamente pensar na felicidade da vida futura e espiritual.”

Pelo que, compararás apropriadamente esse vaticínio com outro, *o* de Isaías [26.19-21]: “Os mortos viverão e (*até* meu cadáver) ressurgirão. Despertai-vos e exultai, *vós* que habitais no pó, pois o orvalho do campo verdejante é teu orvalho e à ruína arrastarás a terra dos gigantes. Vem, ó povo meu, entra em tuas tendas, fecha tuas portas sobre ti, esconde-te por um pouquinho, até que passe a indignação, pois eis que o Senhor sairá de seu lugar para visitar a iniqüidade do habitante da terra contra ele, e a terra porá à mostra seu sangue, nem cobrirá por mais tempo seus mortos.”

22. A esperança da vida futura em outras duas passagens: uma de Isaías e a outra de Daniel

Todavia, se alguém tenta sujeitar todas *as referências* a regra *de interpretação* desse gênero, terá procedido absurdamente, pois há algumas passagens que mostram, sem nenhuma obscuridade, a imortalidade futura que aguarda aos fiéis no reino de Deus, das quais já mencionamos algumas; quanto muitas outras, apresento especialmente estas duas. Uma em Isaías [66.22-24]: “Como os novos céus e a nova terra que faço subsistir diante de mim, assim subsistirá vossa posteridade. E será mês após mês, sábado após sábado: virá toda a carne a adorar perante minha face, diz o Senhor. E sairão, e verão os cadáveres dos homens que prevaricaram contra mim, por isso o verme não lhes morrerá, e o fogo não se extinguirá.” A outra, porém, de Daniel [12.1, 2]: “Naquele tempo, levantar-se-á Miguel, o grande príncipe, que está a postos em favor dos filhos de seu povo, e virá uma era de angústia, qual não houve desde que as gentes começaram a existir. E então se salvará todo o teu povo, *aquele* que for achado escrito no livro. E daqueles que dormem no pó da terra despertar-se-ão, uns para a vida eterna, outros para o opróbrio sempiterno.”

23. A conclusão incontestável: o Antigo Testamento e o pacto nele contido polarizados na promessa da vida futura

Agora, já que há menos controvérsia e mais clareza, não me delongarei em provar dois pontos restantes, a saber: que os pais tiveram a Cristo como o penhor de seu pacto e que puseram nele toda a confiança da bênção. Portanto, estabeleçamos firmemente *o* que não pode ser subvertido por qualquer maquinação do Diabo: que o Antigo Testamento, ou Pacto, que Deus firmou com o povo de Israel, não se limitara às coisas terrenas; ao contrário, continha a promessa da vida espiritual e eterna, cuja expectação se impôs *que fosse* impressa na mente de todos quantos anuíam verdadeiramente ao pacto.

Logo, alijemos para bem longe esta insana e perniciosa opinião de que ou o Senhor outra coisa não prometera aos judeus, ou eles nada buscaram, exceto saciedade do ventre, deleites da carne, riquezas florentes, poder exterior, fecundidade de

filhos e tudo quanto tenha em apreço o homem animal. Pois Cristo, o Senhor, promete hoje aos seus não outro “reino dos céus” senão *aquele* onde se reclinem com Abraão, Isaque e Jacó [Mt 8.11], e Pedro declarava que os judeus de seu tempo eram herdeiros da graça do evangelho, por isso eram “os filhos dos profetas, incluídos no pacto que Deus havia outrora firmado com seu povo” [At 3.25].

E para que isso não se houvesse de atestar somente por palavras, comprovou-as o Senhor também com o fato. Pois, nesse *exato* momento em que ressuscitou, do consórcio de sua ressurreição dignou a muitos dos santos e concedeu que fossem vistos na cidade *de Jerusalém* [Mt 27.52, 53], outorgado, assim, seguro penhor de que tudo quanto fez e sofreu na aquisição da salvação eterna pertence aos fiéis do Antigo Testamento não menos que a nós. Com efeito, atesta-o Pedro, *eles* foram dotados também do mesmo Espírito de fé com que somos regenerados à vida [At 15.8]. Quando ouvimos haver neles habitado, igualmente, esse espírito que é como que, dir-se-á, uma centelha de imortalidade em nós, donde também se chama, em outro lugar [Ef 1.14], de “penhor de nossa herança”, como ousaremos detrair sua herança da vida?

Portanto, mais de admirar é que os saduceus tenham outrora caído nisto, por sua obtusidade, *a saber*: negavam tanto a ressurreição, quanto a substancialidade das almas, ambas as quais foram assinaladas por tão claros testemunhos da Escritura. Nem menos monstruosa haveria hoje de ser a loucura de toda a nação *judaica* em esperar um reino terrestre de Cristo, embora as Escrituras tivessem predito muito antes que *eles* haveriam de sofrer este castigo por causa da rejeição do evangelho. Pois assim convinha ao justo juízo de Deus ferir de cegueira as mentes que, recusando a luz do céu oferecida, de si mesmas trouxeram trevas sobre si. Portanto, lêem Moisés e assiduamente *o* folheiam, contudo são impedidos por um véu anteposto, de sorte que não vejam sua luz a resplandecer na face [2Co 3.13-15]. E desse modo ela lhes permanecerá coberta e envolta, até que se voltem para Cristo, de quem agora diligenciam, quanto podem, por afastá-la e separá-la.

CAPÍTULO XI

DA DIFERENÇA DOS TESTAMENTOS ENTRE SI

1. A primeira de cinco diferenças que podem ser salientadas entre os dois Testamentos, diferenças que, porém, não lhes afetam a unidade

E então? Porventura dirás que nenhuma diferença é deixada entre Antigo e Novo Testamentos? E o que se fará a tantas passagens da Escritura, onde entre si se contrastam como coisas muito diversas? Eu, na verdade, aceito de bom grado as diferenças que se registram na Escritura, mas de tal modo que nada denigram à unidade já estabelecida, como se haverá de ver quando as tratarmos na *devida* ordem. As principais, porém, quanto me foi possível notar e posso lembrar, são elas quatro em número, às quais, se apraza acrescentar uma quinta, muito longe estou de reclamar. Digo que todas estas *diferenças* são de tal natureza, e comprometo-me a demonstrá-lo, que dizem respeito ***ao modo de administração***, antes que à ***substância***. Por esta razão, nada impedirá que as promessas permaneçam as mesmas, quer do Antigo, quer do Novo Testamento, e Cristo como sendo o mesmo fundamento das próprias promessas.

Ora, a primeira *diferença* é que, ainda quando, também outrora, queria o Senhor alçar as mentes de seu povo à herança celestial, e elevar os ânimos em relação a ela, todavia, para que em sua esperança melhor fossem nutridos, *a* exibia para que fosse contemplada, e como que degustada, sob *a forma de* benefícios terrenos. Agora, revelada pelo evangelho mais clara e diafanamente a graça da vida futura, *o Senhor* nos dirige as mentes diretamente à sua meditação, posta de parte a maneira inferior de exercitação que aplicava em relação aos israelitas.

Aqueles que não atentam para este plano de Deus pensam que o povo antigo não foi além desses benefícios que eram prometidos ao corpo. Ouvem tantas vezes a menção da terra de Canaã como a insigne e até mesmo a única recompensa aos cultores da lei divina. Ouvem o Senhor ameaçar aos transgressores desta mesma lei com a mesma severidade com que seriam expelidos da posse de sua terra e dispersos por regiões estranhas [Lv 26.33; Dt 28.36]. Vêem, finalmente, que todas as bênçãos e maldições que Moisés anuncia vêm quase a este mesmo ponto.[217] Destas *coisas* postulam, sem a mínima dúvida, dos demais povos haverem os judeus sido separados não por sua *própria* causa, mas por uma *causa* alheia, a saber, *para* que a

217. Primeira edição: “Vêem reduzir-se quase que a esta suma todas e quantas, ou bênçãos ou maldições, são pronunciadas por Moisés.”

Igreja Cristã pudesse ter uma representação em cuja forma exterior contemplasse expressões das coisas espirituais. Quando, porém, algumas vezes a Escritura mostra o próprio Deus destinando a isso os benefícios terrenos com os quais os aquinhoava, que assim os estava conduzindo pela mão à esperança celestial, deixar de atentar para dispensação desta natureza foi de excessiva imperícia, para não dizer obtusidade.

Com esta espécie de homens o ponto de controvérsia consiste em que eles ensinam que a posse da terra de Canaã constituía para os israelitas a suprema e última bem-aventurança; e que para nós, depois de Cristo ser revelado, tipificava a herança celestial. Nós contendemos, em contrário, que na possessão terrena de que fruíam tinham contemplado como que num espelho a herança futura que criam ter sido para eles preparada nos céus.

2. As bênçãos materiais do Antigo Testamento eram sombras da bênção espiritual da dispensação do evangelho

Isto refulgirá melhor *à luz* da comparação que Paulo fez *na Epístola* aos Gálatas. *Ele* compara a nação dos judeus a um herdeiro *quando* criança, que, ainda não idôneo para governar-se, segue o ditame de um tutor ou curador, a cuja custódia foi confiado [Gl 4.1-3]. Entretanto, ele refere esta comparação acima de tudo às cerimônias *rituais*, nada impedindo a que também aqui se aplique muito apropriadamente. Portanto, foi-lhes destinada a mesma herança que a nós, mas, em razão da idade, ainda não eram capazes dela tomar posse e *dela* tratar. *Estava* entre eles a mesma Igreja, todavia, até esse ponto, como que na infância.

Daí, o Senhor os manteve sob esta tutela, de sorte que não lhes desse as promessas espirituais, aliás, desnudas e manifestas, mas debuxadas, em certa medida, sob prefigurações terrenas. Portanto, quando à esperança da imortalidade associava Abraão, Isaque e Jacó, e a posteridade deles, prometeu-lhes em herança a terra de Canaã, na qual não fundamentassem suas esperanças, mas de cuja visão se exercitassem e se firmassem na esperança daquela herança real que ainda não se fazia patente. E para que não viessem a desvairar no engano, era-lhes dada uma promessa superior, que *lhes* atestasse não ser a terra o supremo benefício de Deus. Assim, não se permite que Abraão ficasse estático na promessa prometida da terra; pelo contrário, mediante uma promessa maior, sua mente é elevada ao Senhor. Pois, ouve *ele*: "Abraão, Eu *sou* teu protetor e mui grande é teu galardão" [Gn 15.1]. Aqui vemos que a finalidade do galardão de Abraão é posta no Senhor, para que não buscasse *ele* nos elementos deste mundo esse *galardão* incerto e inconstante; ao contrário, o refletisse como sendo imarcescível. Em seguida acrescenta a promessa da terra, não com outra condição senão que seja símbolo da divina benevolência e tipo da herança celestial, o que declaram os testemunhos ter sido esse seu sentido para os santos. Desse modo, Davi passa das bênçãos temporais para aquela *bênção* suprema e final.

"Meu coração e minha carne", diz *ele*, "desfalecem de anseio por ti. Deus *é* minha porção para sempre" [Sl 73.26; 84.2]. De novo: "O Senhor *é* a porção de minha herança e de meu cálice; tu és *aquele* que a mim *me* conservas a herança" [Sl 16.5]. Igualmente: "A ti clamei, Senhor, disse *eu*: Tu és minha esperança, minha porção na terra dos viventes" [Sl 142.5]. *Aqueles* que ousam assim falar, na verdade estão mostrando abertamente que, em sua esperança, transcendem ao mundo e a tudo quanto há de bens presentes.

Finalmente, os profetas descrevem esta bem-aventurança do mundo futuro mais freqüentemente sob *a forma do* tipo que haviam recebido do Senhor. Neste sentido devem ser entendidas estas expressões em Jó e, em muitos lugares, em Isaías, de que "os piedosos possuirão a terra em herança, mas os ímpios serão dela exterminados" [Jó 18.17]; que Jerusalém abundará em toda espécie de riquezas e Sião transbordará na abundância de todas as coisas [Is 60.5-9]. Vemos perfeitamente que todas essas coisas não dizem respeito propriamente à terra de nossa peregrinação ou à Jerusalém terrestre, mas à verdadeira pátria dos fiéis e àquela cidade celeste em que o Senhor ordenou a bênção e a vida para sempre [Sl 133.3].

3. A BEM-AVENTURANÇA FUTURA NÃO ERA APENAS TIPIFICADA NAS BÊNÇÃOS MATERIAIS, MAS TAMBÉM A PERDIÇÃO ETERNA SE ESPELHAVA NOS CASTIGOS TERRENOS

Esta é a razão por que se lê que os santos sob o Antigo Testamento estimaram como sendo de maior *vulto* o que agora parece próprio à vida mortal e suas bênçãos. Pois, ainda que soubessem muito bem que não deveriam deter-se nesta *vida* como se fosse a meta de sua carreira, entretanto, porque reconheciam os delineamentos de sua graça, que o Senhor aí imprimira para exercitá-los segundo a medida de sua fraqueza, eram tocados por seu dulçor ainda maior do que se tivessem contemplado meramente sua aparência.

Contudo, da mesma forma que, em atestando, através dos bens presentes, sua benevolência para com os fiéis, prefigurava, então, o Senhor a felicidade espiritual mediante tipos e símbolos desta natureza, de igual modo, por outro lado, nos castigos corporais dava mostras de seu juízo aplicado aos réprobos. Desse modo, como os benefícios de Deus eram mais evidentes nas coisas terrenas, assim também *seus* castigos. Enquanto os imperitos não ponderam esta relação e, por assim dizer, conformidade entre castigos e galardões, admiram-se de tão grande variação em Deus, como *Aquele* que, açodado outrora a punir com cruéis e horrendos suplícios a todos e quaisquer delitos do homem, agora, como que sustado o impulso da ferocidade antiga, não só pune *muito* mais brandamente, mas ainda muito mais raramente. E pouco falta a que, em razão disso, imaginem deuses diversos do Antigo e do Novo Testamentos, *o* que, aliás, sucede aos maniqueus.

Aliás, nos devencilharemos facilmente de tais entraves se voltarmos a mente para esta dispensação de Deus de que falei, *a saber*, que durante esse tempo em que ao povo de Israel ministrava seu Testamento, até então como que de forma velada, quis *ele* significar e prefigurar ora, mediante benefícios terrenos, a graça da felicidade futura e eterna, ora, mediante castigos corporais, a gravidade da morte espiritual.

4. A SEGUNDA DIFERENÇA: NO ANTIGO TESTAMENTO JAZEM AS SOMBRAS; NO NOVO, A REALIDADE

Outra diferença de Antigo e Novo Testamentos é expressa nas figuras, uma vez que naquele a realidade estava ausente, ostentava somente a imagem e uma sombra em lugar do corpo, este exibe a realidade presente e o corpo real. E ocorre menção desta *diferença* quase sempre que ao Antigo Testamento se contraponha o Novo. Todavia, mais extensiva que em qualquer outro lugar é a consideração que se faz na Epístola aos Hebreus. Aí o Apóstolo disputa contra aqueles que não pensavam que as observâncias da lei mosaica não podiam ser abolidas sem que arrastassem consigo a ruína de toda a religião.

A fim de refutar esse erro, assume *ele o* que no Profeta fora predito acerca do sacerdócio de Cristo [Sl 110.4; Hb 7.11], pois quando Àquele se atribui um sacerdócio eterno, certo é que se abole esse sacerdócio em que diariamente uns eram substituídos pelos outros *como* sucessores [Hb 7.23]. Prova, porém, que a instituição deste novo sacerdócio prevalece *sobre o outro* porque é firmada em juramento [Hb 7.21]. Acrescenta, a seguir, que nesta transmutação de sacerdócio se opera também mudança de Testamento [Hb 8.6-13]. E isto, com uma razão, confirma ter sido necessário, porquanto esta era a fraqueza da lei: que ela nada podia conduzir à perfeição [Hb 7.19]. Então, a seguir, expõe de que natureza era essa fraqueza: na verdade, que consistia nas expressões externas da justiça da carne, que, segundo a consciência, não podiam tornar perfeitos a seus cultores, porque com sacrifícios de animais *a lei não* podia nem apagar pecados, nem granjear verdadeira santidade. Conclui, *pois, o autor de Hebreus* que nela houve *apenas* a sombra dos bens futuros, não a expressão viva das coisas [Hb 10.1], e por isso não teve outra função senão que fosse uma introdução à esperança superior que se exibe no evangelho.

Aqui se *nos* impõe ver em que aspecto se compara o pacto da lei com o pacto do evangelho, o ministério de Cristo com o *ministério* de Moisés. Ora, se a comparação dissesse respeito à substância das promessas, grande discrepância se estenderia entre os dois Testamentos. Uma vez que, entretanto, a outro *rumo* nos conduz o estado da questão, a este devemos volver-nos para descobrirmos a verdade. Tragamos, portanto, à liça o pacto que *Deus* sancionou uma vez, *pacto* eterno e jamais susceptível de abolição. O cumprimento deste *pacto*, donde afinal tem sua confirmação e ratificação, é Cristo. Enquanto é esperada tal confirmação, prescreve o Senhor, através de Moisés, cerimônias que são como que símbolos solenes desta confirmação.

O ponto de controvérsia era se convinha que as cerimônias ordenadas pela lei cessaram para deixar lugar a Cristo.[218] Contudo, estas *cerimônias* eram como que apenas ***acidentes*** do pacto, ou, na verdade, adições e anexos e, como diz o vulgo, ***acessórios***. Porque, no entanto, eram instrumentos de sua administração, têm o título de ***pacto***, como, aliás, costuma dar-se também com outros sacramentos *que recebem o nome da realidade que representam*. Conseqüentemente, em suma, neste contexto chama-se ***Antigo Testamento*** a maneira solene de confirmar o pacto compreendida em cerimônias e sacrifícios. Uma vez que, porém, nestas *cerimônias e sacrifícios* nada subsiste substancial, a não ser que se vá além *deles*, contende o Apóstolo ter sido necessário que se fizessem obsoletos e fossem abolidos, para que se desse lugar a Cristo, fiador e mediador de um Testamento superior [Hb 7.22], através de quem foi uma vez adquirida eterna santificação para os eleitos e obliteradas as transgressões que permaneciam sob a lei.

Pois, se *o* preferes, toma-*o* assim: o ***Antigo Testamento*** era o Testamento do Senhor que era ministrado envolto na observância obscrura e ineficaz das cerimônias, e por isso foi ***temporário***, porque estava como que em suspenso até que fosse sustentado por confirmação firme e substancial. Então, de fato, finalmente veio a tornar-se ***Novo*** e ***Eterno***, depois que foi consagrado e firmado pelo sangue de Cristo. Donde Cristo chamar ao cálice que distribui aos discípulos na Ceia, o cálice do Novo Testamento em seu sangue [Lc 22.20], para significar que ao Testamento de Deus a verdade em virtude da qual se faz ***Novo*** e ***Eterno*** então, realmente se confirma quando é selada com seu sangue.

5. A DISPENSAÇÃO VETEROTESTAMENTÁRIA COMO QUE ESTÁGIO DE INFÂNCIA

Daqui se faz claro em que sentido o Apóstolo disse que os judeus tinham sido pela tutelagem da lei conduzidos a Cristo antes que ele se exibisse na carne [Gl 3.24]. Confessa também que eles tinham sido filhos e herdeiros de Deus, os quais, porém, em razão de serem ainda crianças, tinham de ser mantidos sob a guarda de um tutor [Gl 4.1, 2]. Pois era próprio que, enquanto não se despontasse o Sol da Justiça, o fulgor da revelação não seria tão grande, nem tão grande a perspicácia em apreendê-la. Portanto, assim lhes dispensou o Senhor a luz de sua Palavra para que a vislumbrassem até então de longe e obscuramente. Por isso Paulo designa esta pobreza de compreensão pelo termo ***infância***, querendo o Senhor que fosse exercitada por elementos deste mundo e pelas mesquinhas observâncias externas, como que por regras de disciplina infantil, até que Cristo se manifestasse, através de quem convinha que o conhecimento do povo fiel atingisse a maturidade [Ef 4.13].

---

218. Primeira edição: “Isto vinha a contenção: impor-se-ia que [cessassem], porventura, e dessem lugar a Cristo as cerimônias que haviam sido ordenadas na Lei.”

Esta distinção assinalou-a o próprio Cristo quando dizia: “A lei e os profetas vigoraram até João; desde esse *tempo* anuncia-se o reino de Deus” [Lc 16.16]. O que a lei e os profetas deram a conhecer aos homens de seu tempo? De fato, conferiam o antegosto de sua sabedoria, que um dia se haveria de manifestar diafanamente, e a mostravam de antemão a brilhar distante. Quando, porém, Cristo pode ser apontado com o dedo, manifesto está o reino de Deus, pois que nele foram postos à mostra todos os tesouros da sabedoria e da inteligência [Cl 2.3], pelos quais se penetra até quase aos próprios recônditos do céu.

6. NEM MESMO OS GRANDES LUMINARES DA ANTIGA DISPENSAÇÃO TRANSCENDERAM ESSE ESTÁGIO DE INFÂNCIA

Nem prova nada contra *esta distinção o fato de* que quase ninguém se possa achar na Igreja Cristã que se compare com Abraão na excelência da fé, *e* que os profetas se tenham excedido neste poder do Espírito pelo qual ainda hoje iluminam o orbe inteiro. Ora, não está aqui a indagar-se quanto da graça o Senhor tenha conferido a uns poucos, mas, pelo contrário, que dispensação ordinária tenha *ele* seguido em ensinar o povo, a qual aparece entre esses próprios profetas que foram dotados de conhecimento especial acima dos demais. Pois, a pregação destes é não somente obscura, como que acerca de coisas longínquas, mas ainda encerrada em tipos. Além disso, por mais elevado fosse neles o conhecimento, entretanto, uma vez que tenham tido necessariamente de submeter-se à “pedagogia” comum do povo, também *eles* próprios se contam no número das crianças. Finalmente, jamais a qualquer *deles* então atingiu perspiciência tão grande, que de algum modo não percebesse a obscuridade que reinava.[219]

Donde essa *afirmação* de Cristo: “Muitos reis e profetas desejaram ver *as coisas* que vós estais vendo, e não viram; e ouvir *as coisas* que vós estais ouvindo, e não as ouviram” [Lc 10.24]; “portanto, bem-aventurados vossos olhos, porque vêem, e *vossos* ouvidos, porque ouvem” [Mt 13.16]. E certamente foi justo que a presença de Cristo sobressaísse nesta prerrogativa, *a saber*, que dela emergiu uma revelação mais luminosa dos mistérios celestiais. A isto se aplica também o que, anteriormente, citamos da Primeira Epístola de Pedro [1.12]: “Aos quais foi revelado que, não para si mesmos, mas para nós, eles ministravam estas coisas que agora vos foram anunciadas por aqueles que, pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho.”

---

219. Primeira edição: “que não soubesse, em certa medida, à obscuridade da época.”

7. A terceira diferença: a lei literal é mortificante e transitória; o evangelho é espiritual, vivificante e eterno

Passo então à terceira diferença, que é tomada de Jeremias, cujas palavras são: “Eis que virão dias”, diz o Senhor, “e celebrarei com a casa de Israel e com a casa de Judá um pacto novo, não conforme o pacto que estabeleci com vossos pais, no dia em que os tomei pela mão para os tirar da terra do Egito, um pacto que tornaram nulo, ainda que eu lhes fosse Senhor. Mas este será o pacto que celebrarei com a casa de Israel. Porei minha lei em suas entranhas, escrevê-la-ei em seus corações e me farei propício a sua iniqüidade. E não ensinará cada um a seu próximo, um homem a seu irmão, pois todos me haverão de conhecer, desde o menor até o maior” [Jr 31.31-34].

Desta passagem o Apóstolo tomou ocasião para estabelecer esta comparação entre a lei e o evangelho, de sorte que àquela chamasse *ensino* literal, a este, doutrina espiritual; daquela disse *ele* ter sido gravada em tábuas de pedra; deste *disse* ter sido escrito nos corações; daquela *disse* ser uma pregação de morte; deste *disse ser* de vida; daquela, de condenação; deste, de justiça; daquela, ser cancelada; deste, *diz que* permanece [2Co 3.6-11].

Como para o Apóstolo o propósito era expor a mente do Profeta, para que atinjamos o sentido de ambos será bastante considerar as palavras de um só *deles*. Todavia, há entre eles algo de semelhança. Pois o Apóstolo fala menos afetuosamente acerca da lei que o Profeta. Nem diz isto meramente em alusão à lei, mas, porque havia alguns embusteiros, κακόζηλοι [*kakŏzēloi – maus paladinos*] da lei, que obscureciam a clareza do evangelho com o pervertido zelo das cerimônias, disputa *ele*, quanto à natureza da lei, segundo o erro deles e *sua* estulta afeição. Logo, será importante observar este *ponto* peculiar em Paulo.

Ambos, porém, já que estão a colocar em contraste entre si o Antigo e o Novo Testamentos, nada contemplam na lei senão *o* que lhe *é* próprio. Por exemplo: a lei contém, aqui e ali, promessas de misericórdia. Uma vez que, no entanto, *essas promessas* foram assumidas de outra procedência, não se contam como parte da lei, quando se lhe discute a simples natureza. Somente isto lhe atribuem *o Profeta e o Apóstolo*: que preceitua o que é reto, proíbe as impiedades, proclama recompensa aos cultores da justiça, ameaça castigo aos transgressores, *porém*, ao mesmo tempo, não muda nem corrige a depravação do coração, que é inerente a todos os homens.

8. Exposição mais pormenorizada desta diferença

Exponhamos agora, membro a membro, a comparação do Apóstolo. O Antigo Testamento é ***literal***, porque *foi* promulgado sem a eficácia do Espírito; o Novo é ***espiritual***, porque o Senhor *o* gravou espiritualmente no coração humano [2Co 3.6]. Por isso, a segunda antítese é como que uma elucidação da primeira: o Antigo é

veículo de morte, porquanto *em* nada pode envolver todo o gênero humano, senão em maldição; o Novo é ***instrumento de vida***, porquanto, libertados da maldição, *nos* restaura ao favor com Deus. Aquele é o ***ministério da condenação***, porque a todos os filhos de Adão prova *serem* réus de injustiça; este é o ***ministério da justiça***, porque revela a misericórdia de Deus, mercê da qual somos justificados [2Co 3.9]. A última antítese deve ser aplicada às cerimônias da lei. Porquanto aquele tinha a imagem de coisas ausentes, impôs-se-lhe enfraquecer e desaparecer com o tempo; o evangelho, porquanto exibe o próprio corpo, retém firme e perpétua estabilidade [2Co 3.10, 11].

Jeremias, com efeito, chama até mesmo as leis morais um pacto débil e frágil, contudo por outra razão, isto é, porque foi logo depois rompido pela súbita defecção do povo ingrato. Entretanto, uma vez que violação desta natureza procede por culpa do povo, não poderia *ela*, com propriedade, ser imputada ao Testamento. As cerimônias, porém, uma vez que, em virtude de sua própria fraqueza, foram abolidas com a vinda de Cristo, tinham dentro de si a causa dessa fraqueza. Todavia, não se deve assim tomar essa diferença de letra e espírito como se o Senhor houvesse conferido sua lei aos judeus sem algum fruto, sem que algum deles voltasse para ele. Mas *ela* foi estabelecida à guisa de comparação para enaltecer a afluência da graça pela qual o mesmo Legislador, como que a vestir-se de uma nova pessoa, honrou a pregação do evangelho. Ora, se computamos a multidão desses a quem, regenerados por seu Espírito mediante a pregação do evangelho, de todos os povos agregou à comunhão de sua Igreja, diremos *terem sido* pouquíssimos, de fato quase nenhum, os que outrora, em Israel, abraçaram o pacto do Senhor com afeto de coração e de alma, os quais, no entanto, foram muitos, caso sejam computados em seu *próprio* rol, sem comparação.

9. A QUARTA DIFERENÇA: A LEI É REGIME DE SERVIDÃO; O EVANGELHO, REGIME DE LIBERDADE

Da terceira diferença emerge a quarta. Pois a Escritura chama o Antigo Testamento *o Testamento* de ***servidão***, porque gera temor nas almas; o Novo, porém, *o Testamento* de ***liberdade***, porque os anima à confiança e à certeza. Assim, Paulo *na Epístola* aos Romanos [8.15]: “Não recebestes”, diz *ele*, “o espírito de servidão, outra vez, para temor, mas o Espírito de adoção pelo qual clamamos: Abba, Pai.” Aqui se aplica *o* que se tem *na Epístola* aos Hebreus: que os fiéis então não achegaram ao monte material, e ao fogo ardente, e ao torvelinho, e à escuridão, e à tempestade, onde nada se ouve ou se vê, senão o que fere as mentes de terror, tanto que até o próprio Moisés se apavora, quando soa a voz terrível que todos suplicaram fossem poupados; pelo contrário, que se chegaram ao monte Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial etc. [Hb 12.18-22].

Mas, *o* de que Paulo trata *apenas* brevemente na referência que citamos da Epístola aos Romanos, expõe *ele* mais amplamente *na Epístola* aos Gálatas, quando extrai uma alegoria dos dois filhos de Abraão, nesta maneira: Hagar, a escrava, é tipo do Monte Sinai, onde o povo de Israel recebeu a lei; Sara, a livre, é figura da Jerusalém celestial, da qual emana o evangelho; assim como a semente de Hagar nasce ***serva***, a qual nunca alcança a herança, *e* a de Sara nasce ***livre***, à qual se deve a herança, assim também pela lei somos entregues à servidão, *e* somente pelo evangelho somos regenerados para liberdade [Gl 4.22-31]. Mas, a síntese é esta: o Antigo Testamento incutiu medo e tremor às consciências; pelo benefício do Novo *Testamento* acontece de serem liberadas para alegria. Aquele manteve as consciências sujeitas ao jugo da servidão; pela liberalidade deste *elas* estão liberadas para a liberdade.

Ora, se do povo de Israel são invocados, em objeção, os santos patriarcas, os quais, uma vez que seja evidente terem sido dotados conosco do mesmo Espírito de fé, segue-se terem sido participantes não só da mesma liberdade, como também da *mesma* alegria, respondemos que nenhuma das duas procedeu da lei. Pelo contrário, quando pela lei se sentiriam não apenas oprimidos por *sua* condição servil, mas ainda cansados pela inquietação da consciência, refugiaram-se na proteção do evangelho. E por isso foi fruto especial do Novo Testamento que, à parte da lei comum do Antigo Testamento, foram livrados desses males. Mais ainda, negaremos tenham sido *eles* a tal ponto aquinhoados do espírito de liberdade e certeza, que não experimentaram, em certo grau, tanto o temor quanto a servidão *suscitados* pela lei. Pois, por mais que desfrutassem desse privilégio que alcançaram pela graça do evangelho, estavam, contudo, sujeitos, juntamente com o povo em geral, aos mesmos grilhões e fardos das observâncias *cerimoniais*. Portanto, como fossem compelidos a observar diligentemente essas cerimônias, que eram símbolos de uma tutela semelhante a servidão, e *como* os títulos de dívida pelos quais se confessavam culpados de pecado não *os* livrassem da obrigação, quando se tem em mira essa dispensação comum pela qual o Senhor tratava então com o povo de Israel, com razão se diz, em contraste conosco, terem *eles* estado sob um Testamento de servidão e temor.

10. A dispensação da lei é meramente promissiva; a dispensação do evangelho é consumativa

As últimas três comparações que referimos são da lei e do evangelho, pelo que nelas a lei é designada pela expressão "Antigo Testamento"; *pela expressão* "Novo Testamento", o evangelho. A primeira se estende mais latamente, pois sob si compreende também as promessas que foram promulgadas antes da lei. O que, porém, indeferiu Agostinho[220] devam elas ser computadas debaixo da expressão "Velho

220. *Contra duas Cartas dos Pelagianos*; a Bonifácio, Livro III, capítulo IV.

Testamento". Nisto julgou muito bem. Nem quis outra *coisa* além daquilo que estamos a ensinar, visto que tinha em vista aqueles pareceres de Jeremias e de Paulo, em que o Antigo Testamento é distinguido da palavra da graça e da misericórdia. Na mesma referência, adiciona também isto muito a propósito, *a saber*, que os filhos da promessa [Rm 9.8], regenerados por Deus, os quais, mediante a fé operante através do amor [Gl 5.6], obedeceram aos mandamentos, pertencem ao Novo Testamento, desde o princípio do mundo. E isto na esperança não de *coisas* carnais, terrenas, temporais, mas de bênçãos espirituais, celestes, eternas, crendo especialmente no Mediador, por quem não duvidaram não só que o Espírito lhes ministrava a fim de praticarem o bem, mas ainda de que são perdoados sempre que pecassem.

Pois isto mesmo é o que tencionei afirmar: todos os santos, que a Escritura menciona *como* particularmente escolhidos por Deus desde o princípio do mundo, foram participantes conosco da mesma bênção para a salvação eterna. Logo, entre a nossa e a distinção daquele, isto se interpõe: que a nossa, segundo aquela declaração de Cristo de que a lei e os profetas *vigoraram* até João, a partir de então anuncia-se o reino de Deus [Lc 16.16], diferencia entre a clareza do evangelho e a dispensação mais obscura da palavra que *a* precedera; a outra simplesmente separa a fraqueza da lei da firmeza do evangelho. E aqui deve-se também notar a respeito dos santos pais que viveram de tal modo sob o Antigo Testamento, que não se detiveram ali, mas sempre aspiraram ao Novo, e assim lhe abraçaram real participação. Pois *aos* que, contentes com as sombras presentes, não dirigiram a mente para Cristo, os condena o Apóstolo de cegueira e maldição. Ora, para que calemos as demais *coisas*, que cegueira maior se pode imaginar do que esperar expiação de pecado de uma rês abatida; que buscar a purificação da alma na efusão exterior da água; que querer agradar a Deus com frias cerimônias, como se nelas muito se deleita *ele*? De fato, em todos estes absurdos caem *aqueles* que se apegam às observâncias da lei, sem *levar* em consideração a Cristo.

11. A QUINTA DIFERENÇA: O ANTIGO TESTAMENTO É VOLTADO PARA UM POVO; O NOVO É POLARIZADO PARA TODOS OS POVOS

A quinta diferença que se pode adicionar jaz nisto: que até a vinda de Cristo o Senhor separara, como um todo, um povo em que contivesse o pacto de sua graça. "Quando o Altíssimo distribuía os povos, quando dividia os filhos de Adão", diz Moisés, "coube-lhe por posse o seu povo; Jacó veio a ser o cordel da herança" [Dt 32.8, 9]. Em outro lugar, assim fala ao povo: "Eis que do Senhor teu Deus é o céu e a terra e tudo que nela há. Contudo, somente a teus pais se apegou; amou-os a tal ponto que escolheu sua semente após eles, isto é, a vós próprios, dentre todos os povos" [Dt 10.14, 15].

Portanto, só a esse povo, como se *ele* só dentre os homens lhe pertencesse,

dignou do conhecimento de seu nome; seu pacto como que lhe pôs no regaço; manifestou-lhe a presença de sua majestade; honrou-o com todos os privilégios. Mas, para omitirmos os demais benefícios, *atenhamo-nos a esse* um de que aqui se trata: mediante a comunicação de sua palavra, a si o uniu de tal sorte que fosse chamado e fosse tido por seu Deus. Enquanto isso, deixava que os demais povos andassem em fatuidade [At 14.16], como se consigo nada tivessem de relação e intercurso; nem, para que lhes curasse o mal, propiciava *o* que era o único remédio, a saber, a pregação da Palavra. Foi assim que Israel veio a ser, então, o filho querido do Senhor; os demais *eram* estranhos; aquele reconhecido, e recebido à confiança e à proteção, os demais deixados em suas trevas; aquele santificado por Deus, os demais profanos; aquele honrado na presença de Deus, os demais excluídos de toda aproximação.

Quando, porém, veio a plenitude dos tempos [Gl 4.4] destinada à restauração de todas *as coisas* [Mt 17.11], e foi revelado esse reconciliador de Deus e dos homens, derruída a muralha que, por tão longo tempo, mantivera a misericórdia de Deus confinada nos limites de Israel, foi anunciada a paz aos que estavam longe, não menos aos que se achavam perto, para que, juntamente reconciliados com Deus, se amalgamassem em um só povo [Ef 2.14-17]. Por isso, agora nenhuma distinção *há* de grego ou judeu [G1 3.28], de circuncisão ou incircuncisão, mas "Cristo é tudo em todos" [Cl 3.11], "a quem os povos foram dados por herança e os termos da terra por pecúlio" [Sl 2.8], para que "sem distinção domine *ele* de mar a mar e desde os rios até os extremos confins do orbe" [Sl 72.8].

12. Diferença entre Antigo e Novo Testamentos em relação à vocação dos gentios

Portanto, a vocação dos gentios é insigne marca através da qual se ilustra a excelência do Novo sobre o Antigo Testamento. Sem dúvida que de muitos e mui claros vaticínios dos profetas fora *ela* atestada anteriormente, seu cumprimento, porém, foi delongado até o reino do Messias. E, na verdade, o *próprio* Cristo não fez avanços para ela imediatamente após o primeiro início de sua pregação. Pelo contrário, a prorrogou até que, cumpridos todos os passos de nossa redenção e acabado o tempo de sua humilhação, recebesse do Pai "o nome que está acima de todo nome, diante do qual se dobrasse todo joelho" [Fp 2.9, 10]. Donde, ainda não chegada esta oportunidade, nega *ele* à mulher cananéia *ter sido* enviado a não ser às ovelhas perdidas da casa de Israel [Mt 15.24]; nem aos apóstolos, em *sua* primeira missão, permite transpor *esses* mesmos limites. "Pelo caminho dos gentios", diz *ele*, "não ireis e nas cidades dos samaritanos não entrareis. Ao contrário, ide antes às ovelhas perdidas da casa de Israel" [Mt 10.5, 6].

Mas, por mais que de tantos testemunhos fosse proclamada *a chamada dos genti-*

os, quando, entretanto, teve que ser empreendida pelos apóstolos, tão nova e insólita lhes pareceu que se *lhe* quedaram apavorados, como se *fora* alguma prodigiosa monstruosidade. Empreenderam-na, por fim, trepidantemente, é verdade, *e* nem sem hesitação. Nem *é* de admirar, pois parecia quase nada consentâneo à razão que o Senhor, que por tantos séculos preferira Israel aos demais povos, como que de repente, mudado o desígnio, abrisse mão dessa preferência. Isto de fato fora predito por meio de vaticínios. Contudo, não podiam *eles* estar a tal ponto atentos a *tais* vaticínios, que nada se deixassem afetar pela novidade do fato que se *lhes* deparava. Nem eram suficientemente fortes para demovê-los os exemplos da futura vocação dos gentios que Deus dera a conhecer já no passado. Ora, além de chamar a pouquíssimos *gentios*, a esses mesmos de certo modo *os* enxertava na família de Abraão, de sorte que fossem acrescentados a seu povo. Mas, através dessa chamada pública não só eram os gentios igualados aos judeus, mas ainda se fazia manifesto que estavam eles a tomar como que o lugar de mortos. Acrescenta que os estrangeiros jamais foram postos em igualdade com os judeus, quem quer que fossem, aos quais Deus admitira previamente ao corpo da Igreja. Dessa forma, não sem causa, Paulo proclama, com tanta veemência, este "um mistério escondido dos séculos e das gerações" [Cl 1.26], e diz ser o mesmo maravilhoso inclusive aos anjos [Ef 3.9, 10].

13. Essas diferenças dos Testamentos longe estão de implicar inconstância ou mutabilidade em Deus

Nestes quatro ou cinco tópicos penso que foi bem e fielmente exposta, quanto basta a uma singela maneira de ensinar, toda a diferença de Antigo e Novo Testamentos. Contudo, porque alguns alegam como grande absurdo esta variação no governar a Igreja, a maneira diversa no ensinar, tão grande mudança de ritos e cerimônias, também a estes importa responder antes que passemos a outras *considerações*. Mas isso se pode fazer sucintamente, porquanto as objeções não são tão sólidas que seja necessária laboriosa refutação.

Não é consentâneo, dizem *eles*, que Deus, que é consigo perpetuamente consistente, haja sofrido tão grande mudança que desaprovasse depois *o* que uma vez ordenara e recomendara. Respondo que não se deva julgar que Deus seja mutável, visto que, segundo sabia ser apropriado a cada uma, acomodou diferentes fórmulas a eras diferentes. Se um lavrador prescreve a sua família umas tarefas no inverno, outras no verão, não o argüiremos, por isso, de inconstância ou *o* julgaremos desviar-se da reta norma da agricultura, que se conformou à ordem perpétua da natureza. De igual modo, se um pai de família instrui, governa, trata a seus filhos de uma forma na infância, de outra na adolescência, de outra na juventude, não diremos, por isso, ser *ele* leviano ou descambar de sua opinião. Portanto, por que lançamos a Deus o estigma de inconstância pelo fato de que, mediante marcas apropriadas e congruentes, tenha *ele* distinguido a diversidade dos tempos?

A segunda dessas ilustrações deve satisfazer-nos inteiramente. Paulo compara os judeus a crianças, os cristãos a jovens [Gl 4.1-7]. Que há fora de ordem neste regime de Deus, que os confinou a rudimentos que com eles se coadunavam, segundo o nível de *sua* idade, *e* a nós *nos* instruiu através de uma disciplina mais firme e, dir-se-ia, mais viril? Portanto, nisto refulge a constância de Deus: que em todos os séculos tem ensinado a mesma doutrina *e* o *mesmo* culto de seu nome que preceituou desde o início persiste em requerê-lo. Que mudou a forma externa e o modo, nisto *Deus* não se mostra sujeito a mudança. Pelo contrário, *apenas* acomodou-se à capacidade dos homens, que é variável e mutável.

14. A soberana liberdade de Deus de a tudo dispor segundo seus propósitos

Com efeito, donde esta diversidade, insistem, senão porque Deus quis que *ela* fosse assim? Não pôde *ele*, porventura, tão bem de início, quanto após a vinda de Cristo, revelar a vida eterna mediante palavras explícitas, além de qualquer figura, instruir os seus com uns poucos e claros sacramentos, prodigalizar o Espírito Santo, difundir pelo orbe inteiro sua graça? Isto é, na verdade, exatamente como se litigassem com Deus, só porque criou *ele* o mundo tão tarde, quando *o* poderia *ter criado* desde o princípio, *ou* porque quisesse *ele* que houvesse alternâncias entre inverno e verão, dia e noite. Nós, porém – *o* que devem sentir todos os piedosos –, não duvidamos que tudo quanto foi feito por Deus o foi sabiamente e com justeza, ainda que freqüentemente desconheçamos a causa por que lhe conveio assim agir. Ora, seria isto arrogar demais para nós: não conceder a Deus que tenha razões de seu propósito que nos são ignotas.

Mas, dizem, é de admirar que recuse e abomine agora sacrifícios animais e todo aquele aparato do sacerdócio levítico nos quais se deleitava outrora. Como se, realmente, estas *coisas* externas e fugazes deleitem a Deus ou *o* afetem de qualquer modo! Já foi dito que *Deus* não fez nenhuma destas *coisas* por sua *própria* causa; pelo contrário, a todas determinou em prol da salvação dos homens. Se de uma enfermidade, da melhor maneira possível, um médico cura a um jovem, *mas* depois, em prol do mesmo *indivíduo*, já envelhecido, usa de outro processo de cura, porventura diremos ter ele repudiado o método de curar que *lhe* fora anteriormente do agrado? Ao contrário, enquanto nele persiste, constantemente, leva em conta o fator da idade. Desse modo, foi necessário que com uns sinais não só se prefigurasse o Cristo ausente, mas ainda se proclamasse quando havia de vir; agora, manifestado, importa que seja representado por outros *sinais*.

No tocante à vocação de Deus mais amplamente difusa por todos os povos na vinda de Cristo do que fora antes, e às graças do Espírito mais largamente derramadas, quem, pergunto eu, negaria ser justo que na mão e arbítrio de Deus esteja a livre

dispensação de suas graças, para que ilumine *aquelas* nações que *ele* queira *iluminar*, nos lugares que queira promover a pregação de sua palavra, sempre que queira prodigalizar o progresso e êxito de sua doutrina, nas eras em que *o* queira, por causa de sua ingratidão, do mundo detraia o conhecimento de seu nome, em vista de sua misericórdia, e o restitua quando novamente *o* queira? Vemos, portanto, que são calúnias sobremodo indignas, com as quais homens ímpios neste aspecto perturbam os ânimos dos símplices, para que ponham em dúvida, ou a justiça de Deus, ou a fidedignidade da Escritura.

CAPÍTULO XII

PARA QUE DESEMPENHASSE A FUNÇÃO DE MEDIADOR, NECESSÁRIO FOI QUE CRISTO SE FIZESSE HOMEM

1. A INSUFICIÊNCIA MEDIATORIAL DO HOMEM E A NATUREZA TEANTRÓPICA DO VERDADEIRO MEDIADOR

Era extremamente necessário que aquele que havia de ser nosso Mediador fosse verdasdeiro Deus e *verdadeiro* homem.[221] Se *alguém* indaga sobre a necessidade *disto*, de fato não houve uma *necessidade* simples ou, como geralmente dizem, absoluta. Procedeu, antes, do decreto celeste, do qual dependia a salvação dos homens. Mas, o Pai clementíssimo decretou *o* que nos era o melhor. Ora, uma vez que nossas iniqüidades, como se fosse uma nuvem interposta entre nós e ele, nos alienaram inteiramente do reino dos céus, ninguém podia ser o intermediário da paz a ser restaurada, senão *aquele* que pudesse achegar à sua presença. Quem, no entanto, haveria de achegar-se a ele? Qualquer dos filhos de Adão? Na verdade todos, com o próprio pai, se apavoravam ante a visão de Deus [Gn 3.8]. Algum dos anjos? Ora, até mesmo eles tinham necessidade de um Cabeça, através de cujo vínculo estivessem firme e indissoluvelmente ligados a seu Deus.

E então? A situação, certamente, era irremediável, a não ser que até nós descesse a própria majestade de Deus, já que não estava a nosso alcance subir até ele. Daí se fazia necessário que o Filho de Deus viesse a ser nosso ***Emanuel***, isto é, "Deus-conosco" [Is 7.14; Mt 1.23], de tal maneira que sua divindade e a natureza humana fossem unidas.[222] De outra sorte, nem *lhes seria* bastante próxima a contigüidade, nem bastante firme a afinidade, donde nos resultasse a esperança de Deus habitar conosco. Infinitamente grande era a discrepância entre nossa sordidez e a suprema pureza de Deus! Ainda que o homem permanecesse livre de toda mancha, sua condição, entretanto, era abjeta demais para que se achegasse a Deus sem Mediador.

Portanto, que *poderia o homem*, por sua ruína mortal abismado na morte e nos infernos, contaminado por tantas máculas, a tresandar em sua corrupção, enfim, chafurdado em toda maldição? Logo, querendo apresentar Cristo *como* o Mediador, não sem causa relembra Paulo expressamente ser *ele* homem. Diz ele: "Um é o

---

221. Primeira edição: "Agora, foi-nos da máxima importância que fosse tanto verdadeiro Deus quanto [verdadeiro] homem [aquele] que nos houvesse de ser o Mediador."

222. Primeira edição: "e, na verdade, nesta condição, que, em mútua conjunção, entre si coalescessem a Sua divindade e a natureza dos homens."

Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem" [1Tm 2.5]. Poderia tê-lo chamado ***Deus***; poderia até mesmo omitir o termo ***homem***, como *fizera com a palavra* ***Deus***. Mas, porque o Espírito, falando por sua boca, conhecia nossa fraqueza, para que se desse no momento oportuno, fez uso de um remédio mais apropriado, exibindo a público o Filho de Deus familiarmente como um dentre nós. E assim, para que ninguém se atormente investigando onde se poderia achar esse Mediador, ou de que forma se poderia chegar a ele, ao denominá-lo de ***homem*** nos dá a entender que ele está perto de nós, já que é de nossa própria carne.[223] Certamente refere *ele aqui* o mesmo que, em muitas palavras, se explica em outro lugar: não termos nós um Sumo Sacerdote que não possa sentir conosco nossas fraquezas, já que, só com a exceção do pecado, em tudo foi ele tentado à nossa maneira [Hb 4.15].

2. Cristo, o Mediador celestial, assume, na encarnação, a natureza humana com o fim de nos redimir

Isto se fará ainda mais claro, se ponderarmos como não foi vulgar o que o Mediador tinha de executar, isto é, que a tal ponto fôssemos restaurados à graça de Deus, que de filhos de homens *nos* fizesse filhos seus; de herdeiros da Gehena, a herdeiros do reino celestial. Quem poderia fazer isso, se o mesmo Filho de Deus não se fizesse filho do homem, e de tal forma tomasse o *que é* nosso, e nos transferisse o *que é* seu, e o que era inerentemente seu, pela graça se fizesse nosso? Portanto, apoiados neste penhor, confiamos ser filhos de Deus, porque o que por natureza era Filho de Deus, apropriou para si o corpo de nosso corpo, a carne de nossa carne, os ossos de *nossos* ossos, para que fosse precisamente o que somos, e não relutou em assumir o que nos era próprio, para que, por sua vez, a nós pertencesse o que ele tinha *de* propriamente seu, e assim ele, em comum conosco, fosse não só o Filho de Deus, mas também o Filho do Homem. Daqui essa santa irmandade que recomenda com seus *próprios* lábios, quando diz: "Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus" [Jo 20.17]. Por esta razão, certa nos é a herança do reino celeste, porque o Filho Único de Deus, a quem ela pertencia por inteiro, nos adotou para si *por* irmãos, porque, "se *somos* irmãos, logo *somos* também co-participantes da herança" [Rm 8.17].

Ademais, também por esta causa foi sobremodo proveitoso que fosse verdadeiro Deus e *verdadeiro* homem *Aquele* que haveria de ser nosso Redentor. Impunha-se-lhe aniquilar a morte. Quem poderia fazer isso, a não ser a própria Vida?[224] Impunha-se-lhe vencer o pecado. Quem poderia fazer isso, a não ser a própria Justiça? Impunha-se-lhe desbaratar as potestades do mundo e do ar. Quem poderia fazer isso,

223. Primeira edição: "Portanto, para que se não apoquente alguém [quanto a] onde se deva procurar esse Mediador, ou por que via a Ele se [haja] de chegar, dizendo[-O] homem, ensina [o Espírito] estar-nos [Ele] próximo, na verdade, junto [de nós], uma vez que é nossa carne."

a não ser um Poder superior tanto ao mundo quanto ao ar? Ora, em quem está a vida, ou a justiça, ou o senhorio e poder do céu, senão unicamente em Deus? Portanto, o Deus clementíssimo, quando nos quis redimir, se fez nosso Redentor na pessoa do Unigênito.

3. Cristo, o Mediador celestial, na encarnação assume a natureza humana para prestar, em nosso lugar, a obediência e expiação que devíamos prestar

O outro requisito de nossa reconciliação com Deus era este: que o homem, que se havia perdido por sua desobediência, à guisa de remédio contrapusesse a obediência, satisfizesse ao juízo de Deus, pagasse integralmente as penalidades do pecado. Portanto, nosso Senhor adiantou-se *como* verdadeiro homem, revestiu-se da pessoa de Adão, assumiu-*lhe* o nome, para que, em obedecendo-lhe, fizesse as vezes do Pai, para que apresentasse nossa carne como o preço de satisfação ao justo juízo de Deus, e na mesma carne pagasse completamente a pena que havíamos merecido. Uma vez que, afinal, nem podia, como somente Deus, sentir a morte, nem *como* somente homem *podia* superá-la, associou a natureza humana com a divina, para que sujeitasse à morte a fraqueza de uma, no afã de expiar pecados; e, sustentando luta com a morte pelo poder da outra, nos adquirisse a vitória. Logo, *aqueles* que despojam a Cristo ou de sua divindade, ou de *sua* humanidade, na realidade lhe diminuem tanto a majestade quanto a glória, obscurecem igualmente sua bondade. Mas, por outro lado, não menos detrimento causam aos homens, cuja fé assim abalam e subvertem, a qual não pode permanecer firme a não ser neste fundamento.

Acrescenta que o Redentor que se devia esperar foi aquele filho de Abraão e de Davi que Deus prometera na lei e nos profetas, donde as mentes pias colhem um outro fruto: que no próprio curso de descendência levada até Davi e Abraão reconheçam com certeza maior ser este o Cristo que foi celebrado em tantos oráculos. Mas, deve-se sustentar principalmente aquilo que expus há pouco: que a natureza comum *que temos com ele* é o penhor de nossa união com o Filho de Deus, e que, vestido de nossa carne, destruiu *ele* a morte com o pecado, para que a vitória e o triunfo fossem nossos; ofereceu *ele* em sacrifício a carne que recebeu de nós, para que, feita a expiação, apagasse nossa culpa e aplacasse justa ira do Pai.

4. A encarnação de Cristo não teve outro propósito, senão nossa redenção

Quem for diligentemente atento em ponderar estas *coisas* como é justo, deixará prontamente de levar em consideração as especulações errôneas que os espíritos

---

224. Primeira edição: "Quem isto podia, a não ser a Vida?"

levianos e ávidos por novidade arrogam para si, dizendo que Cristo, ainda que não fosse necessário tal remédio para redimir o gênero humano, contudo haveria de tornar-se homem. Confesso, por certo, que, na condição original da criação e no estado íntegro da natureza, *Cristo* foi posto acima de anjos e homens *como seu* Cabeça, razão por que Paulo o chama "o primogênito de toda a criação" [Cl 1.15]. Quando, porém, a Escritura inteira proclama haver-se ele revestido de carne a fim de que viesse a ser o Redentor, não passa de tremenda temeridade imaginar-se outra causa ou outro propósito.

A que fim foi Cristo prometido desde o início sabe-se sobejamente, ou, seja, para que restaurasse o mundo decaído e socorresse os homens perdidos. Desse modo, sob a lei, a imagem dele foi representada em sacrifícios, para que os fiéis nutrissem a esperança de que Deus lhes haveria de ser propício, após ser reconciliado por intermédio da expiação dos pecados. Certamente, quando em todos os tempos, até mesmo quando a lei ainda não *fora* promulgada, o Mediador jamais fora prometido sem sangue, concluímos que, no eterno desígnio de Deus, fora *ele* destinado a purgar as imundícies dos homens, uma vez que o derramamento de sangue veio a ser sinal de expiação [Hb 9.22]. Assim pregaram os profetas a seu respeito, de sorte a prometerem que *ele* haveria de ser o reconciliador de Deus e homens. Bastará para prová-lo o célebre testemunho de Isaías, no qual diz que ele será ferido por nossas rebeliões, para que o castigo de nossa paz esteja sobre ele [Is. 53.4, 5], e que seria o Sacerdote que se ofereceria como vítima [Hb 9.11, 12], que suas feridas seriam para a cura de outros, porque todos se desgarraram, e se extraviaram como ovelhas, agradando-se Deus em afligi-lo, para que levasse sobre si as iniqüidades de todos [Is 53.5, 6].[225]

Quando ouvimos ser Cristo particularmente devotado por Deus para levar ajuda a míseros pecadores, todo aquele que vai além destes limites incorre em curiosidade demasiado estulta. Quando ele apareceu pessoalmente, afirmou ser esta a causa de sua vinda: que, *sendo* Deus aplacado, conduzisse *ele* da morte para a vida. Os apóstolos atestaram o mesmo a respeito. Assim, antes de ensinar que a Palavra se fez carne [Jo 1.14], João narra a defecção do homem [Jo 1.9-11]. Mas é melhor que o ouçamos pessoalmente a sentenciar acerca de seu encargo: "Deus assim amou o mundo", diz *ele*, "que deu seu Filho Unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça. Pelo contrário, tenha a vida eterna" [Jo 3.16]. De igual modo: "A hora vem em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão" [Jo 5.25]. "Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que esteja

225. Primeira edição: "Suficiente será por todos só esse sobremaneira celebrado testemunho de Isaías em que prediz haver [Ele] de ser ferido pela mão de Deus por causa das transgressões do povo, de sorte que o castigo da paz estivesse sobre Ele [Is 53.4, 5], e haver [Ele] de ser o Sacerdote Que Se ofereceria como vítima [Hb 9.11, 12], de Suas chagas haver cura para outros, e porque todos se desgarraram, e se hão extraviado como ovelhas, haver aprazido a Deus afligi-lO, para que levasse as iniqüidades de todos [Is 53.5, 6].

morto, viverá” [Jo 11.25]. Também: “O Filho do homem veio para salvar o que se havia perdido” [Mt 18.11]. Ainda: “Os sãos não têm necessidade de médico” [Mt 9.12]. Não haveria limite, se eu quisesse mencionar todos *os textos pertinentes*.

Na verdade, com consenso unânime, evocamos os apóstolos para esta fonte. E, de fato, a não ser que *ele* tivesse vindo para reconciliar a Deus, posta por terra *lhe* estaria a honra do sacerdócio, visto que o sacerdote se interpõe *por* mediador entre Deus e os homens para fazer intercessão [Hb 5.1]. Não seria *ele* nossa justiça, pois foi feito vítima por nós para que Deus não nos impute os pecados [2Co 5.19]. Finalmente, despojado será *ele* de todos os encômios com que o adorna a Escritura. Por terra cairia também aquela *declaração* de Paulo: “Porquanto o que era impossível à lei, Deus enviou seu Filho, para que na semelhança da carne de pecado fizesse satisfação por nós” [Rm 8.3]. Nem ficaria de pé o que ensina em outro lugar: que neste espelho se revelou a bondade de Deus e *seu* imenso amor para com os homens: em que Cristo foi dado como Redentor [Tt 3.4].

Enfim, em qualquer outro lugar a Escritura não consigna outra finalidade para a qual o Filho de Deus quis assumir nossa carne, e tenha também recebido este encargo da parte do Pai, senão que houvesse de tornar-se vítima para aplacar o Pai em relação a nós. “Assim foi escrito, e assim se fez necessário, que Cristo sofresse e fosse pregado arrependimento em seu nome” [Lc 24.46, 47]. “Por isso, o Pai me ama, porque dou minha vida por *minhas* ovelhas. Esta incumbência me deu *o Pai*” [Jo 10.15, 17, 18]. “Como levantou Moisés a serpente no deserto, assim importa seja levantado o Filho do Homem” [Jo 3.4]. Em outro lugar: “Pai, livra-me desta hora. Mas, foi para essa hora que eu vim. Pai, glorifica o Filho” [Jo 12.23, 27, 28]. Nestas passagens, o Apóstolo assinala claramente por que ele assumiu a carne: para que viesse a ser a vítima e expiação, e assim abolisse os pecados. Pela mesma razão, declara Zacarias [Lc 1.79] que *ele* veio, segundo a promessa dada aos patriarcas: “para que iluminasse os que se assentavam na sombra da morte”.

Lembremo-nos de que todas estas *coisas* foram proclamadas a respeito do Filho de Deus, em quem, em outro lugar, Paulo testifica “estarem escondidos todos os tesouros do conhecimento e da sabedoria” [Cl 2.3], e à parte de quem *o Apóstolo* “se gloria de nada saber” [1Co 2.2].

5. Improcedência da tese de que a encarnação de Cristo poderia ocorrer à parte da redenção humana

É possível que alguém objete dizendo que tudo isso não impede que Jesus Cristo, ainda que seja verdade que resgatou os que estavam condenados, pudesse igualmente manifestar seu amor ao homem, embora tivesse conservado sua integridade, revestindo-se de sua carne,[226] a resposta é breve: uma vez que o Espírito declara que

226. Primeira edição: “Se alguém objeta que nada destas [cousas] obsta a que o mesmo Cristo Que

estas duas *coisas*, como Cristo se tornaria nosso Redentor e participante de *nossa* mesma natureza, foram intimamente associadas pelo eterno decreto de Deus, não é lícito indagar além. Ora, *aquele* em quem, não contente com a imutável ordenação de Deus, faz cócegas ao desejo de saber algo mais, mostra também não estar realmente contente com este Cristo que nos foi dado como preço de *nossa* redenção.

Com efeito, tampouco Paulo só menciona a que propósito foi *ele* enviado, mas ainda, elevando-se ao sublime mistério da predestinação, oportunamente contém a todo desenfreamento e comichão do engenho humano: "O Pai nos elegeu em Cristo antes da criação do mundo, para que nos adotasse por filhos, segundo o propósito de sua vontade, e nos aceitou no Filho Amado em quem temos a redenção por seu sangue" [Ef 1.4-7]. Aqui não se pressupõe que a queda de Adão fosse precedida no tempo, e, sim, demonstra-se o que Deus determinou antes dos séculos, quando queria oferecer remédio à miséria do gênero humano.[227]

Se de novo objeta *nosso* antagonista que este plano de Deus dependeu da queda do homem, a qual *ele* previa, para mim é mais que suficiente *saber* que todos aqueles que tomam a liberdade de investigar em Cristo o que apetecem saber dele mais do que Deus predeterminou em seu conselho secreto, com seu ímpio atrevimento chegam a forjar um novo Cristo.[228] E, quando assim discorreu acerca do próprio ofício de Cristo, Paulo com razão suplica aos efésios um espírito de entendimento, para que compreendam qual seja o comprimento, a altura, a largura e a profundidade, isto é, o amor de Cristo que excede a todo conhecimento [Ef 3.14-19], como se, de propósito deliberado, nos cercasse a mente com sebes, para que, sempre que se fizer menção de Cristo, não decline da graça da reconciliação um mínimo *sequer*. Ora, sendo verdade, como Paulo o assegura, que Cristo veio para salvar pecadores [1Tm 1.15], a isto aquiesço de bom grado. E, como em outro lugar ensina o mesmo Apóstolo que a graça que agora se manifestou por meio do evangelho nos foi dada em Cristo antes dos tempos eternos [2Tm 1.9], concordo que nela se deve permanecer, constantemente, até o fim.

Contra esta singeleza iniquamente vocifera Osiandro, o qual, desafortunadamente, de novo agitou na atualidade esta questão anteriormente fomentada *apenas* de leve por uns poucos. Acusa de presunção àqueles que negam que o Filho de Deus teria aparecido na carne mesmo que Adão não houvesse caído; e dá como razão que

---

redimiu os condenados haja também podido atestar Seu amor para com os salvos e íntegros com revestir-Selhes da carne."

227. Primeira edição: "Aqui, certamente, não se pressupõe a queda de Adão como se a preceder [ao divino decreto] no tempo, mas se mostra [o] que Deus determinaria antes dos séculos, quando quisera trazer remédio à miséria do gênero humano."

228. Primeira edição: "Se, de novo, objeta [nosso] antagonista que este plano de Deus dependeu da queda do homem, que [Ele] previa, para mim é mais do que bastante [contender] que, quantos quer que se propõem perquirir ou cobiçam saber mais de Cristo do que Deus predestinou em Seu oculto decreto, se arremetem com ímpia audácia a forjar um novo Cristo."

não há na Escritura nenhum testemunho que repudie esta invenção. Como se, na verdade, Paulo não impusesse um freio à curiosidade perversa onde, após haver falado acerca da redenção adquirida por Cristo, logo a seguir ordena "evitar questões tolas" [Tt 3.9]. O destino de alguns se desviou tanto de seu curso que, enquanto anseiam por parecer despropositadamente argutos, indagam se porventura teria o Filho de Deus podido assumir a natureza de um asno! Este portento, o qual todos os piedosos com razão abominam como digno de detestação, Osiandro justifica com este pretexto: que em parte alguma é expressamente refutado na Escritura. Como se, de fato, enquanto nada considera precioso ou digno de ser conhecido, exceto Cristo crucificado [1Co 2.2], Paulo admitisse que um asno pudesse ser autor da salvação! Portanto, *aquele* que prega em outro lugar [Ef 1.10, 22] que no plano eterno de Deus Cristo foi ordenado como Cabeça, para que congregasse todas *as coisas*, de modo nenhum *o* reconhecerá *como* outro, a quem não tenha sido outorgada nenhuma função de redenção.

6. A NOÇÃO QUE OSIANDRO TINHA DA IMAGEM DE DEUS E SUA IMPROCEDÊNCIA

Mas, o princípio de que *Osiandro* se vangloria é totalmente frívolo. Quer *ele* que o homem tenha sido criado *à* imagem de Deus, porque foi formado segundo o modelo de Cristo que haveria de vir, para que o conformasse *Àquele* a quem o Pai já havia decretado vestir da carne. Donde *Osiandro* conclui que, se Adão jamais houvesse decaído de sua primeira e íntegra origem, Cristo, no entanto, haveria de tornar-se homem. Toda pessoa de são juízo verá quão fútil e retorcido é tudo isso. Não obstante, esse homem pensa que foi ele o primeiro a compreender de que modo o homem foi imagem de Deus; a saber, enquanto que a glória de Deus reluzia em Adão, não só pelos excelentes dons com que fora adornado, mas porque Deus habitava nele essencialmente.[229] Eu, com efeito, embora conceda que Adão portara a imagem de Deus na extensão em que estava unido a Deus, que é a verdadeira e suprema perfeição da dignidade, entretanto sustento que não se deve buscar a semelhança de Deus em outro elemento senão nessas marcas de excelência com que Deus distinguira a Adão acima dos demais seres animados.

E, de fato, que Cristo já então foi a imagem de Deus, à uma confessam-no todos. E, por isso, tudo quanto de excelência foi impresso no próprio Adão emanou daí: que chegasse à glória de seu Criador através do Filho Unigênito. Portanto, "o homem foi criado à imagem de Deus" [Gn 1.27], em quem o próprio Criador quis que se contemplasse nele a glória como que num espelho. *Adão* fora alçado a este grau de honra por mercê do Filho Unigênito. Acrescento, porém, que o próprio Filho foi

229. Primeira edição: "Quanto seja isto não apenas trivial, mas ainda distorcido, por si compreendem todos [os que são] dotados de são juízo. Enquanto isto, julga-se [ele] o primeiro a haver visto quê fosse a imagem de Deus, isto é, que não só reluzia a glória de Deus nos dotes exímios de que [Adão] fora exornado, mas também que Deus nele habitava essencialmente."

o Cabeça comum tanto dos anjos quanto dos homens, de sorte que a dignidade que fora conferida ao homem pertencesse também aos anjos. Pois, quando ouvimos que *os anjos* são chamados "filhos de Deus" [Sl 82.6], nem seria congruente negar que lhes fosse conferido algo mediante o qual fossem semelhantes ao Pai.

Pois, se *Deus* quis que tanto nos anjos quanto nos homens se lhe representasse a glória e fosse conspícua em ambas *essas* naturezas, Osiandro está a vociferar insipientemente, *dizendo* que os anjos foram então postos em condição inferior aos homens, visto que não podiam portar a figura de Cristo. Ora, nem fruiriam constantemente da contemplação direta de Deus, a não ser que lhe fossem semelhantes; nem ensina Paulo de outra maneira serem "os homens renovados à imagem de Deus" [Cl 3.10], a não ser que os anjos se associem para que, juntos, entre si se unam sob uma única Cabeça. Enfim, se temos de dar crédito a Cristo, conseguiremos a felicidade suprema quando formos recebidos nos céus e "formos semelhantes aos anjos"[230] [Mt 22.30]. Pois se a Osiandro é permitido inferir que o paradigma primário da imagem de Deus esteve em Cristo homem, pela mesma razão pode alguém argumentar dizendo que Cristo teve de assumir a natureza angélica, uma vez que a eles também pertence a imagem de Deus.

7. A doutrina ilusória de Osiandro discutida e refutada pormenorizadamente

Portanto, não há por que tema Osiandro que, a não ser que *Deus* tivesse na mente, antes *da queda*, um decreto fixo e imutável quanto a ter o Filho de encarnar-se, Deus possa ser apanhado como a faltar com a verdade. Porque, ainda quando Adão não houvesse caído, nem por isso teria deixado de ser semelhante a Deus, como o são os anjos; e, contudo, não teria sido necessário que o Filho de Deus viesse a fazer-se ou homem ou anjo.[231]

Além disso, debalde temeu *Osiandro* este absurdo: a não ser que, pelo imutável desígnio de Deus, *fosse determinado* antes de o homem ser criado que Cristo haveria de nascer, não como o Redentor, mas, antes, como o Primeiro Homem, decairia *ele* de sua prerrogativa, uma vez que já não nasceria senão por uma contingência, a saber, para que restaurasse o gênero humano perdido, donde se deduz que *Cristo*, portanto, foi criado à imagem de Adão. Ora, por que se espantaria *ele* com o que a Escritura tão francamente ensina: que *Cristo* em tudo foi feito semelhante a nós, exceto no pecado? [Hb 4.15]. Donde também, em *sua* genealogia, Lucas não hesita em contá-lo como filho de Adão [Lc 3.38].

230. Primeira edição: "Enfim, se em Cristo se crê, esta ser-nos-á a última felicidade quando houvermos de ser recebidos nos céus: 'sermos conformes aos anjos'."

231. Primeira edição: "Porquanto, dado que não houvesse sofrido colapso a integridade de Adão, contudo, com os anjos, teria [ele] sido semelhante a Deus; enfim, nem teria sido, por isso, necessário que o Filho de Deus Se fizesse ou homem ou anjo."

Desejaria, ainda, saber por que é Cristo chamado por Paulo [1Co 15.45, 47] "o Segundo Adão", senão porque lhe foi destinada a condição humana para que aos descendentes de Adão soerguesse da ruína? Ora, se *Cristo* precedeu à criação nessa ordem *eventuacional,* deveria *então* ter sido chamado "o Primeiro Adão". Osiandro afirma, com *toda* segurança, que, porquanto Cristo era pré-conhecido na mente de Deus *como* homem, então os homens foram formados em conformidade com esse modelo. Paulo, entretanto, chamando-o "o Segundo Adão", colocou a queda *como* intermédia entre o estado original do homem e a restauração que conseguimos através de Cristo, de que *procede* a necessidade de restaurar-*lhe* a natureza à condição original. Donde se segue que o Filho de Deus teve *essa* mesma *como* a causa de nascer e para que se fizesse homem. Enquanto isso, Osiandro arrazoa mal e de forma insípida que, por todo o tempo em que fosse mantido íntegro, haver Adão de ser a imagem de si próprio, não de Cristo. Respondo, em contraposição, que, mesmo que o Filho de Deus jamais tivesse se revestido de carne, a imagem de Deus, não obstante, lhe fulgia tanto no corpo quanto na alma, *imagem* em cuja efulgência sempre se fez patente que Cristo é realmente o Cabeça e tem a primazia em todas *as coisas*.

E assim se dissipa a fútil sutileza que Osiandro ventila, *a saber*, que os anjos seriam destituídos desta Cabeça, se Deus não tivesse o propósito de vestir de carne a seu Filho, mesmo à parte da culpa de Adão. Ora, *Osiandro* sustenta, com extrema inconsistência, o que ninguém de são juízo concederia: que a Cristo não competiu o primado entre os anjos, de sorte que desfrutam dele como príncipe, a não ser até onde *ele* é homem. Com efeito, das palavras de Paulo se infere facilmente, *primeiro* que, até onde *ele* é a eterna Palavra de Deus, é "o primogênito de toda criação" [Cl 1.15], não porque fosse criado ou deva ser contado entre as criaturas, mas porque o estado íntegro do mundo, que foi desde o início adornado de suprema beleza, não teve outro princípio *senão a Cristo*; segundo, até onde se fez homem, *ele* é "o primogênito dentre os mortos" [Cl 1.18]. Ora, o Apóstolo propõe que é preciso considerar numa só e breve passagem [Cl 1.16-18] outro *dentre estes dois pontos*: todas *as coisas* foram criadas por instrumentalidade do Filho, para que *ele* domine sobre os anjos; e foi feito homem, para que começasse a ser *nosso* Redentor.

Da mesma inconsistência é o que *Osiandro* diz, *a saber*, que a não ser que fosse *ele* homem, os homens haveriam de necessitar de Cristo *como seu* Rei. Como se, aliás, o reino de Deus não pudesse subsistir se, embora não revestido da carne humana, congregados anjos e homens na comunhão de sua glória e vida celestiais, o próprio Filho eterno de Deus sustentasse o primado! Mas, *Osiandro* sempre se entrega a alucinações, ou para si cria ilusões, neste falso princípio de que a Igreja haveria de ser ἀκέφαλον [*akĕphalŏn* – *acéfala*; *sem cabeça*], se Cristo não tivesse se manifestado na carne. Como se, na verdade, assim como os anjos fruíam desta Cabeça, não tenha ele, no entanto, podido governar os homens por seu divino poder, e

pelo misterioso poder de seu Espírito animá-los e assisti-los como seu corpo, até que, congregados no céu, desfrutassem com os anjos da mesma vida.

As trivialidades que tenho até aqui refutado, Osiandro as considera os mais seguros oráculos, de tal sorte que, inebriado do dulçor de suas *próprias* especulações, costuma entoar seus ridículos peãs acerca de nada! Em seguida, porém, diz *ele* apresentar um *argumento* muito mais sólido, isto é, a profecia de Adão, que, contemplando sua consorte, disse: "Esta agora *é* osso de meus ossos e carne de minha carne" [Gn 2.23]. Mas, donde prova isso ser uma profecia? Certamente, porque em Mateus [19.5, 6] Cristo atribui a mesma expressão a Deus. Como se, de fato, tudo quanto Deus falou através dos homens contenha algum vaticínio! Busque Osiandro vaticínios em cada preceito da lei, que, evidentemente, têm sua procedência em Deus *como seu* autor. Acrescenta que, apegando-se ao sentido literal, Cristo teria sido rude e terreno. Pois não está *ele* falando acerca da união mística com que adornou a Igreja, mas simplesmente no que respeita à fidelidade conjugal. Por esta causa, ensina que Deus declarou que o homem e a esposa haverão de ser uma só carne, para que ninguém tente violar, pelo divórcio, esse vínculo indissolúvel. Se esta simplicidade não agrada a Osiandro, repreenda *ele* a Cristo, visto que não conduziu os discípulos a um mistério, com que interpretar mais sutilmente a linguagem do Pai.

Com efeito, nem mesmo Paulo lhe sufraga o desvairamento, o qual, onde disse que somos carne da carne de Cristo [Ef 5.30], logo em seguida acrescenta ser este um grande mistério [Ef 5.32]. Pois tampouco pretendeu *Paulo* indicar em que sentido Adão proferiu isso, mas ressaltar, sob a figura e semelhança do matrimônio, a sagrada união que nos faz um com Cristo. E isto *o* expressam as *próprias* palavras. Pois, advertindo de que está falando isto acerca de Cristo e da Igreja, à guisa de correção, da relação do matrimônio distingue a união espiritual de Cristo e da Igreja. Portanto, facilmente se desvanece esta futilidade. Além disso, tampouco julgo ser-me necessário discutir *mais a fundo* semelhantes futilidades, porquanto desta brevíssima refutação se depreenderá a vacuidade de todas *elas*. Para nutrir satisfatoriamente aos filhos de Deus, entretanto, esta sobriedade será mais que suficiente: quando veio a plenitude dos tempos, o Filho de Deus foi enviado, nascido de mulher, nascido sob a lei, para que redimisse àqueles que estavam debaixo da lei [Gl 4.4, 5].

CAPÍTULO XIII

CRISTO SE REVESTIU DA VERDADEIRA SUBSTÂNCIA DA CARNE HUMANA

1. Realidade da natureza humana de Cristo

Quanto à divindade de Cristo, a qual em outro lugar foi provada mediante claros e firmes testemunhos, seria supérfluo discuti-la de novo agora, salvo engano meu. Resta, portanto, ver como *ele* desempenhou as funções de Mediador, revestido de nossa carne. É bem verdade que a genuinidade da natureza humana *de Cristo* foi outrora impugnada tanto pelos maniqueus quanto pelos marcionitas, dos quais estes, realmente, fantasiavam para si um espectro em lugar do corpo de Cristo; aqueles, porém, *o* sonhavam provido de um corpo celestial. A ambos, porém, resistem testemunhos *da Escritura*, não apenas muitos, como também poderosos.

Ora, a bênção não é prometida ou numa semente celestial, ou num espectro de homem, mas na semente de Abraão e Jacó. Tampouco é o trono eterno prometido a um homem etéreo, mas ao filho de Davi e ao fruto de seu ventre. Donde também, *quando* manifesto na carne, se chama "o filho de Davi e de Abraão" [Mt 1.1], não apenas por haver nascido do ventre da Virgem, e contudo criado no ar, mas porque, como *o* interpreta Paulo, "foi feito da semente de Davi segundo a carne" [Rm 1.3]; assim como, em outro lugar [Rm 9.5], o mesmo Apóstolo ensina haver ele descendido dos judeus. Razão por que o próprio Senhor, não contente com o termo ***homem***, constantemente se chama também ***o Filho do Homem***, querendo exprimir mais claramente ser um homem realmente gerado da semente humana.

Posto que o Espírito Santo, tantas vezes e por tantos meios, e com tanto cuidado e simplicidade, expôs uma coisa que em si mesma é um tanto obscura, quem poderia imaginar que existisse homens tão despudorados que se atreveriam a afirmar o contrário?[232] E, no entanto, outros testemunhos ainda se nos oferecem à mão, se mais *nos* apraza amontoar, como este de Paulo, *a saber*: haver Deus enviado seu Filho nascido de mulher [Gl 4.4], e em muitos lugares, nos quais se mostra ter sido *ele* sujeito à fome, à sede, ao frio e a outras necessidades de nossa natureza. Mas, dentre muitos, devem escolher-se de preferência aqueles que possam conduzir à edificação das almas na verdadeira confiança, como quando se diz que de modo algum, ainda

---

232. Primeira edição: "Quando tantas vezes, mediante meios tantos, e com tão grande diligência e simplicidade, o Espírito Santo haja referido cousa de si não abstrusa, quem teria suposto de tão grande desfaçatez de ser quaisquer mortais, que ousassem ainda juncá-[la] de embustes?"

que aos anjos se tenha conferido tanta honra, ele assumisse sua natureza; pelo contrário, *ele* assumiu a nossa *natureza* para que, na carne e no sangue, mediante a morte, destruísse aquele que possuía o poder de morte [Hb 2.14-16]. Igualmente, em virtude do benefício desta associação *com ele*, somos contados por seus irmãos [Hb 2.11]. De igual modo, "Convinha que em tudo fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote" [Hb 2.17]; "não temos um sumo sacerdote que não se compadeça de nossas fraquezas" [Hb 4.15]; e outros afins. Ao mesmo procede o que abordamos pouco antes: concorda com isso que os pecados do mundo fossem expiados em nossa carne, o que é claramente afirmado por Paulo [Rm 8.3]. E, certamente, por isso nos pertence tudo quanto o Pai conferiu a Cristo, que ele é a Cabeça, da qual todo o corpo, unido através das junturas, recebe ao mesmo tempo o crescimento [Ef 4.15, 16]. Além disso, não procederá de outra forma o que se diz: "ele não deu o Espírito por medida" [Jo 3.34], para que "de sua plenitude todos recebamos" [Jo 1.16], uma vez que nada há mais absurdo do que ser Deus enriquecido em sua essência por um dom adventício. Também por esta razão diz o próprio Cristo, em outro lugar: "Por amor deles eu me santifico a mim mesmo" [Jo 17.19].

2. O absurdo da tese de marcionitas e maniqueus em sua negação da real humanidade de Cristo

Com efeito, *eles* torcem mui ineptamente as referências que alegam em confirmação de seu erro. Tampouco conseguem alguma coisa com as frívolas sutilezas com que tentam diluir *os argumentos* que já mencionei de nossa parte. Marcião imagina que Cristo se revestiu de um fantasma em vez de um corpo; por isso, em outro lugar, se diz *que foi* "feito à semelhança do homem" e "achado em figura de homem" [Fp 2.7-8]. Ele, porém, leva bem pouco em conta o que pretende Paulo aí. Pois *ele aí* não quer ensinar que natureza de corpo Cristo tomou para si, mas, embora pudesse de direito exibir sua deidade, nada ostentou em si senão o que era *próprio* do homem abjeto e desprezado. Ora, para que mediante seu exemplo nos exorte à submissão, mostra que, embora fosse Deus e pudesse fazer sua glória prontamente manifesta ao mundo, contudo abriu mão de seu direito e esvaziou-se a si mesmo espontaneamente, porquanto, de fato, se revestiu da imagem de servo, e contente com essa humildade sofreu através do véu da carne que velava sua Deidade [Fp 2.5-7]. Na verdade, Paulo aqui não está ensinando que Cristo era no tocante à sua substância, mas *como* ele se conduziu.[233]

Além do mais, de todo o contexto facilmente se depreende que Cristo se esvaziou numa verdadeira natureza de homem. Ora, que quer isto dizer: "foi achado em

233. Primeira edição: "Aqui, na verdade, [Paulo] não está a ensinar quê Cristo haja sido, mas, pelo contrário, como Se haja [Ele] conduzido."

figura como um homem” [Fp 2.8], senão que por um tempo a glória divina não resplandeceu, mas, em uma condição vil e abjeta, apenas se manifestou a forma humana? Aliás, nem de outra sorte procederia essa afirmação de Pedro, *ou, seja*: “morto na carne, vivificado no Espírito” [1Pe 3.18], a não ser que o Filho de Deus fosse “fraco” numa natureza de homem. Paulo explica isso mais claramente, asseverando que *Cristo* sofreu em razão da fraqueza da carne [2Co 13.4]. E a isso se *lhe* estende a exaltação: afirma-se expressamente haver Cristo alcançado nova glória depois que a si mesmo se esvaziou, o que não se quadraria convenientemente, senão a um homem dotado de carne e alma.

Mani forja um corpo etéreo, pelo fato de Cristo chamar-se “o Segundo Adão, *vindo* do céu, é celeste” [1Co 15.47]. Mas, o Apóstolo nem mesmo está tratando aí da essência celestial do corpo *de Cristo*, mas do poder espiritual que, derramado por Cristo, nos vivifica. Desse modo, como *já* vimos, Pedro e Paulo o distinguem de sua carne. Antes, pelo contrário, desta passagem se firma enfaticamente a doutrina referente à carne de Cristo que vigora entre os ortodoxos. Pois, a não ser que Cristo tivesse conosco uma só natureza corporal, vão seria o arrazoado que Paulo desenvolve com tanta veemência: “Se Cristo ressuscitou, nós também haveremos de ressuscitar; se *nós* não ressuscitamos, tampouco Cristo ressuscitou” [1Co 15.13-17].

Quaisquer que sejam as sutilezas com que tentem safar-se, quer os maniqueus antigos, quer seus discípulos recentes, não terão como desvencilhar-se. Absurda é a evasiva que sutilmente aventam: que Cristo é chamado ***Filho do Homem***, porque foi prometido aos homens, visto ser evidente que, no modo hebraico de falar, denomina-se filho ***do homem*** ao homem como tal. Cristo, com efeito, reteve, não duvidosamente, *essa* locução de sua *própria* língua. Que também se haja de entender por ***filhos de Adão***, deve estar além de controvérsia. E, para que não avancemos tanto, será amplamente suficiente a referência do Salmo oitavo, o qual os apóstolos aplicam a Cristo: “Que é o homem, que dele te lembres, ou o filho do homem, que o visites?” [Sl 8.4; Hb 2.6]. Por esta figura se exprime a verdadeira humanidade de Cristo, porque, embora não fosse imediatamente gerado de um pai modal, sua origem, contudo, fluiu de Adão. Aliás, tampouco de outra sorte procederia o que já citamos: Cristo veio a ser participante da carne e do sangue, para que a si agregasse filhos para a obediência de Deus [Hb 2.14], palavras com que Cristo se declara abertamente companheiro e participante conosco da mesma natureza. Querendo dizer com isto: “de um só procederam o autor da santidade e os que são santificados” [Hb 2.11a]. Ora, que isto se refere à comunhão de natureza, evidencia-se *à luz* do contexto, pois acrescenta em seguida: “Por isso não se envergonha de chamá-los irmãos” [Hb 2.11b]. Pois, se dissesse antes que os fiéis procedem de Deus, que razão haveria para envergonhar-se de tão grande dignidade? Mas, porque, por sua imensa graça, Cristo se associa aos sórdidos e ignóbeis, por isso se diz que ele não se envergonha.

Em vão, porém, objetam, *dizendo* que, deste modo, os ímpios haverão de ser irmãos de Cristo, porquanto sabemos que os filhos de Deus não são os que nascem da carne e do sangue [Jo 1.13], mas do Espírito, mediante a fé. Portanto, a carne sozinha não faz a conjunção fraterna. Mas, ainda que só aos fiéis atribui o Apóstolo esta honra, que são de uma só *natureza* com Cristo, não se segue, entretanto, que da mesma fonte, segundo a carne, não nasçam os incrédulos. Da mesma forma, onde dizemos que Cristo se fez homem para que nos fizesse filhos de Deus, esta expressão não se estende a todos e quaisquer *indivíduos*, porquanto a fé se interpõe como medianeira, a qual nos enxerta espiritualmente no corpo de Cristo.

Nesciamente, promovem *eles* contenda também em relação ao termo ***primogênito***. Alegam que Cristo deveria ter nascido de Adão imediatamente, de início, para que "fosse o primogênito entre irmãos" [Rm 8.29]. Ora, ***primogenitura*** aqui se refere não à idade, mas ao grau de honra e eminência de poder. Tampouco tem mais plausibilidade a observação de que Cristo assumiu a natureza do homem, não dos anjos [Hb 2.16], visto haver recebido o gênero humano em sua graça. Pois, para exaltar a honra com que Cristo nos dignou, o Apóstolo nos compara aos anjos que, neste aspecto, foram relegados a segundo plano. E se cuidadosamente for pesado o testemunho de Moisés, no qual diz que a semente da mulher haveria de esmagar a cabeça da serpente [Gn 3.15], se porá termo final a toda a controvérsia. Pois aí a referência não é só a Cristo, mas a todo o gênero humano. Visto que a vitória nos teria que ser adquirida por Cristo, Deus proclama, em termos gerais, que a linhagem da mulher haveria de prevalecer sobre o Diabo. Donde se segue que Cristo foi gerado do gênero humano, pois o desígnio de Deus era consolar e dar esperança a Eva, a quem fala, para que ela não sucumbisse à tristeza.

3. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS EM REFUTAÇÃO DA TESE MANIQUÉO-MARCIONITA CONTRA A HUMANIDADE REAL DE CRISTO

Não menos estulta que impiamente, envolvem *eles* em alegorias os testemunhos onde Cristo é chamado semente de Abraão e fruto do ventre de Davi. Ora, se o termo ***semente*** tivesse sido usado alegoricamente, por certo que Paulo teria deixado de o mencionar onde afirma, claramente e sem qualquer figura, que não houve muitos redentores dos filhos de Abraão, mas um só, Cristo [Gl 3.16].

É do mesmo nível o que alegam de não ser diferente ter sido *Cristo* chamado ***Filho de Davi***, senão porque fora prometido, e a seu tempo foi finalmente manifesto. Ora, após tê-lo designado de Filho de Davi, acrescentando logo em seguida, ***segundo a carne*** [Rm 1.3], certamente Paulo está a indicar a natureza *humana*. Assim também, proclamando-o *como* ***Deus bendito***, em contrapartida acrescenta descender *ele* dos judeus ***no tocante à carne*** [Rm 9.5]. Ora, a não ser que *ele* fosse realmente gerado da semente de Davi, que significaria a afirmação de ser *ele* ***fruto***

de seu ventre? Que implicaria esta promessa: "De teus lombos procederá *aquele* que permanecerá firme em teu trono" [Sl 132.11; At 2.30]?

Além disso, regalam-se sofisticamente na genealogia de Cristo, a qual é referida por Mateus, porque, embora não enumere ele os ancestrais de Maria, mas *os* de José, já que está a mencionar, entretanto, coisa então amplamente conhecida, ele tem por suficiente evidenciar que José foi nascido da semente de Davi, por isso seria suficientemente claro que Maria procedia da mesma família. Lucas insiste ainda mais, ensinando ser comum a todo o gênero humano a salvação provida por Cristo, porquanto *este*, o autor da salvação, foi gerado de Adão, o pai comum de todos.

Confesso, sem dúvida, que não se pode de outra maneira concluir da genealogia ser Cristo ***filho de Davi***, senão na medida em que foi gerado da Virgem; mas, no afã de mascarar seu erro, isto é, para convencer que Cristo assumira um corpo do nada, contendem sobremodo altivamente, os novos marcionitas, que as mulheres são ἀσπόρους [*aspŏrous – sem semente*]; e com isso subvertem os elementos da natureza. Mas, uma vez que esta disputa não é teológica, e as razões que evocam não passam de futilidade, as quais podem ser refutadas sem nenhuma dificuldade, não abordarei *assuntos* que são da filosofia e da arte médica. E será bastante rebater as coisas que objetam da Escritura, a saber, que Arão e Joiada tomaram esposas da tribo de Judá, e desta forma, se subsistisse na mulher a semente gerativa, então se haveria de tornar confusa a distinção das tribos. Com efeito, é assaz reconhecido que, no que diz respeito à ordem política, a descendência é contada *a partir* da semente masculina. Entretanto, a preeminência de sexo não impede que a semente da mulher tenha participação no processo gerativo.

Esta solução se estende também a todas as genealogias. Freqüentemente, onde a Escritura enumera uma lista de pessoas, menciona apenas os homens. Porventura se deveria com isso dizer que as mulheres nada são? Ora, até mesmo as crianças sabem que elas são compreendidas sob os *nomes dos* homens. Por esta razão se diz que as mulheres dão à luz para os maridos, daí o nome de família sempre residir com o elemento masculino. E assim como se concedia preeminência ao sexo masculino, de que da condição dos pais os filhos se contem *por* nobres ou não-nobres, assim também, segundo os jurisconsultos, na servidão ***partus sequitur ventrem*** – "o que nasce segue a madre". Do que será lícito concluir que o feto é procriado da semente materna. E por isso em todos os povos da antigüidade chamarem-se as mães de "genitrices" – ***genitoras***.[234] Está de acordo com a lei de Deus, que de outra sorte proibiria indevidamente o consórcio do tio materno com sua sobrinha, pois que *nesse caso* nenhuma consangüinidade haveria. Seria também lícito a um homem receber em matrimônio a irmã materna, desde que tivesse sido gerada de outro pai.

234. Primeira edição: "E de há muito há sido recebido no uso comum das gentes o chamarem-se as mães de *genitoras*."

Mas, assim como reconheço que no *processo gerativo* às mulheres se prescreve uma força passiva, também replico que a respeito delas se atribui, indistintamente, o mesmo que a respeito dos homens. Ora, diz-se que o próprio Cristo foi feito não por mulher, mas de mulher [Gl 4.4]. Mas alguns da caterva destes, posto de parte o recato, indagam sobremodo impudentemente se queremos porventura dizer que Cristo foi procriado da semente menstrual da Virgem; ao que, por minha vez, retrucaria se porventura não tenha *ele* se nutrido do sangue da mãe, *o* que serão obrigados a admitir.

Portanto, das palavras de Mateus [1.16] se infere apropriadamente que, visto que Cristo foi gerado de Maria, ele foi procriado da semente dela, porquanto, quando se diz que Boaz foi gerado de Raabe [Mt 1.5], prescreve-se uma geração semelhante. Aliás, nem Mateus aqui descreve a Virgem como se *fosse* um *mero* canal, através do qual Cristo tenha fluído. Pelo contrário, *ele* distingue do vulgar este mirífico modo de gerar, *registrando* que, através dela, Cristo foi gerado da semente de Davi. Pois, da mesma forma com que Isaque *foi gerado* de Abraão, Salomão de Davi, José de Jacó, diz-se que Cristo, semelhantemente, foi gerado da mãe. Ora, o evangelista assim dispõe a ordem da narrativa, e querendo provar que Cristo procede de Davi, contentou-se apenas com isto: que *ele* foi gerado de Maria. Donde se segue haver *ele* assumido como pressuposto que Maria foi consangüínea de José.

4. Cristo, homem real, contudo sem pecado, unidas a divindade e a humanidade

Os absurdos com que nos querem gravar estão repletos de calúnias pueris. Consideram ser vergonhoso e desonroso *o fato de* Cristo haver procedido de homens, porque não teria podido eximir-se da lei comum, a qual, sem exceção, inclui a toda a descendência de Adão sob o pecado [Gl 3.22]. Com efeito, esta dificuldade facilmente é resolvida pela antítese que se lê em Paulo: "Assim como por um só homem *entrou* o pecado, e pelo pecado de um só, a morte, assim pela justiça de um homem abundou a graça" [Rm 5.12, 15, 18]. A que corresponde também outra: "O primeiro Adão *era* da terra, *um homem* terreno e animal; o segundo *Adão era* do céu, *um homem* celestial" [1Co 15.47]. E assim, em outro lugar [Rm 8.34], ensinando que Cristo foi enviado em semelhança da carne de pecado para que satisfizesse à lei, o mesmo Apóstolo o distingue expressamente da condição geral *da humanidade*, para que seja verdadeiro homem, sem imperfeição e corrupção.

Mas, vociferam puerilmente que, se Cristo é isento de toda mancha, e pela secreta operação do Espírito foi gerado da semente de Maria, logo a semente da mulher não é impura, mas somente a do homem. Ora, tampouco fazemos a Cristo isento de toda mancha só porque fora gerado da mãe sem o concurso do homem, mas porque foi santificado pelo Espírito, para que a geração fosse pura e íntegra, como

deveria ter sido antes da queda de Adão. E que isto permaneça absolutamente estabelecido: sempre que a Escritura nos chama a atenção acerca da pureza de Cristo, menciona-se *sua* verdadeira natureza de homem, porquanto seria supérfluo dizer que Deus é puro. Também a santificação de que João fala *no capítulo 17 do Evangelho* não teria lugar em *sua* natureza divina.

Além disso, posto que nenhum contágio tenha atingido a Cristo, imagina-se que a semente de Adão seja dupla, porque em si mesma a geração do homem não é imunda nem depravada, mas *o é* acidentalmente, *por efeito* da queda. À vista disso, não surpreende se Cristo, por quem deveria ser restaurada a integridade, tenha sido isento da corrupção geral. Também, o que nos lançam em rosto como *sendo* absurdo, a saber, se a Palavra de Deus vestiu a carne, logo foi *ela* confinada ao cárcere estrito de um corpo terreno, é puro descaramento, pois embora a essência infinita do Verbo se unisse com a natureza de um homem em uma pessoa única, no entanto não imaginamos haver qualquer confinamento. Ora, de modo maravihoso, do céu desceu o Filho de Deus, e no entanto ele não deixou o céu; de modo maravilhoso, quis sofrer a gestação no útero da Virgem, andar pela terra e pender na cruz, para que sempre enchesse o mundo, assim como desde o início.

CAPÍTULO XIV

COMO AS DUAS NATUREZAS DO MEDIADOR FORMAM UMA PESSOA ÚNICA

1. Duas pessoas em Cristo, porém uma só pessoa

Com efeito, no que se diz ter-se o Verbo feito carne [Jo 1.14], não se deve com isso entender como se ele ou se convertesse em carne, ou confusamente se misturasse à carne; ao contrario, visto que do ventre da Virgem para si escolheu um templo em que habitasse, e *Aquele* que era o Filho de Deus se fez o Filho do Homem, não mediante confusão de substância, mas em virtude de unidade de pessoa. Pois, na verdade, afirmamos que a Divindade foi tão associada e unida à humanidade, que sua propriedade permaneceu integral a cada natureza, e todavia dessas duas é constituído um único Cristo.

Se nas coisas humanas se pode achar algo *como* símile a tão grande mistério, a similitude do homem parece a mais apropriada, o qual vemos consistir de duas substâncias, das quais, entretanto, nenhuma se misturou de tal forma à outra que não retenha a propriedade de sua natureza. Pois, a alma não é corpo, nem o corpo, alma. Porquanto, não só da alma se diz especificamente o que, de modo algum, pode caber ao corpo; mas, por outro lado, também do corpo o que, por nenhuma razão, convenha à alma; *igualmente* do homem, em sua totalidade, se atribuem coisas que não podem ser atribuídas a nenhuma das partes em si mesmas consideradas.[235] Finalmente, transferem-se ao corpo *propriedades* características da alma, e à alma *propriedades* características do corpo. Entretanto, *aquele* que consta destes *elementos* é um homem só, não muitos. E assim, formas de expressão deste quilate significam não só que há no homem uma só pessoa composta de dois *elementos* conjugados, mas ainda que *nele* subsistem duas naturezas diversas, que constituem esta pessoa.

Assim também falam as Escrituras a respeito de Cristo: atribuem-lhe, às vezes, *coisas* que importa sejam atribuídas especificamente à *sua* humanidade; às vezes, *coisas* que competem exclusivamente à sua divindade; de quando em quando, *coisas* que abrangem a uma e outra natureza, *mas* que não são bastante próprias de nenhuma das duas separadamente. E, na verdade, com tão grande fervor exprimem esta conjunção de uma dupla natureza que subsiste em Cristo, que algumas vezes as

---

235. Primeira edição: "[igualmente] do homem todo [se diz o] que se [não] pode tomar, nem da alma separadamente, nem do corpo, senão descabidamente."

fazem comunicar-se entre si, tropo *este* que pelos antigos foi chamado ἰδιωμάτων κοινωνίᾶ [*idiōmătōn koinōníā – comunhão de propriedades peculiares*].

2. Atributos próprios de cada natureza e sua inter-relação na pessoa de Cristo

Estas *coisas* não poderiam oferecer segurança, se não encontrássemos a cada passo, nas Escrituras, muitos lugares para provar que nenhuma das coisas que temos dito é de invenção dos homens.[236] O que Cristo dizia de si próprio: "Antes que Abraão nascesse, eu sou" [Jo 8.58], de modo algum podia convir à humanidade.[237] Tampouco me é desconhecido com que falácia os espíritos equivocados depravam esta passagem, isto é, que *ele* foi anterior a todos os séculos porque já então fora conhecido de antemão *como* Redentor, tanto no desígnio do Pai, quanto na mente dos piedosos. Mas, visto que de *sua* essência eterna *ele* distingue claramente o dia de *sua* manifestação, e da antigüidade expressamente arroga a si autoridade em que excele a Abraão, não dubiamente a si reivindica o que é próprio da divindade.

Que Paulo proclama *ser ele* "o ***primogênito*** de toda a criação" [Cl 1.15], "que já existia antes de todas *as coisas* e por quem todas *as coisas* subsistem" [Cl 1.17], que também reivindica ter sido "glorioso junto ao Pai antes que o mundo *fosse* estabelecido" [Jo 17.5], e que "trabalha juntamente com o Pai" [Jo 5.17], *isso* de maneira nenhuma compete ao homem. Estas, portanto, e *asseverações* afins, certamente são atribuídas exclusivamente à divindade.

Entretanto, o fato de se chamar ***o servo do Pai*** [Is 42.1], de se narrar "haver *ele* crescido em idade e sabedoria diante de Deus e dos homens" [Lc 2.52], que "não buscava sua *própria* glória" [Jo 8.50], que "desconhecia o dia final" [Mc 13.32], que "não falava por si mesmo" [Jo 14.10], "nem fazia sua *própria* vontade" [Jo 6.38], de estar expresso que foi "visto e apalpado" [Lc 24.39; 1Jo 1.1], tudo isso é exclusivamente da humanidade. Ora, na extensão em que é Deus, não pode ser aumentado em qualquer coisa, e tudo faz por amor de si *mesmo*, nem lhe é desconhecida coisa alguma, tudo faz pelo arbítrio de sua vontade e é invisível e impalpável. Todavia, tampouco estas *coisas* são prescritas exclusivamente à sua natureza humana; pelo contrário, *ele* as toma para si, até onde convêm à pessoa do Mediador.

Comunicação de idiomas ou propriedades, porém, é o que diz Paulo: "com seu sangue Deus adquiriu para si a Igreja" [Atos 20.28], e "o Senhor da glória foi crucificado" [1Co 2.8]. De igual modo, *o* que diz João: "apalpamos a Palavra da Vida" [1Jo 1.1]. Com toda certeza Deus não tem sangue, nem sofre, nem pode ser tocado por mãos. Mas, visto que Aquele que era verdadeiro Deus e homem, Cristo, crucifi-

236. Primeira edição: "Estas [cousas] bem pouco firmes seriam, não fora que muitas e feqüentemente encontradiças asserções da Escritura provassem nada disto haver sido humanamente excogitado."

237. Primeira edição: "muito alheio era à [só] humanidade."

cado, derramou seu sangue por nós, *coisas* que se realizaram na natureza humana são impropriamente, contudo não sem razão, transferidas à divindade. Semelhante é o exemplo onde João ensina que Deus deu sua vida por nós [Jo 3.16]. Logo, também aí se comunica com a outra natureza uma propriedade da humanidade. Por outro lado, quando Cristo dizia, ainda em seu labor na terra, que "ninguém havia subido ao céu, a não ser o Filho do homem, que está no céu" [Jo 3.13], certamente, segundo o homem e na carne que havia vestido, não estava então no céu, mas, em vista do fato de que ele mesmo era Deus e homem em função da união da dupla natureza, dava a uma o que era da outra.

3. A unidade da pessoa do Mediador

Mas, de todas as passagens que abrangem, a um tempo, ambas *essas* naturezas, indicam mais claramente a verdadeira substância de Cristo, as quais no Evangelho de João existem muitíssimas. Pois *não* foi exclusivo nem da divindade, nem da humanidade, mas de ambas ao mesmo tempo, o que aí se lê, *ou, seja*: que *ele* recebeu do Pai o poder de remitir os pecados [Jo 1.29]; de ressuscitar *aos* que queira; de prodigalizar justiça, santidade, salvação; de ser investido *como* juiz de vivos e mortos, para que fosse honrado da mesma forma que o Pai [Jo 5.21-23]. Finalmente, que é chamado "a luz do mundo" [Jo 8.12; 9.5], "o bom pastor" [Jo 10.11], "a única porta" [Jo 10.9], "a videira verdadeira" [Jo 15.1]. Pois o Filho de Deus havia sido dotado de prerrogativas desta natureza quando foi manifestado na carne, *prerrogativas* que, embora as possuísse juntamente com o Pai antes que o mundo fosse criado, contudo não da mesma maneira e sob o mesmo aspecto; pois de forma alguma podiam competir a um homem, que não fosse mais que mero homem.[238]

Nesse mesmo sentido também importa receber o que se lê em Paulo: "Consumado o Juízo, Cristo entregará o reino ao Deus e Pai" [1Co 15.24]. Certamente, o reino do Filho de Deus, que não teve nenhum começo e não haverá de ter fim. Como, porém, *ele* se ocultou sob a humildade da carne, e assumindo a forma de servo a si mesmo se esvaziou [Fp 2.7], e deposta a magnificência da majestade postou-se obediente ao Pai [Fp 2.8], e, tendo desempenhado *uma* sujeição dessa ordem, "por fim foi coroado de glória e honra" [Hb 2.9] e exaltado ao supremo poder, para que diante dele "se dobre todo joelho" [Fp 2.10], e então sujeitará ao Pai não só o próprio título, mas inclusive a coroa de glória e tudo quanto recebeu do Pai, para que "Deus seja tudo em todos" [1Co 15.28]. Pois a que fim lhe foi dado domínio e poder, senão para que, por sua mão, o Pai nos governe? Neste sentido também se diz que "*Cristo* está assentado à destra do Pai" [Mc 16.19; Rom. 8.34]. Isto, porém, é temporário, cuja duração é até que desfrutemos de direta contemplação da Divindade.

238. Primeira edição: "entretanto, não [o haviam sido] da mesma forma ou respeito, e que se não podiam conferir a um homem que nada [mais] fosse que homem."

E aqui não se pode justificar o erro dos antigos, os quais, não atentando para a pessoa do Mediador, obscureceram o genuíno sentido de quase todo o ensino que se lê no Evangelho de João, e se enredilharam em muitos laços. Portanto, que esta nos seja a chave da correta compreensão: *as coisas* que dizem respeito ao ofício de Mediador não se referem exclusivamente à natureza divina, nem à *natureza* humana. Cristo, portanto, até onde, segundo a medida de nossa fraqueza, nos une ao Pai, reinará até que haja de vir *como* Juiz do mundo. Quando, porém, *como* coparticipantes da glória celeste, teremos que ver a Deus tal qual *ele* é, tendo então desempenhado o ofício de Mediador, deixará *Cristo* de ser o Embaixador do Pai e ficará contente com aquela glória que possuía antes de o mundo ser criado.

Nem em outro respeito compete especificamente à pessoa de Cristo o título ***Senhor***, senão até onde representa *ele* a intermediação entre Deus e nós. Coadunando com isso esta afirmação de Paulo: "Um Deus, de quem *procedem* todas *as coisas*; e um Senhor, por quem todas *as coisas subsistem*" [1Co 8.6]; isto é, a quem foi conferido pelo Pai um mandato temporário, *a durar* até que, face a face, lhe seja visível a majestade divina, à qual, ademais, em entregando *ele* o poder ao Pai, nada se detrairá; ao contrário, será muito mais eminente. Pois então também Deus deixará de ser a Cabeça de Cristo, porque a divindade do próprio Cristo fulgirá por si mesma, quando até esse ponto foi como se estivesse coberta por um véu.

4. Em Cristo as duas naturezas não se fundem, nem se separam; ao contrário, são unidas, porém distintas

E se os leitores a aplicarem inteligentemente, esta observação haverá de ser não de uso reduzido para resolver numerosíssimas dificuldades. Pois *é* de admirar como expressões desse teor têm aturdido aos incultos, e até mesmo a alguns *que* não *são* de todo indoutos, quando vêem *expressões como essas* sendo atribuídas a Cristo, não sendo nem bastante próprias à sua divindade, nem à *sua* humanidade. Isso só porque não atentam para *o fato de* que convém à ***sua pessoa***, na qual se manifestou *como* Deus e homem, e ao *seu* ***ofício de Mediador***. E deve simplesmente considerar-se quão esplendidamente se harmonizam entre si, uma por uma, contanto que consideremos tais mistérios com a sobriedade e reverência que bem merecem.[239]

Entretanto, para os espíritos dementes e frenéticos nada há que não lancem em confusão! Apegam-se aos atributos da humanidade para alijar a divindade; *apegam-se*, por outro lado, *aos atributos* da divindade para alijar a humanidade; *apegam-se aos atributos* que, na realidade, tão interligadamente foram referidos acerca de ambas *essas* naturezas, os quais *não* convêm a nenhuma das duas *separadamente*, para alijar a ambas. Não obstante, o que tudo isso é senão contender que Cristo não é

239. Primeira edição: "se apenas tenham um expositor sóbrio, que a tão grandes mistérios examine com a reverência que é de mister."

homem, já que é Deus; não é Deus, já que é homem; *não* é nem homem, nem Deus, já que é, a um só tempo, tanto homem quanto Deus?

Portanto, uma vez que *ele* é Deus e homem, constante de *duas* naturezas unidas, todavia não fundidas, concluímos ser Cristo nosso Senhor e verdadeiro Filho de Deus, até mesmo em relação à humanidade, se bem que não em razão da humanidade. Portanto, para longe de nós o erro de Nestório, o qual, querendo antes separar que distinguir as *duas* naturezas, engendrava assim um duplo Cristo, quando vemos a Escritura bradar em contrário, com voz clara, onde não só se aplica o título de ***Filho de Deus*** Àquele que é nascido da Virgem [Lc 1.32], mas também a própria Virgem é chamada ***mãe de nosso Senhor*** [Lc 1.43]. Devemos precaver-nos também da insânia eutiquiana, para que, enquanto queremos salientar a unidade da pessoa, não destruamos a uma e à outra natureza.

Ora, já citamos tantos testemunhos nos quais a divindade se distingue da humanidade; e tantos outros, por toda parte subsistem, que podem tapar a boca até mesmo aos mais contenciosos. E daqui a pouco anexarei alguns *testemunhos a mais*, que melhor desmantelem essa ficção. Para o momento, nos será suficiente uma passagem, *a saber*: Cristo não teria denominado seu corpo de ***templo*** [Jo 2.19], a não ser que nele habitasse distintamente a divindade. Por isso, como Nestório fora merecidamente condenado no Sínodo de Éfeso, assim também, ao depois, Êutiques também *o foi* nos *sínodos* constantinopolitano e calcedôneo, uma vez que não é mais permissível fundir as duas naturezas em Cristo do que separá-1as.

5. CRISTO, O FILHO DE DEUS DESDE A ETERNIDADE, IMPROCEDÊNCIA DA TESE DE SERVETO

Com efeito, também em nosso tempo surgiu um monstro não menos pernicioso, Miguel Serveto, que em lugar do Filho de Deus supôs uma ficção conflacionada da essência de Deus, de espírito, de carne e de três elementos não criados.[240] E, na verdade, nega *ele*, em primeiro lugar, que Cristo seja o Filho de Deus em outro aspecto, senão no sentido em que foi gerado do Espírito Santo no ventre da Virgem. Sua astúcia tende a que, destruída a distinção das duas naturezas, Cristo fica reduzido a uma espécie de mescla e de composição feita de Deus e de homem, e que, todavia, não é tido por Deus nem por homem.[241] Pois, no pleno desenvolvimento *de sua tese*, *Serveto* propende a isto: que antes de Cristo haver-se manifestado na carne, havia em Deus apenas figuras penumbrosas, das quais então, finalmente, se fez patente a verdade ou efeito, quando aquela Palavra, que fora destinada a esta honra, começou realmente a ser o Filho de Deus. E de fato confessamos que o Mediador, que nasceu da Virgem, é propriamente o Filho de Deus. Nem, com efeito, Cristo

240. Cf. Servet, *Chistianismi restitutio, De Trinitate,* dial. II.

241. Primeira edição: “Mas, a isto [lhe] tende a sutileza, que, subevertida a distinção da dupla natureza, Cristo seja algo mixto de Deus e de homem, todavia, nem se conte [distintamente] por Deus e homem.”

homem seria o espelho da inestimável graça de Deus, a não ser que lhe fosse conferida esta dignidade: de ser e de chamar-se o Unigênito Filho de Deus. Contudo, a todo tempo permanece firme a definição da Igreja: que *Cristo* é contado por Filho de Deus, porquanto a Palavra gerada do Pai, antes dos séculos, assumiu a natureza humana mediante uma união hipostática. Ora, os antigos chamaram de ***união hipostática*** *aquela* que é constituída de duas naturezas numa só pessoa, expressão *esta* que fora inventada para refutar o delírio de Nestório, porquanto imaginava *ele* que o Filho de Deus de tal forma habitara na carne, que ele mesmo não era homem.

Serveto nos calunia dizendo que fazemos duplo o Filho de Deus, quando dizemos que a Palavra eterna já era o Filho de Deus antes que se vestisse da carne, como se disséssemos algo mais, além de haver ele se manifestado na carne.[242] Ora, embora fosse Deus antes de ser homem, não se segue que daí começou a ser um novo deus.[243] Tampouco é mais absurdo nossa afirmação de que o Filho de Deus se manifestou na carne, embora com respeito à sua geração eterna ele sempre foi Filho.[244] Isto sublinham as palavras do Anjo a Maria: "O *ente* santo que haverá de nascer de ti chamar-se-á o Filho de Deus" [Lc 1.35], como se estivesse a dizer que haveria de ser célebre e conhecido por toda parte ***o nome de Filho***, o qual sob a lei tinha sido mais obscuro. Ao que se afina esta afirmação de Paulo: "porque, através de Cristo, agora somos ***filhos de Deus***, livremente e com confiança, *podemos* clamar: Abba, Pai" [Rm 8.14, 15; Gl 4.6, 7]. Não foram, porventura, também os santos patriarcas outrora tidos entre os filhos de Deus? Até pelo contrário, apoiados neste direito, invocaram a Deus *como* Pai. Entretanto, visto que desde quando o Unigênito Filho de Deus foi introduzido no mundo, mais claramente conhecida se fez a paternidade celeste, Paulo como que prescreve este privilégio ao reino de Cristo.

Contudo, deve sustentar-se isto constantemente: que Deus jamais foi Pai, quer de anjos, quer de homens, senão em relação ao Filho Unigênito; *e que*, particularmente os homens, a quem a própria iniqüidade *os* faz abomináveis a Deus, são filhos por adoção gratuita, porque ele *o* é por natureza. Tampouco há razão para Serveto vociferar, *dizendo* que isso depende de uma filiação que Deus decretara de si, porquanto aqui não se trata de figuras, da maneira em que a expiação foi representada no sangue de animais, mas, uma vez que não teriam podido ser filhos de Deus de fato, a não ser que no Cabeça a adoção lhes estivesse fundada, carece de razão subtrair à Cabeça o que foi comum aos membros. Vou além. A despeito de que aos anjos a Escritura chame de ***filhos de Deus*** [Sl 82.6], dos quais a tão grande dignidade não dependia da redenção vindoura, não obstante é necessário que Cristo

---

242. Primeira edição: "como se estivéssemos a dizer [cousa] outra que haver-Se [Ele] manifestado na carne."

243. Primeira edição: "Ora, nem se foi [Ele] Deus antes que Se fizesse homem, começou a ser, por isso, um novo Deus!"

244. Primeira edição: "Em nada é mais absurdo haver-Se manifestado na carne o Filho de Deus, Que, entretanto, por geração eterna, sempre teve isto: que fosse Filho."

se *lhes* sobreleve em ordem, o qual o Pai lhes predispõe. De novo o repetirei sucintamente, e o mesmo acrescentarei com relação ao gênero humano. Uma vez que, desde a origem primeva, tanto anjos quanto homens foram criados nesta condição, que para ambos Deus fosse o Pai comum, se é verdadeira essa declaração de Paulo, Cristo sempre foi o Cabeça e o primogênito de toda criação, para que em todas *as coisas* tivesse *ele* a primazia, a mim me parece concluir com acerto que *Cristo* foi o Filho de Deus igualmente antes da criação do mundo.

6. Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem

Pois, se sua filiação, por assim dizer, teve princípio desde que se manifestou na carne, segue-se ter sido *ele* o Filho também com respeito à natureza humana. Serveto e desvairados semelhantes querem que Cristo seja o Filho de Deus só quando apareceu na carne, porquanto à parte da carne não pôde *ele* ser designado com este título. Respondam-me, pois: *ele* é o Filho de conformidade com ambas *essas* naturezas e em respeito a uma e outra delas? Assim, realmente, palram *eles*. De maneira bem distinta, porém, ensina Paulo. Confessamos, sem dúvida, que Cristo se chama o ***Filho*** em relação à carne humana; contudo, não como os fiéis, filhos apenas por adoção e graça; ao contrário, o Filho verdadeiro e por natureza, e por isso o único, de sorte que, mediante esta marca, seja distinguido de todos os demais. Pois, a nós que fomos regenerados para uma nova vida, Deus *nos* digna do título de ***filhos***, *mas* o título ***Filho***, verdadeiro e unigênito, *Deus* só confere a Cristo. Como, porém, é único em tão grande número de irmãos, senão porque possui por natureza o que nós recebemos por dádiva?

E à pessoa toda do Mediador estendemos esta honra: que é verdadeira e propriamente o Filho de Deus, que não só foi nascido da Virgem, mas também se ofereceu ao Pai *por* sacrifício na cruz; contudo, com respeito à Divindade, como *o* ensina Paulo, quando se diz "separado para o evangelho de Deus, que antes prometera acerca de seu Filho, que foi gerado da semente de Davi segundo a carne e declarado Filho de Deus em poder" [Rm 1.14]. Por que, enunciando-o expressamente *como* Filho de Davi segundo a carne, diria, separadamente, haver *ele* sido declarado Filho de Deus, se não quisesse *com isso* indicar que isso depende de outra parte além da própria carne? Ora, no *mesmo* sentido em que *Paulo* diz em outro lugar [2Co 13.4], que *Cristo* sofreu pela fraqueza da carne e que ressuscitou pelo poder do Espírito, assim agora *aqui* estabelece a diferença de uma e outra natureza.

Indubitavelmente, é necessário que estas pessoas exaltadas confessem, querendo ou não, que assim Jesus Cristo tomou de sua mãe uma natureza em virtude da qual é chamado Filho de Davi, da mesma maneira tem da parte do Pai outra natureza pela qual é chamado Filho de Deus, que é muito distinta da natureza humana.[245] A

245. Primeira edição: "Impõe-se[-lhes], sem dúvida, concedam que, assim como da mãe recebeu [Cristo

Escritura o adorna com duplo título, chamando-o, indistintamente, ora ***o Filho de Deus***, ora ***o Filho do Homem***. Quanto ao segundo *destes títulos*, é indubitáve que é chamado assim em conformidade com o uso comum da língua hebraica,[246] uma vez ser *ele* da progênie de Adão. Por outro lado, afirmo que *ele* é chamado ***o Filho de Deus*** em razão de *sua* Deidade e de *sua* essência eterna, porquanto não menos próprio é referir-se à natureza divina por ser *ele* chamado ***o Filho de Deus***, do que *referir-se* à *natureza* humana por ser chamado ***o Filho do Homem***.

Em conclusão, nesta passagem que citei [Rm 1.1-4], Paulo não entende de outra maneira ter sido o Filho de Deus declarado em poder Aquele que, segundo a carne, foi gerado da semente de Davi, do que ensina em outro lugar [Rm 9.5], a saber: ser Cristo o Deus bendito para sempre, o qual descende dos judeus segundo a carne. Ora, se em ambas *essas* passagens se assinala a distinção da dupla natureza, com que direito negarão ser o Filho de Deus com respeito à natureza divina *Aquele* que, segundo a carne, é igualmente o Filho do Homem?

7. Reiterada a refutação das teses de Serveto

Bombasticamente, na verdade, a isto insistem em defesa de seu erro: diz-se que Deus não poupou a seu próprio Filho [Rm 8.32], e que o Anjo prescreveu *que* fosse chamado ***Filho do Altíssimo*** Aquele mesmo que haveria de nascer da Virgem [Lc 1.32]. Mas, para que não se ensoberbeçam com tão fútil objeção, ponderem conosco por uns poucos instantes até que ponto é válido seu raciocínio. Ora, se se conclui corretamente que *ele* começou *a ser* o Filho de Deus a partir da concepção, daí ser chamado Filho *Aquele* que foi concebido, *então* se seguirá que começou a ser o Verbo a partir de *sua* manifestação na carne, porque João ensina que está anunciando a respeito do Verbo da vida o que suas mãos apalparam [1Jo 1.1]. De igual maneira, se quiserem seguir tal modo de argumentar, como serão compelidos a interpretar o que se lê no Profeta: "Tu, Belém, terra de Judá, és pequenina entre os milhares de Judá; de ti me nascerá um dirigente, que regerá meu povo, Israel, e seu surto é desde o início, desde os dias da eternidade" [Mq 5.2; Mt 2.6]?

Ora, *já* testifiquei que estamos mui longe de concordar com Nestório, que imaginou um duplo Cristo, quando, segundo nossa doutrina, Cristo nos fez com ele filhos de Deus por direito de conjunção fraterna, daí que na carne que de nós assumiu ele é o Filho Unigênito de Deus. Agostinho[247] nos adverte com muita prudência, que é um maravilhoso espelho da admirável e singular graça de Deus que Jesus

---

o] em razão de que Se chama *o Filho de Davi*, assim também tem do Pai [o] em razão de que seja o Filho de Deus, e que isto é outro e diverso da natureza humana."

246. Primeira edição: "Quanto ao segundo [desses títulos], disputa se não pode mover de que se diga o Filho do Homem do uso comum da língua hebraica."

247. *Da Correção e da Graça*, capítulo XI, 30; *A Cidade de Deus*, livro X, capítulo XXIV.

Cristo, quanto a ser homem, alcançou uma honra que não podia merecer.[248] Portanto, segundo a carne, mesmo desde o ventre, foi Cristo adornado desta excelência: que fosse o Filho de Deus. Contudo, nem se deve imaginar na unidade da pessoa uma amalgamação que detraia à divindade o que *lhe* é próprio. Aliás, nem é mais absurdo que a eterna Palavra de Deus e Cristo, unidas as duas naturezas em uma só pessoa, se chame, por modos diversos, o Filho de Deus, que, segundo vários aspectos, se diz ora Filho de Deus, ora Filho do Homem.

Também em nada nos preocupa *esta* outra invectiva de Serveto: que, antes de ter aparecido na carne, Cristo em parte alguma se chama o Filho de Deus, a não ser figurativamente; porquanto, ainda que mais obscura lhe foi então a descrição, como, entretanto, já foi claramente provado, *ele* não foi de outra forma o Deus eterno senão porque foi a Palavra gerada do Pai eterno; nem de outra sorte compete este nome à pessoa do Mediador, que assumiu, senão porque é Deus manifestado na carne; nem de Deus Pai ter sido assim chamado desde o início, senão *porque* já então existia mútua relação para com o Filho, "por quem se nomeia toda consangüinidade ou paternidade no céu e na terra" [Ef 3.15]. Daqui se pode prontamente concluir que *ele* tinha sido o Filho de Deus também sob a lei e os profetas, antes que esse nome fosse insigne na Igreja.

E se nos limitarmos a discutir só o termo ***Filho***,[249] discursando a respeito da imensa excelsitude de Deus, Salomão afirma *ser* incompreensível tanto seu Filho quanto *ele* próprio. "Diz o nome dele, se podes", diz *ele*, "ou de seu Filho" [Pv 30.4]. Tampouco ignoro que entre os contenciosos esta citação não será de peso suficiente, nem mesmo nela me apoio muito, senão que *ela* mostra que sofismam perversamente *aqueles* que negam ser Cristo o Filho de Deus, a não ser até onde se fez homem. É preciso advertir também que todos os doutores antigos estiveram sempre concorde, e assim o ensinaram unanimemente. Por isso é uma desfaçatez ridícula e imperdoável a daqueles que se atrevem a escudar-se em Irineu e Tertuliano, pois ambos confessam que o Filho de Deus era invisível, e depois se fez visível.[250]

8. Considerações finais na refutação das teses de Serveto

Mas, embora Serveto tenha amontoado horrendos despautérios, aos quais, talvez, outros não subscrevessem, contudo todos quantos não reconhecem o Filho de Deus, senão na carne, se *os* acossas mais de perto, notarás deles ser isto concedido

248. Primeira edição: "E, com sabedoria, adverte Agostinho que luminoso espelho é da admirável e singular graça de Deus que há [Ele] alcançado honra que, até onde é homem, não podia merecer."

249. Primeira edição: "E se do só termo [Filho] se contende..."

250. Primeira edição: "Aduze que, com uma só boca e um mesmo sentir, os mais antigos escritores, cada um, hão testemunhado isto mesmo tão abertamente, que não menos ridícula que detestável seja a impudência desses que ousam objetar-nos Irineu e Tertuliano, dos quais um e outro confessa haver [Cristo] sido o Filho de Deus invisível, Que depois Se mostrou visível."

não por outra razão, senão por *ele* ter sido concebido do Espírito Santo no ventre da Virgem, da mesma forma que tartamudearam outrora os maniqueus, *dizendo* que o homem tem a alma por derivação de Deus, porquanto liam que "Deus soprara em Adão o fôlego da vida" [Gn 2.7]. Com efeito, *eles* se agarram tão obstinadamente ao termo ***Filho***, que nenhuma diferença deixam entre as *duas* naturezas; pelo contrário, vociferam confusamente *dizendo* que Cristo homem é o Filho de Deus porque foi gerado de Deus no tocante à *sua* natureza humana. Extingue-se, assim, a eterna geração da Sabedoria que Salomão proclama [Pv 8.22, 23], e nenhuma consideração se terá da divindade no Mediador, ou se presumirá um espectro em lugar do homem.

Seria certamente útil refutar as cogitações falaciosas mais crassas de Serveto, com as quais a si *mesmo* se fascinou e a outros mais, para que, avisados por este exemplo, os leitores piedosos se contenham *nos limites da* sobriedade e do comedimento. Julgo, entretanto, que seria supérfluo, uma vez que fiz isto em um livro especial. A síntese *da matéria* se reduz a isto: *para Serveto*, o Filho de Deus foi inicialmente uma idéia, e então foi preordenado *como* o homem que seria a imagem essencial de Deus. Tampouco reconhece *ele* outra Palavra de Deus, senão no esplendor externo. Entende *Serveto* que esta foi a geração *de Cristo*: que, inicialmente, foi engendrada em Deus a vontade de gerar o Filho, a qual se *lhe* estendeu também, em ato, à própria criação. Enquanto isso, *ele* mistura o Espírito com a própria Palavra, porquanto *a seu ver* Deus administrou o Verbo invisível e o Espírito, *respectivamente*, na carne e na alma. Enfim, em Serveto, a representação figurativa de Cristo assume seu lugar na geração. Mas, *aquele* que foi então, em expressão, o Filho envolto em sombra, esse diz *ele* ter sido finalmente gerado pela Palavra, à qual atribui funções seminais.

Donde se seguirá que não menos filhos de Deus são os porcos e os cães, já que foram criados da semente original do Verbo de Deus. Mas, embora forje *ele* a Cristo de três elementos não criados, para que seja gerado da essência de Deus, contudo assim o imagina *como* sendo o primogênito entre as criaturas, no qual, conforme seu grau, as *próprias* pedras têm a mesma divindade essencial. Entretanto, para que não pareça despojar a Cristo de sua deidade, *Serveto* afirma que sua carne é ὁμοούσιον [*hŏmŏoúsiŏn – da mesma substância*] para Deus, e que a Palavra se fez homem pela conversão da carne em Deus. Portanto, embora não possa *ele* conceber a Cristo *como* o Filho de Deus, a não ser que sua carne tenha provindo da essência de Deus, e tenha se convertido na divindade, reduz a nada a eterna hipóstase da Palavra e nos arrebata o Filho de Davi, que fora prometido *como* Redentor. A verdade é que *ele* repete isto com muita freqüência, *a saber*: que o Filho foi gerado de Deus em *sua* presciência e predestinação; *e que ele*, porém, finalmente *foi* feito homem daquela matéria que, no início, fulgia em Deus nos três elementos *não criados*, a qual, depois, se manifestou na primeira luz do mundo [Gn 1.3], na nuvem e na coluna de fogo [Ex 13.21].

Mas, na verdade, demasiado prolixo seria referir quão vergonhosamente o próprio Serveto reflete consigo, a cada passo. Deste sumário, concluirão os leitores assisados que, com os engenhosos rodeios de um cão impuro, foi de todo extinguida a esperança de salvação. Daí, se a carne fosse a própria divindade, ela deixaria de ser seu templo. Daí, só pode ser nosso Redentor *Aquele* que, gerado da semente de Abraão e de Davi, se fez verdadeiramente homem segundo a carne. Com efeito, *Serveto* insiste indevidamente nas palavras de João: “A Palavra se fez carne” [Jo 1.14], porque, assim como *eles* se contrapõem ao erro de Nestório, assim também longe estão de corroborar esta ímpia invenção cujo autor foi Êutiques, visto que outro propósito não teve o evangelista senão afirmar a unidade da pessoa nas duas naturezas.

CAPÍTULO XV

PARA QUE SAIBAMOS A QUE PROPÓSITO CRISTO FOI ENVIADO PELO PAI, E QUE ELE NOS FOI CONFERIDO, TRÊS COISAS SE DEVEM NELE TER EM CONSIDERAÇÃO ACIMA DE TUDO: O OFÍCIO PROFÉTICO, A REALEZA E O SACERDÓCIO

1. O ofício profético de Cristo

Corretamente, *pondera* Agostinho que, embora os herejes preguem o nome de Cristo, negam, entretanto, ser-lhes ele um fundamento comum com os piedosos; pelo contrário, *ele* permanece *bem* próprio da Igreja, porquanto, se diligentemente forem consideradas *as coisas* que dizem respeito a Cristo, este se acha entre eles somente em nome, não de fato. Assim, hoje os papistas, embora na boca lhes ressoe a *expressão:* "*Cristo*, o Filho de Deus, o Redentor do mundo", não obstante, uma vez que, contentes com o fútil pretexto do nome, o desnudam de seu poder e dignidade; a afirmação de Paulo se lhes aplica realmente: "*Eles* não retêm a cabeça" [Cl 2.19].

Portanto, para que em Cristo a fé ache sólida matéria de salvação, e assim nele descanse, deve estatuir-se este princípio, *a saber*: que o ofício que lhe foi outorgado pelo Pai consta de três partes. Ora, *ele* foi dado não apenas *como* Profeta, mas também *como* Rei, e ainda *como* Sacerdote, se bem que de pouco proveito fosse conhecer estes nomes, se não *lhes* fosse acrescentado o conhecimento do propósito e da aplicação. Porque também os papistas os têm na boca, porém friamente e com bem pouco proveito, pois nem mesmo entendem, nem sabem, o que contém em si cada um deles.[251]

Já dissemos anteriormente que, embora enviando os profetas uns após os outros, numa série contínua, Deus não nunca desproveu o povo de ensino proveitoso e que fosse suficiente para a salvação; entretanto, desta convicção foram sempre imbuídas as mentes dos piedosos, ou, seja: que finalmente se deveria esperar a plena luz do entendimento com a vinda do Messias. E, na verdade, a expectação deste fato havia chegado até mesmo aos samaritanos, aos quais, entretanto, nunca se fizera conhecida a verdadeira religião, o que se evidencia desta palavra da mulher: "Quando o Messias vier, *ele* nos ensinará todas *as coisas*" [Jo 4.25]. Aliás, os judeus nem mesmo às cegas haviam presumido isso na mente; pelo contrário, assim criam por-

---

251. Primeira edição: "Friamente, porém, nem com grande fruto, referem-se, ademais, [estas funções] igualmente no Papismo, onde se desconhece quê em si contenha cada título [desses]."

que haviam sido ensinados por oráculos explícitos. Destacada entre outras é a declaração de Isaías: "Eis que o pus *por* testemunha aos povos, eu o dei *por* guia e mestre aos povos" [Is 55.4]; na verdade, no *mesmo* teor, já em outro lugar [Is 9.6] o havia chamado o "mensageiro ou intérprete do grande conselho".

Por esta razão, enaltecendo a perfeição da doutrina do evangelho, onde disse "haver Deus outrora falado pelos profetas, de diversas maneiras e sob muitas figuras" [Hb 1.1], o Apóstolo adiciona: "nestes últimos tempos *ele* nos falou por intermédio do Filho amado" [Hb 1.2]. Contudo, visto que foi tarefa comum aos profetas manter a Igreja em expectação, e ao mesmo tempo sustê-la até a vinda do Mediador, por isso lemos que os fiéis se queixavam, em *sua* dispersão, de estar privados desse benefício costumeiro: "Não vemos nossos sinais; não há profeta entre nós; não há quem conheça mais a fundo" [Sl 74.9]. Mas, de fato, quando Cristo já não estava longe, foi apontado a Daniel o tempo "para selar a visão e a profecia" [Dn 9.24), não somente para que a autoridade do vaticínio se evidenciasse segura do que ali se trata, mas também para que os fiéis ficassem de ânimo tranqüilo, sem profetas por um tempo, uma vez que estaria iminente a plenitude e conclusão de todas as revelações.

2. CRISTO, PROFETA E CULMINÂNCIA DAS PROFECIAS

Com efeito é preciso notar que o título ***Cristo*** diz respeito a estes três ofícios, pois sabemos que, sob a lei, foram ungidos com o óleo sagrado os profetas, os sacerdotes e os reis, respectivamente. Do que também foi imposto ao Mediador prometido o ilustre nome de "Messias". Mas, embora eu reconheça haver ***Cristo*** sido chamado ***Messias*** com especial consideração e em razão do reino, entretanto, como também mostrei em outro lugar, a *unção* profética e a unção sacerdotal conservam sua importância, e nem devem ser desprezadas.

Da primeira *dessas unções* se faz menção expressa em Isaías [61.1, 2], nestas palavras: "O Espírito do Senhor Deus *está* sobre mim; por isso ungiu-me o Senhor, para que pregue aos mansos, traga remédio aos contritos de coração, proclame libertação aos cativos, publique o ano do beneplácito" etc. Vemo-lo sendo ungido pelo Espírito para que fosse arauto e testemunha da graça do Pai. Nem *foi* isso de maneira comum, visto que *ele* se distingue dos demais mestres, cujo ofício era semelhante. E aqui, por outro lado, deve notar-se que *ele* recebeu a unção não só para si, para que desempenhasse as funções de ensinar, mas para todo o seu corpo, de sorte que na contínua pregação do evangelho se patenteie o poder do Espírito.

Entretanto, isto permanece estabelecido: com esta perfeição da doutrina, que *Cristo* trouxe, pôs-se um fim a todas as profecias, de tal sorte que violam sua autoridade quantos, não contentes com o evangelho, *o* remendam de algo estranho. Ora, além da dignidade de todos, o adornou de singular privilégio aquela voz que estron-

dejou do céu: "Este é o meu Filho amado, ouvi-o" [Mt 17.5]. Ademais, esta unção se difundiu da própria Cabeça aos membros, como fora predito por Joel [2.28]: "Vossos filhos profetizarão e vossas filhas verão visões" etc. No entanto, o que diz Paulo, que ele nos foi dado por sabedoria [1Co 1.30], e em outro lugar que nele estiveram escondidos todos os tesouros do conhecimento e do saber [Cl 2.3], tem sentido um pouco diferente, isto é, fora dele nada há proveitoso de se conhecer, e todos quantos pela fé percebem o que *ele* é têm abraçado toda a imensidade das bênçãos celestiais. Razão por que escreve, em outro lugar: "Nada considerei valioso conhecer, exceto Jesus Cristo, e este crucificado" [1Co 2.2]. O que é muitíssimo verdadeiro, porquanto não é lícito ir além da simplicidade do evangelho. E a isto conduz a dignidade profética em Cristo: que saibamos estarem incluídos na suma de doutrina que *ele* ensinou todos os elementos da perfeita sabedoria.

3. O ofício real de Cristo: um reino espiritual e eterno

Passo agora a tratar do reino, acerca do qual faríamos considerações vãs,[252] a não ser que os leitores sejam antes advertidos de que sua natureza é espiritual, porquanto daí poderão compreender sua utilidade e o proveito que lhes toque,[253] e toda sua força e eternidade. Com efeito, a eternidade que em Daniel [2.44] o Anjo atribui à pessoa de Cristo, com razão, em Lucas [1.33], o mesmo Anjo *a* acomoda à salvação do povo.

Mas esta *eternidade é* também dúplice, ou deve ser estatuída sob dois pontos de vista, pois uma diz respeito a todo o corpo da Igreja, a outra é própria de cada um de *seus* membros. À primeira deve atribuir-se o que se diz no Salmo [89.35-37]: "Uma vez a Davi jurei por minha santidade, não mentirei; sua semente permanecerá para sempre; seu trono *será* como o sol à minha vista, como a lua será firmado para sempre, e fiel testemunha *será* no céu." Pois não há dúvida de que aí Deus está prometendo que, pela mão de seu Filho, haverá de ser o eterno mentor e protetor da Igreja. Ora, não em outra parte, senão que em Cristo, se achará a verdade deste vaticínio, pois, imediatamente após a morte de Salomão, a dignidade do reino foi, em sua maior porção, posta por terra, e com a ignomínia da família davídica foi transferida a um homem estranho. Mais tarde foi *ela* pouco a pouco diminuída, até que, por fim, decaísse de todo em uma triste e vergonhosa ruína. O mesmo sentido tem essa exclamação de Isaías: "Sua geração, quem *a* narrará!" [Is 53.8]. Pois está a proclamar que Cristo assim haverá de sobreviver à morte que o liga com seus membros.

Portanto, quantas vezes ouvimos ser Cristo armado de eterno poder, lembremo-nos de que com esta proteção se sustém a perpetuidade da Igreja, de sorte que per-

252. Primeira edição: "Venho ao Reino, acerca do qual em vão se fazem considerações..."
253. Primeira edição: "porquanto daí se colige a quê valha e quê nos confira ..."

maneça, no entanto, incólume por entre agitações turbulentas de que é constantemente assediada; por entre graves e formidáveis comoções, que inúmeras calamidades *lhe* ameaçam. Assim, onde Davi se ri da audácia dos inimigos, que tentam alijar o jugo de Deus e de seu Cristo, e diz que "em vão tumultuam reis e povos, porquanto Aquele que habita nos céus é suficientemente forte para aparar-lhes as investidas" [Sl 2.24], tornando os piedosos mais seguros da perpétua conservação da Igreja, os anima a esperar confiantes sempre que ocorre ser ela oprimida.[254] Assim, em outro lugar, quando fala na pessoa de Deus: "Assenta-te à minha destra, até que *eu* ponha teus inimigos *por* escabelo de teus pés" [Sl 110.1], está afirmando que, por mais que muitos e poderosos inimigos conspirem para destruir a Igreja, entretanto não lhes assistem forças em virtude das quais prevaleçam contra esse imutável decreto de Deus, pelo qual constituiu a seu Filho Rei eterno. Donde se segue que não pode acontecer que, com todo o aparato do mundo, o Diabo venha a destruir a Igreja que está fundamentada no eterno trono de Cristo.

Ora, no que respeita à aplicação especial a cada um *de nós*, essa mesma ***eternidade*** nos deve elevar à esperança da bem-aventurada imortalidade. Pois tudo quanto é terreno, e do mundo, percebemos ser temporal, até mesmo efêmero. Portanto, para que nossa esperança seja elevada aos céus, Cristo declara que seu reino não é do mundo [Jo 18.36]. Enfim, quando alguém dentre nós ouve que o reino de Cristo é espiritual, animado por esta afirmação, transporte-se à esperança de uma vida melhor; e já que agora se acha protegido pela mão de Cristo, espere a plena frutificação desta graça no mundo vindouro.

4. O SENTIDO DA REALEZA DE CRISTO EM RELAÇÃO A NÓS

Quanto à afirmação de que não podemos de outra maneira compreender por nós mesmos a força e a utilidade do reino de Cristo, o qual bem sabemos ser espiritual, facilmente se prova disto:[255] embora durante todo o curso da vida tenhamos de militar sob a cruz, esta condição nos é dura e mísera. Portanto, que nos aproveitaria sermos congregados sob o governo do Rei celeste, a não ser que seu fruto se patenteasse além do estado da vida terrena? E, por isso, deve-se saber que tudo quanto de felicidade em Cristo nos foi prometido não consiste em proveitos exteriores, de sorte que levemos uma vida alegre e tranqüila, floresçamos em riquezas, estejamos livres de todo malefício e refluemos das delícias pelas quais a carne costuma suspirar. Pelo contrário, *consiste no que* é próprio da vida celeste.

Mas, assim como no mundo o estado próspero e almejável de um povo se contém, em parte, na abundância de todos os bens e na paz doméstica, em parte em

254. Primeira edição: "a bem esperar [os] anima quantas vezes haja acontecido ser ela oprimida."
255. Primeira edição: "Que dissemos não poder-se de outra maneira de nós perceber a força e a prestância do Reino de Cristo que enquanto [o] reconhecemos ser espiritual, até assaz daqui transparece."

defesas poderosas, mercê das quais esteja seguro contra a violência externa, assim também Cristo aos seus farta de todos os *recursos* necessários para a eterna salvação das almas, e *os* mune de fortitude pela qual se postem inexpugnáveis contra todas e quaisquer investidas dos inimigos espirituais. Do que concluímos que ele reina mais para nós do que para si *próprio*, e isto interna e externamente, de sorte que, refeitos, aliás, até onde Deus sabe ser-nos conveniente, dos dons do Espírito, de que somos por natureza desprovidos, sintamos destas primícias estarmos realmente unidos a Deus para a perfeita bem-aventurança. Ademais, como respaldados do poder do mesmo Espírito, não duvidemos de que haveremos de ser sempre vitoriosos contra o Diabo, o mundo e toda e qualquer espécie de malefício. A isto contempla a resposta de Cristo aos fariseus: porque o reino de Deus está dentro de nós, ele não vem mediante sinais externos [Lc 17.20, 21]. Pois é provável que, pelo *fato de* que ele se confessava ser *aquele* Rei sob quem se deveria esperar a suprema bênção de Deus, *os fariseus*, em zombaria, solicitaram que *ele* exibisse suas credenciais. Ele, porém, para que não se engodem estultamente com pompas *aqueles* que são, de outra sorte, mais do que convém, inclinados para a terra, ordena que penetrem em suas *próprias* consciências, porque "o reino de Deus é justiça, paz e alegria no Espírito Santo" [Rm 14.17]. Com estas *palavras*, somos sucintamente ensinados o que o reino de Cristo nos confere.

Ora, visto não ser este um reino terreno ou carnal, que esteja sujeito a corrupção, mas espiritual, nos eleva até a vida eterna, para que passemos pacientemente por esta vida, sob tribulações, carência de sustento, frio, desprezo, injúrias e outras inquietações, contentes só com isto: que nosso Rei nunca nos haverá de deixar à míngua, contudo não nos virá em socoro, em nossas necessidades, até que, havendo desempenhado nossa militância, sejamos convocados ao triunfo, porquanto a natureza de *seu* reinado é tal que compartilha conosco tudo quanto recebeu do Pai. Ora, visto que *ele* nos arma e *nos* equipa com seu poder, nos adorna com *sua* beleza e magnificência, *nos* cumula com *suas* riquezas, tudo isso nos serve grandemente para nos gloriarmos e sentirmos tanta confiança,[256] que pelejemos intrepidamente com o Diabo, o pecado e a morte. Enfim, como revestidos de sua justiça, superemos valentemente a todos os opróbrios do mundo; e assim como ele nos farta liberalmente de seus dons, assim também, de nossa parte, produzamos frutos para sua glória.

5. Natureza e extensão do ofício real de Cristo

Portanto, sua unção régia não nos é proposta *como sendo* feita de óleo ou de ungüentos aromáticos; pelo contrário, *ele* é chamado "o Cristo de Deus" [Lc 9.20]

256. Primeira edição: "disto se nos provê ubérrima razão de gloriar[-nos] e até se subministra confiança..."

porque sobre ele "repousou o Espírito de sabedoria, entendimento, conselho, fortitude e temor de Deus [Is 11.2]. Este é "o óleo de alegria" com que o Salmo [45.7] proclama ter sido ele "ungido acima de seus companheiros", porquanto, a não ser que nele houvesse tal excelência, pobres seríamos todos e famélicos. Pois, como foi dito, tampouco se fez ele rico particularmente para si *próprio*, mas para que derramasse de sua abundância sobre os famintos e os sedentos. Ora, assim como se diz que "o Pai não deu ao Filho o Espírito por medida" [Jo 3.34], assim expressa *ele* a razão: "para que dele todos nós recebêssemos de sua plenitude, e graça sobre graça" [Jo 1.16]. Desta fonte emana a munificência que Paulo rememora, em virtude da qual "a graça é variadamente distribuída aos fiéis, conforme a medida da liberalidade de Cristo" [Ef 4.7]. Com estas *considerações* confirma-se, sobejamente, *o* que tenho dito: que o reino de Cristo se situa no Espírito, não em gozos ou pompas terrenas; e daí, para que sejamos seus participantes, temos que renunciar ao mundo.

O símbolo visível desta sacra unção foi manifestado no batismo de Cristo, quando sobre ele repousou o Espírito na forma de uma pomba [Lc 3.22; Jo 1.32]. Com efeito, que o Espírito e seus dons são designados pelo termo ***unção*** [1Jo 2.20, 27], não deve parecer ser algo novo, nem absurdo, porquanto não somos alentados de outra parte. Especialmente, porém, no que tange à vida celestial, nenhuma gota de vigor há em nós a não ser a que o Espírito Santo nos instila, o qual escolheu em Cristo *sua* sede, para que daí nos jorrassem sobejamente as riquezas celestes, das quais somos demasiadamente carentes. Entretanto, visto que os fiéis se saem não só invictos pelo poder de seu Rei, mas também suas riquezas espirituais neles exuberam, não é sem razão que se dizem cristãos.

Ademais, a esta eternidade de que temos falado nada altera a afirmação de Paulo: "Então entregará *ele* o reino ao Deus e Pai" [1Co 15.24]. Igualmente: "O próprio Filho se lhe sujeitará, para que Deus seja tudo em todas *as coisas*" [1Co 15.28], daí outra *coisa* não quer *ele dizer* senão que naquela glória perfeita tal administração do reino não haverá de ser qual é agora. Ora, o Pai deu todo o poder ao Filho, para que, por sua mão, nos governe, nutra, sustente; sob seu cuidado nos proteja e nos auxilie. E assim, por todo tempo em que peregrinarmos distanciados de Deus, no meio se interpõe Cristo para que, a pouco e pouco, nos conduza plenamente à sólida união com Deus.

Assentar-se à destra do Pai equivale, na verdade, dizer que ele é o legado do Pai, em quem reside todo o poder do governo,[257] visto que Deus quer reger e proteger a Igreja, por assim dizer, ***mediatamente***, em sua pessoa. Como, aliás, Paulo interpreta, no primeiro *capítulo da Epístola* aos Efésios: Cristo foi posto à destra do Pai para que seja o Cabeça da Igreja, que é seu corpo [Ef 1.20-23]. À mesma *conclusão*

257. Primeira edição: "E, que se assenta à dextra do Pai, equivale, na verdade, a que se diga o legado do Pai em Quem esteja o poder todo do governo ..."

se chega o que ensina em outro lugar [Fp 2.9-11], *a saber*: lhe foi dado um nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho e toda língua *o* confesse para a glória de Deus Pai. Ora, com estas palavras *ele* está recomendando também a ordem *imperante* no reino de Cristo, necessária à nossa presente insuficiência. Por isso Paulo conclui corretamente que Deus haverá, então, de ser pessoalmente o Cabeça único da Igreja, porque as funções de Cristo na defesa da Igreja já estarão cumpridas.

Pela mesma razão, a cada passo, a Escritura *o* chama ***Senhor***, porque com esta prerrogativa o Pai o colocou sobre nós, para que exerça seu governo através dele. Porque, ainda que se celebrem muitos senhorios no mundo, "para nós há um só Deus, o Pai, de quem *procedem* todas *as coisas*, e nós nele; e um só Senhor, Cristo, mediante quem *são* todas *as coisas*, e nós através dele", diz Paulo [1Co 8.6]. Do que se conclui, devidamente, que ele é o próprio Deus que afirmou, pela boca de Isaías [33.22], ser o Rei e Legislador da Igreja. Porque, ainda que Cristo declare em muitos lugares que toda a autoridade e o poder que possi é benefício e mercê do Pai, com isso outra coisa não quer dizer senão que reina com majestade e virtude divinas; pois adotou precisamente a pessoa do Mediador para que, descendo do seio do Pai e de sua glória incompreensível, se aproxime de nós.[258] Pelo que, mais justo é que todos *nós*, com um só sentimento, nos aprestemos para obedecer, e com a máxima prontidão a seu arbítrio conformemos nossa obediência. Pois assim como conjuga os ofícios de Rei e Pastor em relação aos piedosos, os quais, de vontade própria, se *lhe* sujeitem com mansidão, assim também, por outro lado, ouvimos que *ele* porta um cetro de ferro, com o qual quebre e despedace a todos os renitentes, como se *fossem* vasos de oleiro" [Sl 2.9]. Ouvimos também que "ele haverá de ser juiz dos povos, de sorte que cubra a terra de cadáveres e lance por terra tudo quanto se eleve acima dele" [Sl 110.6]. Hoje se vêem certos exemplos deste fato, mas a plena evidência se deparará no Juízo Final, que, aliás, se pode, com propriedade, considerar o ato derradeiro de seu reino.

6. O OFÍCIO SACERDOTAL DE CRISTO: EXPIAÇÃO, RECONCILIAÇÃO, INTERCESSÃO

Impõe-se agora, em relação ao sacerdócio *de Cristo*, assim considerar, sucintamente, qual seu fim e aplicação, *ou, seja*, ser *ele* um Mediador limpo de toda mancha, o qual, por sua santidade, concilia Deus conosco. Mas, visto que justa maldição *nos* barra o acesso, e em função de *seu* ofício de Juiz, Deus nos é contrário, para que o sacerdote nos alcance *seu* favor a fim de aplacar-se a ira do próprio Deus, faz-se

258. Primeira edição: "Ora, se bem que, por toda parte, chama [Ele] benevolência e mercê do Pai a tudo quanto tem de poder, entretanto, não outra [cousa] significa senão que reina divinamente, porquanto, por isso, Se revestiu da pessoa do Mediador, para que, descendo do seio do Pai e da glória incompreensível, a nós Se [nos] aproximasse."

necessário que intervenha uma expiação. Portanto, para que Cristo desempenhasse este ofício, ele teve que apresentar-se com um sacrifício. Ora, também sob a lei, não era lícito ao sacerdote adentrar o santuário sem sangue [Hb 9.7], para que os fiéis soubessem que, embora o sacerdote houvesse se interposto *como* intercessor, entretanto Deus não podia ser propiciado, a não ser *que* os pecados *fossem* expiados. Acerca desta matéria o Apóstolo discute extensamente na Epístola aos Hebreus, desde o sétimo capítulo até quase o fim do décimo.

Contudo, a síntese *de sua argumentação* se reduz a isto: só a Cristo compete a dignidade do sacerdócio, porque, pelo sacrifício de sua morte, apagou nossa culpa e fez satisfação por *nossos* pecados. De quão grande importância, porém, seja *esta* matéria, somos avisados daquele solene juramento de Deus que foi proferido sem arrependimento: "Tu és sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque" [Sl 110.4; Hb 5.6]. Pois, *desta forma* quis *Deus* sancionar, não dubiamente, esse princípio em que sabia revolver-se o principal gonzo de nossa salvação. Ora, como foi dito, nem a nós *próprios* ou a nossas preces se alcança acesso à presença de Deus, a não ser que, purgados *nossos* pecados, o Sacerdote nos santifique e nos alcance a graça que nos elimina a imundície de nossas transgressões e depravações. Vemos assim que, para que chegue até nós a eficácia e proveito de seu sacerdócio, tem-se de começar pela morte de Cristo.

Segue-se daqui que *ele* é o eterno Intercessor, por cujo auxílio conseguimos favor. Donde, por outro lado, nasce não somente confiança de orar, mas também tranqüilidade nas consciências piedosas, enquanto, em segurança, se reclinam na paterna indulgência de Deus, e, com *toda* certeza, estão persuadidas de que *lhe* agrada tudo quanto é consagrado através do Mediador. Embora, na verdade, sob a lei ordenara Deus que se lhe oferecessem sacrifícios de animais, diversa e nova foi a disposição em Cristo, de tal modo que, o mesmo que *era* o sacerdote, fosse *também* a vítima, porquanto nem se podia achar outra satisfação idônea pelos pecados, nem alguém digno de tão elevada honra que o Unigênito pudesse oferecer a Deus.

Agora Cristo exerce a função de Sacerdote, não só para que, mercê da eterna lei de reconciliação, nos torne o Pai favorável e propício, mas ainda para que nos admita à participação de tão grande honra [Ap 1.6]. Ora, que em nós *mesmos* somos depravados, todavia sacerdotes nele, oferecemo a Deus a nós *mesmos* e a tudo que é nosso e entramos livremente no santuário celeste, para que sejam agradáveis e de bom odor à vista de Deus os sacrifícios de preces e de louvor que de nós procedem. E até este ponto se estende essa afirmação de Cristo: "Por causa deles a mim mesmo *me* santifico" [Jo 17.19], porquanto, banhados de sua santidade, até onde consigo nos consagrou ao Pai, *nós* que, de outro modo, cheiramos mal diante dele, lhe agradamos como se *fôssemos* puros e limpos, aliás, até mesmo santos. A isto se refere a unção do santuário de que se faz menção em Daniel [9.24]. Pois é preciso notar a antítese entre esta unção e aquela, *unção* penumbrosa que estivera então em uso,

como se estivesse o Anjo a dizer que, dissipadas as sombras, manifesto haveria de ser o sacerdócio na pessoa de Cristo. Quão mais detestável, *portanto*, é a invenção daqueles que, não contentes com o sacerdócio de Cristo, ousaram interpor-se a sacrificá-lo, o que se tenta diariamente no papismo, onde a missa é considerada uma imolação de Cristo.

CAPÍTULO XVI

COMO CRISTO CUMPRIU AS FUNÇÕES DE REDENTOR PARA QUE NOS ADQUIRISSE A SALVAÇÃO. ONDE SE TRATA DE SUA MORTE E RESSURREIÇÃO, BEM COMO DA ASCENSÃO AO CÉU

1. Cristo, o Redentor e Salvador

A*s coisas* que até aqui temos dito a respeito de Cristo devem ser referidas a este único escopo: que, condenados, mortos e perdidos em nós *mesmos*, nele busquemos justiça, libertação, vida e salvação, como somos ensinados nessa insigne afirmação de Pedro: "debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos" [At 4.12]. Na verdade, não lhe foi imposto o nome JESUS às cegas, ou por fortuito acaso, ou pelo arbítrio de homens; pelo contrário, *foi* trazido dos céus por um anjo, mensageiro de um decreto supremo, anexada também a razão: que *ele* foi enviado para salvar o povo de *seus* pecados [Mt 1.21]. Com estas palavras lhe é confiado o ofício de Redentor, para que fosse assim nosso Salvador.[259]

Entrementes, incompleta, todavia, *nos* seria a redenção, a não ser que, mediante avanços contínuos, *ele* nos conduzisse integralmente à meta última da salvação. E assim, tão logo dele nos desviamos, ainda que um mínimo apenas, aos poucos a salvação se *nos* desvanece, a qual reside nele integralmente. De sorte que, por certo, de toda a graça se privam todos quantos nele não se arrimam. E digna de lembrança é esta advertência de Bernardo: "O nome de Jesus não é apenas luz, mas também alimento. É também óleo, sem o qual se resseca todo manjar da alma; é sal, sem cuja condimentação é insípido tudo quanto se põe diante de nós. Enfim, é mel na boca, melodia no ouvido, júbilo no coração e, ao mesmo tempo, remédio; e insípido é tudo quanto se discute, a não ser onde ressoe este nome."[260]

Mas aqui se faz conveniente ponderar diligentemente como a salvação nos é por ele engendrada, para que não só estejamos persuadidos de que ele é seu autor, mas, havendo abraçado as coisas que servem de sólido suporte à nossa fé, repudiemos todas as *coisas* que podem nos afastar para aqui ou para ali. Ora, uma vez que ninguém pode descer dentro de si mesmo e sondar seriamente o que quer que seja sem que, sentindo a Deus irado e hostil para consigo, não tenha necessidade de buscar ansiosamente meio e maneira de aplacá-lo; o que exige satisfação requer-se

259. Primeira edição: "Em quais palavras de notar-se é [o] que havemos abordado em outro lugar, que o ofício de Redentor Lhe foi outorgado para que nos fosse o Salvador."

260. Bernardo, *Sobre o Cântico dos Cânticos*, sermão XV.

certeza não comum, visto que sobre os pecadores, até que tenham sido absolvidos da culposidade, cai sempre a ira e maldição de Deus, o qual, visto ser justo Juiz, não deixa impune quem viola sua lei; pelo contrário, armado ele está para a punição.

2. A ira de Deus superada pela misericórdia polarizada em Cristo

Mas, antes que avancemos mais longe, impõe-se-nos ver, de passagem, como é possível que Deus, que vem diante de nós em sua misericórdia, sendo-nos inimigo até que se reconciliou conosco por intermédio de Cristo. Ora, como nos teria *ele* dado a singular dádiva de seu amor no Filho Unigênito, a não ser que já antes *nos* tivesse envolvido em *seu* gracioso favor? Portanto, uma vez que aqui emerge certa aparência de contradição, resolverei esta dificuldade.

Desta maneira geralmente fala o Espírito nas Escrituras: "Deus foi inimigo dos homens até que fossem restaurados à graça pela morte de Cristo" [Rm 5.10]; "foram malditos até que lhes fosse expiada a iniqüidade mediante seu sacrifício" [Gl 3.10, 13]; "estiveram separados de Deus até que fossem, através de seu corpo, recebidos em comunhão *com ele*" [Cl 1.21, 22]. Expressões deste gênero nos foram acomodadas à capacidade para que melhor entendamos quão mísera nos é, e calamitosa, a condição à parte de Cristo. Pois, a não ser que, em termos claros, se dissesse que sobre nós haviam recaído a ira e vingança de Deus e a morte eterna, menos consciência teríamos de quão miseráveis seríamos sem a misericórdia de Deus e menos estimaríamos o benefício de *nossa* libertação.

Por exemplo, quando alguém ouve dizer: "Se no tempo em que eras ainda um pecador, Deus te odiara e te lançara para longe, como havias merecido, horrível perdição te aguardava. Mas, visto que, de *sua* livre vontade e de seu gracioso favor, te conservou em graça, nem permitiu que fosses dele alienado, assim te livrou desse perigo." Sensibilizar-te-ás, sem dúvida, e sentirás, em certa medida, quanto deves à misericórdia de Deus. Que ouças, porém, por outro lado, o que a Escritura ensina: *o homem foi* alienado de Deus pelo pecado, herdeiro da ira, sujeito à maldição da morte eterna, excluído de toda esperança de salvação, alijado de toda bênção de Deus, escravo de Satanás, cativo sob o jugo do pecado, destinado, afinal, a horrível perdição. Mas então Cristo interveio, e intercedendo por ele tomou sobre seus ombros a pena e pagou o que os pecados teriam que pagar pelo justo juízo de Deus que ameaçava a todos os pecadores; que expiou com seu sangue todos os pecados que eram a causa da inimizade entre Deus e os homens; que com esta expiação satisfez o Pai e aplacou sua ira; que ele é o fundamento da paz entre Deus e nós; que ele é o vínculo que nos mantém em seu favor e graça – isto não o moverá com maior intensidade, quanto mais vivo seja o quadro ante nossos olhos da grande miséria da qual *o homem* se livrou?[261]

261. Primeira edição: "neste ponto, haver Cristo intercedido [como seu] advogado, haver tomado sobre Si

Em suma, visto que nosso espírito não pode suficiente e sofregamente apreender a vida *calcada* na misericórdia de Deus, ou mantê-la com a gratidão que convém, salvo se antes abalado e consternado pelo temor da ira de Deus e pelo horror da morte eterna, somos assim instruídos pela sagrada doutrina que, à parte de Cristo, vemos a Deus, em certa medida, como nosso inimigo e sua mão armada para nosso castigo, e somente em Cristo abraçamos sua benevolência e paterno amor.

3. À PARTE DE CRISTO O PECADOR ESTÁ SOB A IRA DE DEUS; EM CRISTO ELE DESFRUTA DE SEU AMOR

Ainda que isto *assim* se diz em acomodação à limitação de nossa capacidade, entretanto não *se diz* falsamente. Pois Deus, que é a suprema justiça, não pode amar a iniqüidade que vê em todos nós. Todos, portanto, temos em nós o que é merecedor do ódio divino. Conseqüentemente, com respeito a nossa natureza corrompida e, em seguida, à vida depravada *daí* decorrente, estamos todos, realmente, no desagrado de Deus, *somos* réus a seus olhos e nascidos para a condenação da Gehena. Visto, porém, que o Senhor não quer perder em nós o que é seu, ainda acha algo a que, em função de sua benignidade, possa amar. Ora, por mais que, por defeito nosso, sejamos pecadores, permanecemos, no entanto, criaturas suas; por mais que para nós hajamos granjeado a morte, ele, no entanto, nos criara para a vida. Assim, é *ele* incitado, por puro e gracioso amor, a nos admitir à sua graça.

Mas, se há perpétuo e irreconciliável conflito entre a justiça e a iniqüidade, o Senhor não pode, absolutamente, nos acolher por todo tempo em que permanecermos pecadores. Por essa razão, para que, removida a causa de toda inimizade, *Deus* a si nos reconcilie completamente, apresenta a expiação na morte de Cristo, *e assim* cancela tudo quanto de mau há em nós, para que *nós*, que antes disso éramos imundos e impuros, nos mostremos justos e santos a seus olhos. Portanto, com *seu* amor Deus o Pai se apresenta e antecipa nossa reconciliação em Cristo. De fato, visto que *ele* nos amou primeiro [1Jo 4.19], então a si nos reconcilia. Mas, visto que, até que Cristo *nos* socorra com sua morte, em nós permanece a iniqüidade que merece a indignação de Deus e é maldita e condenada diante dele, plena e sólida união com Deus só *a* temos depois que Cristo *a ele* nos une. E daí, se queremos assegurar Deus pacificado e propício para conosco, importa fixar os olhos e a mente em Cristo só, porquanto, de fato, só através dele conseguimos que *ele* não nos impute os pecados, cuja imputação traz consigo a ira de Deus.

---

e haver pago a pena que o justo juízo de Deus ameaçava a todos os pecadores, haver expiado com o Seu sangue os maus feitos que os rendiam abomináveis a Deus, com este sacrifício expiatório haver satisfeito e devidamente propiciado a Deus o Pai, mercê deste intercessor haver-Lhe sido aplacada a ira, neste fundamento haver-se firmado a paz de Deus com os homens, neste vínculo conter-se-Lhe a benevolência para com eles. Com estas [cousas] não será, porventura, [o homem[tanto mais profundamente sensibilizado quanto melhor ao vivo se represente de quão grande calamidade haja sido resgatado?”

4. A DESPEITO DE NOSSO PECADO E REBELDIA, QUE LHE EXCITARIAM A IRA, DEUS JAMAIS DEIXOU DE NOS AMAR

E, por esta razão, Paulo diz que esse amor com que Deus nos abraçou "antes da criação do mundo" [Ef 1.4] fora estabelecido e fundamentado em Cristo. Estas *coisas* são evidentes e em *estrita* concordância com a Escritura e harmonizam excelentemente entre si essas passagens onde se diz que nisto Deus manifestou seu amor para conosco: que o Filho Unigênito foi entregue à morte [Jo 3.16], e todavia fora inimigo antes que, pela morte de Cristo, se *nos* tornasse favorável [Rm 5.10]. Mas, para que *estas coisas* sejam mais firmes entre aqueles que requerem o testemunho da Igreja antiga, citarei uma passagem de Agostinho,[262] onde isto mesmo se ensina: "Incompreensível", diz *ele*, "e imutável é o amor de Deus. Pois *ele* começou a amarnos, não desde que fomos reconciliados com ele pelo sangue de seu Filho; pelo contrário, *ele* nos amou antes da formação do mundo, para que também nós lhe fôssemos filhos juntamente com seu Unigênito, mesmo antes que viéssemos a ser algo. Que, portanto, fomos reconciliados pela morte de Cristo, não se deve entender como se o Filho nos reconciliasse com o Pai para que este começasse a nos amar, porque antes nos odiava; mas foi reconciliado com quem já antes nos amava, ainda que, pelo pecado, nutria inimizade para conosco. O Apóstolo é testemunha de que afirma a verdade:[263] '*Deus* prova seu amor para conosco em que, enquanto éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós' [Rm 5.8]. Tinha *ele*, portanto, amor para conosco ainda quando, exercendo inimizades para com ele, praticávamos a iniqüidade. E assim, de modo maravilhoso e divino, ainda quando nos odiava, *ele* nos amava. Pois *ele* nos odiava enquanto éramos como ele nos fizera.[264] E porque nossa iniqüidade não havia consumido de todo sua obra *em nós*, sabia, a um só tempo, em cada um de nós, não só odiava o que fazíamos, mas também amava *o* que *ele* havia feito." É isso *o* que diz Agostinho.

5. CRISTO CONSUMOU-NOS A REDENÇÃO MEDIANTE SUA OBEDIÊNCIA E MORTE VICÁRIA

Agora, quando se pergunta como, cancelados os pecados, Cristo tenha removido o antagonismo *existente* entre nós e Deus, e adquirido a justiça que no-lo fizesse favorável e benévolo, pode-se responder, de modo geral, que isto *ele* nos conseguiu mediante todo o curso de sua obediência. O que se prova do testemunho de Paulo:

262. *Tratados sobre o Evangelho de São João*, CX, 6.

263. Primeira edição: "Que, portanto, fomos reconciliados pela morte de Cristo, não assim se tome como se por isso o Filho nos haja com Ele reconciliado: para que começasse a amar agora [aqueles] a quem odiava. Ao contrário, fomos reconciliados com Um Que já nos amava, com Quem tínhamos inimizades em razão do pecado. Que esteja [eu] a dizer, ou não, a verdade, ateste[-o] o Apóstolo."

264. Primeira edição: "Pois, odiava-nos quais ele [nos] não fizera."

"Como, pela transgressão de um, muitos foram constituídos pecadores, assim, pela obediência de um, somos constituídos justos" [Rm 5.19]. E de fato, em outro lugar ele estende a toda a vida de Cristo a causa do perdão que nos exime da maldição da lei: "Quando veio a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, sujeito à lei, para que redimisse aqueles que estavam debaixo da lei" [Gl 4.4, 5]. Assim também, em *seu* próprio batismo, declarou estar *ele* cumprindo parte da justiça, porquanto estaria obedientemente executando o mandado do Pai [Mt. 3.15]. Enfim, desde que se revestiu da pessoa de servo, começou a pagar o preço de *nossa* libertação a fim de nos redimir.

Todavia, para definir mais precisamente o modo da salvação, a Escritura prescreve isto como sendo peculiar e próprio à morte de Cristo. *Ele* próprio declara "dar a vida em resgate por muitos" [Mt 20.28]. Paulo ensina que "*Cristo* morreu por nossos pecados" [Rm 4.25; 1Co 15.3]. João Batista proclamava que ele viera a fim de tirar os pecados do mundo, porquanto era o Cordeiro de Deus [Jo 1.29]. Em outro lugar, Paulo declara que "fomos justificados gratuitamente, mercê da redenção que há em Cristo, porque *ele* nos foi proposto *como* o reconciliador em seu sangue" [Rm 3.24, 25]. Igualmente, "que fomos justificados em seu sangue e reconciliados por *sua* morte" [Rm 5.9, 10]. De novo, "*Aquele* que não conhecia pecado, fez-se pecado por nós, para que nele fôssemos justiça de Deus" [2Co 5.21]. Não enumerarei todas *as referências*, porque a lista seria imensa e muitas serão citadas a seguir, em sua *devida* ordem.

Razão por que, no símbolo de fé, que chamam *Credo* Apostólico, ocorre imediatamente, na mais apropriada ordem, a transição do nascimento de Cristo à *sua* morte e ressurreição, em que reside a suma da perfeita salvação. Contudo, nem se exclui a parte remanescente da obediência que ele efetuou na vida, como Paulo a compreende toda, do começo ao fim, já que *ele* "esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, foi obediente ao Pai até a morte, e morte de cruz" [Fp 2.7, 8]. E de fato também na própria *morte de Cristo* ocupa o primeiro plano *sua* sujeição voluntária, porquanto *seu* sacrifício de nada teria servido à justiça, a não ser que fosse oferecido de livre vontade. Portanto, quando o Senhor testificou que "dava sua vida pelas ovelhas" [Jo 10.15], acrescenta, expressamente: "Ninguém a toma de mim mesmo" [Jo 17.18]. Neste sentido diz Isaías que "*ele* ficou mudo como um cordeiro diante do tosquiador" [Is 53.7]. E a história do evangelho afirma que *ele* se adiantou ao encontro dos soldados [Jo 18.4] e diante de Pilatos, não recorrendo a *qualquer* defesa *própria*, firme se postou para submeter-se a julgamento [Mt. 27.12, 14]. Isto, na verdade, não sem luta, porquanto não apenas tomara sobre si nossas misérias, mas ainda se fez necessário ser, desta maneira, testada a obediência que prestava a seu Pai. E foi isto evidência não comum de seu incomparável amor para conosco: lutar com horrível espantalho, e por entre aqueles duros tormentos afastar *toda* preocupação consigo *mesmo*, para que pudesse satisfazer-nos *os interesses*. Isto, por

certo, se deve sustentar: que não se pôde de outra sorte propiciar devidamente a Deus, senão, enquanto abdicando do afeto próprio, Cristo se lhe submeteu, e se *lhe* entregou plenamente à vontade. Nesta matéria o Apóstolo cita, apropriadamente, este testemunho do Salmo: "No livro da lei foi escrito sobre mim. Deleito-me em fazer tua vontade, ó Deus. Quero que tua lei esteja em meu coração. Então, *eu* disse: Eis que venho" [Sl 40.7 9; Hb. 10.7, 9].

Mas, visto que só no sacrifício e na ablução com que se expiam os pecados as consciências aterrorizadas acham descanso, somos, com razão, para aí dirigidos, e então na morte de Cristo se nos depara a essência da vida. Todavia, visto que ante o tribunal celeste de Deus permanecia nossa maldição *resultante* da culposidade, menciona-se, em primeiro lugar, a condenação perante o procurador da Judéia, Pôncio Pilatos, para que saibamos que a pena a que havíamos de sujeitar-nos fora infligida ao Justo. Não podíamos fugir ao horrível juízo de Deus. Para que daí nos livrasse, Cristo se deixou condenar diante de um homem mortal, aliás, até mesmo ímpio e profano. Pois, o nome do procurador é expresso não só para confirmar a fidedignidade da história, mas ainda para que aprendamos *o* que Isaías ensina: "Sobre ele esteve o castigo de nossa paz, e por sua pisadura fomos curados" [Is 53.5]. Ora, nem era bastante que, a fim de tolher-nos a condenação, arrostasse *ele* qualquer *modalidade de* morte. Pelo contrário, para que nos satisfizesse à redenção, foi-lhe imposto escolher um gênero de morte em que, não só transferisse para si a condenação, mas também tomasse sobre si a expiação, e de uma e outra nos livrasse. Se *Cristo* tivesse sido degolado por assaltantes ou tumultuariamente morto em uma sedição do poviléu, em morte desse tipo nenhuma espécie de satisfação teria subsistido. Quando, porém, é *ele* colocado diante do tribunal *como* réu, é acusado e é premido de testemunhos *contrários*, é sentenciado à morte pela boca do próprio juiz. Com essas provas compreendemos que *ele* assumiu a pessoa de um criminoso e malfeitor.

E aqui devem notar-se duas coisas que não só haviam sido preditas por vaticínios dos profetas, mas também trazem insigne consolação e confirmação à fé. Pois quando ouvimos que Cristo, da tribuna do juiz, *foi* enviado à morte, que foi pendurado entre ladrões, temos *aí* o cumprimento desta profecia que é citada pelo evangelista: "Entre os iníquos foi *ele* contado" [Is 53.12; Lc 22.37]. Por que isso? Seguramente, para que morresse em lugar do pecador, não do justo ou do não-culpado, porquanto sofria a morte, não *em virtude* da inocência, mas por causa do pecado. Por outro lado, quando ouvimos *ser ele* absolvido pela mesma boca pela qual fora condenado (ora, Pilatos foi compelido não uma só vez a publicamente dar testemunho de sua inocência), vem à mente *o* que está em outro Profeta: "então restituí o que não furtei" [Sl 69.4].

E assim, não apenas contemplaremos representada em Cristo a pessoa de um pecador e criminoso, mas também, sua inocência a resplender, ao mesmo tempo se

fará evidente que foi ele acusado de crime alheio, antes que de crime próprio.[265] Sofreu, portanto, sob Pôncio Pilatos, sendo assim citado pela solene sentença do procurador ao número dos criminosos, entretanto, mesmo que não seja, ao mesmo tempo, por *ele* próprio pronunciado justo, quando afirma não achar nele nenhuma causa *para incriminação* [Jo 18.38]. Esta é nossa absolvição: que a culpa que nos mantinha sujeitos à pena foi transferida para a cabeça do Filho de Deus [Is 53.12]. Pois se deve ter em mente, acima de tudo, esta permuta, para que não tremamos e estejamos ansiosos por toda a vida, como se *ainda* pendesse sobre nós a justa vingança de Deus, a qual o Filho de Deus transferiu para si.

6. A morte de Cristo na cruz, amaldiçoada, porém bendita

Além disso, a própria forma da morte *de Cristo* não carece de grande mistério. A cruz era maldita não apenas na opinião humana, mas também por decreto da lei divina [Dt 21.23]. Logo, enquanto é nela alçado, Cristo se faz sujeito à maldição. E se impôs agir assim para que, enquanto ela é transferida para ele, eximidos fôssemos de toda maldição, a qual, em conseqüência de nossas iniqüidades, nos estava reservada, ou, antes, pendia sobre nós. Isto fora prefigurado até mesmo na lei. Pois as vítimas oferecidas pelos pecados e *no Antigo Testamento* eram expiatórias, as chamavam ***aschamot***, vocábulo com que, com propriedade, se designa o próprio pecado. Com esta aplicação do termo, o Espírito quis indicar que elas equivaliam a καθαρμάτων [*katharmátōn – sacrifícios ou ritos de purificação*], que tomariam sobre si e susteriam a maldição devida às transgressões. O que, porém, fora representado figurativamente nos sacrifícios mosaicos, isso se exibe em Cristo, atualizado no arquétipo. Portanto, para que levasse a efeito a justa expiação, ofereceu *ele* a própria vida *como* um ***ascham***, isto é, um ***sacrifício expiatório do pecado***, como *o* diz o Profeta [Is 53.10], sobre o qual lançada, de certa maneira, a mancha e a pena, *para que* deixe de ser-nos *ele* imputado.

Mais explicitamente, isto mesmo testifica o Apóstolo, quando ensina que “Aquele que não conhecera pecado, *foi* pelo Pai feito pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus” [2Co 5.21]. Ora, o Filho de Deus, absolutamente limpo de toda mácula, revestiu-se, entretanto, do opróbrio e da ignomínia de nossas iniqüidades, e por seu turno nos cobriu de sua pureza. O mesmo parece ter *Paulo* contemplado quando, em referência ao pecado, ensina ter sido *o mesmo* condenado em sua carne [Rm 8.3]. Pois, de fato, o Pai anulou o poder do pecado, quando a maldição foi transferida para a carne de Cristo. Indica-se, portanto, com esta afirmação, que em *sua* morte Cristo foi imolado ao Pai como vítima expiatória, para que, efetuada propiciação por seu sacrifício, não mais nos apavoremos com a ira de Deus.

265. Primeira edição: “E, destarte, não apenas contemplaremos representada em Cristo a pessoa de um pecador e criminoso, mas também, Sua inocência a resplender, conspícua haver-se-á, ao mesmo tempo, de fazer [que foi Ele] gravado de alheio, antes que de próprio crime.”

Agora está claro o que significa essa afirmação do Profeta: "As iniqüidades de todos nós foram postas sobre ele" [Is 53.6], isto é, Aquele que haveria de expungir a sordidez dessas *iniqüidades* foi das mesmas coberto mediante imputação transferida. Símbolo deste fato, atesta-o o Apóstolo, foi a cruz, na qual *Cristo* foi pregado. "Cristo", diz *ele*, "nos redimiu da maldição da lei, conquanto se fez maldição por nós. Pois foi escrito: Maldito *é* todo *aquele* que pende em um madeiro, para que a bênção de Abraão em Cristo alcançasse os povos" [Gl 3.13, 14; Dt 21.23]. O mesmo Pedro visualizou quando ensina que "no madeiro *Cristo* levou nossos pecados" [1Pe 2.24], visto que do próprio símbolo da maldição compreendemos mais claramente que foi posto sobre ele o fardo de que havíamos sido oprimidos.

Nem se deve, contudo, entender que Cristo tenha arrostado com esta maldição de modo tal que *ele* próprio tenha sido *dela* avassalado. Pelo contrário, em arrostando-a, antes abateu, quebrantou, destroçou-lhe todo o poder. Conseqüentemente, a fé apreende na condenação de Cristo uma absolvição; em *sua* maldição, uma bênção. Pelo que, não sem causa, magnificentemente proclama Paulo o triunfo que Cristo alcançou para si na cruz, como se esta, que era plena de ignomínia, fosse convertida em carro triunfal. Pois ele diz que foi "pregada na cruz a nota de dívida que nos era desfavorável, e os principados *foram* totalmente desbaratados, e, assim despojados, *foram* exibidos em público" [Cl 2.14, 15]. Tampouco isso surpreende, pois, como *o* atesta outro Apóstolo, "pelo Espírito Eterno Cristo se ofereceu a si mesmo" [Hb 9.14], donde *procede* essa transmutação de natureza das coisas.

Mas, para que estas *coisas* finquem firme raiz em nosso coração, e no íntimo se *nos* arraiguem, venham-nos sempre à mente *seu* sacrifício e ablução. Pois, nem poderíamos confiar com certeza que Cristo *nos* é ἀπολύτρωσιν [1Co 1.30] καΐ ἀντίλυτρον [1Tm 2.6] καὶ ἱλαστήριον [Rm 3.25] [*apŏlytrōsin kaì antílytrŏn kaì hilastēriŏn – redenção, e resgate, e propiciação*], a menos que viesse a ser-nos a vítima sacrificial. E por isso tantas vezes se faz menção de sangue onde a Escritura expõe o modo da redenção. Bem que, entretanto, o sangue de Cristo derramado valeu não apenas para ***satisfação***, mas também serviu de ***lavagem*** para purgar-nos as imundícias.

7. CRISTO SE SUJEITA POR NÓS À MORTE E À SEPULTURA PARA APLICAR-NOS REDENÇÃO E MORTIFICAÇÃO

Segue-se no Credo: "Foi morto e sepultado", onde de novo é preciso ver como, em todos os aspectos, *ele* se pôs em nosso lugar para pagar o preço de nossa redenção. A morte nos detinha ajoujados a seu jugo. *Cristo* se entregou a seu poder em nosso lugar, para que dele nos livrasse. Isto o Apóstolo entende quando escreve que "ele provou a morte por todos" [Hb 2.9]. Ora, em morrendo, assegurou *ele* que não morramos, ou, *o* que é o mesmo, por sua morte nos readquiriu a vida. Mas ele teve

isto diferente de nós: que se entregou à morte, por assim dizer, a fim de ser *por ela* engolido, não, *todavia*, para que os abismos o tragassem; antes, pelo contrário, para que tragasse aquela pela qual estávamos para ser tragados dentro em pouco; deixou que ela o sujeitasse, não para que lhe fosse sufocado pelo poder; antes, pelo contrário, para que prostasse aquela que nos ameaçava e já exultava, estando *nós* prostrados. Enfim, através de *sua* morte, destruísse aquele que tinha o poder da morte, isto é, o Diabo, e libertasse aqueles que, pelo temor da morte, estavam sujeitos à servidão pela vida inteira [Hb 2.15]. Este *é* o primeiro fruto *que* sua morte nos propiciou. O segundo, porém, *consiste em* que, por sua participação, *a morte de Cristo* nos mortifica os membros terrenos, para que, a seguir, não exerçam suas atividades *próprias*; e mata nosso homem velho para que, depois disso, não medre e frutifique.

Seu ***sepultamento***, ademais, conduz a isto, *a saber*, somos co-participantes dele, e também nós mesmos sepultados *com Cristo* para o pecado. Ora, enquanto o Apóstolo ensina que "fomos enxertados na semelhança da morte de Cristo" [Rm 6.5] e "*fomos* com ele sepultados na morte de pecado" [Rm 6.4]; que "por sua cruz o mundo foi crucificado para nós e nós *o fomos* para o mundo" [G1 2.19, 20; 6.14]; que "morremos com ele" [Cl 3.3] – não apenas nos exorta a exibirmos um exemplo de sua morte, mas ainda declara ser-lhe inerente esta eficácia que deve patentear-se em todos os cristãos, a não ser que queiram tornar inútil e infrutífera *essa* própria morte.

Portanto, na morte e sepultamento de Cristo propõe-se duplo benefício a ser por nós desfrutado: livramento da morte a que fôramos sujeitos, e mortificação de nossa carne.

8. PROCEDÊNCIA E LEGITIMIDADE DA INSERÇÃO E ESPECIFICIDADE DO ARTIGO "DESCEU AO HADES" NO CREDO

Além disso, não convém omitir sua descida ás regiões infernais, cuja importância não é de pouco valor para a efetivação da redenção. Ora, se bem que dos escritos dos antigos *este* artigo que se lê no Credo parece não ter sido particularmente usado outrora nas Igrejas, contudo, em se tratando da suma da doutrina, é preciso dar-lhe o lugar necessário, visto que ele contém mistério excelente e longe de desprezar-se de matéria *da* máxima *relevância*. Há, na verdade, também alguns dentre os antigos que não o omitem, donde é lícito conjeturar que, inserido após certo decurso de tempo, tornou-se costumeiro às igrejas não de imediato, mas gradualmente.

Isto, certamente, está fora de controvérsia: que *ele* foi tomado pelo consenso de todos os piedosos, uma vez que ninguém há dentre os patrísticos que não registre em seus escritos a descida de Cristo às regiões infernais, ainda que divergindo na interpretação. Mas, pouco importa de quem, ou em que tempo, foi *ele* primeiramente inserido. Antes de tudo, deve-se atentar para isto no Credo: que ele constitui, em

todas as partes, a suma plena e absoluta da fé, no qual nada se deve introduzir, senão o extraído da puríssima Palavra de Deus. Não obstante, se alguns relutam em admitir esta cláusula, por razão que logo ficará evidente, se verá de quão grande interesse é ela para a suma de nossa redenção, de tal sorte que, se for excluída, se perde muito do fruto da morte de Cristo.[266]

Há também, por outro lado, *os* que afirmam que aqui não se diz algo novo, mas apenas se repete, em outras palavras, o que fora antes dito acerca do sepultamento, uma vez que nas Escrituras amiúde se emprega o termo ***Inferno*** em lugar de ***sepultura***. O que argumentam quanto ao sentido do termo, concedo ser verdadeiro, *ou, seja*: não raro se toma ***inferno*** por ***sepultura***, porém apresentam duas razões, às quais eu sou prontamente induzido a dissentir deles. Ora, de quão grande displicência teria sido em seguida, em virtude de um conjunto mais obscuro de palavras, complicar mais do que esclarecer algo que está longe de difícil, o que já foi exposto em palavras francas e claras? Com efeito, quantas vezes duas expressões que exprimem a mesma coisa são encadeadas na mesma conexão, devendo a segunda ser uma explicação da primeira. Mas, na verdade, que tipo de explicação será esta, se quem assim fala: “que Cristo foi sepultado” quer dizer “que ele desceu às regiões infernais”?

Em segundo lugar, não é provável que nesta síntese, na qual resumidamente, quanto se pode fazer no menor número de palavras, se compendiam os principais artigos da fé, pudesse infiltrar-se, sorrateira, uma repeticiosidade tão supérflua. Nem nutro dúvida de que prontamente hajam de concordar comigo quantos tenham ponderado um pouco mais diligentemente esta questão.

9. IMPROCEDÊNCIA DA INTERPRETAÇÃO DE QUE CRISTO DESCEU AO HADES PARA LIBERTAR OS JUSTOS ALI APRISIONADOS

Outros *o* interpretam diferentemente, dizendo que Cristo desceu às almas dos patriarcas que haviam morrido sob a lei, para que *lhes* levasse a proclamação da redenção consumada, e as livrasse do cárcere onde se mantinham encerradas. E para isto invocam, indevidamente, os testemunhos do Salmo: “porque *Deus* haverá de quebrar as portas de bronze e as trancas de ferro” [Sl 107.16]. De igual forma, de Zacarias: “que *Deus* redimirá os cativos do poço em que não havia água” [Zc 9.11]. Como, porém, o Salmo vaticina os livramentos daqueles que, cativos em regiões longínquas, estão confinados em cadeias, Zacarias, porém, compara a calamidade babilônica a um poço ou abismo profundo e seco em que o povo fora lançado, e ao mesmo tempo ensina que a salvação de toda a Igreja é a saída das profundezas

266. Primeira edição: “que se nos constitui plena e, em toda as partes, suma absoluta da fé, no qual nada se introduz, senão o extraído da mui pura Palavrea de Deus. Se, com efeito, a relutância impede a alguns de admiti[-lo] no Credo, entretanto, bem logo se fará evidente de quão grande interesse [é ele] à suma de nossa redenção, de [tal] sorte que [, em sendo] ele posto de parte, depereça muito do fruto da morte de Cristo.”

inferiores. Não sei como haja acontecido que a posteridade imaginasse existir um lugar subterrâneo a que deram o nome de ***limbo***. Mas, a despeito de esta fábula contar com grandes autores, e é hoje também seriamente defendida por muitos como *sendo* a verdade, entretanto não passa de fábula. Ora, *a idéia* de encerrar as almas dos mortos em um cárcere é pueril. Que necessidade, pois, houve de a alma de Cristo descer ali para que *ele* as libertasse?

De bom grado, aliás, admito que Cristo as haja iluminado pelo poder de seu Espírito, de sorte que reconhecessem que a graça foi então exibida ao mundo, a qual haviam degustado apenas em esperança. E, com razão provável, aqui se pode aplicar a passagem de Pedro, na qual *ele* diz que Cristo foi e pregou aos espíritos que estavam em uma "torre de observação", que traduzem comumente por ***prisão*** [1Pe 3.19]. Ora, até mesmo o contexto nos conduz a isto: que os fiéis que morreram antes desse tempo foram co-participantes conosco da mesma graça, pois que *Pedro* daí amplia o poder da morte *de Cristo*, que tenha *ela* penetrado até os mortos, enquanto as almas piedosas têm desfrutado da visão atual dessa visitação, que haviam ansiosamente esperado. Por outro lado, fez-se mais patente aos réprobos que *eles* estão excluídos de toda salvação. Entretanto, o fato de Pedro não falar tão distintivamente, não se deve assim tomar como se, sem qualquer discriminação**,** esteja ele misturando os piedosos com os ímpios. Ao contrário, *ele* quer apenas ensinar que foi comum a uns e outros o significado da morte de Cristo.

10. DESCER AO HADES É EXPRESSÃO DOS TORMENTOS ESPIRITUAIS QUE CRISTO SOFREU EM NOSSO LUGAR

Mas, em referência à descida de Cristo às regiões infernais, deixada de parte a consideração do Credo, é preciso buscar uma explicação mais certa. E a Palavra de Deus nos é patenteada, não apenas *como* santa e pia, mas também plena de maravilhosa consolação. Nada se teria passado, se Cristo tivesse experimentado apenas a morte corporal. Pelo contrário, era ao mesmo tempo necessário que *ele* sentisse a severidade da vingança divina, para que não só se visse sujeito à ira, como também nele o justo juízo fosse satisfeito. Ademais, ele se viu obrigado a lutar, por assim dizer, de mãos travadas,[267] com as hostes dos infernos e com o horror da morte eterna.

Pouco antes referimos do Profeta que "foi imposto sobre ele o castigo de nossa paz"; que "*ele* foi ferido" pelo Pai "por causa de nossas transgressões"; que "foi esmagado por causa de nossas enfermidades" [Is 53.5], *palavras* com as quais significa *ter-se* submetido *por* fiador, avalista e até mesmo como culpado, em lugar dos transgressores, para que pagasse e saldasse todas as penas que deles se deveriam

267. Primeira edição: "De onde, ademais, se Lhe impôs lutar, dir-se-ia de mãos travadas..."

exigir, excetuado apenas isto: que “não podia ser retido pelos tormentos da morte” [At 2.24]. Portanto, nada há de surpreendente dizer-se que *ele* desceu às regiões infernais, uma vez que tenha *ele* sofrido esta morte infligida aos pecadores por um Deus irado.

É por demais frívola, e até mesmo ridícula, a objeção daqueles que dizem que desse modo se transtorna a ordem, porquanto é absurdo que ao sepultamento se ponha o que o precedeu, pois *no Credo*, onde foram expostas *as coisas* que Cristo sofreu à vista dos homens, anexa-se apropriadamente aquele julgamento invisível e incompreensível que manteve diante de Deus, para que saibamos não só que o corpo de Cristo foi entregue por preço de redenção, mas houve também um preço maior e mais excelente, a saber, que *ele* sofreu na alma os terríveis tormentos de um homem condenado e perdido.

11. A DESCIDA AO HADES À LUZ DE TEXTOS DA ESCRITURA EM QUE SE PROVA SEU TEOR ESPIRITUAL E VICÁRIO

Neste sentido, Pedro diz *que* “Cristo ressuscitou, dissipados os tormentos da morte, pelos quais era impossível fosse ele retido, ou superado” [At 2.24]. *Pedro* não menciona a morte simplesmente; pelo contrário, declara expressamente que o Filho de Deus foi cercado por tormentos e angútias, que são fruto da maldição e da ira de Deus, a qual é o princípio e origem da morte.[268] Pois teria sido algo de bem pouca importância sujeitar-se *ele* à morte e avançar com toda tranqüilidade como se tudo não passasse de divertimento? Esta, porém, foi a verdadeira demonstração de *sua* imensa misericórdia: não fugir à morte que tão profundamente temia!

Nem há dúvida de que o Apóstolo queira ensinar o mesmo na Epístola aos Hebreus, onde escreve que “Cristo foi ouvido por seu *temor*” [Hb 5.7], *termo este que* uns traduzem *como* ***reverência*** ou ***piedade***; mas que isso está fora de propósito, a própria matéria *o* evidencia e também a própria forma de falar. Cristo, portanto, orando com lágrimas e forte clamor, é ouvido por seu temor, não para que seja isento da morte, mas para que não seja por ela tragado como um pecador, pois ali nossa pessoa era representada. E, de fato, não há abismo mais formidável que se possa imaginar que te sentires abandonado e alienado de Deus; e quando *o* invocas, não és ouvido, justamente como se *ele* próprio houvesse conspirado para tua ruína. Vemos que Cristo foi a tal ponto acabrunhado, que se viu coagido, torturando-o a angústia, e exclamando: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” [Sl 22.1; Mt 27.46]. Ora, o que alguns querem, ter *ele* assim falado antes em função da opinião de outros que de seu próprio sentimento, de maneira alguma é provável, quando se faz evidente ter sido *sua* exclamação derivada da aflição do íntimo de *sua*

268. Primeira edição: “declara expressamente que o Filho de Deus [lhe] há sido enlaçado nos tormentos, que a maldição e a ira de Deus, que é a fonte da morte.”

alma. Contudo, não somos de parecer que Deus jamais lhe tenha sido inimigo ou estivesse irado com ele. Como, pois, se iraria *Deus* com o Filho amado "em quem sua alma se comprazia" [Mt 3.17]? Ou, como, por sua intercessão, Cristo aplacaria o Pai em favor de outros, se o tivesse irado contra si?

Nós, porém, estamos afirmando que ele suportou o peso da severidade divina, porquanto, ferido e afligido pela mão de Deus, experimentou todos os sinais de um Deus irado e punitivo. Portanto, Hilário arrazoa *dizendo* que, em virtude dessa descida *de Cristo ao Hades*, nós conseguimos que a morte fosse aniquilada. Ele não discrepa de nossa opinião em outras passagens, por exemplo: "A cruz, a morte e os infernos são nossa vida." De igual modo, em outro lugar: "O Filho de Deus está nos infernos, mas o homem é transportado ao céu." E por que estou citando o testemunho de um cidadão particular, quando o Apóstolo, rememorando este fruto da vitória *de Cristo*, afirma que aqueles que, pelo temor da morte, estavam sujeitos à servidão pela vida toda, foram libertados" [Hb 2.15]. Portanto, era-lhes indispensável que vencessem *esse* medo que, por natureza, constantemente atormenta e acossa a todos os mortais, *o* que não se pôde efetuar, senão lutando contra ele.

Dentro em pouco se evidenciará mais claramente que essa angústia não era comum nem concebida por uma causa leve.[269] Desse modo, ao entrar em luta pessoal com o poder do Diabo, com o horror da morte, com os tormentos dos infernos, resultou que não só alcançasse a vitória sobre eles, mas até celebrasse o triunfo, para que na morte já não temamos aquelas coisas que nosso Príncipe tragou.

12. Refutação das objeções suscitadas contra a posição de Calvino quanto ao realismo dos sofrimentos de Cristo

Aqui, na verdade, certos embusteiros, indoutos, contudo impulsionados por maldade mais do que por ignorância, bradam que estou fazendo atroz injustiça a Cristo, visto que teria sido mui longe de congruente que ele temesse quanto à salvação de *sua* alma. Em seguida, mais acerbamente, agitam a cavilação de que atribuo ao Filho de Deus desespero que é contrário à fé. Perversamente, esses *biltres* suscitam controvérsia, em primeiro plano, quanto ao medo e pavor de Cristo, que os evangelistas proclamam tão ostensivamente. Ora, antes que lhe chegasse o momento da morte, *ele* "foi conturbado em espírito" [Jo 13.21] e tomado de angústia; no próprio encontro *com a morte*, de fato começou a apavorar-se *ainda* mais intensamente. Se dizem que foi *simples* simulação, *essa* é uma evasiva assaz nauseabunda.

Confiantemente, portanto, como corretamente ensina Ambrósio, a não ser que nos envergonhemos da cruz, importa-*nos* confessar a consternação de Cristo. E, na verdade, a menos que *também sua* alma fosse participante do castigo, teria *Cristo*

269. Primeira edição: "Com efeito, haver sido uma angústia não comum ou concebida de leve causa, dentro em pouco evidenciar-se-á mais claramente."

sido Redentor apenas dos corpos. Mas, era-lhe indispensável lutar para que reerguesse *os* que jaziam prostrados. E daí dele não se detrai absolutamente nada à celeste glória que, neste aspecto, resplandece *sua* bondade, nunca *é* suficientemente louvada: que não lhe pareceu ser árduo tomar sobre si nossas mazelas. Donde também esse consolo de ansiedades e aflições que o Apóstolo nos propõe: que este Mediador sofreu nossas mazelas para que viesse a ser mais predisposto a socorrernos a nós míseros *sofredores* [Hb 4.15].

Insistem que indignamente se atribui a Cristo *o* que é por si só poluível. Como se, na verdade, mais sabedoria tivessem *esses* que o Espírito de Deus, que concilia, a um tempo, estas duas *coisas*: que Cristo em tudo foi tentado como nós *o somos*, e contudo sem pecado [Hb 4.15]. Não há, portanto, por que nos espante a fraqueza de Cristo, para que se sujeitasse à mesma não *foi* coagido por violência ou necessidade; ao contrário, foi induzido por puro amor a nós e por *sua* misericórdia. Tudo quanto, porém, de livre vontade sofreu por nós nada lhe denigre o poder.

Mas, em um *ponto* esses detratores se enganam, *a saber*, que não reconhecem em Cristo uma fraqueza pura e isenta de toda mancha e estigma, já que *ele* se conteve dentro dos limites da obediência. Ora, visto que na depravação de nossa natureza, na qual, por turbulento impulso, todas as emoções excedem a medida, não se pode ver moderação, com esta medida medem erradamente o Filho de Deus. Como, porém, *ele* fosse impoluto, em todas as suas emoções vigorou moderação que *lhes* coibisse o excesso. Donde nos pôde *ele* ser semelhante no sofrimento, no medo e no temor, contudo nesse particular ele diferiu de nós.

Refutados *neste ponto*, por fim saltam para outra sutileza: embora Cristo tenha temido a morte, não temeu a maldição e ira de Deus, da qual *bem* sabia *estar* seguro. Rogo, porém, aos leitores piedosos que ponderem quão dignificante isto é para Cristo, *a saber*, ter *ele* sido mais tímido e mais timorato que a esmagadora maioria do comum dos homens! Atrevidamente, os assaltantes e malfeitores costumam atirarse à morte sofregamente; muitos a desprezam de ânimo altivo; outros a enfrentam tranqüilamente. Que firmeza ou que grandeza teria sido que o Filho de Deus tenha sido fortemente abalado e quase aturdido pelo horror *da morte*? Ora, a respeito dele refere-se o que se poderia, comumente, considerar prodigioso: ante a intensidade da agonia, gotas de sangue lhe porejaram da face [Lc 22.44]. Nem, realmente, ofereceu *ele* este espetáculo aos olhos de outros, uma vez que dirigiu seus gemidos ao Pai em um recanto isolado. A dúvida é removida *pelo fato de* que se fez necessário *que* do céu descessem anjos que o assistissem com inusitado conforto [Lc 23.43]. Quão vergonhoso teria sido, como *eu* disse, este desfibramento, que se vergasse *ele* ante o temor da morte comum até este ponto: que se banhasse de suor de sangue, nem se pudesse refazer senão pela presença de anjos? Ponderemos bem sobre essa deprecação três vezes repetida, a proceder de incrível amargura de espírito: "Pai, se é possível, passe de mim este cálice" [Mt 26.39], não mostra, porventura, ser mais áspero

e mais árduo o embate que Cristo enfrentou que um que proceda de morte comum? De que se evidencia que estes trapalhões com quem estou a disputar vociferam ousadamente acerca de coisas que lhes são ignoradas, porquanto jamais ponderaram seriamente o que signifique sermos nós redimidos do juízo de Deus. Com efeito, aqui está nossa sabedoria: sentir devidamente quanto nossa salvação custou ao Filho de Deus.

Ora, se alguém pergunta se porventura então Cristo desceu às regiões infernais quando *assim* implorou a morte, respondo que este foi o começo. Donde se pode inferir quão cruéis e horríveis tormentos tenha *ele* sofrido quando se reconhecia estar diante do tribunal de Deus *como* réu, por nossa causa. Mas, embora nele o divino poder do Espírito se ocultasse por um momento, de sorte que desse lugar à fraqueza da carne, deve-se, não obstante, reconhecer que a tentação *procedente* da sensação de dor e de medo foi tal que não conflitasse com a fé. E desta maneira se cumpriu *o* que se encontra no discurso de Pedro: "que não foi possível fosse ele retido pelas dores da morte" [At 2.24], porquanto, sentindo-se como que abandonado por Deus, não se afastou, na verdade, um mínimo *sequer* da confiança de sua bondade. Isto ensina aquela celebrada invocação em que, ante a premência da dor, clamou: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" [Mt 27.46]. Ora, ainda que seja tomado de desmedida agonia não deixa, entretanto, de chamar ***Deus meu*** *Àquele* de quem exclama estar desamparado.

Com efeito, assim fica refutado tanto o erro de Apolinário, quanto *o erro* daqueles que foram chamados ***monotelitas***. Aquele imaginava que Cristo teve o Espírito eterno em lugar da alma, de sorte que seria homem apenas pela metade. Como se, na verdade, tivesse *ele* podido expiar nossos pecados, a não ser pela obediência ao Pai! Mas, onde *está* a disposição ou vontade de obediência, senão na alma, a qual sabemos que nele foi perturbada para que, dissipado o temor, alcancem nossas almas paz e descanso? Ademais, contra os monotelitas vemos que, agora como homem, *ele* não quis o que queria segundo a natureza divina. Deixo de parte que *ele*, mediante sentimento contrário, se sobreponha ao temor de que temos falado, pois não é obscura essa aparência de contradição: "Pai, livra-me desta hora. Mas, eu vim justamente para esta hora. Pai, glorifica teu nome" [Jo 12.27, 28]. Nesta perplexidade, contudo, nenhum descomedimento houve, o qual se vê em nós ainda quando nos esforçamos ao máximo para dominar-nos.

13. O significado soteriológico da ressurreição de Cristo

Segue-se a ressurreição dentre os mortos, sem a qual estaria incompleto o que temos dito até aqui. Ora, uma vez que na cruz, morte e sepultamento de Cristo nada revelam senão fraqueza, todas estas *coisas* têm de ser ultrapassadas pela fé para que se revista *ela* de pleno vigor. E assim, embora tenhamos em sua morte a firme consumação de *nossa* salvação, visto que, através dela, não só fomos reconciliados com

Deus, mas também ele fez satisfação ao justo juízo, e removida foi a maldição e totalmente paga a pena, somos, no entanto, declarados regenerados para uma viva esperança, não mediante *sua* morte, mas através de *sua* ressurreição [1Pe 1.3]; porque, como ele, ao ressurgir, se enalteceu *como* vencedor da morte, assim a vitória de nossa fé afinal se assenta em sua própria ressurreição.

De que natureza seja isto, melhor se exprime nas palavras de Paulo, pois diz que *ele* morreu por causa de nossos pecados *e* ressuscitou por causa de nossa justificação [Rm 4.25], como se estivesse a dizer que o pecado f*oi* removido por sua morte, a justiça restaurada e restabelecida por *sua* ressurreição. Ora, como, em morrendo, nos podia *ele* livrar da morte, se *ele* próprio à morte fosse sucumbido? Como nos haveria adquirido a vitória, se houvesse fracassado na luta? Pelo que, assim dividimos a matéria de nossa salvação entre a morte e a ressurreição de Cristo, que, mediante aquela, o pecado *foi* aniquilado e extinta, a morte; através desta a justiça foi restaurada e a vida, restabelecida; por isso aquela exibe sua força e eficácia para conosco em virtude desta.

Assim sendo, Paulo assevera que *ele* "foi declarado o Filho de Deus na própria ressurreição" [Rm 1.4], porque então, finalmente, externou *seu* poder celeste, que é não só o claro espelho de sua divindade, mas também o firme sustentáculo de nossa fé, assim como ensina ainda em outro lugar "ter *ele* sofrido em razão da fraqueza da carne, mas ressuscitado pelo poder do Espírito" [2Co 13.4]. No mesmo sentido, em outro lugar, discorrendo acerca da perfeição: "Para que conheça a ele e ao poder de sua ressurreição" [Fp 3.10]. Contudo, acrescenta imediatamente em seguida "a comunhão com *sua* morte". Com que está de perfeito acordo esta *afirmação* de Pedro: "Deus o ressuscitou dos mortos e lhe deu glória, para que nossa fé e esperança estivessem em Deus" [1Pe 1.21]. Não que *nos* vacile a fé, *visto que persiste* apoiada na morte *de Cristo*; ao contrário, que o poder de Deus, em virtude do qual nos guarda sob a fé, se patenteia sobretudo na própria ressurreição.

Lembremo-nos, portanto, de que quantas vezes se faz menção apenas de sua morte, compreende-se, ao mesmo tempo, o que é próprio da ressurreição. Também, igual sinédoque há no termo ***ressurreição***, sempre que se emprega separadamente de sua morte, de sorte que em si inclua o que diz respeito particularmente à sua morte. Mas, uma vez que, em ressurgindo, *Cristo* conquistou a palma *da vitória*, de modo que se fizesse nossa ressurreição e nossa vida, com razão contende Paulo que "abolida é a fé e ineficaz e falaz o evangelho, a não ser que no coração nos seja gravada a ressurreição de Cristo" [1Co 15.17]. Por isso, em outro lugar, após haver se gloriado na morte de Cristo contra os terrores da condenação, para acentuá-lo ainda mais, *Paulo* acrescenta: "Ora, o mesmo que morreu, ressuscitou e aparece agora perante Deus por nós, *como nosso* Mediador" [Rm 8.34].

Ademais, como antes expusemos, que a mortificação de nossa carne depende da comunhão da cruz *de Cristo*, assim importa-nos também entender que obtemos nós

um outro fruto correspondente de sua ressurreição. Pois, por isso diz o Apóstolo: “Fomos enxertados na semelhança de sua morte, para que, compartilhando de *sua* ressurreição, andemos em novidade de vida” [Rm 6.4, 5]. Dessa forma, como em outro lugar diz que morremos juntamente com Cristo, *ele* deduz o argumento de que devemos mortificar os membros sobre a terra, assim também, porque ressuscitamos com Cristo, disto infere que devemos buscar *as coisas* que estão acima, não *as* que estão sobre a terra [Cl 3.1-5]. Com estas palavras somos não apenas convidados pelo exemplo do Cristo ressurreto a buscar diligentemente novidade de vida, mas somos também ensinados que, por seu poder, ocorre que somos regenerados para a justiça.

Um terceiro fruto conseguimos ainda dela, *a saber*: que, visto que recebemos um penhor, somos feitos seguros acerca de nossa própria ressurreição, da qual aquela se mostra ser mui sólido fundamento, matéria *essa* a respeito da qual *Paulo* discute mais extensamente na Primeira *Epístola aos* Coríntios *capítulo 15*. Entretanto, precisa-se notar, de passagem, que se diz ter *ele* ressurgido dentre os mortos, expressão pela qual se exprime a veracidade tanto de *sua* morte, quanto de *sua* ressurreição, como se estivesse sendo dito que não só arrostou com a mesma *espécie de* morte de que morrem naturalmente os demais homens, mas também recebera a imortalidade na mesma carne que assumira *como* mortal.

14. A relevância da ascensão de Cristo no plano de sua obra redentora

Não é sem causa que a ressurreição é seguida pela ascensão ao céu. Ainda que Cristo, ao ressurgir começasse de uma maneira muito mais plena revelar o brilho de sua glória e de sua virtude, tendo-se despojado da vil condição da vida mortal e corruptível, e da ignomínia da cruz, não obstante, ao subir aos céus, foi verdadaeiramente exaltado a seu reino.[270] Isto o Apóstolo mostra quando ensina “ter *ele* subido *ao céu* para que preenchesse a todas *as coisas*” [Ef 4.10], onde, numa aparência de contradição, harmoniza-se de forma magnífica, porquanto assim retirou-se de nós para que mais benéfica nos fosse sua retirada do que esta presença que, por quanto tempo jornadeou na terra, estava contida no desprezível habitáculo da carne. E assim João, onde fez menção desse memorável convite: “Se alguém tem sede, venha a mim” etc. [Jo 7.37], acrescenta então que “o Espírito ainda não fora dado” aos fiéis, porquanto “Jesus ainda não havia sido glorificado” [Jo 7.39]. Isto também atestou o próprio Senhor aos discípulos: “Convém-vos que eu vá, pois, se eu não for, o Espírito Santo não virá” [Jo 16.7].

270. Primeira edição: “À ressurreição não sem causa se liga a ascensão ao céu. Ora, se bem que, posta de parte agora a de fato abjeta e ignóbil condição de vida mortal e a ignomínia da cruz, com ressurgir começou Cristo a pôr mais plenamente à mostrea Sua glória e poder; todavia, auspiciou verdadeiramente o Seu Reino, afinal, com Sua ascensão ao céu.”

Propõe-*lhes*, com efeito, *como* consolo de *sua* ausência corpórea que não *os* deixaria órfãos, mas haveria de vir para eles de novo; na verdade de forma invisível, contudo mais desejável, visto que foram então ensinados por uma experiência mais precisa para que não só vivessem vidas bem-aventuradas, mas também morressem felizes; aos fiéis era bastante a autoridade de que desfrutavam e o poder que lhes era exercido. E assim vemos que, quanto maior abundância de seu Espírito lhe foi então derramada, maior foi a magnificência que o reino granjeou em seu avanço, e mais poder se manifestou, seja na assistência aos seus, seja em golpear seus inimigos.[271]

Elevado, portanto, ao céu, a presença de seu corpo foi subtraída de nossa vista, não para que deixasse de estar presente com os fiéis, que ainda peregrinavam na terra; pelo contrário, para que não só ao céu, mas também à terra, regesse com poder ainda mais atuante. Aliás, antes de prometer que estaria conosco até a consumação do mundo [Mt 28.20], isto *ele* cumpriu com sua ascensão, em virtude da qual, como *seu* corpo foi elevado acima de todos os céus, assim *seu* poder e eficiência foram difundidos e propagados além de todos os limites do céu e da terra.

Prefiro explicar isto com palavras de Agostinho[272] a *explicá-lo* com *palavras* minhas: "Por *sua* morte", diz *ele*, "Cristo haveria de ir para a destra de Deus, donde haveria de vir para julgar vivos e mortos; de igual modo, em presença corpórea**,** segundo a sã doutrina e a regra de fé. Pois, em presença espiritual, com eles haveria de vir após sua ascensão." E, em outro lugar, mais explícita e claramente: "Segundo *sua* inefável e invisível graça, cumpre-se *o* que foi dito por ele: 'Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação do mundo" [Mt 28.20]. Ora, segundo a carne que assumiu *como* o Verbo, que nasceu da Virgem, que foi assenhoreado pelos judeus, que *foi* pregado no madeiro, que *foi* retirado da cruz, que *foi* envolvido em panos de linho, que *foi* segregado no sepulcro, que *foi* manifestado na ressurreição, *cumprem-se estas palavras*: 'Nem sempre me tereis convosco' [Mt 26.11; Mc 14.13; Jo 12.8]. Por que razão? Porque, segundo a presença do corpo, conviveu quarenta dias com seus discípulos e, deixando-o distanciar-se, vendo-o, não acompanhando-o, subiu ao céu, e não está aqui, pois está lá, assentado à direita do Pai; e está aqui, pois ele não retirou a presença da majestade. Portanto, sempre temos Cristo segundo a presença de *sua* majestade; segundo a presença da carne, *porém*, foi, com acerto, dito aos discípulos: 'A mim, porém, nem sempre me tereis.' Pois, segundo a presença da carne, a Igreja o teve poucos dias; agora o retém pela fé, não o vendo com os olhos."[273]

---

271. Primeira edição: "E vemos, de fato, quanto maior abundância de Seu Espírito haja derramado então, quanto mais magnificantemente haja avançado o Seu Reino, quanto maior poder haja manifestado, seja em assistindo aos Seus, seja em abatendo os inimigos."

272. *Tratado sobre o Evangelho de São João*, livro CVI, 2.

273. *Da Fé e do Símbolo*, capítulo IV, 6.

15. O SENTIDO DE CRISTO, EM SUA ASCENSÃO, ASSENTAR-SE SOBERANAMENTE À DESTRA DE DEUS

Por isso se acrescenta em seguida, *no Credo*, que *Cristo* assentou-se à destra do Pai, evidentemente numa comparação extraída dos príncipes que têm seus assessores a quem delegam as vezes de reger e governar. Daí dizer-se que Cristo, em quem o Pai quer ser exaltado e pela mão de quem *quer* reinar, *foi* recebido à sua destra, como se fosse dito que, investido no governo do céu e da terra, entrou *ele* solenemente na posse da administração a si confiada. Não só que entrou *nessa posse* uma vez; pelo contrário, que nela permanece constante, até que desça para o Juízo *Final*.

Ora, assim interpreta o Apóstolo quando fala nestes termos: "O Pai o fez sentar-se à sua destra, acima de todo principado, e potestade, e poder, e dominação, e *sobre* todo nome que se nomeia, não apenas neste mundo, mas também no futuro" [Ef 1.20, 21], e: "Sujeitou todas *as coisas* sob seus pés" [1Co 15.27], e: "À Igreja o deu *como* cabeça sobre todas *as coisas*" etc. [Ef 1.22].

Vês ao que visa esta "sessão", isto é, que honrem à sua majestade tanto as *criaturas* celestes quanto as criaturas terrenas, sejam-lhe regidas pela mão, atentem para seu arbítrio, sujeitem-se ao seu poder. Os apóstolos não querem outra *coisa*, quando tantas vezes fazem dela menção, senão ensinar que todas *as coisas* lhe foram entregues ao arbítrio. Por isso, não *a interpretam* corretamente aqueles que pensam que com isso se designa simplesmente a *condição de* bem-aventurança *a que ele foi exaltado*. *O fato de* que, em Atos [7.55], Estêvão testifica vê-lo posto em pé, porém nenhuma diferença faz, porquanto aqui se trata não do posicionamento do corpo, mas da majestade de senhorio, de sorte que ***estar assentado*** outra *coisa* não é senão presidir sobre o tribunal celeste.

16. BENEFÍCIOS QUE NOSSA FÉ DERIVA DA ASCENSÃO DE CRISTO

Daqui a fé colhe fruto múltiplo. Com efeito, compreende *em primeiro lugar* que, com sua ascensão ao céu, o Senhor abriu o acesso do reino celestial, que através de Adão fora fechado. Ora, uma vez que *Cristo* nele entrou em nossa carne, como se em nosso nome, daí se deduz o que diz o Apóstolo, *a saber*, que em certo sentido nele já nos assentamos nos lugares celestiais [Ef 2.6]; por isso não esperamos o céu em esperança desnuda, mas *já o* possuímos em nosso Cabeça. Em segundo lugar, a fé reconhece que não sem grande benefício nosso *ele* torna a assentar-se junto ao Pai. Pois, tendo entrado no santuário não feito por mãos, diante da face do Pai aparece por nós *como nosso* perene advogado e intercessor [Rm 8.34; Hb 7.25; 9.11, 12], de tal maneira dirige os olhos para sua *própria* justiça, para que *os* desvie de nossos pecados, seu ânimo assim nos reconcilia que, por sua intercessão, nos faculta via e acesso a seu trono, enchendo de graça e clemência esse *trono*, o qual, de outra sorte, teria enchido os míseros pecadores de total horror. Em terceiro *lugar*,

a fé apreende seu poder, no qual se assenta nosso denodo, nossa coragem, nossas forças e nosso regozijo contra os infernos. Ora, "subindo ao céu, levou cativo o cativeiro" [Ef 4.8]; e, despojados os inimigos, saciou seu povo e diariamente *o* cumula de riquezas espirituais.

Portanto, *ele* está assentado nas alturas, para que, dali nos transfundindo seu poder, à vida espiritual nos vivifique; para que *nos* santifique com seu Espírito; para que adorne sua Igreja com as variadas prendas de *suas* graças; para que, com sua proteção, a conserve segura contra todos os detrimentos; para que, pela força de sua mão, contenha os enfurecidos inimigos de sua cruz e de nossa salvação; enfim, para que detenha todo poder no céu e na terra, até que haja prostrado a todos os seus inimigos, que são também os nossos, e haja consumado a edificação de sua Igreja. E este é o verdadeiro estado de seu reino; o poder que o Pai lhe conferiu, até que, vindo para o julgamento de vivos e mortos, desempenhe *seu* ato derradeiro.

17. O Cristo que subiu voltará no dia final para julgar a humanidade

Na verdade Cristo oferece aos seus provas não obscuras de *seu* mui presente poder. Mas, de certa forma, visto que seu reino jaz amorfo na terra sob a humildade da carne, com mui excelente razão é a fé convocada a ponderar essa presença visível *de Cristo* que ele haverá de manifestar no dia supremo. Ora, *ele* descerá do céu em forma visível, como foi visto subir [At 1.11], e aparecerá a todos com a inefável majestade de seu reino, com o fulgor da imortalidade, com o imenso poder da Divindade, com uma comitiva de anjos [Mt 24.30; 25.31; 1Ts 4.16]. Portanto, daí se nos prescreve aguardá-lo *como nosso* Redentor até aquele dia em que separará os cordeiros dos cabritos, os eleitos dos réprobos [Mt 25.32, 33]. Tampouco haverá alguém, quer dentre os vivos, quer dentre os mortos, que escape a seu juízo. Pois, desde os extremos confins do orbe ouvir-se-á o clangor da trombeta, quando serão todos conclamados ao seu tribunal, tanto *aqueles* a quem esse dia apanhará sobreviventes, quanto *aqueles* a quem a morte já antes houver arrebatado do consórcio dos vivos.

Há quem aqui tome os termos ***os vivos e os mortos*** em sentido diferente. E de fato vemos que alguns dos antigos hesitaram na exposição desta frase. Mas aquele sentido, uma vez que é claro e evidente, e desse modo muito mais conveniente ao Credo, manifesta-se haver sido escrito em forma popular. Nem *a isto* se contrapõe *o* que o Apóstolo afirma: "A todos os homens *está* determinado morrer uma vez" [Hb 9.27]. Ora, se bem que *aqueles* que *nesta* vida mortal tenham de sobreviver ao Juízo Final não morrerão no modo e curso natural, entretanto essa transformação que sofrerão, visto que faz as vezes da morte, não é impróprio que tenha esse nome. Certo é, sem dúvida, que "não haverão todos de dormir, mas todos serão mudados" [1Co 15.51].

Que quer isso dizer? A vida mortal se lhes extinguirá, e será tragada "em um momento", e será transformada numa natureza inteiramente nova [1Co 15.52]. Ninguém haverá de negar que esta destruição da carne é sua morte; entretanto, permanece, a todo tempo, verdadeiro que vivos e mortos serão citados ao Juízo, "porque os mortos que estão em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida, os que forem remanescentes e sobreviventes serão com eles arrebatados ao encontro do Senhor no ar" [1Ts 4.16, 17]. E certamete é provável que este artigo do Credo se derivasse do sermão de Pedro que Lucas menciona [At 10.42] e da solene exortação de Paulo a Timóteo [2Tm 4.1].

18. Cristo é supremo Juiz, mas, acima de tudo, ele é nosso benigno Redentor. Autoridade e relevância do Credo Apostólico

Daqui nasce profunda consolação, *a saber*: ouvimos que o julgamento está nas mãos daquele que já nos constituiu *como* companheiros na dignidade de julgar [Mt 19.28], tão longe está de subir ao tribunal para nossa condenação! Como, pois, seu povo haveria de perder um Príncipe clementíssimo? Como o Cabeça haveria de espalhar a seus *próprios* membros? Como o Causídico haveria de condenar a seus clientes? Ora, se o Apóstolo ousa exclamar que, ao interceder Cristo, ninguém pode adiantar-se *dizendo* que *ele nos* condena [Rm 8.33, 34], muito mais verdadeiro é que Cristo, sendo o próprio Intercessor, não haverá de condenar aqueles a quem recebeu sob sua fiança e amparo. Segurança não apoucada, por certo, é que não haveremos de assentar-nos perante outro tribunal, senão ao de nosso Redentor, de quem já podemos esperar a salvação. Ademais, que Aquele que, através do evangelho, agora *nos* promete a eterna bem-aventurança, então haverá de cumprir a promessa ratificada *mesmo* no julgar. Portanto, para este fim o Pai honrou ao Filho, deferindo-lhe todo juízo [Jo 5.22]: que assim haja de granjear a *paz das* consciências dos seus, atarantadas pelo terror do Julgamento.

Até aqui tenho seguido a ordem do Credo Apostólico, porque, enquanto sumariza em poucas palavras os pontos capitais de *nossa* redenção, pode servir-nos de tabela em que percebemos distintamente e uma a uma *as coisas* que são dignas de atenção em Cristo. Chamo-*o*, porém, ***Apostólico***, ao mesmo tempo sem a mínima preocupação quanto à autoridade. Certamente com grande consenso dos escritores antigos, prescreve-se *ele* aos Apóstolos, ou porque *o* julgavam escrito e publicado por eles em comum, ou porque foram de parecer que este sumário, fielmente coligido do ensino transmitido pelas mãos deles, se deveria sancionar com tal título. Aliás, a mim não vejo dúvida alguma que já desde os próprios primórdios da Igreja, com efeito desde o próprio século dos apóstolos, tenha sido consagrado como uma confissão pública e recebido pelos sufrágios de todos, de onde quer que, afinal, tenha *ele* provindo de início. Nem é provável tenha sido escrito por qualquer um em particular, uma vez ser evidente que desde a mais remota lembrança foi *ele* de sa-

crossanta autoridade entre todos os piedosos. O que se deve unicamente levar em conta, temo-lo situado além de controvérsia, *a saber*: que nele se enumera sucintamente e em ordem precisa toda a história de nossa fé, contudo *nele* nada se contém que não seja calcado em sólidos testemunhos da Escritura. Conhecido isto, de nenhuma importância se reveste ansiosamente alongar, ou com alguém digladiar acerca da autoria, a não ser a quem talvez não baste ter a segura verdade do Espírito Santo, sem que, ao mesmo tempo, saiba ou pela boca de quem *tenha* sido enunciado, ou pela mão de quem tenha sido compilado.

19. Cristo, o centro absoluto do Credo, o objeto único de nossa fé e o tesouro exclusivo das riquezas de nossa salvação

Quando, porém, vemos *que* toda a suma de nossa salvação, e também cada uma de *suas* partes, *se acham* compreendidas em Cristo, impõe-se-*nos* guardar de derivarmos de outrem sequer a mínima porção. Se *porventura* se busca a salvação, somos ensinados no próprio termo ***Jesus*** que *ela* está nele; se *são buscados* outros dons do Espírito, quaisquer que sejam, serão achados em sua unção; se força, está exibida em sua soberania; se pureza, em sua concepção; se complacência, em seu nascimento, pelo qual nos fez em tudo semelhante *ele*, para que aprendesse a compartilhar de nossas dores; se redenção, em sua paixão; se absolvição, em sua condenação; se remissão da maldição, em sua cruz; se satisfação, em seu sacrifício; se purificação, em seu sangue; se reconciliação, em *sua* descida ao Hades; se mortificação da carne, em seu sepultamento; se novidade de vida, em sua ressurreição; se imortalidade, na mesma; se herança do reino celeste, em *seu* ingresso no céu; se proteção, se segurança, se abundância e provisão e todas as bênçãos, em seu reino; se confiante expectação do Juízo, no poder de julgar que lhe foi conferido. Enfim, como nele estejam *quais* tesouros toda espécie de bens, daí não de outra parte são hauridos sobejamente. Ora, *aqueles* que, não contentes com ele só, são levados para aqui e para ali a esperanças várias, ainda quando a ele primordialmente contemplam, não mantêm, entretanto, a reta via que termine nele, porque desviam para outra parte certa porção de seu pensamento. Contudo, esta falta de confiança não pode insinuar-se onde, uma vez por todas, tenha sido realmente conhecida a abundância de suas bênçãos.

CAPÍTULO XVII

CORRETA E APROPRIADAMENTE SE DIZ HAVER CRISTO MERECIDO POR NÓS A GRAÇA DE DEUS E A SALVAÇÃO

1. Os méritos de Cristo e a graça de Deus não se excluem, nem se conflitam

À guisa de apêndice, deve-se explicar também esta questão. Pois há certos homens perversamente sutis, os quais, embora confessem que alcançamos a salvação através de Cristo, entretanto não suportam ouvir a palavra ***mérito***, a qual pensam obscurecer a graça de Deus. E por isso querem que Cristo seja apenas o ***instrumento*** ou ***ministro***, não o ***autor*** da vida, ou ***Chefe*** e ***Príncipe***, como é chamado por Pedro [At 3.15].

Admito, com efeito, que se alguém quisesse opor Cristo ao julgamento de Deus, singelamente e de si, não haverá lugar para ***mérito***, porquanto não se achará no homem dignidade que possa ter mérito para com Deus. Pelo contrário, como, com muita verdade, escreve Agostinho:[274] "A mais luminosa luz da predestinação e da graça é o próprio Salvador, o homem Cristo Jesus, que se aprestou para que fosse isto na natureza humana que nele há, sem mérito nenhum de obras ou de fé a precedê-lo. Responda-se, insisto, como Cristo enquanto homem pôde merecer ser tomado pelo Verbo coeterno com o Pai em unidade de Pessoa, para ser o Filho unigênito de Deus?[275] Mostra-se, portanto, em nosso Cabeça a própria fonte da graça, donde, segundo a medida de cada um, se difunde *ela* por todos os seus membros. Por esta graça, pela qual esse homem se fez Cristo desde seu começo, cada um *de nós* se faz cristão desde o início de sua fé." De igual modo, em outro lugar: "Nenhum exemplo há mais luminoso da predestinação que o próprio Mediador. Pois *Aquele* que da semente de Davi fez esse homem justo, o qual, sem qualquer mérito precedente de sua vontade, jamais seria injusto, *ele* próprio dos injustos faz justos *os* que são membros dessa Cabeça", e daí por diante.

Portanto, quando se trata do mérito de Cristo, não se estatui que nele *próprio* resida o princípio *desse mérito*; ao contrário, remontamos à ordenança de Deus, que é a causa primeira, porquanto de seu puro beneplácito *Deus* o estatuiu *por* Mediador, para que nos adquirisse a salvação. E assim é insipiente contrapor o mérito de

274. *Da Predestinaçào dos Santos*, livro XV, capítulo 30, 31.

275. Primeira edição: "Responda-se, insisto, de onde haja esse homem merecido isto: que, tomado pelo Verbo coeterno ao Pai à unidade de pessoa, fosse o Unigênito Filho de Deus?"

Cristo à misericórdia de Deus. Ora, é regra comum que *as coisas* que são subalternas não se ponham em conflito com aquelas que lhe sejam subordinadas, e por isso nada impede que a justificação dos homens seja gratuita, *provinda* da mera misericórdia de Deus, e ao mesmo tempo intervenha o mérito de Cristo, que à misericórdia de Deus está subordinado. Mas, a nossas obras se contrapõe apropriadamente tanto o favor gratuito de Deus, quanto a obediência de Cristo, cada um em sua medida, porquanto Cristo não pôde merecer o que quer que seja, a não ser pelo beneplácito de Deus, mas porque fora a isto destinado: que por seu sacrifício aplacasse a ira de Deus e por nossa obediência expungisse nossas transgressões. Em síntese, uma vez que o mérito de Cristo depende tão-somente da graça de Deus, a qual nos constituiu este modo de salvação, com toda propriedade se opõe a toda justiça humana, não menos que a graça de Deus, que é a causa donde procede.[276]

2. NA ESCRITURA, O MÉRITO DE CRISTO E A GRAÇA DE DEUS SE ACOPLAM EM MUTUALIDADE DE AÇÃO

Esta diferenciação *entre a graça de Deus e o mérito de Cristo* se deduz de muitas passagens da Escritura. "Assim amou Deus ao mundo que desse seu Filho Unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça" [Jo 3.16]. Vemos como o amor de Deus mantém o primeiro lugar, como a causa suprema e a origem; a ele segue a fé em Cristo, como a causa segunda e mais próxima. Se alguém objeta, *dizendo* que Cristo não é senão ***causa formal***, esse mesmo lhe diminui o ***mérito*** mais do que *essas* palavras *supracitadas* o permitam.

Ora, se alcançamos a justiça pela fé, a qual nele repousa, nele se deve buscar a ***matéria*** de nossa salvação, o que se prova claramente em muitas passagens *da Escritura*. "Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para ἱλασμόν [*hilasmŏn – propiciação*] por nossos pecados" [1Jo 4.10]. Com estas palavras está claramente demonstrado que, para que nada interpusesse obstáculo a seu amor para conosco, Deus estatuiu em Cristo o modo de reconciliação. E grande peso tem o termo ***propiciação,*** pois que Deus, de certa maneira inefável, ao mesmo tempo em que nos amava, nos era, entretanto, simultaneamente inimigo, até que foi reconciliado em Cristo. Ao que se reportam todas estas afirmações: "Ele é a expiação por nossos pecados" [Jo 2.2]; de igual modo "foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse, e que havendo feito a paz pelo sangue de sua cruz" etc. [Cl 1.19, 20]; também: "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando os pecados aos homens" [2Co 5.19]; ainda: "pela qual nos fez agradáveis a si no Amado" [Ef 1.6]; outra vez: "Para que, em um homem, a ambos reconciliasse com Deus mediante a cruz" [Ef 2.15, 16].

---

276. Primeira edição: "a todas as justiças humanas se contrapõe [ele] não menos precedentemente que aquela."

A explicação desse mistério deve ser buscada no primeiro capítulo *da Epístola* aos Efésios [1.4, 5], onde Paulo, depois que ensinou que fomos eleitos em Cristo, acrescenta, ao mesmo tempo, que no mesmo *Cristo* temos recebido favor divino. Como começou Deus a abraçar com seu favor *aqueles* a quem havia amado antes de *haver* criado o mundo, senão no fato de haver revelado seu amor quando foi reconciliado pelo sangue de Cristo? Ora, visto que Deus é a fonte de toda justiça, necessário se faz que o homem, por quanto tempo for pecador, o tenha *por* inimigo e juiz. Portanto, a justiça, como descrita por Paulo, é o princípio de *seu* amor *para conosco*: "Àquele que não cometera pecado, *ele o* fez pecado por nós, para que nele fôssemos justiça de Deus" [2Co 5.21]. Ele, pois, quer dizer que nós, que somos "por natureza filhos da ira" [Ef 2.3] e alienados *de Deus* através do pecado, pelo sacrifício de Cristo alcançamos justiça gratuita, para que agrademos a Deus. Além disso, esta distinção também se assinala sempre que a graça de Cristo se associa ao amor de Deus [2Co 13.13]. Donde se segue que ele nos prodigaliza do seu que adquiriu, pois este louvor não podia ser-lhe atribuído de outro modo, separadamente do Pai, *a saber*, que a graça seja sua e provenha dele próprio.

3. POR SUA OBEDIÊNCIA, CRISTO ADQUIRIU E MERECEU POR NÓS A GRAÇA DIVINA

Que Cristo, de fato, por sua obediência, nos adquiriu e mereceu graça junto ao Pai, se deduz de muitas passagens da Escritura segura e solidamente. Ora, isto assumo sem controvérsia: se Cristo fez satisfação por nossos pecados, se pagou inteiramente a pena a nós devida, se por sua obediência propiciou a Deus, enfim, se o justo sofreu pelos injustos, por sua justiça nos *foi* adquirida a salvação, *o* que vale tanto quanto a merecê-la.

Com efeito, conforme Paulo *o* atesta, fomos reconciliados e recebemos reconciliação mediante sua morte [Rm 5.10, 11]. Mas, não há lugar para reconciliação senão onde ofensa *a* tenha precedido. O sentido, portanto, é: Deus, a quem éramos abomináveis por causa do pecado, foi aplacado pela morte de seu Filho, para que nos fosse propício. E deve-se diligentemente notar a antítese que segue pouco depois: "Assim como pela transgressão de um só muitos foram constituídos pecadores, assim também pela obediência *de um único* muitos são constituídos justos" [Rm 5.19]. O sentido, pois, é: Como pelo pecado de Adão fomos alienados de Deus e destinados à perdição, assim pela obediência de Cristo somos recebidos no favor *de Deus* como se *fôssemos* justos. Tampouco o tempo futuro do verbo exclui a justiça presente, como aparece do contexto. Pois também antes dissera: "O χάρισμᾶ [*chárisma – dom gracioso*] procede dos muitos delitos para justificação" [Rm 5.16].

4. A morte vicária de Cristo propicia plena satisfação à justiça de Deus em nosso favor

Quando, porém, dizemos que pelo mérito de Cristo nos foi alcançada a graça, entendemos isto: fomos purificados por seu sangue e sua morte foi uma expiação pelos pecados. “Seu sangue nos purifica do pecado” [1Jo 1.7]. “Este é *meu* sangue derramado para remissão dos pecados” [Mt 26.28]. Se este é o efeito de *seu* sangue derramado, que nossos pecados não nos sejam imputados, segue-se que, com este preço, fez-se satisfação ao juízo de Deus. Ao que é pertinente esta afirmação de *João* Batista: “Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” [Jo 1.29]. Ora, *ele* está contrapondo Cristo a todos os sacrifícios da lei, de sorte que só nele se ensina estar cumprido o que aquelas figuras representaram.

Sabemos, porém, o que Moisés disse repetidas vezes: a iniqüidade será expiada, o pecado será apagado e remitido. Afinal, somos excelentemente ensinados nas velhas figuras qual é a força e eficácia da morte de Cristo. E, na Epístola aos Hebreus, o Apóstolo explica esta matéria, assumindo habilmente este princípio, *a saber*: que “não há remissão *de pecados* à parte de derramamento de sangue” [Hb 9.22]. Do que conclui que “Cristo apareceu, uma vez por todas, para o cancelamento do pecado através de seu sacrifício” [Hb 9.26]. De igual modo: “*Cristo* foi imolado para que levasse os pecados de muitos” [Hb 9.28]. Dissera, porém, antes que “não mediante sangue de bodes ou de novilhos, mas através de *seu* próprio sangue, entrara *ele*, uma vez para sempre, nos *lugares* santos, alcançando *assim* eterna redenção” [Hb 9.12]. Entretanto, de imediato arrazoa desta maneira: “Se o sangue de uma novilha santifica, segundo a pureza da carne, muito mais, pelo sangue de Cristo, são purificadas as consciências de obras mortas” [Hb 9.13, 14]. E assim prontamente se patenteia que se reduz, demasiadamente, a graça de Cristo, se não concedemos a seu sacrifício o poder de expiar, de aplacar e de propiciar, como acrescenta pouco depois: “Este é Mediador de um Novo Testamento, de sorte que, intervinda a morte para redenção dos delitos precedentes, que persistiam sob a lei, recebam os que foram chamados a promessa de uma herança eterna” [Hb 9.15].

Entretanto, é conveniente ponderar, especialmente, o símile que é descrito por Paulo, de que *Cristo* se fez maldição por nós etc. [Gl 3.13]. Ora, foi supérfluo, tanto quanto absurdo, que Cristo fosse onerado de maldição, a não ser que, pagando integralmente *o* que outros deviam, ele assim estava lhes adquirindo justiça. Claro é também o testemunho de Isaías, de que “o castigo de nossa paz foi posto sobre ele e por sua pisadura resultou-nos em cura” [Is 53.5]. Pois, a não ser que Cristo fizesse propiciação por nossos pecados, não se diria ter *ele* aplacado a Deus, recebido em si o castigo a que estávamos sujeitos. A que se conforma o que no mesmo lugar se lê: “Por causa da transgressão de meu povo, *eu* o feri” [Is 53.8]. Acrescenta-se também a interpretação de Pedro, que nada deixa ambíguo: que “no madeiro *ele* carregou

nossos pecados" [1Pe 2.24]. Pois ele está afirmando que foi lançado sobre Cristo o peso da condenação de que fomos aliviados.

5. A MORTE DE CRISTO É O PREÇO DE NOSSA REDENÇÃO, DONDE AUFERIMOS PERDÃO, JUSTIFICAÇÃO E VIDA

Tampouco os apóstolos mencionam obscuramente ter *Cristo* pago o preço mediante o qual nos redimisse da penalidade da morte. "Justificados por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo, a quem Deus constituiu ἱλαστήριον [*hilastēriŏn – propiciação*] mediante a fé que há em seu sangue" [Rm 3.24, 25]. Nisto Paulo está a enaltecer a graça de Deus, visto que proveu o preço de *nossa* redenção na morte de Cristo; então, ordena *que* nos refugiemos em seu sangue, para que, havendo alcançado a justiça, nos postemos seguros ante o juízo de Deus. Significa o mesmo esta *afirmação* de Pedro: "Redimidos não com ouro e prata; ao contrário, com o precioso sangue de um cordeiro imaculado" [1Pe 1.18, 19]. Ora, esta antítese nem seria congruente, a não ser que com este preço se houvesse feito expiação pelos pecados, razão por que Paulo diz que "fomos comprados com elevado custo" [1Co 6.20]. Além disso, seria insustentável outra afirmação sua: "Um só Mediador, o qual se deu *como* resgate" [1Tm 2.5, 6], a menos que sobre ele fosse lançada a pena que teríamos merecido.

Por isso, o mesmo Apóstolo define a redenção no sangue de Cristo *como* "a remissão dos pecados" [Cl 1.14], como se estivesse a dizer que somos justificados ou absolvidos diante de Deus, porque esse sangue responde *como* expiação *por nós*. Ao que se afina também outra passagem: "foi cancelado na cruz o título de dívida que nos era contrário" [Cl 2.14]. Pois aí se registra quitação ou compensação que nos desonera da pena. Grande peso subjaz também a estas palavras de Paulo: "Se somos justificados em função das obras da lei, então Cristo morreu em vão" [Gl 2.21]. Ora, daqui inferimos que em Cristo se deve buscar *o* que a lei conferiria, se alguém a pudesse cumprir, ou, *o* que é o mesmo, que alcançamos pela graça de Cristo *o* que na lei de Deus prometeu a nossas obras: "Quem fizer estas *coisas*, por elas viverá" [Lv 18.5]. Isto *Paulo* confirma, não com menos clareza, no sermão pregado em Antioquia, afirmando que "ao crermos em Cristo, somos justificados de todas *as coisas* das quais não pudemos ser justificados na lei de Moisés" [At 13.38, 39]. Pois, se a observância da lei é a justiça, quem haverá de negar que Cristo nos mereceu favor enquanto, assumido este ônus sobre si, com Deus nos reconcilia exatamente como se fôssemos cumpridores da lei? Ao mesmo contempla o que depois disto ensina aos gálatas: "Deus enviou seu Filho, sujeito à lei, para que redimisse *aos* que estavam debaixo da lei" [G1 4.4, 5]. A que propósito, pois, esta sujeição *de Cristo à lei*, senão que gerou nossa justiça, assumindo *ele* o encargo de pagar *o* que não teríamos o poder de saldar?

Daqui essa imputação de justiça sem obras, acerca da qual Paulo discorre [Rm, cap. 4], a saber, que se conta e se aceita em nosso favor a justiça que só em Cristo foi achada. E a carne de Cristo, não por outra razão, é chamada "nosso alimento", visto que nele encontramos a subsistência da vida[277] [Jo 6.55]. Com efeito, este poder não provém de outra fonte, senão porque o Filho de Deus foi crucificado como preço de nossa justiça. Como diz Paulo: "Ele se entregou *em* sacrifício, em aroma de suave fragrância" [Ef 5.2]. E, em outro lugar: "Morreu em função de nossos pecados, ressuscitou em função de nossa justificação" [Rm 4.25]. Donde se conclui não só que por intermédio de Cristo nos foi outorgada a salvação, mas ainda que, por sua graça, o Pai nos é agora propício. Pois, não há dúvida de que nele plenamente se cumpre o que Deus declara, figurativamente, através de Isaías [37.35]: "Farei *isto* por mim e por Davi, meu servo", do que a melhor testemunha é o Apóstolo, quando diz: "Perdoados são vossos pecados por amor de seu nome" [1Jo 2.12]. Ora, se bem que *nesta passagem* não há menção do termo ***Cristo***, João, entretanto, segundo seu costume, está a designá-lo sob o pronome αὐτός [*autŏs*]. Nesta acepção também fala o Senhor: "Assim como eu vivo pelo Pai, também vivereis vós por mim" [Jo 6.57]. Com isso também concorda o que Paulo diz: "Foi-vos dado por causa de Cristo (ὑπέρ Χριστοῦ [*hypĕr Christoû*] não apenas que nele creais, mas ainda que por ele sofrais" [Fp 1.29].

6. Cristo adquiriu mérito não para si, que não lhe era necessário, mas para nós, por quem morreu na cruz

Indagar, entretanto, se o próprio *Cristo* adquiriu mérito para si *mesmo*, o que fazem Lombardo[278] e os escolásticos, é não menos curiosidade estulta do que temerária delimitação, quando isso mesmo asseveram. Pois, que necessidade houve de que o Filho único de Deus descesse a fim de adquirir para si não sei o que de novo? E expondo seu desígnio, Deus dirime toda dúvida. Ora, o Pai não diz ter granjeado provento para o Filho nos méritos deste; ao contrário, que o entregou à morte, não o poupou [Rm 8.32], porque amava o mundo [Jo 3.16]. E devem-se notar as elocuções proféticas: "Um menino nos nasceu" [Is 9.6]; igualmente: "Exulta, ó filha de Sião; eis a ti vem teu Rei" [Zc 9.9]. Feneceria também, de outra sorte, aquela confirmação de *seu* amor que Paulo enaltece: que Cristo sofreu a morte em favor dos *próprios* inimigos [Rm 5.10]. Pois daí concluímos que ele não teve motivo próprio, e isso *ele* afirma claramente, dizendo: "Por eles me santifico a mim mesmo" [Jo 17.19]. Ora, comprova que nada adquiriu para si ao transferir para outros o fruto de sua santidade. E isto, certamente, é especialmente digno de nota: Cristo, para que devotasse a todos nós à salvação, de si mesmo se esqueceu.

277. Primeira edição: "Nem, por certo, por outra causa é a carne de Cristo chamada "nosso alimento", senão porque nEle encontramos a substância da vida."

278. Pedro Lombardo, livro III, dist. 18.

Na verdade, contrariamente, aqui arrastam o testemunho de Paulo: “Por isso, o Pai o exaltou e lhe deu o nome” etc. [Fp 2.9]. Ora, por que méritos pôde *ele como* homem conseguir que fosse Juiz do mundo, Cabeça dos anjos, e que obtivesse a suprema autoridade de Deus, e nele residisse essa majestade de que todos os poderes dos homens e dos anjos não podem atingir *sequer* a milésima parte? Mas, a solução é fácil e plena: Paulo não está aí discorrendo acerca da causa da exaltação de Cristo, mas apenas lhe mostrando a conseqüência, para que nos fosse por exemplo. Evidentemente, não quis dizer aqui mais do que afirma em outro lugar, a saber:[279] “que era necessário que Cristo padecesse e assim entrasse na glória do Pai” [Lc 24.26].

279. Primeira edição: “Nem [algo] interiamente outro estão a colimar que [o] que se diz em outro lugar.”